

# Editorial

Rosemeire Aparecida Scopinho<sup>I</sup>, Fábio de Oliveira<sup>II</sup> e Leny Sato<sup>II</sup>

<sup>I</sup> Universidade Federal de São Carlos (São Carlos, SP, Brasil)

<sup>II</sup> Universidade de São Paulo (São Paulo, SP, Brasil)

Este número especial da revista *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* é, de fato, muito especial para os membros do GT Trabalho e Processos Organizativos na Contemporaneidade filiado à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). Ele reúne os textos apresentados no I Encontro de Psicologia Social do Trabalho – Neoliberalismos, precarização da vida e resistências na América Latina: contribuições da Psicologia Social do Trabalho, realizado em 21 e 22 de maio de 2019 no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), com o apoio do Edital de Consolidação de Grupos de Trabalho da ANPEPP (Edital 1/2018). O Evento reuniu pesquisadores, profissionais ligados aos diferentes campos de atuação da Psicologia Social do Trabalho e estudantes de graduação e pós-graduação, atraídos por uma programação de atividades especialmente pensada e estruturada para promover e dinamizar a discussão sobre os impactos do avanço das políticas econômicas e sociais de orientação neoliberal na América Latina.

Nestes tempos difíceis, as diferentes realidades latino-americanas enfrentam, cada qual com as suas especificidades, as crises estruturais do capitalismo contemporâneo alavancadas pela IV Revolução Industrial, que aqui chega aos pedaços e (sempre) tardiamente em relação aos países de economia hegemônica, e por meio das ondas de reestruturação produtiva em resposta às referidas crises. Fortalecido, o regime político-econômico ultraliberal inspira-se no gerencialismo para apregoar a empresa em rede como modelo de organização societária e a valorização da concorrência em detrimento da solidariedade social. Está em curso uma reconfiguração do trabalho e do mercado evidenciada, principalmente, pela proliferação da economia das plataformas digitais que, por sua vez, reconfigura também o perfil do “trabalhador ideal”, agora, um agente de si, que se produz e se reinventa constantemente para conviver com a instabilidade financeira e a ausência de proteção e de seguridade social.

Sob estes cenários – ora, contundentemente, também afetados pela pandemia Covid-19, a maior crise sanitária dos últimos tempos que evidenciou ainda mais, tanto as múltiplas facetas de uma (crônica) crise sistêmica, quanto a forma como o regime político-econômico ultraliberal prioriza a salvação da economia em detrimento da saúde e da vida humana – os trabalhadores padecem de novas formas de desgaste físico e, sobretudo, subjetivo. O emprego das novas tecnologias exigem crescente investimento psíquico e cognitivo, tanto dos que permanecem trabalhando, quanto dos que vivem a saga da busca de um lugar no mundo do trabalho. Além de reconfigurar o trabalho e acelerar o processo de perda de direitos trabalhistas e sociais historicamente conquistados por meio da luta dos trabalhadores organizados, o neoliberalismo afeta os movimentos de resistência porque procura destruir todas as formas de mobilização e organização coletiva voltadas para o enfrentamento da crise.

As mesas redondas de rodas e conversa realizadas durante o evento, além de discutir as relações entre configurações contemporâneas do trabalho e subjetividades dos trabalhadores, atualizaram o debate teórico-metodológico, ético e político da Psicologia Social do Trabalho na América Latina. Apontaram questões fundamentais para pensar a formação de psicólogas e psicólogos neste contexto e possibilitaram um rico espaço de trocas de saberes entre os participantes e os pesquisadores de outros GTs filiados à ANPEPP, também envolvidos com as temáticas do trabalho, que foram especialmente convidados para participarem do Evento.

Agradecemos aos colaboradores deste número especial, assim como às diretorias da ANPEPP envolvidas na publicação e concretização do Edital 1/2018. A experiência nos deixou convictos de que esta é uma excelente forma de empregar os recursos naquilo que realmente nos fortalece como pesquisadores, especialmente neste momento em que a ciência brasileira tem sido assolada e desvalorizada de inúmeras formas.

Em seu artigo, Maria Elizabeth Barros e Cristiane Bremenkamp Cruz apresentam a construção de um fórum de trabalhadores em educação constituído como estratégia de enfrentamento do processo de adoecimento desses trabalhadores decorrente da racionalidade neoliberal em curso nas escolas. Entre os desdobramentos do fórum está a viabilização de comissões de saúde por local de trabalho.

Hélder Pordeus Muniz, Emerson Moraes Teixeira e Cláudia Osório da Silva trazem reflexões sobre as políticas neoliberais e de precarização da vida nos mundos do trabalho e seus efeitos subjetivos. A partir dessas reflexões, apresentam os referenciais epistemológicos, teóricos e metodológicos nos quais ancoram as modalidades de pesquisa-intervenção usadas para ampliar o poder de agir dos trabalhadores.

Por sua vez, Dathiê de Mello Franco-Benatti, Vera Lucia Navarro e Luci Praun apresentam uma investigação junto a trabalhadores(as) rurais da agroindústria canavieira no sudeste brasileiro que sofreram acidentes de trabalho. As autoras discutem as situações de trabalho na atividade agrícola em sua reorganização e inovação tecnológica e as circunstâncias para a ocorrência de acidentes e doenças com nexo laboral nesse contexto, especialmente nas últimas décadas. Ao longo do artigo, revelam o quanto a exploração e a precariedade encontram-se ampliadas na vida destes trabalhadores(as).

Cássio Adriano Braz de Aquino problematiza algumas repercussões do neoliberalismo e da precarização sobre os processos de trabalho na América Latina, mais especificamente, no Brasil, na região nordeste. O autor situa os conceitos centrais de seu ensaio relacionando-os à análise da questão social e compreendendo a dimensão política como articuladora destes pontos.

Já o artigo de Rafael Paulino Juliani e Rosemeire Aparecida Scopinho apresenta uma outra perspectiva dos efeitos do neoliberalismo sobre os trabalhadores. Ao analisarem as vivências de pessoas LGBTQs no trabalho, os autores evidenciam como a lógica neoliberal mantém e reforça padrões heteronormativos e marginaliza os diferentes.

José Newton Garcia de Araújo apresenta um ensaio teórico bastante original, no qual analisa a precarização no contexto atual a partir da perspectiva da Psicossociologia do Trabalho. Depois de apresentar os fundamentos teóricos da disciplina, busca estabelecer uma articulação com os conceitos de precariado e de necropolítica para mostrar a racionalidade perversa da ideologia neoliberal.

Ainda, temos a honra de somar a esse conjunto de textos apresentados durante o I Encontro de Psicologia Social do Trabalho uma contribuição original com que, mais recentemente, nos presenteou Suzana Guerra Albornoz. Resolvemos convidar a autora a incluir seu ensaio neste número especial justamente porque, diante do quadro desolador que vivemos, ele trata da esperança e das utopias concretas, alicerçadas na luta pela dignidade no trabalho, não impossíveis de realizar.

Encerra este dossiê temático a resenha do livro *Psicologia Social do Trabalho*, elaborada por Hernán Camilo Pulido Martinez, um colega colombiano que compõe o GT Trabalho e Processos Organizativos na Contemporaneidade, que, com a defesa de uma perspectiva decolonial, tem colaborado com a necessária integração da Psicologia Social do Trabalho na América Latina.

Gostaríamos ainda de informar às leitoras e aos leitores dos *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* que esta edição marca a consolidação de um novo ciclo da vida editorial da revista. Isso porque ela e as últimas edições que vieram ao mundo são fruto de um trabalho coletivo que se iniciou há poucos anos, com a formação de uma equipe de editoras adjuntas que foi capaz de

eliminar os gargalos do processo editorial e tornou possível acelerar o processo de avaliação de manuscritos e regularizar a periodicidade da publicação.

Ao lado da editora e do editor dos velhos tempos, Leny Sato e Fábio de Oliveira, reuniram-se as professoras Marcia Hespanhol Bernardo (PUC-Campinas), Maria Chalfin Coutinho (UFSC), Maristela de Souza Pereira (UFU), Cris Fernández Andrada (PUC-SP) e Geruza Tavares D'Avila (FURG), que também colaboraram na elaboração deste editorial. Mais recentemente, estendemos o convite ao professor Antonio Stecher Guzmán, da Universidad Diego Portales (Chile), que em breve trabalhará conosco. A participação das/o colegas na editoria dos *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* evidencia que a perspectiva da Psicologia Social do Trabalho tem sido construída em centros de formação e de pesquisa em diferentes regiões geográficas do Brasil e na América Latina.

E certamente não poderíamos deixar de citar o apoio que nos é oferecido pela Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA), pelo Instituto de Psicologia da USP, pela secretária do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da USP, Teresa Cristina de Oliveira Peres, e, claro, pelas autoras e autores que depositam sua confiança neste projeto de mais de duas décadas.

# O trabalho no campo da educação: o Fórum-Cosate como estratégia de resistência à máquina neoliberal

Maria Elizabeth Barros de Barros<sup>1</sup> e Cristiane Bremenkamp Cruz<sup>2</sup>

Universidade Federal do Espírito Santo (Vitória, ES, Brasil)

O artigo introduz uma experiência de pesquisa-intervenção realizada na região metropolitana de Vitória, Espírito Santo, mais especificamente no município de Serra visando ao fortalecimento de práticas no contexto escolar que possam fazer frente à racionalidade neoliberal que toma a educação como bem privado de valor econômico. Apresenta a constituição de um fórum de trabalhadores da educação cujo objetivo é construir estratégias que possam desafiar o processo de adoecimento em curso nas escolas, decorrente da racionalidade econômica vigente no referido município. Aponta como direção ética a indissociabilidade entre clínica e política e aposta na criação de táticas coletivas de enfrentamento ao adoecimento nas unidades escolares da rede.

Palavras-chave: Educação, Trabalho, Cogestão.

Labor in the field of education: fórum-cosate as a strategy of resistance against the neoliberal machine

This article presents the experience of a research-intervention carried out in the municipality of Serra, metropolitan region of Vitória, Espírito Santo, aiming to strengthen practices in the school context that can face the neoliberal rationality that considers education as private goods of economic value. It describes the constitution of a forum for education workers to develop strategies that could challenge the sickness process underway in schools, due to the economics-guided thinking in that municipality. Its ethical direction, the inseparability between clinic and politics as well as the investment in the creation of collective tactics to fight sickness in the school units of the city are highlighted.

Keywords: Education, Labor, Co-management.

## O contexto da pesquisa

Nos últimos 14 anos, os pesquisadores de um grupo de pesquisa de uma universidade pública do sudeste brasileiro vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – o Núcleo de Estudos em Subjetividade e Políticas (Nepesp) – trabalham visando à implantação de Comissões de Saúde do Trabalhador da Educação (Cosate) no município de Serra, Espírito Santo (ES), Brasil. Trata-se do mais populoso do estado, com 517.510 habitantes conforme estimativa de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Está localizado na Microrregião de Vitória (capital do Espírito Santo), na Mesorregião Central Espírito-Santense e pertence à Região Metropolitana de Vitória, situando-se a 27 quilômetros ao norte da capital do estado.

A pesquisa, intitulada Programa de Formação e Investigação em Saúde e Trabalho (PFIST), visa efetivar processos formativos no campo da educação com o objetivo de implantar Comissões de Saúde do Trabalhador (Cosate) nas escolas. A proposta das comissões tem como direção metodológica as Comunidades Científicas Ampliadas (CCA), inspiradas no Movimento Operário Italiano (MOI) da década de 1970 (Oddone, Marri & Gloria, 1986), para o exercício coletivo de análise da atividade docente nesse município. Consideramos que a estratégia das comissões por local de trabalho é um potente instrumento para intervir nas condições adversas de trabalho nas escolas.

1 <https://orcid.org/0000-0003-1123-4374>

2 <https://orcid.org/0000-0003-0854-7687>

A rede escolar do município de Serra, ES atualmente conta com 139 unidades de ensino, entre Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e Escolas com Ensino Fundamental (EMEFs), que atendem a 21.500 crianças de 0 a 6 anos, matriculadas nos Centros Municipais de Educação Infantil, e 43.082 alunos matriculados no ensino fundamental, sendo o número total de alunos 67.300. A rede é composta, ainda, por 6.093 servidores da Secretaria de Educação, incluindo 5.695 professores e 464 pedagogos (Prefeitura Municipal de Serra, 2020a).

A pesquisa-intervenção foi desenvolvida a partir de uma preocupação frente aos dados produzidos pelo grupo de pesquisa, que realizou um inquérito de saúde no ano de 2014<sup>3</sup>, cujo resultado indicava o aumento do índice de adoecimento entre os educadores nos últimos anos. Visávamos, principalmente, conhecer como os professores se percebiam, interpretavam e nomeavam sua condição de saúde/adoecimento. Na resposta ao inquérito, 65,7% dos educadores mencionavam o ritmo intenso do trabalho, o tempo insuficiente para o descanso, o número de alunos nas salas de aula e os modos de gestão nas escolas como principais determinantes de adoecimento, que ganhava números preocupantes. Segundo educadores que participaram do inquérito, um dos motivos recorrentes na produção de tal quadro era o isolamento no desenvolvimento do fazer educacional e os modos de gestão verticalizados e autoritários atualizados nas escolas. A utilização do inquérito de saúde foi uma estratégia-dispositivo cujo objetivo foi o de produzir formas de dialogar com os educadores e gerentes da rede a fim de rearranjar as potências e sensibilidades ao tema saúde e trabalho na educação. Objetivávamos puxar linhas, espriar a conversa e alinhar interesses para compor um cenário dialógico que abrigasse a construção e sustentação de um fórum para debater as condições de saúde/adoecimento.

Os dados detalhados desse inquérito de saúde foram apresentados à Secretaria de Educação que, então, nos relatou uma preocupação com o alto índice de absenteísmo na rede. Assim, abríamos um campo problemático com um atravessamento político-institucional complexo que necessitava intervenção. Com base no inquérito e na conversa com a Secretaria de Educação da Serra, demos início a um processo de convocação para participação em um fórum. Esta convocação foi feita a partir de uma lista de *e-mails* de todos os educadores da rede, disponibilizada pela Secretaria de Educação. O convite foi feito, ainda, para representantes do Centro de Formação de professores da Serra, ES, para o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do ES, para o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador/ES, para o Ministério Público estadual, bem como para instâncias de controle social, como o Conselho Municipal de Educação e a universidade pública, representada pelo nosso grupo de pesquisa. Os encontros eram abertos para outros representantes da sociedade civil que se interessassem em participar do processo. A reunião do fórum tinha periodicidade quinzenal ou mensal, dependendo da disponibilidade dos membros participantes, e cada encontro tinha a duração de 4 horas, em média.

De forma esquemática, podemos afirmar, então, que a pesquisa seguiu as etapas seguintes (às vezes de modo concomitante): 1) Levantamento de informações feito por meio de um Inquérito de Saúde; 2) Convocação para participação no fórum; 3) Concomitantemente à realização do fórum (com ação quinzenal/mensal) entre os anos de 2012 e 2014, houve decisão colegiada e escolha de duas escolas para fazer um projeto-piloto para implantação de Comissões de Saúde na rede estadual de educação; 4) Formulação, aprovação e sancionamento da Lei municipal nº 4.513, de 05 de maio de 2016, que criou as Comissões de Saúde do Trabalhador da Educação (Cosate) do serviço público do município de Serra, ES; 5) Surgimento de Comunidades Ampliadas de Pesquisa, constituídas por pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e trabalhadores de Serra; 6) Constituição de um Núcleo de Saúde na Secretaria de Educação do município; 7) Formação para

---

3 Sobre o inquérito de saúde, ver Luciano, Barros & Raizem (2016).

diretores, professores e gestores – o que aconteceu em diversos momentos deste período, desde 2012 até o segundo semestre de 2019, entre outras ações no decurso destes anos.

A pesquisa já se desdobrou em várias publicações<sup>4</sup>, sendo que em cada uma focamos uma dimensão dela. Neste artigo, nosso foco é apresentar uma das estratégias utilizadas na pesquisa: o Fórum-Cosate, que funcionou como catalisador de ações e sensibilidades e atravessou a realização das outras ações da pesquisa entre 2012 e 2019. A experiência com o fórum objetivava fortalecer práticas no contexto escolar que pudessem fazer frente a uma racionalidade neoliberal, que toma a educação como bem privado e de valor econômico, conforme nos indicavam os dados do inquérito de saúde. A direção ético-política da pesquisa foi efetivada a partir de uma direção metodológica das clínicas do trabalho<sup>5</sup>, de forma a incitar a criação de táticas de resistência e enfrentamento coletivo.

O processo foi disparado em agosto de 2012 com uma reunião intersetorial, proposta pelo nosso grupo de pesquisa, com o objetivo de discutir a viabilidade da implantação de Cosates em Serra, ES, já que tentativas anteriores foram desmobilizadas pelo Executivo municipal. Entendíamos que construir um processo de implementação de política pública de modo participativo é importante e legítimo. Desse modo, seria possível que trabalhadores da educação, conhecedores das dores e prazeres do seu fazer, fossem capazes de produzir, no diálogo com técnicos de segurança do trabalho ou da perícia, fonoaudiólogos, entre outros profissionais, novos conhecimentos acerca dos riscos no trabalho, além de terem maior visibilidade aos enfrentamentos e às resistências efetivadas no cotidiano municipal.

Em outubro de 2012, o primeiro movimento do Fórum foi analisar a Lei estadual nº 5.627 de 17 de março de 1997<sup>6</sup>, que normatiza e institui as Comissões de Saúde por local de trabalho para os trabalhadores da saúde. A referida lei foi analisada e discutida no fórum de forma a adaptá-la para a realidade dos trabalhadores da educação de Serra, ES. Em setembro de 2013, o Fórum-Cosate teve assento na mesa de negociação sobre o Plano Nacional de Educação do Movimento Capixaba. Em junho de 2014, o Fórum-Cosate teve um de seus componentes como representante oficial na Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador, garantindo a inclusão de um artigo sobre Saúde e Cosates nas escolas no documento consolidado para a etapa nacional. Essas reuniões transformaram-se num espaço coletivo permanente, importante ferramenta da pesquisa, tomado como uma coprodução da autonomia, uma forma de cogerir processos e abertura à polissemia das participações.

Ao serem repensadas as particularidades do campo educacional do referido município, o Fórum-Cosate problematizaria os efeitos da organização do trabalho para a qualidade do ensino e para a saúde dos trabalhadores, efeitos qualitativos advindos das lógicas de gestão e de participação decisória em vigor. Também pautaria uma agenda para a saúde do trabalhador da educação no projeto político-pedagógico das escolas da rede municipal do referido município.

## **A axiomática do capitalismo neoliberal e o trabalho em educação**

Como já indicado, este texto parte de um cenário que expressa o modo como a gestão neoliberal da educação tem sido atualizada na rede municipal de educação da Serra, ES. A pesquisa nasce,

4 Um desses artigos está publicado no volume 22, número 1 da revista *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, com o título “A saúde do trabalhador da educação: a experiência da constituição de Cosates como dispositivo de intervenção numa rede municipal de ensino” (Barros, Muniz & Brito, 2019).

5 Quando falamos de “clínica do trabalho”, estamos nos referindo a um conjunto de abordagens voltadas para o estudo da relação entre trabalho e subjetividade. Tais abordagens têm como foco a situação concreta na qual os trabalhos são desenvolvidos, destacando-se os processos criadores e construtivos dos viventes e, em especial, o sujeito humano, na sua capacidade de mobilização, de ação e de resistência face ao real da atividade.

6 A Lei estadual nº 5.627/98 de autoria da deputada estadual do ES Brice Bragato, cria a Comissão de Saúde do Trabalhador (Cosat) do serviço público do ES e o Conselho das Comissões de Saúde do Trabalhador (Concosat).

portanto, de inquietações que emergem no cenário da educação pública desse município, que estava ao sabor das políticas do governo local. Mais especificamente, de uma governamentalidade<sup>7</sup> neoliberal que se amplia e se fortalece na rede de ensino a cada mudança de gestão municipal. Tais mudanças são marcadas por políticas pautadas num discurso da austeridade, que fomentam competitividade, individualidade, intimismo, isolamento, privatização da vida, excesso de tarefas e perda do sentido de outras temporalidades menos aceleradas.

Desarticulam-se os coletivos de trabalho, sob o pretexto, muitas vezes, de qualificar cada vez mais o serviço público. São impostas políticas de desmonte, de precarização das relações trabalhistas, de redução de espaços de diálogo e de planejamento coletivo, de escassez de recursos financeiros; políticas estas que reduzem os processos de formação à capacitação técnica, dirigida para a fabricação dos diretores de escolas que atuem mais como gerentes administrativos do que como educadores.

Frente a esse quadro, urge indagar os modos de gerenciamento da educação no município que vêm exercendo um ataque ao ensino público, tentando desmontá-lo. O que acompanhamos hoje na cidade da Serra é a hegemonia de práticas de educação pautadas por essa racionalidade, expressas nas escolas da rede por um modelo que toma a educação como bem privado de valor econômico. Laval (2004, p. 3) corrobora essa ideia quando afirma que o “homem flexível e o trabalhador autônomo constituem, assim, as referências do novo ideal pedagógico”.

Percebe-se de forma geral, no sistema educacional do Brasil, uma ampliação cada vez maior de lógicas administrativas e estatísticas, assim como o surgimento de técnicos ocupando postos importantes de trabalho, mesmo que não tenham um percurso no campo da educação. São estes que tendem a dar a última palavra sobre as políticas educacionais em cada escola e, também, no âmbito das redes de ensino, sob o pretexto de mudanças necessárias. Nessa direção, tensões políticas que impliquem conflito, controvérsias, debates de valores e ideias são esvaziadas. O gerenciamento da escola passa a ser voltado, então, para a escola “útil” e “prática”, o que produz uma mudança importante no ofício do professor, uma vez que este deve passar a orientar seu trabalho no modo de pensar empresarial e se parecer com o “homem da organização”.

Nesta direção, na rede educacional da Serra, ES, vários convênios com empresas privadas têm sido feitos para financiar programas que passam a fazer parte dos currículos escolares como, por exemplo, o Programa Educação em Valores Humanos, lançado em 2017 com apoio da empresa ArcelorMittal Tubarão. Esta empresa tornou-se a principal parceira na implementação do programa, que propunha, entre outras ações, a realização de aulas de honestidade e respeito, apresentando propostas pedagógicas com foco na “formação do caráter do indivíduo” de modo politicamente descontextualizado e individualizado (Prefeitura Municipal de Serra, 2020b). Além disso, em 2017, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) lançou uma moção de repúdio na ocasião da aprovação da Lei municipal nº 4.602, de 23 de janeiro de 2017, que retirava garantias e direitos dos trabalhadores da educação, tais como quinquênio, decênio e progressão para os trabalhadores que ingressassem na rede municipal de Serra, ES a partir de janeiro de 2017.

---

7 Aqui o conceito de governamentalidade é entendido como “o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, . . . uma tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e desde muito tempo, à permanência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros: soberania, disciplina, e que, por uma parte, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo, ao desenvolvimento de toda uma série de saberes” (Foucault, 2008, p. 111-112).

Todas estas ações implementadas nos últimos anos, aliadas à destituição da força dos coletivos de trabalhadores da rede de ensino, vêm fragilizando as relações dos professores e das professoras com seus pares, com seus alunos e alunas e com o seu trabalho, levando eventualmente ao adoecimento. Os profissionais que atuam na educação se veem constrangidos em seu poder de agir<sup>8</sup>, em sua potência de invenção e criação.

As demandas que chegam à Perícia Médica – parte da Divisão de Medicina e Segurança do Trabalho/Serra, ES – são, geralmente, individualizadas, colocando nos trabalhadores e trabalhadoras a responsabilidade sobre as suas ações, sobre a sua saúde e, conseqüentemente, sobre a superação de seus problemas, desarticulando-os das maneiras como o trabalho se desenvolve nas escolas. Assim, as políticas de governamentalidade neoliberal geram efeitos na produção de saúde e doença desses profissionais a partir de abordagens que naturalizam o adoecimento, tomando-o como uma questão individual.

Neste sentido, um primeiro desafio que se colocou para a pesquisa foi afirmar uma clínica do trabalho crítico-política que ouse enfrentar as engrenagens governamentais em curso e incitar a criação de táticas de resistência e enfrentamento coletivo. A resistência que aqui se ratifica é da ordem da estratégia e da luta, imanente às relações de poder (Foucault, 2008), entendida como ato de criação, uma vez que cria modos de ser, de existir e de agir no campo da educação. “O ato de resistência não é obra de arte, mas faz parte dela. A obra de arte não é ato de resistência, mas de certa maneira ela o é” (Deleuze, 1987, p. 22). Nessa direção, a pesquisa foi se forjando como uma clínica do trabalho que se faz política, uma vez que coloca em análise a vida em sua dimensão processual, coletiva e histórica. Essa clínica não coloca a dicotomia individual *versus* o coletivo ou psicológico *versus* o social, mas afirma a indissociabilidade entre clínica e política.

Com essa direção de análise, apostamos numa clínica crítico-política, que se faz e se (re)faz cotidianamente pelo combate à produção das políticas de individualização e de “empresariamento” da vida, cujas práticas e intervenções incidem sobre o indivíduo isolado em seus processos de adoecimento. De outro modo, o diálogo num fórum perseguiria uma luta pela implementação de uma política de coletivização que sustentasse práticas e intervenções a partir de um plano “comum”<sup>9</sup>.

O que estamos afirmando, portanto, é que os efeitos dessas políticas, que foram explicitados no inquérito realizado junto aos docentes, se materializam no corpo dos trabalhadores e trabalhadoras, que, muitas vezes, sucumbem às produções engendradas pela máquina capitalista. A questão clínica do trabalho que adotamos posiciona-se no limiar entre as produções forjadas por essa máquina e a produção de resistência, que pode provocar disfuncionamentos por entre as engrenagens desta mesma máquina. Portanto, o trajeto da pesquisa procedeu a um deslocamento radical das análises individualizantes dos processos de trabalho, apostando na ampliação da normatividade vital, ou seja, na expansão da vida em suas diferentes dimensões nas escolas (Canguilhem, 2009).

## **O Fórum-Cosate como produção do comum: caminhando na contramão da razão neoliberal**

Os dados produzidos no inquérito de saúde percorreram espaços variados, como assembleias convocadas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindiupes) e seminários de pesquisa, além de reuniões com gerentes da Secretaria de Educação. O convite

8 Poder de agir é um conceito forjado por Yves Clot (2006) para se referir ao poder de criação e de invenção dos sujeitos sobre a atividade. Nesse sentido, podemos aliar este conceito à ideia de que o poder é sempre ação e o agir não tem, necessariamente, uma finalidade (Foucault, 2008). Aqui, tomamos o conceito de poder de agir como um plano das forças que (re)existem à mera execução de tarefas prescritas, indicando a potência de criação e invenção pela atividade dos humanos.

9 Trataremos essa temática no transcórrer deste texto.

chamava para alguma ação e algum diálogo sobre o tema de interesse comum: as formas de organizar e analisar o trabalho. Com os atores desse cenário, exercitávamos outra maneira de lutar pela saúde e trabalho na Educação do município da Serra, ES.

Foi nessa direção que se engendrou a aposta no Fórum-Cosate: construir dispositivos para acompanhar, avaliar e intervir nas situações de trabalho como política pública da educação. O fórum foi instituído, então, como espaço que prepara e cria condições para a construção de comunidades ampliadas de pesquisa. O fórum constituiu-se como local da partilha de experiências no campo da educação, afirmando-se a laboriosa aposta em espaços de discussão e convivência para a efetiva produção de uma política pública; um ambiente que se fortalece como contraposição à racionalidade neoliberal.

Foi usado o método da Roda ou Paideia (Campos, 2003), visando subsidiar processos dialógicos e encaminhamentos coletivos de forma a legitimar a decisão pela implantação das Cosates nas unidades escolares do município. Um diário de campo fora constituído no formato de Atas, sendo esses dados relativos aos encontros e às pactuações divulgados na rede municipal de ensino. Um Boletim-Cosate também foi criado para ampliar o alcance do processo, restituindo informações aos trabalhadores que não estavam presentes nas reuniões quinzenais ou mensais. A participação dos membros do Fórum-Cosate em mesas, tanto de congressos científicos quanto de congressos de professores e assembleias, ampliava ainda mais o alcance do debate; insistíamos no convite à ampla participação.

Assim, por meio do Fórum-Cosate, novas redes produziram uma comunicação mais articulada entre equipamentos e políticas públicas territoriais. O fórum não se interessava pela sua formalização como sujeito jurídico, mas pelo seu desenvolvimento como política cognitiva e formativa.

Ao convocar trabalhadores da educação para um fórum, buscamos exercitar a construção de um plano comum, condição para a constituição de uma política efetivamente pública. Lembramos que dialogar e partilhar experiências é desafiador, uma vez que somos insistentemente convocados por forças e modos de vida competitivos, individualizados, solitários, próprios da axiomática capitalista neoliberal. Logo, trabalhar de modo coletivo implica investimentos, exercícios permanentes na produção de coletivo, pois um coletivo não está dado *a priori*. O fórum visava, portanto, a uma política pública que não pretendesse falar “sobre” o trabalhador, mas “com” o trabalhador, num exercício de lateralização que colocava lado a lado trabalhadores da rede municipal de educação da Serra e pesquisadores da UFES, indagando práticas verticalizadas – ou mesmo, corporativistas.

O cenário das escolas, marcado por violência, precariedade das condições de trabalho, licenças médicas e alto índice de absentismo exigia a criação de modos para enfrentar as questões de cada caso vivido em suas particularidades. No fórum, buscávamos alimentar confrontos, mas não desqualificações ou antagonismos. A agonística, as confrontações e o dialogismo ditavam o tom das conversas. Cabe destacar que um fórum não existe e não se finda à medida que cada encontro termina, pois a rede constituinte de um fórum nele se alimenta, em uma relação de circularidade: quanto mais viva a rede em suas conexões, mais potente é um fórum em sua experiência de roda.

Assim, o dialogismo no fórum produzia estratégias de fortalecimento dos coletivos de trabalho que se faziam roda, palco de conversas. Conexões eram produzidas, o que possibilitava que os diálogos fossem travados e que as conversas pudessem continuar com outros setores da rede em geral. A experiência de cogestão e de análise era o foco mais importante. Uma atitude problematizadora, que nos colocava insistentemente a questão: o que estamos fazendo como experiência de um fórum *enquanto* o fazemos? Como estar fórum? Nem fora nem dentro! Estávamos fórum!<sup>10</sup>

Os diferentes espaços coletivos de trabalho nas escolas, como os conselhos de escola, reuniões de pais, conselhos de saúde, de assistência, assembleias das categorias profissionais etc., insistem

---

10 Slogan que tomava o Fórum Mundial 2000 em Porto Alegre.

na luta por sua existência, de forma a enfrentar os esvaziamentos dos espaços coletivos de análise do trabalho e afirmar a importância desses espaços no enfrentamento das estratégias neoliberais de isolamento que enfraquecem a força do coletivo. Atravessados por processos de desvitalização, quando imperam diferentes formas de privatização no nosso dia a dia, pergunta-se: como reorientar e dispor as forças na aposta do coletivo? Como reordenar as linhas de composição da realidade de modo a afirmar políticas públicas de educação?

Nesse sentido, a pesquisa foi dando visibilidade a um quadro de adoecimento dos trabalhadores da educação municipal. Além disso, com nossa inserção nesta rede há dez anos, marcados por idas e vindas ao longo deste percurso, foi possível um adensamento com a habitação do território diante das falas que insistentemente apontavam a “falta de tempo” como agente inviabilizador da participação dos trabalhadores nas reuniões do fórum. Machado (2008) nos convida a analisar estas falas e afirma que a “falta de tempo” está longe de ser um dado simplesmente objetivo e inquestionável. Ela não deve ser entendida como causa inequívoca de nossos problemas, pois remete aos efeitos de uma maneira coletivamente reversível de estruturar os tempos e espaços nos cotidianos das escolas. Em outras palavras, para além de ser uma causa/problema indiscutível, a falta de tempo remete a processos de organização neoliberal da ordenação do trabalho em educação. Seguindo a pista que a autora abre, podemos nos reposicionar e lutar pela instauração de outras temporalidades nas atividades do cotidiano educacional.

Baptista e Gatto (2016) nos auxiliam nesta tarefa ao discutir três dimensões distintas e coexistentes do tempo, articulando-as ao cinema e ao trabalho em psicologia escolar. Os autores propõem este debate situando a existência, na Antiguidade clássica, de três conceitos que os gregos dispunham para caracterizar o tempo: *khronos*, *kairós* e *aión*. É a articulação entre estas dimensões coexistentes, e não uma precipitada exclusão de qualquer uma de suas camadas, que nos esforçamos por articular ao longo do trabalho de constituição do fórum como modo de fazer frente à racionalidade neoliberal.

O primeiro aspecto do tempo a ser abordado refere-se à temporalidade linear, cujos acontecimentos podem ser encadeados dentro de uma lógica causal. Seria o nosso velho conhecido *khronos*: o tempo dos calendários, dos programas e dos cronogramas, das pautas, tempo das frequências e avaliações delimitadas. Esta é, sem dúvida, a racionalidade temporal mais alimentada na formação da escola-empresa de que vínhamos falando e situando nossa análise.

Baptista e Gatto (2016) apresentam a alegoria do titã *khronos*, que devora seus filhos, os deuses do Panteão e, assim, os autores põem em jogo a avidez deste tempo que devora a tudo e a todos. “É sobre a ameaça do aniquilamento e do apagamento dos rastros que se opera o tempo cronológico” (Baptista & Gatto, 2016, p. 2). No interior das escolas e no trabalho de nossa pesquisa, tal dimensão comparece cotidianamente, seja nos planejamentos, seja nas datas prescritas para a entrega de relatórios, nas chamadas relacionadas à frequência dos participantes no fórum e, inclusive, no processo de conjurar o apagamento possível que este devorador traz às suas outras esferas constitutivas (*kairós* e *aión*). A racionalidade empresarial investe *khronos* de incriveis poderes, desconsiderando outras dimensões do tempo também fundantes para a vida. A questão, portanto, não é aniquilar *khronos*, mas sim evitar que este devorador tome a dianteira e engula outras superfícies temporais igualmente fundamentais para o existir; diga-se, de passagem, como tem ocorrido no contexto da educação contemporaneamente.

O segundo aspecto refere-se à experiência do tempo oportuno que salta sobre nós, o tempo das oportunidades, o “tempo-quando” das ocasiões. Baptista e Gatto (2016) apontam que o deus *kairós* é descrito na mitologia grega como um ser ágil e veloz, que andava nu e com apenas um cacho de cabelos na testa, o que tornava possível que ele fosse agarrado e segurado por alguns átimos

de segundo, para, por fim, escapar ligeiro e escorregadio das mãos de quem pôde lhe alcançar por breves instantes.

Walter Kohan (2018) ressalta que *kairós* qualifica *khronos*, pois *khronos* é homogêneo e indiferenciado. Afinal, todo movimento no tempo cronológico é equivalente, de modo que um segundo é igual a qualquer outro e uma hora terá sempre os mesmos sessenta minutos. Assim, *khronos* é sucessivo, consecutivo e irreversível enquanto *kairós*, por outro lado, introduz uma qualidade, instaura uma diferença na experiência.

O Fórum-Cosate – nosso foco neste artigo – tinha a função eminente de fazer proliferar os átimos de instante nos quais podemos agarrar o topete de *kairós*, isto é, de possibilitar uma produção de ocasiões em que estejamos oportunamente posicionados para acolher as diferenças, os tensionamentos, hesitações, titubeios e a indeterminação propícia ao exercício do pensamento na produção de uma coletividade.

Em relação à terceira dimensão temporal, temos ainda *aión*, o tempo da experiência. Este é muito difícil de ser apreendido em palavras, uma vez que é superfície avessa à espacialidade discursiva. Resta-nos, portanto, tentar uma aproximação por exercício poiético (de criação poética) para lhe tocar as entranhas. Walter Kohan (2018) afirma que “*aión* é o tempo que não passa, que não sucede, é o tempo que dura” (Kohan, 2018, p. 302). O tempo aiônico é aliado à vibração intensiva, é tempo da qualidade e não da quantidade, tempo da “criança que criança” (Kohan, 2018, p. 303).

Na prática e sustentação do fórum, residimos instalados na fronteira entre as inúmeras qualidades incomensuráveis do tempo, suas faces indissociáveis e superfícies de conexão. Em alguns instantes, demos a mão a *khronos* e caminhamos ao lado dele em linha reta: seguimos obedientes a sua direção. E então nós escolhemos datas para realizar atividades diversas, construímos um calendário de cursos de formação para diretores, professores e outros trabalhadores da educação, organizamos sequências de idas para conhecer e habitar o cotidiano de diferentes escolas, realizamos encontros quinzenais ou mensais do fórum entre os anos de 2012 e 2019. Em outros momentos, estivemos face a face com a dimensão *kairós* e *aión* do tempo, por exemplo, quando professores compartilham, no Fórum-Cosate, táticas de resistência aos controles que surgem verticalizados pela Secretaria de Educação municipal, ou quando se dispõem a fazer um cafezinho e levar lanches para o fórum. A potência residia na possibilidade de estarem juntos para partilhar a existência, para “perder tempo”, alimentar uma rede de conversações, dispor de um encontro desapressado e para tecer manhãs em um cotidiano marcado por excesso de atividades.

Assim, o caminho construído foi se efetivando como forma de enunciar e colocar em diálogo um coletivo de trabalhadores, uma vez que a aposta é na força dos espaços dialógicos, na ampliação da autonomia, na habitação de outras temporalidades. Buscávamos a construção de um espaço de discussão coletiva das práticas em educação no município de Serra, ES que pudesse se fazer como um dispositivo aberto para ampliar o poder de agir dos trabalhadores da educação. Desse modo, faríamos funcionar modos outros de trabalhar e ser trabalhador e trabalhadora, modos estes que insistem na potência criadora dos humanos. Esta é uma forma de produção de política pública que tem por objetivo constituir um coletivo como fonte de renovação e movimento, indo na contramão da escola-empresa e do educador como empreendedor de si.

Nossa aposta é na produção de políticas públicas como enfrentamento da situação de precariedade do trabalho na rede de ensino em função das políticas de austeridade que esvaziam o ensino público e impõem na rede municipal de ensino da Serra, ES, uma escola-empresa. Habitualmente, quando pensamos em políticas públicas, é quase inevitável conectá-las ao governo, como se este fosse seu único idealizador. Entendemos que políticas públicas não estão, necessariamente, atreladas ao governo, mas, também, surgem como possibilidade de enfrentamento

ao governo. Foi o caso dos movimentos liderados pelo Sindiupes frente aos desafios que o chamado “pacote de maldades da administração” – nome dado às medidas implementadas pela administração através da Lei municipal nº 4.602/17. O “pacote de maldades” produziu retrocessos em algumas conquistas do movimento dos educadores no município, tais como:

- Retirada de seguranças e porteiros das escolas, substituídos por videomonitoramento;
- Redução de liberação sindical: havia previsão de até oito liberações; atualmente, só há previsão de uma;
- Perda do direito de folga no dia do aniversário;
- Não regulamentação da Lei municipal nº 4.513/16, que institui Cosates no município de Serra, ES, aprovada na Câmara e sancionada pelo Prefeito;
- Não reposição das perdas salariais – desde 2017, a categoria está sem nenhum tipo de reajuste salarial;
- Dificuldade de atendimento e agendamento de perícia médica da Prefeitura e falta de consenso nos atendimentos entre essa perícia e a do Instituto de Previdência;
- Não implementação da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, do Piso Nacional do Magistério<sup>11</sup>, especialmente no tocante à carga horária para planejamento.

Muitos movimentos foram feitos para o enfrentamento do “pacote de maldades” produzido pela administração municipal. A realização do fórum foi uma das estratégias de luta, uma vez que a aposta se fazia na criação de espaços cujos dispositivos forjados oportunizassem, com suas ações micropolíticas<sup>12</sup>, ambientes de formação que fossem catalisadores de um *ethos* de enfrentamento perante tais máquinas de captura.

Nossa aposta no Fórum-Cosate foi construir políticas públicas não alinhadas ao poder do capital e mais comprometidas com a potência e expansão da vida, ou seja: pensar políticas públicas do coletivo para o coletivo. O processo de elaboração do Projeto de Lei, por exemplo, se efetivou nos diálogos do Fórum-Cosate. Constituiu-se em um exercício de lateralização, de corresponsabilização, de atenção ao que se passava no coletivo. Discutir, por exemplo, o que é risco iminente em uma escola e sua possível interferência na paralisação das aulas (com consequências para os estudantes e a comunidade escolar em geral) nos levou a vários encontros e discussões acaloradas. O grupo pôde contar com a experiência dos trabalhadores e trabalhadoras das escolas, dos profissionais da Secretaria de Educação da Serra que participavam do fórum, da promotoria que atuava no campo da educação no município, do Sindicato dos educadores do estado, dos profissionais da Divisão de Medicina e Segurança do Trabalho (DMST) de Serra e, também, do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador/ES (Cerest) e Fundação Jorge Duprat e Figueiredo (Fundacentro/ES).

A articulação de todas essas vozes possibilitou a chegada a um comum que não anulasse as diferenças, mas que se constituísse em uma criação, uma composição, uma invenção desse coletivo, sem a pretensão de apresentar uma saída que funcionasse em todas as situações ou se tornasse uma solução-modelo, perfeitamente aplicável a qualquer escola.

Fazemos essa aposta na produção de uma política pública na educação por acreditarmos que ela expressa a força do coletivo, ao contrário das políticas de governo que, em geral, já chegam

11 A Lei nº 11.738/08 institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Mais informações podem ser acessadas em Ministério da Educação (2008).

12 Consideramos que toda política é necessariamente macro e micropolítica. Macro e micro não se identificam, aqui, com tamanho, formas grandes e pequenas, nem como relações interpessoais se contrapondo aos planos institucionais protocolares mais verticalizados nas organizações e estabelecimentos. A dimensão micropolítica refere-se aos movimentos que se fazem no curso das nossas ações e que provocam o que está instituído, produzindo movimentos que tentam desestabilizar o que está formalizado. As políticas governamentais, apesar de operarem por macrodecisões, têm uma dimensão de indecidibilidade, pois “a decisão política mergulha necessariamente num mundo de indeterminações, atrações e desejos, que ela deve pressentir ou avaliar de um outro modo” (Deleuze, 1992, p. 102). Logo, uma política que age por meio de julgamentos molares, mas seu acontecer é micropolítico.

formatadas e sem forte participação social e, por isso, mais frágeis e de menor durabilidade. Estas não valorizam o coletivo e nem denotam processualidade. O comum é produzido ao tecermos a política pública por meio do processo incessante de experimentações – não há respostas *a priori*.

Aqui, uma distinção se faz importante: chamamos de gerenciamento a função dos secretários, diretores e chefias, e de gestão, realizada por todos os trabalhadores e não apenas pelos gerentes. Essa gestão faz-se atuante no cotidiano das relações impressas pelos trabalhadores em ambiente laboral e está conectada à ação e à tensão em jogo durante o desenvolvimento de suas atividades.

Nosso princípio básico é a ideia de que todos os participantes do fórum são, também, pesquisadores, pessoas que se debruçam sobre a experiência para analisar os modos pelos quais são engendrados os processos de trabalho, para produzir estratégias, produzir força, produzir saúde. Nosso ponto de partida era a ideia de produzir conhecimento, tomando este não como reprodução de verdades, mas como um processo construído coletivamente, que não preexiste à pesquisa. O aceite dos componentes do fórum era apenas o início da construção do plano comum da pesquisa (Kastrup & Passos, 2013). Esse plano comum nos remete a uma articulação das diferenças, fazendo com que estas conversem sem que se anulem. É uma construção positiva, pois esse diálogo expõe as tensões, move os sujeitos na pesquisa<sup>13</sup>.

Tal direção metodológica considera que, em pesquisa-intervenção e pesquisas qualitativas participativas, é preciso cultivar uma atenção especial ao processo de convocação dos participantes, que não se restringe ao cumprimento das formalidades de um contrato de participação, isto é, não se restringe à assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido. O processo de contratação efetivou-se por meio de uma duração que viabilizasse contrair um “grupo-sujeito” (Guattari, 2004) no Fórum-Cosate, de forma a criar condições para a realização de uma pesquisa que fosse participativa, com vínculos de confiança, corresponsabilidade e protagonismo distribuído.

## Considerações finais

Podemos dizer que a pesquisa, por meio da estratégia Fórum-Cosate, procurou ter os trabalhadores e trabalhadoras como parceiros, construindo, juntos, um espaço dialógico, repensando os modos de trabalho e, com a força do coletivo, “ampliar o poder de agir” (Clot, 2010) desses trabalhadores e trabalhadoras. Privilegiamos os processos de coanálise do trabalho, processos esses que viabilizam acessar recursos advindos do patrimônio proveniente da atividade dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, provocando seu desenvolvimento e transformação.

Não buscamos conhecer para formar, mas transformar para conhecer a realidade da rede educacional da Serra, ES, pois conhecer, no nosso entendimento, não é representar uma realidade, mas se lançar em uma experiência coletiva de criação de si e do mundo.

Percebemos, nos relatos e corpos dos educadores e pesquisadores, como o movimento de produção de comum diz respeito a incluir diferenças, insatisfações, controvérsias e discordâncias. O Fórum-Cosate viabilizou a instituição de comissões de saúde por local de trabalho como dispositivo para potencializar movimentos micropolíticos de resistências à lógica neoliberal que se acirra nas escolas públicas. A partir de uma clínica crítica do trabalho, almejamos inventar novos modos de compartilhamento de experiências e (des)aprendizagens.

---

<sup>13</sup> As comissões de saúde do trabalhador apostam no diálogo permanente sobre os processos de saúde-doença em sua relação com o trabalho, como um modo dos trabalhadores se apropriarem de sua vida e vida no trabalho pela via prioritariamente de intervenções coletivas, no sentido de produzir saúde e sentidos outros ao cotidiano do mundo do trabalho.

Assim, o fórum buscou estar atento a como temos nos posicionado nessas práticas de governamentalidade e, com esse objetivo, as discussões e os debates com diferentes segmentos da rede municipal de educação foram espaços preciosos para que essas análises ocorressem, pois possibilitaram que os trabalhadores também se percebam pesquisadores e cogestores de seu trabalho, ou seja, o trabalho em educação como invenção de si e de mundos.

## Referências

- Baptista, L. A. & Gatto, V. C. (2016). Quando o cinema invade a escola. *RevistAleph*, 13(26), 1-13.
- Barros, M. E., Muniz, H. P., & Brito, J. M. (2019). A saúde do trabalhador da educação: a experiência da constituição de Cosates como dispositivo de intervenção numa rede municipal de ensino. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 22(1), 15-28.
- Campos, G. W. (2003). *Saúde Paideia*. São Paulo: Hucitec.
- Canguilhem, G. (2009). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Clot, Y. (2006). *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Clot, Y. (2010). *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Frabefactum.
- Deleuze, G. (1987). *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense.
- Deleuze, G. (1992). Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In G. Deleuze, *Conversações* (pp. 219-226). São Paulo: Ed. 34.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Guattari, F. (2004). *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. São Paulo: Ideias & Letras.
- Kastrup, V. & Passos, E. (2013). Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal*, 25(2), 263-280.
- Kohan, W. (2018). A escola como experiência: entrevista com Walter Omar Kohan. *Revista Eletrônica de Educação*, 12(1), 298-304.
- Laval, C. (2004). *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina: Editora Planta.
- Lei estadual nº 5.627, de 17 de março de 1997. (1998). Dispõe sobre a criação da Comissão de Saúde do Trabalhador (Cosat) do Serviço Público do Estado do Espírito Santo e o Conselho das Comissões de Saúde do Trabalhador (Concosat). Vitória: Diário Oficial do Estado. Recuperado de <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI56271998.html>
- Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. (2008). Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, DF: Diário Oficial da União. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm)
- Lei municipal nº 4.513, de 05 de maio de 2016. (2016). Cria a comissão de saúde do trabalhador da educação (Cosate) do servidor público do município de Serra, ES e o conselho das comissões de saúde do trabalho da educação (Concosate). Serra, ES: Prefeitura de Serra. Recuperado de <http://prefeiturasempapel.serra.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L45132016.html>
- Lei municipal nº 4.602, de 23 de janeiro de 2017. (2017). Dispõe sobre medidas de contenção de despesas, alteração de dispositivos e dá outras providências. Serra, ES: Câmara Municipal. Recuperado de <http://legis.serra.es.gov.br/normas/images/leis/html/L46022017.html>
- Luciano, L., Barros, M. E. B. & Raizem, M. H. (2016). Configurações das relações entre trabalho e saúde de professores do ensino fundamental. In M. E. B. Barros, J. M. Cesar & F. H. Silva (Orgs.) *Saúde e trabalho em educação: desafios do pesquisar* (pp. 201-223). Vitória: Edufes.
- Machado, A. M. (2008). *A produção de desigualdade nas práticas de orientação*. Recuperado de <http://www2.fe.usp.br/~cpedh/Desigualdade%20e%20Educ%20Adriana%20Marc.pdf>
- Oddone, I., Marri, G. & Gloria, S. (1986). *Ambiente de Trabalho: a luta dos trabalhadores por saúde*. São Paulo: Hucitec.

Prefeitura Municipal de Serra (2020a). *A educação na Serra: quantidade de unidades escolares da rede municipal de ensino*. Serra, ES, 2020a. Recuperado de <http://www.serra.es.gov.br/site/pagina/a-educacao-na-serra>

Prefeitura Municipal de Serra (2020b). *Alunos da Serra vão ter aulas de honestidade, respeito e até meditação*. Serra, ES, 2020b. Recuperado de <http://www.serra.es.gov.br/site/publicacao/alunos-da-serra-vaio-ter-aulas-de-honestidade-respeito-e-ate-meditacao>

**Endereços para correspondência**

betebarros@uol.com.br  
crisbremenk@gmail.com

Recebido em: 29/09/2019  
Revisado em: 13/06/2020  
Aprovado em: 08/07/2020

# Desafios colocados pelas estratégias neoliberais de precarização do trabalho para a pesquisa-intervenção voltada para a transformação das situações de trabalho

Hélder Pordeus Muniz<sup>I, 1</sup>, Emerson Moraes Teixeira<sup>II, 2</sup> e Cláudia Osório da Silva<sup>III, 3</sup>

<sup>I</sup>Universidade Federal Fluminense (Niterói, RJ, Brasil)

<sup>II</sup>Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)

<sup>III</sup>Universidade Federal Fluminense (Niterói, RJ, Brasil)

Este artigo apresenta os referenciais teóricos e metodológicos que dão suporte a nossos trabalhos e combates acadêmicos em face das estratégias neoliberais, sendo aqueles articulados a uma reflexão sobre pesquisa e intervenção em psicologia do trabalho. As políticas neoliberais adotadas na atualidade têm gerado efeitos importantes de precarização da vida e em especial nos meios de trabalho, resultando em alguns efeitos subjetivos perversos que se apresentam como desafios a serem enfrentados pelos trabalhadores na contínua invenção de sua vida e proteção de sua saúde. Discutimos como as ferramentas das clínicas do trabalho auxiliam a transformação das situações de vida e trabalho por meio da ampliação do poder de agir dos trabalhadores. Propomos, por fim, seguir nos debates do campo da psicologia do trabalho e organizacional no Brasil – sobre essas estratégias que visam transformar, e não apenas conhecer.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Subjetivação, Cooperação, Cooperação conflitual.

Precarization of labor and neoliberal strategies posing challenges to intervention-research aiming to transform work situations

This article presents the theoretical and methodological references that support our studies, interventions and academic combats in work psychology in the face of neoliberal strategies articulated with reflections on research and intervention. The neoliberal policies adopted today have generated important effects of precariousness in life, and specifically in the work environment, generating some perverse subjective effects that function as challenges to be faced by workers in the continuous invention of their life and protection of their health. We discuss how the tools of work clinics assist in transforming life and work situations by expanding the workers' power to act. We propose to continue in debates in the field of work and organizational psychology in Brazil—strategies that aim to transform, and not just know.

Keywords: Neoliberalism, Subjectivation, Cooperation, Conflictive cooperation.

## Introdução

Este ensaio visa apresentar os referenciais epistemológicos, teóricos e metodológicos que dão suporte aos nossos trabalhos e aos combates acadêmicos para enfrentar problemas criados pelas estratégias neoliberais e de precarização da vida, articulados a uma reflexão sobre a nossa política de pesquisa e intervenção em psicologia do trabalho.

Primeiramente, apresentaremos algumas características das transformações induzidas pelas políticas neoliberais e de precarização da vida nos mundos do trabalho. Em um segundo tópico, levantaremos alguns efeitos subjetivos perversos que se comportam como desafios a serem enfrentados pelos trabalhadores na contínua invenção de sua vida e proteção de sua saúde. No terceiro tópico, mostraremos as perspectivas epistemológicas e abordagens teórico-metodológicas

1 <https://orcid.org/0000-0001-8430-3647>

2 <https://orcid.org/0000-0002-5643-5877>

3 <https://orcid.org/0000-0001-8581-7842>

que fundamentam nossas pesquisas-intervenções, visando à ampliação do poder de agir dos trabalhadores. Não traremos aqui as pesquisas e intervenções que podem ser encontradas em outras publicações (Conceição, Rosa & Santorum, 2018; Osório da Silva & Barros de Barros, 2013; Alves & Osorio da Silva, 2014; Neves, Muniz, Alvarez, Figueiredo & França, 2018; Neves, Muniz, Silva, Brito & Athayde, 2015).

Por fim, faremos, nas considerações finais, o nosso posicionamento em face dos debates do campo da psicologia do trabalho e organizacional no Brasil.

## **Estratégias neoliberais e de precarização da vida e do trabalho**

Ideias neoliberais defendem a não participação do Estado na economia. Afirmam que deve haver total liberdade de comércio para garantir o crescimento econômico, o desenvolvimento social de um país e um estado natural da sociedade. O livre mercado seria o regulador natural da sociedade. Para essa ontologia naturalista, permitir que esse estado natural flua por si próprio significaria o equilíbrio, a estabilidade. A intervenção do governo nesse curso espontâneo prejudicaria o crescimento – espera-se dele a abstenção. Embora enfrentando crises diversas, as investidas neoliberais, ao longo dos anos, não arrefecem.

De acordo com Dardot e Laval (2016), aqueles que anunciam o fim do neoliberalismo incorrem em grande erro e apontam para a confusão feita entre as ideias econômicas que sustentam a implantação das políticas neoliberais e a normatividade prática que caracteriza o neoliberalismo propriamente. Os autores apresentam um questionamento: “como é que, apesar das consequências catastróficas a que nos conduziram as políticas neoliberais, essas políticas são cada vez mais ativas, a ponto de afundar os Estados e as sociedades em crises políticas e retrocessos sociais cada vez mais graves?” (Dardot & Laval, 2016, p. 15). A resposta não estaria restrita, por exemplo, ao desmonte das regras, regulamentações e organizações do Estado. O neoliberalismo não tem apenas efeitos destrutivos, ele também produz determinadas relações sociais, certos modos de viver – modifica os modos como somos levados a nos comportar e a nos relacionar com o mundo e com nós mesmos.

Antes mesmo de pensar o neoliberalismo como ideologia ou política econômica, é fundamental ressaltar que ele é uma racionalidade.

O termo racionalidade não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra “capitalismo”. O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (Dardot & Laval, 2016, p. 17).

Há uma produção constante de normas de vida dirigidas às sociedades ocidentais e àquelas que perseguem viver no caminho da chamada modernidade. Essas normas introduzem em nossas relações e práticas cotidianas a competição generalizada, que consiste na luta econômica, uns contra os outros, conforme o modelo do mercado – em que o indivíduo passa a se conceber e se comportar como uma empresa. Nas teias neoliberais, a “norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade” e dá novos contornos aos modos de viver (Dardot & Laval, 2016, p. 16).

Vemos os efeitos dessas normas nas relações sociais individualizantes, na polarização aguda entre pobres e ricos e no surgimento de novos sujeitos. Para impor suas normas, o neoliberalismo age, também, na direção do enfraquecimento dos entes do Estado e nos direitos que os trabalhadores

conquistaram a duras penas por meio de suas lutas históricas. Nesses termos, “tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados” (Dardot & Laval, 2016, p. 17). A característica principal da racionalidade neoliberal é a concorrência generalizada como norma condutora e a empresa como modelo de subjetivação.

Nas últimas quatro décadas houve a transformação do capitalismo em dimensão mundial. Sob a regência da acumulação flexível<sup>4</sup> se deu a ruptura com os padrões fordistas, “gerando um modo de trabalho e de vida pautados na flexibilização e na precarização do trabalho” (Antunes, 2018, p. 153). Os empreendimentos do capital passaram a ser dirigidos pelo capital financeiro, que, por sua vez, subordinou a esfera produtiva afetando as práticas e os modos de gestão do trabalho. Segundo Antunes (2018), o Estado passou a desempenhar cada vez mais um papel de gestor dos negócios da burguesia financeira, cujos governos, em sua imensa maioria, pautam-se pela desregulamentação dos mercados, principalmente o financeiro e o de trabalho. Estamos diante da experiência de hegemonia da lógica financeira que alcança não somente a esfera econômica, mas também a da vida social, modificando os modos de trabalho e de vida, tornando os trabalhadores vulneráveis, efêmeros e descartáveis.

É a lógica do curto prazo, que incentiva a “permanente inovação” no campo da tecnologia, dos novos produtos financeiros e da força de trabalho, tornando obsoletos e descartáveis os homens e mulheres que trabalham. São tempos de desemprego estrutural, de trabalhadores e trabalhadoras empregáveis no curto prazo, por meio das (novas e) precárias formas de contrato, em que terceirização, informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade são mecanismos vitais, tanto para a preservação quanto para a ampliação da sua lógica (Antunes, 2018, pp. 153-154).

Entre as dimensões e modalidades de precarização do trabalho no Brasil, Franco e Druck (2008) apontam a terceirização como fenômeno central. Nela, encontramos contratações precárias, sem proteção social e com salários mais baixos. Os terceirizados são os que mais se acidentam e morrem no trabalho dadas as condições precárias para a realização do seu trabalho.

Sobre “os padrões de gestão e organização do trabalho”, inspirados no toyotismo<sup>5</sup>, revelam-se condições extremamente precárias, com a intensificação do trabalho (imposição de metas inalcançáveis, extensão da jornada, polivalência etc.) sustentada na gestão pelo medo, nas formas de abuso de poder, no assédio moral e na discriminação criada pela terceirização. É entre os terceirizados que essas condições de trabalho são piores, com maiores jornadas, maior rotatividade e menor acesso a benefícios (Antunes, 2018, pp. 158-159).

As evidências no mundo do trabalho nos convocam a refletir acerca das condições dadas aos trabalhadores para que realizem seu trabalho. Perante tantas investidas e lógicas perversas de fomento

4 Após a recessão, em 1973, inicia-se a transição do processo de acumulação de capital (Antunes, 1995, p. 20). A acumulação flexível nos diz que essa fase da produção é “marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas . . .” (Harvey, 1992, p. 140).

5 Nas transformações do capitalismo vivencia-se a mudança dos processos de trabalho com a chegada do toyotismo, cunhado na flexibilização da produção, em lugar dos paradigmas tayloristas e fordistas baseados na produção em série e de massa, no controle do tempo e movimentos. “O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados . . . Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção” (Antunes, 1995, pp. 20-21).

do capital, somos desafiados a interrogar as práticas e o sentido do trabalho – além de ponderar sobre outros modos de ser e fazer no trabalho –, a reconhecer a complexidade do ‘ser no mundo’ sob a égide dos paradigmas neoliberais, a trilhar um caminho e a construir nesse caminhar, sendo impulsionados pela postura ética com a vida.

## Efeitos subjetivos do neoliberalismo e da precarização

Um dos principais efeitos subjetivos do neoliberalismo e da precarização é a produção de insegurança e de medo de reivindicar e lutar, devido à dificuldade de conseguir manter um emprego. Além disso, a diferenciação de contratos entre os trabalhadores de uma mesma empresa, como entre os terceirizados e os diretamente contratados pela empresa principal, produz conflitos entre os trabalhadores, que não estão submetidos às mesmas regras jurídicas e nem possuem os mesmos direitos. Muitas vezes, eles não têm o mesmo sindicato ou associação para reuni-los em uma luta comum<sup>6</sup>.

As contribuições das pesquisas nas diferentes clínicas do trabalho (Bendassolli & Soboll, 2011; Lhuillier, 2006) têm salientado a importância da dimensão coletiva do trabalho, que se expressa na cooperação entre trabalhadores para produzirem saberes e normas a partir de valores do bem comum que confrontam os valores mercantis (Schwartz, 2010a). Essa cooperação exige uma construção árdua que depende de uma história do ofício, das relações laborais e do modo como os trabalhadores lutam pela qualidade de seu fazer e pela sua saúde.

Assim, outro efeito perigoso da precariedade dos contratos de trabalho é a fragmentação dos coletivos, uma vez que o fato produz uma grande rotatividade de trabalhadores, fazendo com que os acordos coletivos que começavam a se consolidar sejam destruídos e os trabalhadores necessitem construí-los novamente. Isso fragiliza as relações de confiança porque, enquanto acordos não são firmados coletivamente e não se cria o hábito de cumpri-los no cotidiano de trabalho, não existe a confiança de que será possível trabalhar com cuidado – não só pela qualidade do trabalho, mas também pela saúde das pessoas. Nas relações cotidianas de trabalho, produz-se uma permanente sobrecarga, uma vez que, na ausência da certeza de que normas coletivas referenciarão o trabalho, resta aos trabalhadores tomarem para si a responsabilidade pessoal de gerir o seu trabalho e de vigiar o do outro, em uma situação na qual seria necessário um suporte coletivo. Isso leva à personalização dos conflitos, causando atritos, críticas pessoais e moralização das atitudes, como se a única referência restante fosse o conjunto de normas morais e universais *a priori*, que deveriam ser seguidas sem um retrabalho necessário de sua pertinência no contexto de cada atividade.

Dejours (2012) refere-se também a situações nas quais a gerência tenta construir a cooperação por meio da produção do medo. Os trabalhadores são convocados a cooperar com a gerência devido à ameaça da demissão ou punição, não existindo espaço para um debate sobre as normas – entre elas, as prescrições. Dessa forma, as pessoas procuram uma cooperação reduzida em busca das compatibilidades: os trabalhadores procuram ajustar seu modo operatório para que seja compatível com outra instância humana ou objeto técnico. Ou seja, há um esforço de cada um de procurar um nível de comunicação com colegas e chefias que permita a continuidade das tarefas. Porém, muitos dos problemas que aparecem e dificultam o trabalho não são informados e discutidos porque isso seria assumir que as normas não podem ser sempre cumpridas ou que o seu cumprimento produz problemas. Essa questão pode ser encarada pela gerência como um defeito do trabalhador, que não soube ser criativo e lidar com os incidentes respeitando as normas existentes.

6 Dizemos isso sem ignorar que essa forma de luta está em busca de formas de enfrentamento que levem em conta os novos desafios apresentados pelo neoliberalismo atual.

Nesse modo de relação vai decaindo o esforço de cooperação e se acentua o isolamento, a ênfase na estratégia de fazer o máximo de coisas sozinho, sem depender dos outros. As relações de cooperação diminuem o máximo possível e a comunicação passa a ser feita predominantemente por mensagens via e-mail ou outro tipo de comunicação simplificada. A própria forma como essas mensagens vão ser efetuadas é um indicador da degradação dos coletivos de trabalho, dado que sempre se procura responder a um número grande de pessoas de forma a ficar público e provado que cumpriu a sua parte. Assim, caso ocorra algum problema, o trabalhador não será facilmente atingido pela culpabilização, tão presente nesse tipo de gerência pelo medo.

Trata-se da ilusão de que, se cada um fizer a sua parte, tudo correrá bem. Porém, os estudos sobre a atividade humana em situação de trabalho já mostraram que a variabilidade técnica e humana exige regulação e produção de novas normas para trabalhar, essas não podendo ser reduzidas a decisões individuais. Assim, embora esse tipo de cooperação possibilite algum tipo de coordenação das tarefas, ele não dá conta de variabilidades que exigem uma gestão coletiva complexa da situação – ela envolve uma atividade deôntica de produção de acordos para referenciar as regulações. Dessa forma, problemas surgirão tanto na qualidade da produção quanto na saúde dos trabalhadores, áreas em que o coletivo some e o trabalhador também se degrada:

Na cooperação reduzida em busca de compatibilidades, a cooperação se faz exclusivamente com os objetos técnicos, enquanto as relações humanas se empobrecem e se tornam rarefeitas. Nessa cooperação sob o regime do medo, a convivência não pode resistir e os espaços informais desaparecem. A patologia da solidão e desolação rondam, o que significa, de forma concreta, que em caso de ruptura, de grande dificuldade, de “naufrágio”, o sujeito que malogra não pode contar com ninguém (Dejours, 2012, p. 91).

Tal efeito piora mais ainda com a crescente utilização de formas de avaliação de desempenho individuais, e essas formas produzem concorrências muitas vezes desleais entre trabalhadores, destruindo solidariedades.

Dardot e Laval (2016) afirmam que o neoliberalismo introduz um modo de viver baseado no empreendedorismo, em que cada trabalhador compete com os outros para vencer na vida. Esse enfraquecimento dos coletivos diminui a capacidade de luta dos movimentos – seja por aumento salarial, seja pela melhoria das condições e da organização do trabalho. A ruptura da luta coletiva, substituída pelas tentativas individuais de se diferenciar dos demais para ganhar benefícios ou se proteger de punições ou demissões, vai piorando ainda mais as situações de precarização, já que uma crítica ativa coletiva não é exercida.

Porém, além de apresentar esses efeitos deletérios na vida dos trabalhadores, precisamos atentar às possibilidades de enfrentamento da atual organização empresarial do trabalho neoliberal e de como a nossa prática em psicologia do trabalho pode contribuir para ampliar o poder de agir dos trabalhadores. Como diz Clot (2010, p. 15), o desenvolvimento do poder de agir relaciona-se com o “raio de ação efetivo do sujeito em sua esfera profissional, o que se pode também designar por irradiação da atividade, seu poder de recriação”.

As diferentes clínicas do trabalho têm em comum a valorização do coletivo e o debate sobre o trabalho em situação concreta como o caminho – o método – por excelência, de permanente construção de recursos coletivos para a ação – ou, pode-se dizer, para uma efetiva cooperação.

O trabalho tem sentido e eficiência quando os trabalhadores dispõem de recursos para a ação que lhes permitem reconhecer-se em um trabalho que considerem bem-feito e, em diálogo com os valores de ofício, dele se orgulhem. Alcançar sentido e eficiência exige manter e permanentemente construir uma cooperação conflitual, considerando uma dada organização do trabalho. Assim,

. . . é nesse sentido que buscamos avançar até o ponto de colisão dos conflitos de critérios de qualidade do trabalho, levando conosco os profissionais, tendo em vista sustentar os esforços necessários à instituição de uma cooperação conflitual dentro da organização do trabalho (Simonet & Poussin, 2014).

Intervir no desenvolvimento da atividade para aumentar o poder de agir é então oferecer aos que trabalham – sejam operadores, gerentes ou diretores com maior poder de decisão – o enriquecimento do conflito entre sentido e eficiência, com o objetivo da eficácia. Em nome da saúde, que é uma preocupação atual dos que solicitam nossa intervenção, assim como é a nossa própria preocupação, parece indispensável ocupar-se da eficácia do trabalho. . . . A eficácia contrariada é uma fonte importante de atentado à saúde (Clot & Simonet, 2015, p. 45).

É necessário sustentar uma cooperação que não procure esconder os conflitos de critérios que ocorrem no diálogo difícil com a organização do trabalho: instituir uma cooperação conflitual. Uma cooperação efetiva exige o enfrentamento do debate da qualidade do trabalho e dos critérios de trabalho bem-feitos, em que os trabalhadores participem ativamente, sem falsas concordâncias escondendo a heterogeneidade de interesses envolvidos.

## **Como a psicologia do trabalho pode apoiar a luta contra os efeitos do neoliberalismo e da precarização do trabalho?**

Em nossas práticas de pesquisa-intervenção, utilizamos uma caixa de ferramentas com diferentes teorias, diferentes disciplinas do conhecimento e, ao mesmo tempo, com a mobilização dos saberes dos trabalhadores que são construídos nas suas práticas de luta pela vida e pela emancipação política. Esses patrimônios de conceitos teóricos e cotidianos são colocados em debate buscando o desenvolvimento dos saberes científicos e saberes da experiência.

Neste artigo, exploraremos a contribuição da ergologia e da clínica da atividade para a ampliação da capacidade de intervenção dos trabalhadores em suas situações de trabalho.

### ***Ergologia e a atividade humana como debate de normas em um mundo de valores***

Schwartz (2010b) adverte que devemos ter humildade epistemológica na avaliação das mudanças nas situações de trabalho. Ele afirma que é necessário o estudo das atividades humanas em situação de trabalho para apreender como os trabalhadores experienciam essas mudanças, partindo do pressuposto de que eles não são meros fantoches, manipulados e programados para se comportarem conforme as políticas de gerenciamento prescrevem. Isso implica que não podemos prescindir do protagonismo dos trabalhadores na análise das situações de trabalho, em confronto e diálogo com os pesquisadores/analistas do trabalho.

A partir de Canguilhem (2011), compreendemos que a vida é atividade em oposição à inércia e à indiferença. Schwartz (2015) elabora então a concepção de que a atividade envolve sempre um debate de normas. As normas antecedentes que referenciam a atividade humana estão sempre em movimento de renormatização, pelo qual os trabalhadores procuram criar um meio de vida e trabalho mais coerente com os valores que querem afirmar. Não significa dizer que há sempre sucesso nessa renormatização ou que os trabalhadores consigam, com certeza, reconstruir um meio favorável de trabalho e de vida. Porém, convém reforçar que mesmo as tentativas malsucedidas, os fracassos parciais, sugerem não apenas a existência da passividade e da reatividade como possibilidade de atitude dos trabalhadores.

Assim, Schwartz (2014) propõe que o trabalho exige sempre uso de si por outros (heterodeterminação por normas históricas e sociais) e também uso de si por si (criação de novas normas por parte dos trabalhadores). Esse “si” não é sinônimo de um eu essencializado ou de um indivíduo a-histórico – Schwartz (2014) deixa mais clara sua concepção quando propõe que se trata de um corpo-si, uma entidade que é um encontro ou atravessamento de três histórias: a história dos seres vivos e, portanto, das mudanças nas normas vitais; a história social, fazendo com que a atividade humana seja sempre atravessada por normas sociais; e, por fim, a história singular de cada trabalhador desde o seu nascimento até a sua morte, desenvolvendo uma experiência concreta de vida, irrepetível e singular.

Desse modo, ao propor o trabalho como uso do corpo-si, o autor busca romper com as dicotomias: vida/história; indivíduo/sociedade e corpo/mente. Não há nunca atividade meramente individual, nem um amálgama social que iguale as experiências de todos os trabalhadores. Não é possível entender a atividade de cada trabalhador sem compreender os processos histórico, social, econômico e político global dos quais faz parte e, ao mesmo tempo, não se entende a sociedade sem compreender que os coletivos são construídos à base de debates, visto que as atividades não são meros reflexos de uma norma homogênea seguida por todos (Muniz, Santorum & França, 2008).

Outra concepção importante desse autor é a de entidades coletivas relativamente pertinentes (Schwartz, 2010c), formulada para ressaltar que a produção de novas normas em situações de trabalho envolve a construção coletiva. Os trabalhadores precisam construir comunicações e colaborações entre suas atividades, formando uma intervenção coletiva provisória no trabalho que ultrapassa os limites do organograma e recria normas. Essas articulações coletivas são relativamente pertinentes porque suas fronteiras são as da atividade situada de trabalho, e só se compreende sua pertinência naquela dimensão temporal e naquela amplitude de análise que se quer realizar. Essas entidades coletivas relativamente pertinentes oferecem um lugar de transição entre o político e o trabalho. Se essas entidades coletivas relativamente pertinentes se constroem, isso quer dizer que os valores entre as pessoas são bastante fortes para as cristalizarem – tais valores aderem à própria atividade e são, portanto, pregnantes para as pessoas que estão no local (Schwartz, 2010c, p. 163).

Schwartz (2016) salienta que a atividade processa um debate de normas em um mundo de valores. As normas são a dimensão mais operacional e revelam, muitas vezes, um embate que requer uma decisão entre posições antagônicas. Por exemplo: uma enfermeira deve decidir se é aconselhável, em uma situação específica, acordar ou não um paciente para que ele tome um remédio. Um motorista de ônibus é confrontado com a decisão de parar fora dos pontos formalmente estabelecidos para que um passageiro desça no lugar mais conveniente para ele ou respeitar fielmente a prescrição.

Todas essas decisões não são neutras, já que se baseiam em valores. Na vida social, encontramos os valores mercantis, que são dimensionados quantitativamente – por exemplo, o quanto de dinheiro se economiza ou se gasta na quantidade de paradas dos ônibus. Além disso, existem também valores do bem comum, que não estão dimensionados inicialmente (como justiça, saúde, educação e autonomia). Esses valores, para ganhar uma concretude na vida social, precisam ser dimensionados por meio da produção de normas, e essa é uma das grandes questões da gestão do trabalho, pois não é óbvio como um valor como a saúde pode se tornar operacional (Schwartz, 2016). Além disso, uma mesma norma pode estar relacionada com diferentes valores – para dar apenas um exemplo: um médico, ao decidir dar alta a um paciente, pode afirmar um valor associado a um bom tratamento como saúde ou autonomia, mas também a um valor mercantil, de redução de custos no serviço de saúde pública que precisa ampliar a rotatividade de pacientes para compensar gastos.

É fundamental haver uma discussão das normas em suas relações com os valores no trabalho, para os trabalhadores construírem coletivamente modos de trabalhar e conviver juntos no trabalho

que estejam articulados a determinadas concepções de vida social. É dessa forma que o autor salienta a relação entre políticas de gestão do trabalho com um projeto de construção social mais amplo.

A ideia de trabalhar juntos na definição de bens comuns, na sua gestão e cristalização em instituições, regras, normas têm uma pertinência, uma significação. É a razão pela qual eu digo que, de certa maneira, o político (o político ou o econômico, no sentido amplo) determina a natureza, a possibilidade, a configuração dessas entidades pertinentes. Mas, inversamente, podemos dizer que ao mesmo tempo o político começa lá, no nível mais local.

Em outros termos, se o bem comum, se esses valores têm bastante aderência e força para organizar entidades pertinentes, isso quer dizer que a questão do viver junto e sua determinação têm um sentido e uma significação para as pessoas. Eu diria, de forma mais geral, que o político – como o lugar no qual se debate acerca do viver juntos e do bem comum – ganha então um sentido. Consequentemente, pode-se pensar em um certo grau de participação coerente dessas pessoas nos debates, no campo do político e dos valores relativamente universais que eu chamo de valores sem dimensão (Schwartz, 2010c, p. 164).

Schwartz (2010c) também faz um alerta: se ocorre o processo contrário, tão presente nas políticas de gerenciamento neoliberais, a ponto de estimular a individualização, a concorrência e a destruição de coletivos, é provável que se produza um sentimento de desgosto generalizado pelo político, dado que o ato político é constantemente vivenciado como um maltrato.

É fundamental a análise de como se processa a dimensão coletiva do trabalho: quais os obstáculos para a cooperação e como os trabalhadores lutam para trabalhar, apesar de tudo? Em nossas pesquisas, além de estarmos atentos aos problemas relativos à saúde dos trabalhadores e à qualidade do trabalho, procuramos também inverter a questão e nos perguntarmos: como algo ainda funciona, apesar de tudo? Essa questão visa abordar como se processam as entidades coletivas relativamente pertinentes e as atividades humanas no esforço de construção e reconstrução de normas para afirmar valores de uma vida em comum. Não fazemos isso para amenizar ou eufemizar a percepção da dura realidade da precarização, mas porque acreditamos que a transformação só é possível quando detectarmos as mínimas potencialidades presentes de construção coletiva de exercício de novas formas de viver juntos.

A melhor forma de lidar com a precarização é não deixar que ela contamine o nosso olhar a ponto de não enxergarmos as possíveis potências de transformação e de luta presentes nas situações de vida e trabalho. Nesse sentido, o conceito de atividade nos é precioso, porque nos leva à frente das situações de trabalho, em que os trabalhadores se arriscam tomando decisões, vivenciando debates de normas, arbitrando entre normas, antecedentes e renormatizações. Nesse movimento, entidades coletivas são construídas, destruídas e reconstruídas. Não devemos nem superestimar, nem subestimar as possibilidades de construção coletiva. Quando se observa um processo querendo compará-lo com o que acontecia anos atrás, a tendência é achar que a dominação sobre os trabalhadores é completa, que não há mais coletivo ou luta, porque não enxergamos hoje as mesmas expressões e formas de coletivo que existiam antes. Nesse sentido, centrar o olhar apenas nas consequências negativas do novo capitalismo pode nos impedir de ver emergir outros processos de vida, outras experimentações e reservas de alternativas presentes na atividade (Schwartz, 2015).

Pensamos que a luta contra a desigualdade e a injustiça social também acontece na linha de frente das situações de trabalho. Retomamos as contribuições de Oddone, Re e Briante (1981), que afirmam que os trabalhadores vivem uma experiência de luta cotidiana em suas situações de trabalho e que produzem saberes fundamentais que servem tanto para fazer o seu trabalho como para construir uma experiência de classe comum. Isso não quer dizer que não ocorram equívocos e derrotas parciais nessas tentativas de assumir minimamente o controle de suas vidas, apesar

da organização empresarial do trabalho produzir sérios obstáculos à construção autônoma dos trabalhadores. O que se propõe é criar oportunidades de reflexão coletiva sobre as experiências para poder desenvolvê-las, aumentando assim o poder de agir dos trabalhadores. Ao assumirem a tarefa de discutir e desenvolver coletivamente suas estratégias de trabalho e de luta, os trabalhadores fortalecem as formas de cooperação e criam novas estratégias de intervenção.

Dessa forma, se as políticas neoliberais produzem isolamento, fragmentação dos coletivos e desencontros, e também afirmam como valor a capacidade de vencer sozinho na vida, de empreender negócios e de ampliar capital para poder consumir mais do que os outros como ideal de vida, nossas estratégias de intervenção vão na sua contramão – ou seja, buscam a coletivização, o encontro e afirmam a solidariedade, além da construção coletiva na busca de afirmar valores do bem comum, como saúde, educação e autonomia para todos. Isso é possível na medida em que acreditamos, com Canguilhem (2001), que a normatividade não é um privilégio do capital. Não se trata de acreditar que é possível afirmar plenamente esses valores no capitalismo, mas de apostar na possibilidade de lutar por eles desde já, porque só assim será possível uma alternativa revolucionária a esta sociedade burguesa, que abandona seus valores democráticos sempre que é mais vantajoso economicamente flertar com o fascismo em nome da ampliação do capital – tudo isso por meio da exploração abusiva da força de trabalho, como acontece agora no Brasil. Trata-se de fortalecer a luta, e não de acreditar em um reformismo que visa dar uma aparência tolerável ao que é intolerável, guiando a prática política mediante o discurso de que o possível é fazer apenas pequenas melhorias nas situações de trabalho. A maior aposta é no fortalecimento da capacidade de luta dos coletivos de trabalhadores.

*O dispositivo dinâmico de três polos e as comunidades ampliadas de pesquisa e intervenção: desenvolvimentos da ergologia no Brasil*

Oddone, Re e Briant (1981) propuseram que a “comunidade científica ampliada” fosse um novo paradigma de produção de conhecimento sobre o trabalho, no qual os operários protagonizariam a produção do conhecimento junto a pesquisadores de diferentes disciplinas. Trabalhando com o movimento sindical italiano, os autores desenvolveram uma metodologia de formação de trabalhadores para a luta pela saúde no cotidiano das fábricas.

Schwartz (2000) salienta a relevância do conceito de “comunidade científica ampliada”. Ele acredita, porém, que as transformações ocorridas no mundo do trabalho desde a década de 1970 criaram novos desafios para os pesquisadores e trabalhadores, como:

- interrogar-se sobre o papel da atividade na história da espécie humana, produzindo incessantemente novas normas e meios de vida e trabalho;
- esclarecer o trabalho de reavaliação de seus próprios saberes e práticas a ser realizado por pesquisadores e trabalhadores, respectivamente;
- ampliar os interlocutores, ou seja: além dos trabalhadores assalariados e sindicalistas, outros parceiros devem participar da produção de conhecimento sobre o trabalho, como desempregados, camelôs, terceirizados, gerentes do setor público ou privado, sem-terra, trabalhadores sem-teto e outros atores presentes no cenário atual.

Assim, Schwartz e Durrive (2016) apresentam o “dispositivo dinâmico de três polos (DD3P)” como uma nova formulação ética e epistemológica, que acrescenta outros conceitos e estratégias para pesquisar e intervir nas situações de trabalho no contexto do capitalismo contemporâneo. O polo 1 é o dos saberes disponíveis, “desinvestidos” (sobre o trabalho e muitas outras coisas), produzidos em diversos graus de desaderência. Nele se encontram as diferentes disciplinas acadêmicas em uma relação de pluridisciplinaridade, ou seja, em busca de um trabalho que

afrouxe as fronteiras das disciplinas permitindo transversalizar os debates e impedir hierarquizações e desqualificações entre elas.

O polo 2 é o das forças de convocação, de reconvocação e de saberes investidos, tendencialmente produzidos em diversos graus de aderência. Essas forças convocam os saberes do polo 1 para contribuir com a compreensão-transformação da atividade, e, no processo, apresentam uma crítica a eles, os obrigando a serem retrabalhados; daí a ideia de reconvocação e transformação desses saberes acadêmicos, estimulando a criação de novos conceitos e teorias. Os saberes investidos na atividade – ou saberes da experiência – apresentam uma pertinência para a compreensão dos problemas, mas também se colocam em retrabalho no confronto com os saberes do polo 1.

O polo 3 é o polo-suporte, polo dos desconfortos intelectuais, éticos, sociais – ou polo do mundo comum a ser construído. Trata-se de como arbitrar o encontro dos saberes do polo 1 e do polo 2 para que a cooperação não seja apenas tecnocrática, burocrática ou superficial, mas sim uma confrontação que leve ao retrabalho de ambos os saberes com o intuito de trabalhar os valores necessários para dar um sentido à pesquisa-intervenção. É fundamental mobilizar debates sobre quais são os objetivos da transformação e que mundo se quer construir para vivermos juntos. Isso envolve uma exigência epistemológica, ou seja: todos os participantes, sejam eles pesquisadores profissionais ou trabalhadores, devem estar abertos a aprender uns com os outros, reconhecendo no outro alguém capaz de lhe ensinar algo. Envolve também uma exigência ética, de reconhecer o outro como ser de atividade, que produz suas próprias normas e que tem suas posições os valores com os quais se quer viver e quais normas seriam as mais adequadas para tornar concretos esses valores na vida em comum.

No Brasil, um grupo de pesquisadores referenciados na proposta da comunidade científica ampliada (Muniz, Brito, Athayde, Souza & Lacomblez, 2013) e do dispositivo dinâmico de três polos criou e experimentou o dispositivo denominado Comunidade Ampliada de Pesquisa (CAP) (Brito & Athayde, 2003; Brito, Athayde & Neves, 2003), que anos depois foi renomeado para Comunidade ampliada de pesquisa e intervenção (Capi) (Athayde, Zambroni-de-Souza & Brito, 2014). Esse dispositivo tem a influência também do patrimônio das experiências brasileiras em educação popular (Freire, 1987; Garcia, 1980) no que diz respeito à produção de pesquisas e de processos de formação que envolvem a colaboração de saberes acadêmicos e populares que visam à transformação da realidade por meio da mobilização política. A palavra “comunidade” tem um sentido, no Brasil, ampliado por uma tradição de dispositivos de educação popular. A ideia de usar a palavra “pesquisa” em vez de “científica” busca evitar tanto a confusão de que esta seria uma produção científica tradicional e positivista, quanto a de que o objetivo seria formar trabalhadores como cientistas profissionais.

### ***A clínica da atividade: protagonismo do trabalhador em diálogo com seu trabalho***

A clínica da atividade surgiu na França alguns anos mais tarde, tendo à frente Yves Clot e Daniel Faïta (2000), que participavam das atividades iniciais da ergologia no sul da França. Ela compartilha com esta perspectiva o ponto de vista da atividade como indispensável nas análises e intervenções no trabalho; tem também em comum o conceito de saúde canguilhemiano e a busca pela ampliação de recursos coletivos para a ação dos trabalhadores em seu meio. Assim, “a análise do trabalho visa inicialmente assessorar esses coletivos em seus esforços para redobrar seu poder de agir em seu meio” (Clot & Faïta, 2000, p. 8). Desse modo, busca-se revitalizar o gênero de atividade profissional, a instância transpessoal do ofício (Clot, 2010). No entanto, enquanto a ergologia procura ser uma perspectiva ética e epistemológica que pode orientar diferentes abordagens,

a clínica da atividade fornece um enfoque clínico às situações de trabalho, com ferramentas teóricas conceituais e metodológicas próprias para o desenvolvimento de uma psicologia do trabalho.

Com o objetivo de desenvolvimento do poder de agir dos profissionais sobre seu meio, ou seja, de ampliação dos recursos coletivos para a ação dos trabalhadores sobre seu meio de trabalho, a clínica da atividade dedica esforços à produção de metodologia e métodos que provocam o diálogo sobre o trabalho, bem como o diálogo com o objeto de trabalho. Esse propósito acompanha o que já vinha sendo afirmado por Ivar Oddone: que as transformações desejadas só são consistentes se elas se dão por iniciativa dos próprios trabalhadores, em que os trabalhadores sejam protagonistas da análise e das transformações (Osorio da Silva, 2014). Fabricar dispositivos de análise do trabalho pelos quais os trabalhadores possam ser os protagonistas constitui, então, o principal desafio metodológico.

Em face dos constrangimentos da organização do trabalho, especificamente no capitalismo neoliberal da atualidade, o trabalhador que dispõe de recursos coletivos, de um gênero de atividade profissional em sua plena vitalidade, não se adapta ao meio; ele cria um meio para viver. É preciso mais do que preservar o equilíbrio, mais do que ser normal. Aliando-se a Canguilhem (2011), a clínica da atividade afirma que, se a normalidade se define por adaptar-se a um meio e às suas exigências, a saúde se explica pela capacidade de seguir novas normas de vida.

Longe de ser um dado natural, a saúde é um poder de ação sobre si e sobre o mundo, adquirido junto dos outros. Ela está ligada à atividade vital de um sujeito, àquilo que ele consegue, ou não, mobilizar de sua atividade pessoal no universo das atividades do outro; e, inversamente, àquilo que ele chega, ou não, a utilizar das atividades do outro em seu próprio mundo (Clot, 2010, p. 111).

Propondo um diálogo em que intervêm Canguilhem e Vygotsky, Clot afirma que “a saúde, diferentemente da normalidade defensiva, é a transformação da doença em novo meio de existir, a metamorfose de uma experiência vivida em um meio de viver outras experiências . . .” (Clot, 2010, p. 113).

Para fazer da experiência vivida um meio de viver novas experiências, a atividade é então tomada como objeto de análise em que os trabalhadores são necessariamente os protagonistas. Debater os detalhes da atividade realizada, trazendo à tona decisões tomadas por vezes em situações de grandes conflitos, em que se enfrentam dilemas e debates de escolas é o que faz da experiência já vivida um meio de viver novas experiências.

Ora, o exercício de uma clínica da atividade supõe a instalação proposital de um dispositivo desenvolvimental: a organização de uma nova atividade se superpõe à atividade ordinária que se busca transformar e compreender, ou melhor, transformar como indispensável para compreender.

Nessa metodologia, a pesquisa acerca do trabalho é sempre clínica, no sentido de que é situada e também de que deve produzir efeitos de desenvolvimento de recursos para a ação, sendo o trabalhador protagonista nessa coanálise. A intervenção se inicia, por isso, com uma fase de observação, para então o estabelecimento de um contrato de confiança entre o clínico e os trabalhadores.

A observação já produz, ela mesma, uma intervenção – entre outros motivos porque quem exerce a atividade profissional sob o olhar de outro tende a ficar perturbado, ao menos inicialmente, passando a se observar para ter algum controle sobre aquilo que o observador está vendo e pensando. Ora, na clínica da atividade, o efeito perturbador da observação é a fase inicial da análise da atividade em que o trabalhador é o principal analista. Aqui, a neutralidade não é um objetivo e o princípio se manterá na forma de fazer a análise da atividade, dado que ela será discutida e escolhida com o grupo que tem interesse em participar de modo direto do projeto, compondo um grupo de referência.

Complementarmente, outra referência fundamental para a clínica da atividade, inspirada na metodologia histórico-desenvolvimental proposta por Vygotsky, é a diferença entre comportamento realizado e desenvolvimento possível:

Em 1925, ele já define o comportamento, distinguindo funcionamento realizado e desenvolvimento possível. O comportamento é um sistema de reações que foram vencedoras. Mas o realizado não é mais que uma ínfima parte daquilo que seria possível. O homem é pleno, a cada minuto, de possibilidades não realizadas. Assim, essas possibilidades suprimidas – que não são acessíveis diretamente, nem pelo sujeito nem por seu interlocutor – nem por isso deixam de agir (Clot, 2004, p. 7).

Daí a adoção de uma metodologia indireta que consiste em “transformar a experiência vivida de um objeto em objeto de nova experiência” (Vygotsky, 1925, citado por Clot, 2004, p. 7), e a análise incide sobre uma “marca” do trabalho, produzida coletivamente, como fruto do diálogo que põe o gênero de atividade profissional (Clot & Faïta, 2000) em manutenção. Desse modo, criam-se condições para a produção de um distanciamento facilitador do debate sobre a atividade, evitando a personalização e o julgamento sobre escolhas pessoais. As polêmicas suscitadas são trazidas sem a consideração da necessidade de uma verdade ou de um objetivo de consenso. Ao contrário, a controvérsia é valorizada como um recurso para ampliação de recursos coletivos para a ação. O debate se faz de modo recorrente, favorecendo deslocamentos, elaborações e reelaborações nas análises produzidas. Uma mesma situação registrada é analisada sucessivamente, propiciando a participação, por meio do diálogo, de aspectos menos evidentes e conflitos da atividade.

Tendo como instrumento a análise do registro da atividade, desloca-se o trabalhador para o lugar de observador e analista do seu trabalho, mantendo-se o analista/pesquisador como instrumento do debate que se instala, confortando o mesmo deslocamento, convocando o trabalhador a expor, explicar suas ações e escolhas a alguém que não faz parte habitualmente da situação e não opera com as obviedades presentes para quem domina o ofício.

Esse modo de pesquisa-intervenção busca provocar, assim, as possibilidades que os trabalhadores têm de criar e recriar recursos para sua atividade profissional, levando-os à posição de observador de seu próprio trabalho – sendo o clínico um interlocutor visando possibilitar a surpresa com aquilo que, por muito familiar, já passava despercebido. A finalidade é então, claramente, favorecer o debate dos diferentes modos possíveis de enfrentamento do real, desenvolvendo o gênero do coletivo e ampliando suas possibilidades como instrumentos para a ação de cada um.

Dessa forma, o encontro com a clínica da atividade veio para enriquecer e criar outra sinergia no elenco das ferramentas metodológicas já adotadas no campo da saúde do trabalhador.

## **Considerações finais**

O nosso trabalho tem produzido confrontos, colocando sob análise alguns debates que permeiam o campo da psicologia do trabalho no Brasil. Abre-se, assim, uma possibilidade interessante para pensar os rumos de pesquisa e intervenção que visam ampliar o poder de agir dos trabalhadores no contexto de gerenciamento neoliberal e de aumento da precarização do trabalho.

Na clínica da atividade, trabalha-se com a potência da controvérsia profissional como instrumento de ampliação dos recursos de gênero para ação, como fonte para a constituição de coletivos e como instrumento de desenvolvimento do pensamento. Acreditamos que contribui, também, para o desenvolvimento dos recursos teóricos metodológicos na área específica da psicologia do trabalho.

É recorrente o fato de psicólogos organizacionais verem clínicos do trabalho como alheios às necessidades da produção, às exigências de eficiência e eficácia – contrapondo-se ao paradigma apresentado no presente contributo. Outra controvérsia nos diz igualmente a respeito no âmbito da discussão colocada por uma crítica à clínica da atividade – e talvez também a outras clínicas do trabalho –, de que essa não pode pretender constituir uma resistência potente à dominação do trabalho pelo capital. Com esta perspectiva, Padilha (2009) afirma que, no cenário contemporâneo

do trabalho, de alta exploração e dominação, qualquer proposta de transformação das condições de trabalho por intervenção direta nos ambientes organizacionais é, de fato, uma falácia, pelo entendimento de certos psicólogos influenciados por uma das interpretações possíveis do patrimônio marxista que associam tais modos de intervenção à negação da luta de classes, por contribuir a uma maior docilidade a serviço do capital.

A revista *Trabalho, Educação e Saúde*, periódico importante na área da saúde coletiva, optou por abrir este debate e, em face da postura de que só superando o capitalismo é que se pode alterar significativamente as relações de trabalho, outra posição (Athayde & Brito, 2009; Lacaz, 2009) argumentou outro ponto de vista: as lutas importantes do presente são as que valorizam a ampliação da participação e o questionamento dos valores vigentes.

Percebemos a nossa responsabilidade de pesquisar as formas de gerenciamento e gestão do trabalho, com vistas a superar uma divisão feita no campo da psicologia do trabalho e organizacional entre os que supostamente seriam da saúde do trabalhador e os que estariam preocupados com a questão organizacional. É preciso afirmar uma prática que ouse intervir no mundo do trabalho tirando dos estudantes e psicólogos esta falsa escolha: entre ser um denunciador de esquerda fora das empresas ou estar dentro das empresas apenas para fazer um trabalho de aplicação de teorias e técnicas da moda. É preciso formar psicólogos do trabalho e organizacional que saibam problematizar as questões levantadas tanto pela gerência das empresas quanto pelos trabalhadores, além de analisar e reconstruir as demandas junto dos interlocutores – sem cair na cilada de limitar a formação dos alunos às demandas do mercado de trabalho. Isso porque o mercado não é natural, nem suas demandas – elas são construídas e transformadas. Para a universidade, não interessa se fixar apenas no que o mercado de trabalho é hoje, mas como ele poderá ser amanhã a partir das intervenções humanas.

Não acreditamos na fixação na suposta negatividade dos mundos do trabalho, nem no foco em uma suposta positividade. A vida no trabalho convoca trabalhadores e pesquisadores a assumirem riscos e escolhas difíceis, além de a avaliarem com quais movimentos se engajam. É uma aventura na qual ousamos lutar por valores do bem comum, enfrentando a hegemonia dos valores mercantis nos meios de vida e trabalho.

## Referências

- Alves, E. A. P. & Osorio da Silva, C. (2014). Clínica da atividade e oficina de fotos: eletricitistas em foco. *Psicologia e Saúde*, 6(2), 62-71.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (1995). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Athayde, M. & Brito, J. (2009). Vida, saúde e trabalho: dialogando sobre a qualidade de vida no trabalho em um cenário de precarização. *Trabalho, Educação e Saúde*, 7(3), 587-597.
- Athayde, M., Zambroni-de-Souza, P. & Brito, J. C. (2014). Intervenção e pesquisa em psicologia: uma postura ergológica. In P. F. Bendassolli & L. A. P. Soboll (Orgs.), *Métodos de pesquisa e intervenção em psicologia do trabalho: clínicas do trabalho* (pp. 129-157). São Paulo: Atlas.
- Bendassolli, P. F. & Soboll, L. A. P. (Orgs.). (2011). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas.
- Brito, J. & Athayde, M. (2003). Trabalho, educação e saúde: o ponto de vista enigmático da atividade. *Trabalho, Educação e Saúde*, 1(2), 63-89.
- Brito, J. C., Silva, E. F., Muniz, H., Neves, M. Y. & Athayde, M. (Orgs.). (2003). *Caderno de método e procedimentos: programa de formação em saúde, gênero e trabalho nas escolas*. João Pessoa: Editora UFPB.

- Canguilhem, G. (2001). O meio e normas do homem no trabalho. *Proposições*, 12(2-3), 35-36.
- Canguilhem, G. (2011). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Clot, Y. (2004). Le travail entre fonctionnement et développement. *Bulletin de Psychologie*, 57(1), 5-12.
- Clot, Y. (2010). *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum.
- Clot, Y. & Faïta, D. (2000). Genres et styles en analyse du travail. Concepts et méthodes. *Travailler*, 4, 7-42.
- Clot, Y. & Simonet, P. (2015). Pouvoir d'agir et marges de manœuvre. *Le Travail Humain*, 78(1), 31-52.
- Conceição, C. L., Rosa, R. P. F. & Santorum, K. M. T. (2018). Intervindo nos processos de formação para o cuidado em saúde: uma experiência com o método de instruções ao sócio. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 43(1. supl.), e9s.
- Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo.
- Dejours, C. (2012). *Trabalho vivo: trabalho e emancipação* (Tomo II). Brasília: Paralelo 15.
- Franco, T. & Druck, G. (2008, 28–29 de novembro). *O trabalho contemporâneo: precarização e saúde mental* [Mesa redonda]. Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho, São Paulo.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (17ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Originalmente publicado em 1970)
- Garcia, P. B. (1980). Educação popular: algumas reflexões em torno da questão do saber. In A. Bezerra & C. R. Brandão (Orgs.), *A questão política da educação popular* (pp. 88-121). São Paulo: Brasiliense.
- Harvey, D. (1992). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Lacaz, F. (2009). Qualidade de vida n(d)o trabalho: um conceito político e polissêmico. *Trabalho, Educação e Saúde*, 7(3), 565-572.
- Lhuillier, D. (2006) *Cliniques du travail*. Ramonville Saint-Agne: Editions ERES.
- Muniz, H. P., Brito, J., Souza, K. R., Athayde, M. & Lacomblez, M. H. (2013). Ivar Oddone e sua contribuição para o campo da saúde do trabalhador no Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 38(128), 280-291.
- Muniz, H. P., Santorum, K. & França, M. B. (2018). O corpo-si: a construção do conceito na obra de Yves Schwartz. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30(2), 69-77.
- Neves, M. Y. R., Muniz, H. P., Alvarez, D., Figueiredo, M. G. & França, M. B. (2018). A formação como estratégia de pesquisa e intervenção em saúde do trabalhador. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 43(1. supl.), e8s.
- Neves, M. Y. R., Muniz, H. P., Silva, E. F., Costa, J. D., Brito, J. & Athayde, M. (2015). Saúde, gênero e trabalho nas escolas públicas: potencialidades e desafios de uma experiência com o dispositivo “Comunidade Ampliada de Pesquisa e Intervenção”. *Laboreal*, 11(1), 53-68.
- Oddone, I., Re, A. & Briante, G. (1981). *Redécouvrir l'expérience ouvrière: vers une autre psychologie du travail?* Paris : Messidor.
- Osorio da Silva, C. (2014). Pesquisa e Intervenção em clínica da atividade: a análise do trabalho em movimento. In P. F. Bendassolli & L. A. P. Soboll (Orgs.), *Métodos de pesquisa e intervenção em psicologia do trabalho: clínicas do trabalho* (pp. 81-100). São Paulo: Atlas.
- Osorio da Silva, C. & Barros de Barros, M. (2013). Oficina de fotos: um método participativo de análise do trabalho. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1325-1334.
- Padilha, V. (2009). Qualidade de vida no trabalho num contexto de precarização: a panaceia delirante. *Trabalho, Educação e Saúde*, 7(3), 549-563.
- Schwartz, Y. (2000). A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. *Trabalho & Educação*, (7), 38-46.
- Schwartz, Y. (2010a). O homem, o mercado e a cidade. In Y. Schwartz & L. Durrive (Orgs.), *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana* (2ª ed. pp. 247-273). Niterói: EdUFF.
- Schwartz, Y. (2010b). Trabalho e ergologia. In Y. Schwartz & L. Durrive (Orgs.), *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana* (2ª ed. pp. 25-46). Niterói: EdUFF.
- Schwartz, Y. (2010c). Anexo ao capítulo 5: a dimensão coletiva do trabalho e as Entidades Coletivas Relativamente Pertinentes (ECRP). In Y. Schwartz & L. Durrive (Orgs.), *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana* (2ª ed. pp. 149-164). Niterói: EdUFF.

- Schwartz, Y. (2014). Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. *Letras de Hoje*, 49(3), 259-274.
- Schwartz, Y. (2015). L'activité peut-elle être objet d' "analyse"? *Letras de Hoje*, 50(supl.), s42-s52.
- Schwartz, Y. (2016). Diálogo 2 – debates de normas, “mundo de valores” e engajamento transformador. In Y. Schwartz & L. Durrive (Orgs.), *Trabalho e Ergologia II: diálogos sobre a atividade humana* (pp. 55-149). Belo Horizonte: Fabrefactum.
- Schwartz, Y. & Durrive, L. (2016). Esquema geral do dispositivo a três polos. In Y. Schwartz & L. Durrive (Orgs.), *Trabalho e Ergologia II: diálogos sobre a atividade humana* (pp. 387-388). Belo Horizonte: Fabrefactum.
- Simonet, P. & Poussin, N. (2014). La socialisation des gestes de métier : un enjeu de santé au travail qui interroge la formation. *Éducation Permanente*, (HS6), 121-135.

### **Endereços para correspondência**

heldermuniz@uol.com.br

emoraesteixeira@gmail.com

claudia.osorio.uff@gmail.com

Recebido em: 25/10/2019

Revisado em: 09/08/2020

Aprovado em: 11/08/2020



# Exploração e precariedade na nova dinâmica produtiva nos canaviais e a persistência do desgaste e adoecimento do trabalho

Dathiê de Mello Franco-Benatti<sup>I, 1</sup>, Vera Lucia Navarro<sup>II, 2</sup> e Luci Praun<sup>III, 3</sup>

<sup>I</sup>Prefeitura Municipal de Araraquara (Araraquara, SP, Brasil)

<sup>II</sup>Universidade de São Paulo (Ribeirão Preto, SP, Brasil)

<sup>III</sup>Universidade Federal do Acre (Rio Branco, AC, Brasil)

Nas últimas décadas, o processo de trabalho no setor agrícola brasileiro passou por transformações. Essas alterações, desencadeadas em grande medida pela inserção de tecnologia e mecanização de etapas do processo produtivo, impuseram uma nova dinâmica ao trabalho nos canaviais, articulando antigas formas de organização e condições de trabalho com os imperativos da mecanização. Neste contexto, situações de suscetibilidade à ocorrência de acidentes e diferentes agravos à saúde, presentes no cotidiano do trabalho nos canaviais, renovaram-se. Exposição aos agrotóxicos, novas práticas de queima da cana, manuseio de máquinas e instrumentos de trabalho em um contexto de aumento da produtividade e intensificação do trabalho exemplificam esta situação. Este artigo tem por objetivo apresentar e problematizar situações de trabalho, assim como as circunstâncias de ocorrências de acidentes típicos e doenças comnexo laboral no segmento da agroindústria canavieira da região de Araraquara (SP). As reflexões desenvolvidas têm como ponto de apoio pesquisa de campo desenvolvida entre 2013 e 2014. A partir das entrevistas com 14 trabalhadores(as) pode-se compreender as distintas articulações entre as histórias de vida desses homens e mulheres e o cotidiano do trabalho nos canaviais. Os dados obtidos indicam que o ritmo e a jornada intensa de trabalho, em conjunto com a falta de equipamento de proteção, a exposição aos agrotóxicos e com outros riscos presentes no meio rural estão na base da ocorrência dos acidentes, marcas da ampliação da exploração e da precariedade do trabalho com o avanço de medidas de perfil neoliberal.

Palavras-chave: Trabalhadores(as) rurais, Canavieiros(as), Agroindústria canavieira, Saúde do(a) Trabalhador(a), Acidentes de trabalho.

Exploitation and precariousness in new productive dynamics in the sugar cane fields and the persistence of wear and illness at work

In the last few decades, the labor process in the Brazilian agricultural sector underwent important transformations. These changes, triggered to a great extent by the insertion of technology and mechanization of stages of the productive process, imposed new dynamics to labor in sugarcane fields, articulating old forms of organization and working conditions with the imperatives of mechanization. In this context, situations of susceptibility to the occurrence of accidents and different health problems that are quite present in the daily life of labor in sugarcane have been renewed. Exposure to pesticides, new practices of sugarcane burning, as well as the handling of machines and working tools in a context of increased productivity and intensification of work exemplify this situation. This article analyzes such labor conditions and situations, as well as the circumstances of occurrences of typical accidents and diseases resulting from labor relations in the sugarcane agribusiness segment of the Araraquara (SP) region. The considerations developed here are supported by field research developed between 2013 and 2014. Fourteen workers were interviewed, which allowed to understand the different articulations between the life stories of these men and women and the daily work in the cane fields. The data obtained indicate that the pace and intense working hours associated to lack of protective equipment, exposure to pesticides and other risks present in rural areas are the basis for the occurrence of accidents, marks of the expansion of exploration and precariousness with the advancement of neoliberal measures.

Keywords: Rural workers, Sugarcane cutter, Sugarcane industry, Worker's health, Accidents at work.

1 <https://orcid.org/0000-0003-1180-1025>

2 <https://orcid.org/0000-0003-4669-0011>

3 <https://orcid.org/0000-0002-4386-324X>

## Introdução

Na década de 1970, o Brasil foi considerado campeão mundial em acidentes de trabalho e, na atualidade, ocupa o quarto lugar no mesmo ranking. De acordo com o Ministério Público do Trabalho (2018) “a cada 48 segundos acontece um acidente de trabalho e a cada 3h38 um trabalhador perde a vida” no país. Tais dados foram extraídos do Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (AEAT). Segundo a publicação, foram registrados 712.302 de acidentes de trabalho (típicos, de trajeto e doenças) no Brasil em 2014 e nos anos de 2015 e 2016, 622.379 e 579.935 ocorrências respectivamente. Quando o foco se volta para as doenças do trabalho, os dados apontam que em 2014 foram contabilizadas 17.599 notificações e, de forma semelhante ao que aconteceu com o número de acidentes típicos, observou-se em 2015 e 2016 uma diminuição no número de registros: 15.386 e 12.502, respectivamente (Ministério da Fazenda, 2016).

Tais cifras, alarmantes, estão longe de refletir a realidade das ocorrências, recorrentemente marcadas pela subnotificação. Cabral, Soler e Lopes (2014) afirmaram que são vários os fatores contribuintes para a subnotificação dos acidentes de trabalho e que tais fatores estão relacionados ao tipo de ocorrência, à metodologia de investigação do acidente e à sua homologação pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Entre outros fatores, a simples burla ao sistema de registro, fruto das consequências legais que envolvem os acidentes, deve ser considerada. Além deste motivo, as limitações relativas às fontes dos dados, circunscritas às Comunicações de Acidentes do Trabalho (CAT) e aos benefícios de natureza acidentária concedidos pelo INSS, também impõem restrições às estatísticas oficiais.

Considerando-se que a utilização da base de dados dos benefícios acidentários possa ampliar a captação de registros de acidentes de trabalho, duas outras ponderações precisam ser feitas. A primeira diz respeito ao fato de que os resultados obtidos traduzirem, fundamentalmente, ocorrências relativas aos trabalhadores com vínculo formal de emprego. Em um país com altas taxas de desocupação<sup>4</sup> e informalidade<sup>5</sup>, onde as relações de trabalho encontram-se perpassadas pela precarização e flexibilização tanto contratual quanto salarial, ainda que se considere a importância dos dados colhidos e consolidados pelo poder público, a distância entre os indicadores oficiais e a realidade do cotidiano do mundo do trabalho é evidente. A curva descendente no registro de acidentes de trabalho, conforme indicam as estatísticas divulgadas pelo AEAT em 2016, deve ser considerada no contexto de uma taxa de desocupação em ascensão desde 2015, que salta nos anos subsequentes para dois dígitos e, nesse sentido, repercute nos registros oficiais.

A segunda ponderação se refere à instituição, pelo INSS, do Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade (PRBI) em 2016. Com foco na revisão dos auxílios-doença e nas aposentadorias por invalidez, a iniciativa alcançou, em sua primeira etapa, “530 mil beneficiários com auxílio-doença e 1,1 milhão de aposentados por invalidez” (Ministério do Desenvolvimento Social, 2016). A segunda etapa do programa, iniciada em 2018, objetivou a análise de “1,2 milhão de benefícios por incapacidade, sendo 273.803 de auxílio-doença e 995.107 de aposentadorias por invalidez” (Instituto Nacional do Seguro Social, 2018).

De acordo com a médica Maria Maeno, em entrevista cedida ao Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região (Motta, 2017), o problema não está em realizar

4 A taxa de desocupação, que no segundo trimestre de 2018 estava em 12,4%, deve ainda ser observada em paralelo ao que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) categoriza como taxa de subutilização da força de trabalho, indicador obtido a partir da articulação entre três componentes: “subocupados por insuficiência de horas trabalhadas”; “desocupados” e aqueles, com 14 anos ou mais, considerados como “força de trabalho potencial”. Estas taxas, se considerado sempre o segundo trimestre de cada ano, também têm operado em curva ascendente. Os 14% apurados em 2014, converteram-se em 17,2% em 2015; 20,9%, em 2016; 23,8%, em 2017; 24,6% em 2018, conforme o IBGE (2018).

5 Compõem o mercado de trabalho informal: trabalhadores(as), do serviço público ou privado, sem registro, que trabalham por conta própria, mas sem CNPJ, assim como o segmento de trabalhadores(as) domésticos sem carteira de trabalho registrada. O IBGE considera também como parte desse contingente aqueles(as) que trabalham em família.

a revisão, pois uma trabalhadora ou trabalhador que é aposentado por invalidez e que apresenta uma melhora de sua funcionalidade pode ser reinserido no trabalho, desde que respeitado um processo de reabilitação profissional específico para cada caso. O problema está na forma como essa revisão ocorre, com o objetivo único de cessar o maior número possível de benefícios “para que se diminua os gastos do INSS. Por isso, paga-se R\$ 60,00 por fora do salário do perito para que ele participe do mutirão da revisão de benefícios. A avaliação é feita sob quais critérios? Ninguém sabe” (Motta, 2017).

Dal Rosso, Barbosa e Fernandes Filho (2001, p. 88) afirmam que, devido aos acidentes de trabalho, “Vidas de trabalhadores são sacrificadas, seus corpos e suas mentes, mutilados; carregam durante intervalos ou para o resto de sua vida, as marcas desse tipo de violência”. Praun (2016) descreveu o sentimento de inutilidade vivenciado por aqueles que, adoecidos e/ou mutilados, são impedidos de se manter no mercado de trabalho, descartados sem direito a auxílio acidentário, estabilidade e demais benefícios que lhes são devidos. Cohn, Hirano, Karsch e Sato (1985, p. 11) consideraram o acidente de trabalho como uma das mais brutais formas de violência urbana dado que tal violência “não se limita ao momento do acidente e à lesão física, na esmagadora maioria dos casos irreversível, mas . . . é apenas o início de uma longa trajetória marcada fundamentalmente pelo desrespeito aos direitos mínimos de cidadania”.

Em consonância com as perspectivas acima destacadas, as análises propostas por este artigo inserem-se entre aquelas que consideram os processos de reorganização do trabalho, assim como seus desdobramentos deletérios entre os trabalhadores e trabalhadoras, como parte de um movimento de maior amplitude, característico da atual fase de desenvolvimento do capitalismo e articulado pelo avanço das medidas de perfil neoliberal. Esse movimento, observado globalmente, assume formas singulares nos países que compõem a chamada periferia do sistema, evidenciando nestes espaços exploração e precariedade ampliadas.

O setor agrícola brasileiro, fortemente reestruturado nas últimas décadas, é *locus* de velhas e novas formas de organização do trabalho, tecidas tanto pelo papel reservado ao Brasil na divisão internacional do trabalho como em meio ao avanço significativo, impulsionado pelas corporações do agronegócio, do uso de tecnologia de ponta. O reconhecimento dessa articulação singular, desenvolvida em um espaço historicamente marcado pela profunda exploração do trabalho, é premissa das análises expressas neste artigo, que têm como foco o setor canavieiro.

As condições e situações de trabalho cotidianas e suas expressões nos indicadores de acidentes e doenças do trabalho assumem neste universo, portanto, contornos particulares. Mesmo considerada a incidência de subnotificações, as atividades relacionadas ao cultivo da cana-de-açúcar figuram dentre aquelas com maior registro de acidentes e doenças do trabalho: em 2015 foram registrados 2.112 acidentes de trabalho naquela atividade e, em 2016, 1.984 (Ministério da Fazenda, 2016).

Pesquisa recente, desenvolvida por Verçoza (2018) e que contou com a participação de 22 canavieiros safristas em atividade em usinas localizadas no município de Teotônio Vilela, Alagoas, tornou contundente o nexos entre processos de adoecimento, óbito, e atividade laboral desenvolvida no corte da cana. Valendo-se do uso de monitores de frequência cardíaca, foi possível registrar os batimentos cardíacos destes trabalhadores ao longo da jornada de trabalho. Entre os achados da pesquisa, vale destacar um dos participantes, que já na primeira hora de uma jornada que se estendeu por 10 horas, alcançou 200 batimentos por minuto (bpm).

Este artigo, que se embasa em resultados de pesquisas realizadas entre 2013 e 2014, tem por objetivo apresentar as circunstâncias de ocorrências de acidentes de trabalho no âmbito da agroindústria canavieira da região de Araraquara, no estado de São Paulo, Brasil, e suas consequências para os trabalhadores e trabalhadoras do setor a partir da análise do processo de trabalho.

Para o desenvolvimento da pesquisa, de caráter qualitativo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 14 participantes com idades que variaram entre os 22 e os 55 anos,

dentre os quais nove mulheres e cinco homens vitimados por algum tipo de acidente durante o trabalho na lavoura canvieira. Os entrevistados e entrevistadas executavam suas atividades em diferentes usinas da região, o que possibilitou maior abrangência da observação e análise das condições e situações de trabalho tratadas pelo estudo.

Os critérios de inclusão dos entrevistados e entrevistadas foram os seguintes: trabalhadores e trabalhadoras da agroindústria canvieira envolvidos com a colheita da cana-de-açúcar que sofreram acidentes de trabalho entre 2010 e 2012 e que concordaram em participar do estudo mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Também foi realizada uma entrevista com a gestora do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) de Araraquara, SP, a fim de obter informações acerca do atendimento dispensado aos acidentados. Tal órgão teve fundamental importância no fornecimento de dados que possibilitaram o contato das pesquisadoras com os trabalhadores e trabalhadoras entrevistados.

As entrevistas foram agendadas previamente e realizadas nos domicílios dos participantes. Com autorização prévia, as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas integralmente. De forma a preservar o anonimato dos e das entrevistadas, procedeu-se à identificação por nomes fictícios, atribuídos pelas pesquisadoras.

Quando da realização das entrevistas, dos 14 trabalhadores e trabalhadoras que participaram da pesquisa, dez (71,4%) relataram haver cursado apenas o ensino fundamental e, dentre esses, apenas três o completaram e, do total, apenas quatro trabalhadores (28,6%) haviam completado o ensino médio, um deles através de curso supletivo.

Transcritas as entrevistas, foi realizada uma leitura sistematizada dos depoimentos e os dados obtidos foram categorizados como: aspectos da organização e das condições do trabalho rural; processo de trabalho; riscos aos quais esses trabalhadores estão expostos ao exercerem suas atividades; queixas a respeito da saúde física e mental e tipificação dos acidentes de trabalho que ocorrem no meio rural.

O artigo apresenta os resultados da pesquisa de campo em diálogo com a produção bibliográfica pertinente ao tema. Além desta introdução, está organizado em outras seis seções que buscam apresentar e discutir os diferentes aspectos que envolvem a dinâmica produtiva nos canaviais e sua articulação com a persistência do desgaste e adoecimento do trabalho entre canavieiros.

Nestas seções, busca-se relacionar a saúde dos e das trabalhadoras com os aspectos da organização e condições de trabalho. Destaca-se a questão da inovação tecnológica no meio rural, intensificada nas últimas décadas, que reorganizou a atividade na lavoura canvieira; a vinda dos trabalhadores rurais oriundos de outras regiões do país para o trabalho no canavial no interior paulista; a produtividade na lavoura canvieira, destacando-se as metas de produção que o trabalhador rural precisa atingir e, assim, relaciona-se a produção com a forma de remuneração; as condições de trabalho que os trabalhadores rurais estão expostos como os riscos físicos, químicos e psicológicos, que podem contribuir para as ocorrências de acidentes e adoecimentos; e as consequências dos acidentes de trabalho no meio rural, muitas vezes graves, que deixam sequelas e podem incapacitar para a volta ao trabalho, além de repercutirem de várias formas em sua vida como um todo.

## **Atividade agrícola, inovação tecnológica e reorganização do trabalho**

Em decorrência de processos de inovação tecnológica intensificados nas últimas décadas, o trabalho no meio rural brasileiro passou por profundas transformações que afetaram as condições e situações de sua execução, deixando os e as trabalhadoras mais suscetíveis à ocorrência de formas diferenciadas de acidentes e a diferentes agravos à saúde. A exposição a agrotóxicos,

as novas práticas de queima da cana e o manuseio de máquinas e instrumentos de trabalho em um contexto de intensificação do trabalho exemplificam esta situação.

Na década de 1960, o Brasil implantou um rigoroso processo de reestruturação das usinas de cana-de-açúcar. Vinte anos após, a produção de cana aumentou em decorrência da incorporação de novas técnicas de cultivo e da mecanização da lavoura. Segundo dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), a produção de cana-de-açúcar no Brasil, em 1980, elevou-se para 123,681 milhões de toneladas. Nos anos seguintes, em 1981 e 1982, o número da produção caiu para 91,081 e 101,981 milhões de toneladas, respectivamente. Mas a queda foi revertida nos anos de 1983 e 1984, atingindo a marca, entre os anos de 1985 e 1986, de 223,179 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (Unica, 2019).

Em parte, as repercussões desse processo de inserção tecnológica e reorganização do trabalho, que elevaram qualitativamente a produtividade na agricultura, puderam ser observadas na saúde dos e das trabalhadoras. Para Veiga, Gontijo, Masiero, Maas e Odorizzi (2017, p. 125), “o crescimento da frota de tratores agrícolas incrementou o número e a gravidade dos acidentes no campo”. Essas alterações envolvem por um lado as inovações no campo da biotecnologia, implicando, entre outros procedimentos, na adoção de insumos, tais como sementes, fertilizantes, defensivos; por outro, novas práticas de cultivo e inovações mecânicas, com o aumento gradativo do uso de máquinas e implementos agrícolas (Araújo, Schuch, Barros, Shiota & Nicolella, 2003).

Penteado, Sanches, Castelane, Valderrama e Magagnini (2013) afirmaram que o cortador de cana na atualidade convive na lavoura tanto com tecnologias de ponta quanto com condições tradicionais de plantio e corte. O número de acidentes do trabalho na cultura da cana-de-açúcar é muito elevado em função de fatores que envolvem as queimadas de cana, a postura física exigida para o trabalho braçal no corte e a utilização das ferramentas manuais de trabalho, como facões e podões.

Deve-se destacar que o trabalho no corte da cana é remunerado de acordo com a quantidade cortada pelo trabalhador. Alves (2008, p. 8) relatou que, no início dos anos 2000, “para um cortador manter-se empregado no corte de cana [era] necessário que ele [cortasse] um mínimo, que [variava] entre 9 e 10 toneladas de cana/homem/dia”. Em pesquisas realizadas, em 2015, com trabalhadores rurais da lavoura da cana-de-açúcar no interior de Minas Gerais, Matos, Fratari e Carvalho (2018) constataram que os cortadores chegaram a cortar 12 toneladas de cana queimada por dia, contra 6 toneladas de cana não queimada.

A queima da cana antes de seu corte tem por finalidade permitir que o trabalhador corte mais cana em um menor período. Dessa forma, os movimentos repetitivos, em virtude do ritmo acelerado para cortar uma maior quantidade de cana, deixam os trabalhadores mais suscetíveis aos acidentes e adoecimentos.

As máquinas colhedoras de cana têm destaque nestas ocorrências em virtude do potencial de gerarem acidentes de maior gravidade, muitas vezes fatais, ou que deixem sequelas em suas vítimas que as acompanham pelo resto da vida, como amputações e mutilações (Rodrigues, 2014).

## **Travessias em busca de trabalho**

De acordo com Alves (2007), nos anos de 1980, os trabalhadores e trabalhadoras que vinham para safra da cana no Sudeste provinham principalmente da Bahia, do norte do Paraná e do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. A partir dos anos de 1990, em virtude da expansão da área plantada da cana-de-açúcar, ocorreu uma expansão do mercado de trabalho na cultura da cana, dando-lhe uma configuração nacional. Com isso, começou a chegar às lavouras do Sudeste grande

número de trabalhadores e trabalhadoras oriundos da Paraíba, Piauí e Maranhão, como relata um dos entrevistados:

[Vim de] Riachão de Jacuíbe, na Bahia, perto de Feira de Santana. Isso aqui é como um destino, né? No Nordeste é mais difícil do que aqui, às vezes você não cresce na vida porque você não tinha oportunidade pra crescer. Aí, você tem aquele foco de seguir na frente, pra ganhar a vida. Você tem a parte solitária, porque você deixou sua família, deixou parte de sua felicidade por lá. Assim, tem que enfrentar tudo que vem pela frente, você enfrenta muito o preconceito (José, 35 anos).

A migração para o Sudeste é uma realidade das pessoas que habitam as regiões mais pobres do país, como o interior do Maranhão, do Piauí e outras regiões do nordeste brasileiro. Muitos destas e destes trabalhadores se inseriram no trabalho ainda crianças na região onde nasceram ou quando migraram para o estado de São Paulo. Eles buscam com a migração melhores condições de vida e de trabalho. De acordo com Nunes, Silva e Cordeiro (2016), um dos fatores que contribuem para a migração em busca de trabalho e remuneração é a dificuldade de acesso à terra, aliada às irregularidades das chuvas e à ausência de emprego nos municípios de origem. O trabalho, desde muito cedo, marca a vida desses homens e mulheres:

Comecei a trabalhar com seis anos de idade. Eu plantava, colhia, mexia com enxada, com machado, com serrote, com carpideira. Com sete anos eu fui pra escola, com sete anos eu chegava, almoçava e minha enxada estava no batente da porta me esperando pra eu ir pra roça. Ali eu carpia de enxada, eu plantava com aquelas maquininhas teco-teco. No tempo de colheita, amanhecia na roça, batendo feijão, arrancava feijão o dia inteiro. Então, eu já fiz de tudo, já trabalhei de dia, de noite, já apanhei porque não aguentava trabalhar (Mariana, 52 anos).

Meu pai tinha uma “chacrinha”, mas eu sempre trabalhei na roça, desde menina. Na verdade, eu tinha acho que uns oito anos. Com nove anos, eu morei dois anos com a minha irmã mais velha porque ela casou, eu ajudava meu cunhado no retiro, tirar leite. Depois voltei pra casa, e a gente sempre trabalhou na roça, plantava arroz, milho, feijão. Depois com 15 anos, 14 anos, daí eu já trabalhava fora, assim na fazenda, trabalhava na laranja, era safrista, carpia, serviços de colheita de cana (Ana, 59 anos).

Muitos trabalhadores e trabalhadoras iniciaram o exercício laboral ainda quando crianças na região de origem ou quando migraram para o estado de São Paulo com o objetivo de trabalhar na lavoura de cana-de-açúcar ou laranja. Essa é uma realidade social decorrente das condições de vida vivenciadas pelas famílias que habitam as regiões mais pobres do Brasil; a maioria dos trabalhadores que migram para o trabalho na lavoura açucareira vem para o corte de cana devido à falta de emprego na região de origem.

Rosa e Navarro (2014) observaram que a dificuldade de alguns trabalhadores e trabalhadoras em se manterem como pequenos produtores, assim como a falta de trabalho assalariado em seus locais de origem fazem com que migrem para a região Sudeste em busca de trabalho para garantir o sustento da família. O intermediador do processo de contratação é conhecido, entre os e as trabalhadoras, como “gato”. A figura do “gato”, que também é chamado de turmeiro, é quem seleciona candidatos para o trabalho na lavoura e organiza a viagem até a região do interior paulista.

Era empreiteiro, né? A usina contratava, eles falavam “gatos” e eles pegavam a gente. A usina não tinha nada a ver, tudo era eles [“os gatos”] que contratavam, que dispensavam. Eles vinham atrás.

Se você trabalhasse bem, trabalhasse certinho, não era de perder dia, tudo isso conta. Na outra safra, eles vinham procurar outra vez. Então, eu mesmo trabalhei seis anos com um “gato” só. Todo ano ele tava no portão aqui de casa, me chamando (Cláudia, 44 anos).

De forma geral, os entrevistados relataram a precariedade das condições de moradia a que eram submetidos os trabalhadores e trabalhadoras migrantes. Nos alojamentos, dividiam quartos com mais de dez pessoas precisando, não raro, improvisar um lugar para dormir no chão. Outros preferiam alugar casas na periferia da cidade.

Os maranhenses mesmo moravam, alugavam uma casa de cinco cômodos, aí moravam dez, quinze numa casa só. Aí eles mesmos cozinhavam. Eles mesmos lavavam a roupa, sabe? As condições não eram boas não. Eles mesmos tinham que se virar, porque os turmeiros buscavam, mas só que na hora de levar, ficava por eles mesmos. Eles tinham que ir embora por eles. Por exemplo, acabava a safra, eles que se viravam pra ir embora, mas pra trabalhar o empreiteiro que ia buscar. Eles falavam que traziam eles de longe e não dava nada, não dava cama, só dava o alojamento. Aí tinha muitos que dormiam no chão, forravam ali com cobertor e ficavam a safra inteira ali no chão (Cláudia, 44 anos).

A precariedade das condições de moradia a que são submetidos esses homens e mulheres também foi relatada por Nunes et al. (2016), que encontraram trabalhadores morando em barracos e alojamentos nas periferias das cidades.

Segundo Rosa e Navarro (2014), as usinas têm preferência na contratação de migrantes por tratar-se de pessoas simples, pobres, habituadas a lidar com trabalhos pesados e a viverem em situações adversas. É certo que o baixo grau de escolarização implica em um menor poder de negociação, o que faz com que esses homens e mulheres aceitem submeter-se às formas precárias de contratação e aos baixos salários praticados no setor.

## **“Quanto mais se corta, mais se ganha”**

O espaço de trabalho na lavoura de cana é o canavial, que é dividido em talhões. Cada talhão é composto por linhas de canas plantadas paralelamente e cercados por ruas mais largas, conhecidas como carreadores, onde circulam os tratores e caminhões que realizam o transporte da cana cortada para a usina (Ferreira, Gonzaga, Donatelli & Bussacos, 2008).

O processo de trabalho na cultura da cana-de-açúcar tem diferentes etapas, como o preparo do solo, a escolha da variedade agrícola da cana, o plantio, a adubação, a conservação do solo, o corte, o carregamento e o transporte para as usinas.

A jornada de trabalho dos trabalhadores rurais começa muito cedo, ainda antes do amanhecer. De forma geral, eles se levantam por volta das 4h da manhã para preparar a marmita, os equipamentos de trabalho e fazer o café. Por volta das 5h20 dirigem-se ao ponto de ônibus, chegando na roça por volta das 7h. No final da tarde, por volta das 17h, a atividade na lavoura é encerrada.

Olha, nós saíamos de casa [às] 5h20. Nós começávamos o serviço [às] 7h00. É das 7h às 15h40 de segunda a sábado. Eu levanto 4h, aí eu arrumo a marmita, me troco, às vezes, se dá tempo, eu ponho roupa pra bater, vou lavar a louça, aí depois que eu pego e saio. Às vezes eu tomo [café da manhã em casa], às vezes não. Aí toma na hora que está indo. Aí para o serviço [às] 15h40. Depende do lugar que a gente está, às vezes está perto, às vezes está longe. A gente chega aqui numa base de 16h30 e 17h. Agora, quando é longe, é uma base de 18h (Vitória, 39 anos).

Scopinho, Eid, Vian e Silva (1999), em estudo realizado nos anos 1990, alertaram que o avanço da mecanização do corte da cana-de-açúcar no estado de São Paulo provocava não só a extinção de postos de trabalho, mas repercutia também na saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras, assim como impactava o meio ambiente.

Na atualidade, apesar de ser significativo o uso de máquinas para colheita da cana, as usinas continuam empregando homens e mulheres para o corte manual. A demanda para o corte manual permanece, uma vez que o processo de mecanização ainda não alcançou 100% da área plantada (Nunes et al., 2016). Um dos entrevistados, ao relatar sobre o processo de inserção de tecnologia no cultivo e corte da cana-de-açúcar, destaca os diferentes níveis de mediação observados entre processo de trabalho manual e presença da tecnologia.

Tem a parte do solo, que eles preparam tudo a terra, vem com adubo, com enxofre, aí depois que prepara tudo vem o corte manual, o corte mecanizado é a mesma coisa que a colheita faz, só que é tudo na máquina. A mesma cana ela corta pra moer, ela corta. É tipo de processo diferente, é a mesma máquina, aí a máquina vem sulcando, aí já planta, já sulca, já cobre, e já joga veneno. E no manual é diferente. Eles vão, cortam a cana, a máquina vem pra colocar no caminhão, depois o caminhão desemboca até onde está plantando. O caminhão coloca num local perto, aí vem o manual no outro dia e vão jogando dentro do sulco (José, 35 anos).

O trabalho manual do canavieiro é essencialmente fundado na lógica de pagamento por peça, o que, por conta dos baixos salários, impõe uma alta intensidade e produtividade ao trabalho, ainda que não comparável ao processo mecanizado. Mesmo em situações nas quais o salário encontra-se pré-estabelecido, como no caso daqueles que trabalham por diárias, a produtividade alcançada pelos e pelas trabalhadoras incide na sua permanência ou não no corte da cana.

A presença do maquinário no processo produtivo, por sua vez, também pressiona pela ampliação da produtividade e intensidade do trabalho, já que também incide nos parâmetros finais de rendimento do plantio e da colheita. Quanto a aqueles e aquelas que operam colheitadeiras, ainda que recebam salários fixos, também possuem metas a serem cumpridas ao final de cada dia de trabalho.

O trabalho na lavoura envolve um profundo desgaste físico. Já no ônibus, durante o trajeto para o trabalho, é comum que os e as trabalhadoras tomem café e consumam um pouco da marmita: “Tomava no ônibus, antes de começar, café, pão”, afirmou um dos entrevistados.

Você vai comendo, no ônibus, porque chega lá 7h, tem que pegar e trabalhar, porque tem vez que passa da hora, né? Eu comia um pouco da comida e depois no almoço eu comia o resto (Paula, 43 anos).

A intenção, ao se alimentar antes do início de sua jornada na lavoura, não é somente ganhar tempo para cortar maior quantidade da cana. Ao alimentar-se logo cedo, consegue tanto beneficiar-se da marmita ainda aquecida, como criar condições para suportar a perda da energia imposta pela dura jornada no corte ou na lavoura da cana-de-açúcar.

Tem que comer bastante, senão não aguenta não (Pedro, 42 anos).

Os trabalhadores e trabalhadoras do turno da noite, que operam as máquinas agrícolas, também têm pausas para uma refeição na jornada de trabalho. No horário de janta, eles não optam por comida, mas preferem consumir frutas, bolachas, chocolates e balas. Uma das entrevistadas argumenta que

no momento, eles não estão disponibilizando [marmitta], aí a gente leva de casa. Eu levo mais é fruta, bolacha integral, essas coisas (Carolina, 23 anos).

De acordo com Novaes (2007), a ingestão alimentar, somada às exigências do trabalho na lavoura, não repõe suficientemente as energias que o indivíduo perde durante os movimentos que executa para o corte na lavoura. Alessi e Navarro (1997) destacaram o baixo valor proteico da alimentação dos e das trabalhadoras rurais, assim como a grande perda de líquidos devido ao esforço físico dispendido durante a jornada de trabalho.

De acordo com Alves (2007), a partir da década de 1990 houve grande aumento da produtividade do trabalho. Antes era preciso que se cortasse no mínimo 10 toneladas de cana por dia para manter o emprego. Essa média expandiu-se para 12 toneladas.

Existe uma variedade nos tipos de cana-de-açúcar e isso repercute na quantidade cortada manualmente. Segundo os entrevistados, a cana em pé é a cana-de-açúcar cuja metragem cortada é superior aos outros tipos de cana; porém, o valor pago por ela é inferior. Assim, corta-se uma maior quantidade em função desse tipo de cana ser mais fácil de cortar, mas recebe-se um salário menor. Já a cana tipo pé de rolo é a cana mais difícil para se cortar. Para esta, o valor pago é maior, pois é uma cana-de-açúcar mais pesada.

Tem diferença, tem as canas em pé, tem cana mais fina, tem uma que chama rabo de burro, pequenininha, com uns feixinhos assim, isso não rendia de jeito nenhum. E a cana rolo, cana rolo é pesada pra caramba. Ela é boa, só que ela rendia mais no preço. A cana rolo é tudo tombada, é cana grossa que cai com o vento e que a gente chama de cana rolo. As outras são em pezinho, mas tem fina e tem grossa. O máximo que eu consegui cortar de cana foi 150 metros (Ana, 59 anos).

Ah, 200 e pouco [metros], depende da cana, né? Se fosse uma “raleirinha”, de pezinho, você corta até 300 metros (Paula, 43 anos).

De acordo com Novaes (2007), as particularidades do corte manual, em um contexto de inserção de maquinário e de intensificação da produção, implicam em novas formas de controle do trabalho no corte da cana. Dentre essas formas, tem-se o ganho pela produtividade, pela metragem e pesagem da cana cortada. “Somando-se a esses critérios o tipo da cana cortada, tem-se a referência para calcular o salário. Assim, a lógica da eficiência do corte manual é determinada pelo lema: ‘Quanto mais se corta, mais se ganha’” (Novaes, 2007, p. 171).

No corte mecanizado, os trabalhadores também sofrem o controle pela produção. Os operadores de máquinas colheitadeiras e que trabalham no turno da noite têm uma metragem de cana para cortar durante o turno, conforme a fala a seguir:

Por produção, a gente tinha que ter dois hectares por dia. Andar dois hectares. Aí, eles mediam a quantidade de ruas que você fizesse e aí dividia, né? (Carolina, 23 anos).

Os operadores e operadoras de colheitadeira, apesar de terem metas a serem atingidas, recebem salário fixo, que giravam em torno de R\$ 1.800,00 a R\$ 1.900,00 ao mês no ano de 2013. Os cortadores e cortadoras manuais recebem o salário por produção quando estão trabalhando no regime de empreita e salário fixo quando trabalham em regime de diária. A base salarial deles é em torno de R\$ 700,00 a R\$ 800,00 ao mês. Quando conseguem atingir uma boa meta de corte de cana-de-açúcar, o salário varia de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.200,00 ou até um pouco mais.

Os trabalhadores e trabalhadoras, em meio ao exercício de sua atividade, desenvolvem alguns macetes para facilitar a execução da atividade e, dessa forma, também obter um bom rendimento na produção. De acordo com Dejours (1992, p. 105), “aprendem, espontaneamente, ao longo do tempo e por hábito, uma série de dicas, que são a forma pragmática e operatória do saber do trabalhador”.

Quando você entra no eito, você mesmo descobre o jeito de trabalhar (Ana, 59 anos).

Quem não sabe fica pra trás, mas todo serviço tem que ter uma manha (Mariana, 52 anos).

Essa “manha” ou engenhosidade, conforme Dejours (2012), contribui para o aumento da produtividade e da intensidade do trabalho realizado.

De acordo com Vilela, Laat, Luz, Silva e Takahashi (2015), os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, migrantes que vêm de outras regiões do país, têm os contratos de trabalho formalizados após o período de experiência de três meses na atividade. Ao longo deste período ocorrem baixas na equipe, especialmente daqueles que participam pela primeira vez da atividade; a atividade no corte da cana é percebida pelos trabalhadores como pesada e exaustiva, o que resulta na desistência de alguns antes do término da safra.

## **Trabalho duro, arriscado, sofrido e sem valor**

A remuneração por peça, assim como a instituição de metas de produção, incentiva a competição entre os trabalhadores no corte, fazendo com que uns se sintam motivados a igualar a quantidade de cana que outros cortaram. Tal dinâmica tende a acentuar o desgaste do corpo já próprios da atividade e das condições de sua realização. Essa competição é tratada por Vilela et al. (2015) como uma medida organizacional. Segundo os autores, para acelerar o trabalho e manter a produtividade, a chefia designa dois trabalhadores para cortar cana nas mesmas ruas e em direção oposta, estabelecendo uma disputa entre eles.

Em nossas pesquisas, os trabalhadores e as trabalhadoras relataram a existência de competição entre os trabalhadores no corte de cana. Os trabalhadores veem os outros colegas de trabalho cortando uma maior quantidade de cana-de-açúcar e, devido a isso, se sentem motivados para acompanhá-los no eito, tentando igualar a quantidade de cana que a outra trabalhadora ou trabalhador cortou. Este esforço físico acarreta um desgaste do corpo do indivíduo, em virtude ao ritmo intenso da atividade, somado às condições de trabalho, principalmente nos dias mais quentes do verão:

Tem trabalhador que fica perto ali cortando cana, mas o outro corta mais, ele quer acompanhar, mas ele não consegue, então ele vai puxando, puxando, puxando, dá aquele cansaço, ainda mais no sol quente, e quando o sol esquenta mesmo, tem gente que não aguenta, não tem condições de igualar o eito e fica pra trás. E os outros vão indo (Lúcia, 22 anos).

Muitos relatam sofrer perda de peso quando estão em época de safra, principalmente quando realizam a atividade na plantação e no corte de cana-de-açúcar.

Mas você perde bem peso de notar na aparência da pessoa, que a pessoa emagrece e emagrece bem mesmo, porque é um trabalho desgastante, né? Esforçado, você sua muito, devido você se esforçar bastante, você vai suar bastante, e é onde você perde líquido, e peso. Cansaço sim, cansaço a gente sente (Vitor, 44 anos).

Devido à grande perda de sais minerais em virtude do esforço que exercem para cortar a cana, a usina fornece uma substância isotônica a ser tomada durante o dia de trabalho para repô-los durante a execução da atividade. Com essa substância, as dores do corpo e a câimbra diminuem e, conseqüentemente, a produtividade aumenta. “Não se pode, de fato, saber quais as intenções de quem os fornece, mas, é certo que seu uso faz com que se amplie a produção do cortador” (Rosa & Navarro, 2014, p. 154). Os autores destacam que são comuns e frequentes as ocorrências de dores e de câimbras durante a execução da atividade na lavoura: “Sofrer com dores, câimbras, perder o apetite, vomitar são mazelas tão comuns que passaram a fazer parte da ‘normalidade’ do trabalho” (Rosa & Navarro, 2014, p. 152).

De acordo com Silveira, Robazzi, Marziale e Dalri (2005), trabalhadores rurais executam suas atividades em ambiente favorável à ocorrência dos acidentes de trabalho. Trata-se de atividade perpassada por riscos físicos, pois o trabalho é realizado em locais sem abrigo; por riscos químicos, em decorrência da aplicação de variados produtos agrícolas, poeiras do próprio solo levantadas pelos ventos; por riscos ergonômicos, em função do peso que carregam; e por riscos biológicos, pela presença de animais que podem lhes causar ferimentos.

Muito triste viu? Muito horrível. Ficar tomando sol aí acaba com a pele, tem que ficar passando protetor. As pessoas têm até câimbra, fica ruim cortar cana com esse solzão. O trabalho do cortador é sofrido, e não tem valor, né? Se fosse ver, o povo da roça era para ganhar bem. É um trabalho muito sofrido, desgastante e não ganha quase nada (Paula, 43 anos).

Aqueles e aquelas que exercem atividades no corte mecanizado também enfrentam condições inadequadas ao manobrar as máquinas agrícolas:

As máquinas são até boas, não poderia dizer que é ruim, né? Mas tem muita coisa lá que deveria melhorar, pela nossa segurança, pelo fato de você subir escada. Na chuva é perigoso pra subir. E fora as condições de veneno que a gente trabalha com veneno, adubo e eu acho que essa parte é ruim (Carolina, 23 anos).

Scopinho et al. (1999) destacam que mesmo estando em cabines, estão em contato direto e indiretamente com animais peçonhentos, assim como no corte manual. Quando a cana não é queimada e as cabines não possuem sistema de ventilação, o e a trabalhadora ficam expostos ao contato, já que a total vedação das janelas das cabines é impedida.

Com relação às condições de trabalho no corte mecanizado, Rodrigues (2014) destaca que, se por um lado o corte mecanizado de cana proporciona uma diminuição dos riscos físicos (radiação solar, calor, frio, temperatura), dos riscos químicos (poeira e fuligem), e dos riscos mecânicos, por outro, não elimina riscos biológicos e químicos, acentuando as cargas laborais e suas repercussões psíquico-físicas e incorporando novos elementos de risco, a exemplo do ruído e das vibrações. É nesse contexto que Bezerra e Tavares (2016) destacam que o progresso científico que se verifica na agroindústria canavieira não implica necessariamente melhorias reais nas condições de trabalho dos cortadores de cana.

A chuva é outro fator destacado pelos e pelas trabalhadoras como prejudicial à saúde e que oferecem risco de acidentes devido aos raios, aos tombos e às entorses por causa do solo úmido e escorregadio:

Olha eu cheguei a pegar época que se chegasse na lavoura e “tivesse” chovendo, não desceria da condução. Muitas vezes, você tava trabalhando vinha a chuva e você continuava. Parou a chuva e inventei de trabalhar, aí fica mais lisa e é onde eu acabei me acidentando. Teve vezes de a gente passar o dia inteiro dentro do ônibus (Vitor, 44 anos).

Como a maioria ganha por produção, a realização da pausa também tende a não ser respeitada, sendo por vezes vista como negativa para o trabalhador, pois implica na queda da produtividade e, conseqüentemente, da remuneração: “. . . por trás das folhagens, a exploração do trabalho continua. As pausas para as refeições (almoço e lanche) não são respeitadas; os trabalhadores são incentivados a atingirem e mesmo ultrapassarem as médias de produtividades vigentes” (Nunes et al., 2016, pp. 1129-1130).

Outro aspecto a ser destacado é o da queima da cana-de-açúcar. No Brasil, essa prática ainda é comumente usada na colheita manual antes do corte da cana. O objetivo desse procedimento é facilitar as operações de colheita, pois evita a retirada da palha da cana.

Atualmente, discute-se o fim das queimadas. A Lei nº 11.241, de 19 setembro de 2002, do estado de São Paulo proíbe a queima da cana-de-açúcar antes da colheita em virtude do alto impacto que a fumaça causa na saúde coletiva e no meio ambiente. Ribeiro e Ficarelli (2010) destacam que a previsão inicial era a de que até 2031 não houvesse mais queimadas. Posteriormente, um acordo entre governo do Estado e União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) reduziu o prazo para 2014 em áreas mecanizáveis e, 2017, para áreas íngremes nas quais não há possibilidade de serem mecanizáveis (Unica, 2009).

As probabilidades de ferimentos com o facão no corte de cana não queimada são maiores, pois o e a trabalhadora tem mais dificuldade de trabalhar devido a cana produzir muitas folhas, o que atrapalha a sua visão. O desgaste físico também é maior. O fogo afugenta os animais peçonhentos presentes na cana, agiliza a operação em locais onde o ser humano e a máquina encontrariam dificuldades para operar (Ronquim, 2010).

Por outro lado, Ribeiro e Ficarelli (2010) destacam que as queixas relativas ao estado de saúde destes homens e mulheres tendem a concentrar-se em relatos sobre dores nas costas, tosse, fadiga muscular, ardor nos olhos. A ardência nos olhos, a tosse e a falta de ar são sintomas que têm maior intensidade na época das queimadas.

Uma vez quase nos queimou no meio da cana. Nós estávamos cortando cana e punham fogo na outra cana, do lado nosso. Menina, quase morremos naquele dia. Queimou mochila das pessoas, queimou a comida, as marmitas de comida que estavam lá. Nós quase morremos sufocadas com aquela fumaça e aquele fogo que subia. Era uma vareta que subia lá em cima e ia. Naquele dia, nós passamos sufoco (Marta, 43 anos).

O relato da trabalhadora Marta evidencia a gravidade da situação relacionada às queimadas da cana-de-açúcar. Há muitos acidentes na lavoura relacionados ao incêndio dos talhões de cana. Mesmo havendo uma diminuição da queimada na lavoura, essa prática ainda é persistente. Para os trabalhadores, a queima facilita o corte manual, porém acarreta riscos de acidentes graves envolvendo os rurais. Além da gravidade desses acidentes, os homens e as mulheres que trabalham na lavoura guardam na memória os momentos de pânico e medo vivenciados no campo, como revela a trabalhadora:

Aí eu fiquei traumatizada por um bom tempo, então, eu tenho muito medo de fogo hoje. Agora parei um pouco, mas, nossa, eu não podia ver fogo na minha frente (Ana, 59 anos).

A utilização de agrotóxicos na lavoura também incide na saúde destes trabalhadores e trabalhadoras. O Brasil, que possui uma posição de destaque em produção agrícola em escala global, é um dos países que mais utiliza agrotóxicos (Ferreira, 2015). Segundo esta mesma autora, o modelo agrícola adotado no país está fortemente vinculado ao uso de agrotóxico, considerando-se também que a agricultura local está centrada em um modelo de desenvolvimento voltado a ganhos de produtividade.

O Ministério da Agricultura publicou no mês de maio de 2020 a liberação de mais 22 agrotóxicos para uso dos agricultores e, no mês de abril do mesmo ano o governo já havia autorizado outros 16 pesticidas para que a indústria consiga formular novos produtos. Dessa forma, já são 150 novas autorizações para o uso de agrotóxicos no país (Tooge, 2020).

O Ato nº 31, de 4 de maio de 2020, do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária, traz o registro de 22 defensivos agrícolas formulados para uso de agricultores (Ministério da Agricultura, 2020).

No ano anterior, em 2019, o Brasil já havia conquistado o recorde histórico de aprovações de agrotóxicos, com 475 novos produtos sendo liberados (Grigori, 2020). De acordo com o Ministério da Agricultura (2019), a produção de produtos biológicos para controle de pragas e doenças agrícolas cresceu mais de 70% no último ano no Brasil, movimentando R\$ 464,5 milhões, valor bem superior ao de 2017, R\$ 262,4 milhões. O resultado brasileiro é considerado o mais expressivo da história do setor, superando o percentual apresentado pelo mercado internacional.

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a exposição a agrotóxicos pode provocar uma variedade de doenças que dependem dos produtos usados, do seu tempo de uso e da quantidade que penetrou no corpo (Anvisa, 2011).

Quando acaba a safra, eu trabalho. A gente vai trabalhar com a planta, aí trabalha com produto químico. Nós vamos pondo um produto químico pra eles poderem cobrir a cana. Espalha um produto químico, o veneno. Tem cheiro forte, você põe luva, você põe máscara, mas tem o cheiro muito forte, tem o cheiro muito enjoado. Foi isso que me intoxicou uma vez (José, 35 anos).

De acordo com Levigard e Rozemberg (2004), as intoxicações por agrotóxicos são manifestadas pela diminuição das defesas imunológicas, anemia, impotência sexual masculina, incidência de cefaleia, insônia, alterações da pressão arterial, alterações do humor, depressão (distímias) e distúrbios do comportamento (surto psicóticos), tal como sugere um dos entrevistados:

Eu chegava do trabalho, eu só tirava a roupa e deitava em cima da cama, tremia, tremia e só chorava. Me levaram lá no psiquiatra, aí passou pelo médico, ele disse: “ele está em depressão”, aí passou o medicamento, aí me afastou. Aí tomava remédio, sentia dor de cabeça e não passava. Sempre passava, duas vezes na semana [terapia] (José, 35 anos).

Bedor et al. (2009) também identificaram em seus estudos alguns sintomas relacionados ao uso de agrotóxicos como dor de cabeça, irritação na pele e tontura. Castro e Confalonieri (2005) destacaram que o maior número de ocorrências de intoxicações compreende os seguintes sintomas: tonteira, dor de cabeça, dor no corpo, visão turva, dor de coluna, dor de estômago, queimação, falta de ar, vômitos, dor nas juntas, infecção nos rins, urticária, tremores, cansaço, pressão alta e problemas de fígado.

Entre os e as entrevistadas nesta pesquisa, pôde-se também observar a incidência dos acidentes de trabalho classificados como típicos, envolvendo ferimentos com cortes provocados pelo facão; quedas no canavial, devido aos buracos no solo; quedas das máquinas agrícolas, quando o e a trabalhadora desce da máquina, e intoxicação provocada pelo manuseio de produtos químicos.

Eu estava lá cortando a cana, estava limpando a cana e bateu o facão, só que eu estava de luva, só que cortou a luva com o dedo e tudo. Eu operei, fiz cirurgia, fiquei cinco dias no hospital. Era cana na palha, é a mais difícil. Eras umas 15h, estava acabando de cortar já (Paula, 43 anos).

Ah, minha máquina tinha quebrado e ia desengatar e estava já escuro. E eu fui descer da máquina com as luzes todas apagadas e essa alça [da mochila] caiu do lado esquerdo e eu fui tentar segurar. Caí de uns oito degraus lá de cima e eu quebrei o braço tipo de um V assim (Carolina, 23 anos).

Uma intoxicação. Eu estava trabalhando no serviço e eu comecei sentir vontade de vômito [no plantio]. Aí no outro dia fui de novo, e volta e tudo o que eu via na minha frente, vinha o cheiro do veneno (José, 35 anos).

Foi um corte, um facão cortou meu pé. A cana veio com o vento e derrubou assim o facão, escorregou na frente e pegou o joelho. Ah, eu estava cansado sim, já era de tardezinha, no horário de encerrar o dia. Por causa do vento, né? Veio aquele vento assim (Pedro, 42 anos).

O ferimento cortocontuso é considerado frequente entre os e as trabalhadoras. Segundo Nunes et al. (2016), além dos cortes superficiais há ocorrências de cortes mais profundos, que podem acarretar lesões que envolvem a perda de membros ou incapacitações físicas.

Estudos de Fehlberg, Santos e Tomasi (2001) também identificaram os tipos de acidentes que acometem os e as trabalhadoras rurais. A principal lesão provocada foi o corte, seguida de contusões e queimaduras por animais peçonhentos. Entre as partes do corpo atingidas, tiveram destaque as mãos, os pés e as pernas. Todos os acidentes causados por ferramentas manuais tiveram como lesão o corte e isto também ocorreu na maioria dos acidentes causados por máquinas e implementos.

De acordo com Gonzaga e Lima (2016), o arsenal de equipamentos de proteção individual (EPI) utilizado pelos trabalhadores e trabalhadoras não tem atendido às expectativas de segurança, principalmente, no que diz respeito às luvas de proteção. Muitos são lesionados mesmo com o uso das luvas.

Os acidentes não ocorrem apenas entre as trabalhadoras e os trabalhadores manuais, mas também entre aqueles e aquelas que operam as máquinas agrícolas. Rodrigues (2014) afirma que as máquinas colhedoras de cana têm relevância nos acidentes com potencial de gerar ocorrências fatais ou deixar sequelas nas vítimas, como amputações ou mutilações.

De acordo com Nunes et al. (2016), as empresas fazem palestras e demonstrações sobre o uso dos equipamentos, porém enfatizam a responsabilidade do trabalhador no uso e na prevenção dos acidentes. Isso oferece aos empregadores e encarregados a possibilidade de abster-se da responsabilidade, pois os regulamentos de segurança foram adotados, mas o uso inadequado dos equipamentos, ou a ausência deles, passa a ser de responsabilidade de cada indivíduo. Deve-se, no entanto, considerar que a dinâmica imposta no processo produtivo, puxada pelas metas, estimuladora da competição entre trabalhadores e, não raro, remunerada por produto encontra-se na base dos processos desencadeadores de acidentes e adoecimentos.

Franco-Benatti (2011) ressalta que a utilização dos equipamentos de proteção não elimina os riscos presentes no ambiente de trabalho e, mesmo as empresas fornecendo esses equipamentos, as condições de trabalho ainda continuam inadequadas, interferindo na saúde do e da trabalhadora.

O processo de mecanização da produção trouxe para o interior das lavouras o uso de tecnologia altamente avançada. Nas feiras agrícolas são mostradas máquinas colhedoras de cana altamente modernas e com acessórios que poderiam proporcionar melhores condições de trabalho, a exemplo do ar condicionado. Porém, na realidade do campo, esses acessórios não estão disponibilizados nas máquinas, conforme aponta Navarro (2017).

A culpabilização também se encontra presente no discurso dos trabalhadores e trabalhadoras. Segundo Silva (2008), a maioria se sente culpada pelo ocorrido. Não raro atribuem o acidente à casualidade e não às condições e situações de trabalho que estão submetidos, tal como declararam os entrevistados nesta pesquisa:

O vento, eu estava trabalhando, de repente veio aquele vento de vez, e a cana entortou assim e na hora que eu fiz o corte, o facão pegou e escorregou em cima da cana e deu no joelho (Pedro, 42 anos).

É porque eu estava acabando depressa, né? Se eu “tivesse” cortando mais devagar, não tinha cortado, eu acho (Paula, 43 anos).

Entre os acidentes que ocorrem no meio rural, não se pode também descartar aqueles que aconteceram durante o trajeto entre a moradia e o posto de trabalho. De acordo com Rodrigues e Silva (1986, p. 29), “o próprio fato de grande parte dos trabalhadores rurais residir na cidade, tendo que se deslocar diariamente até o seu local de trabalho, acrescenta os acidentes de transporte aos acidentes de trabalho na agricultura”. Segundo um dos entrevistados, “um acidente que eu presenciei foi um tombamento de um veículo de trabalhador rural, vindo embora. Uma mulher que fraturou o pé, que foi mais sério. Graças a Deus, a gente estava em outro ônibus” (Vitor, 44 anos)<sup>6</sup>.

O trabalho com a cana-de-açúcar envolve também muitos movimentos corporais como abaixar-se, abraçar certa quantidade de cana, levantar e baixar o facão, carregar a cana cortada até determinado lugar e amontoá-la em montes para facilitar o carregamento das máquinas colhedoras. Todo esse movimento repetitivo pode acarretar sérias sequelas físicas, como lesões por esforços repetitivos e problemas osteomusculares e osteoarticulares (Nunes et al., 2016).

Falou que minha mão, o meu nervo foi muito sofrido, é o que ele falava: “você começou a trabalhar muito nova, serviço pesado, isso judiou muito”, isso que ele falava. Tendinite, desvio [na coluna, provocado pelo desgaste na lavoura]. Fiz fisioterapia, fiz bastante. Ela formigava, adormecia. O meu nervo não estava do tamanho do braço, então eu tinha que ficar com o braço assim [dobrado]. Eu não esticava, porque o nervo não dava para o tamanho do braço. Aí, depois de cinco anos que eu estava lá, eu fiz a cirurgia. Eu fiz tratamento cinco anos, da mão e da coluna. Eu sentia dor, eu quase não andava (Sara, 41 anos).

Olha, o que eu tive foi no braço direito, deu tendinite crônica no braço e no outro deu bursite e o médico falou pra mim que se eu não parasse com esse serviço aí manual, essa coisa repetitiva, eu não ia conseguir nem mexer o braço mais. Aí já começou a dar problema na coluna, aí deu desgaste na coluna (Cláudia, 44 anos).

6 A história dos trabalhadores rurais empregados na agroindústria canavieira é marcada por inúmeros acidentes de trajeto graves que resultavam, invariavelmente em mortes e muitos feridos graves. Por muito tempo, os trabalhadores eram transportados como gados em carrocerias de caminhões de forma muito precária onde dividiam espaço com enxadas, foices e facões. Atualmente, é proibido o transporte de trabalhadores em caminhões sendo o mesmo feito em ônibus. No entanto, ainda que a segurança e a comodidade nos ônibus sejam maiores e os riscos de acidentes sejam menores os trabalhadores continuam sujeitos a acidentes graves nas estradas.

Os trabalhadores e trabalhadoras sentem dores nos membros superiores, formigamento e fraqueza em suas mãos e braços. Esses sintomas são característicos de atividades marcadas por movimentos repetitivos e, no caso das e dos canavieiros, associados ao peso de cana ao cortá-la.

Eu comecei a sentir [há] muito tempo, mas eu não dava muita liga porque eu achava que isso era normal, né? Porque você abraçava cana. Era muito peso no braço, né? Porque você abraçava a cana ali de monte, jogava no monte e falava que achava que isso era cansaço. Você abraçava e jogava a cana parecia que o braço ia junto. Sabe aquela canseira no braço, aquela dor esquisitinha, mas eu achava que era disso aí, que era da cana. À noite começou a formigar, começou a doer, aí eu fui ver que que era (Cláudia, 44 anos).

Os relatos obtidos pela pesquisa mostram o intenso ritmo de trabalho na lavoura canavieira e sua repercussão na saúde desses homens e mulheres. A movimentação do corpo durante a jornada de trabalho torna-se um componente de desgaste. Além do desgaste físico, também sofrem o desgaste psíquico em decorrência das exigências do trabalho e da pressão por produzir cada vez mais. Os corpos cansados e adoecidos do árduo trabalho são uma resposta a essa intensificação que existe no trabalho manual e mecanizado.

Nos depoimentos, os e as trabalhadoras salientaram diversas formas de adoecimento, tanto físico como psíquico atribuídos ao trabalho na lavoura canavieira. Foram destacados problemas de coluna; lesões por esforços repetitivos; câimbras durante a execução da atividade; quedas de pressão; envelhecimento da pele, provocado pelo sol; intoxicações por agrotóxicos; lesões no corpo em virtude de acidente de trabalho; cansaço físico; estresse; e alterações no organismo devido ao trabalho no turno da noite.

## **Vidas marcadas pelo trabalho**

Além dos danos visíveis no corpo, o trabalho no canavial deixa marcas nem sempre visíveis: o trabalho nos canaviais marca a vida. Trabalho duro, que fatiga, adocece e faz envelhecer precocemente. Os efeitos de um acidente na vida de um ou uma trabalhadora são catastróficos, pois a modificam inteiramente. Impossibilitam de realizar não só o trabalho, mas também outras atividades do dia a dia. Além da dor física que os acidentes provocam, estabelece-se a dor psíquica.

Os trabalhadores e as trabalhadoras, ao se acidentarem, percorrem um longo e desgastante caminho, pois, além de se manterem afastados do trabalho, vão ao médico com frequência, buscando tratamentos para sua reabilitação. “Esses fatos, somados à incapacidade de realizar o seu trabalho, acabam desgastando psicologicamente o trabalhador que, muitas vezes, entra em depressão, com estados de ansiedade extrema, nervosismo e fadiga” (Franco-Benatti, 2011, p. 193).

Ceccato et al. (2014) analisaram a frequência de afastamentos por doenças ocupacionais de trabalhadores em uma safra da cana-de-açúcar e destacaram que na entressafra, fase do plantio da cana crua, a frequência de atestados foi maior entre as doenças do sistema conjuntivo, seguidas das doenças do aparelho respiratório. No meio da safra, houve maior número de atestados de doenças osteomuscular e do tecido conjuntivo; em segundo lugar ficaram as doenças do aparelho respiratório e, em terceiro lugar, as doenças do sistema nervoso. No fim da safra, a frequência no número de atestados foi maior nas doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo e, em segundo lugar, as doenças do aparelho respiratório.

Vergoza (2018), em estudos com canavieiros, apurou a quantidade de quilômetros caminhados, as calorias gastas ao longo da jornada, assim como a carga cardiovascular dos trabalhadores safristas. Em seu estado agudo, as fortes câimbras, resultantes da intensidade do trabalho executado, associadas

às demais condições e situações de trabalho já descritas neste artigo, levam à completa imobilidade do corpo desses trabalhadores e trabalhadoras. É desta condição, capaz de fazer que os braços se retraiam junto ao corpo também imobilizado, que surge a expressão homem-canguru, utilizada pelos e pelas cortadoras, tal como destaca o autor.

Apesar disso, aquele ou aquela que adoece na lavoura canavieira demora em procurar um médico ou um tratamento. O controle da organização do trabalho sobre o trabalhador faz com que este não possa perder o dia de trabalho, já que depende da quantidade de cana cortada para receber alguns benefícios que a usina fornece:

Trabalhei um mês com dor, tomando remédio pra tirar a dor, tomava injeção. O fiscal sabia, mas não gostava que perdia dia não, porque lá, eles não gostam que ficam mandando atestado, que a pessoa perde dia. Eu nunca cheguei e falei [que tinha dor], eu tinha medo dele pegar e xingar (Vitória, 39 anos).

Os acidentes de trabalho repercutem de várias formas na vida do e da trabalhadora. Além de alijá-los de sua fonte de sustento, interferem nas atividades da vida cotidiana. No caso das mulheres, percebe-se que a situação se agrava ainda mais devido às tarefas domésticas e aos cuidados com os filhos. As mulheres sentem dificuldades até mesmo para realizar as tarefas mais simples do dia a dia, como os cuidados básicos de higiene e o escovar dos cabelos:

Interferiu muito. Eu via o serviço pra fazer e eu sabia, se eu fizesse, à noite eu não dormia, mas mesmo assim eu tinha que fazer, porque eu não podia deixar, porque as meninas minhas eram tudo pequenas. Tudo era eu e eu. E eu fazia, lavava minha roupa, não aguentava torcer porque o braço não dava. Aí eu tinha que lavar e amontoar tudo pra deixar a água escorrer bem pra depois eu colocar no varal, porque eu não aguentava torcer de jeito nenhum. Eu falava para o médico: “doutor, nem pentear o cabelo eu não consigo”. Nada, até hoje, eu não tenho força na mão. O cabelo mesmo conforme eu erguia assim, nossa gente que dor que dava no braço. Eu falava: “parece que esse meu braço vai cair”, de tanto que doía (Cláudia, 44 anos).

O sofrimento que esses homens e mulheres passam ao se acidentarem tende a ser agravado pelo sentimento de insegurança, de medo de perder o emprego. Lima, Rossini e Reimão (2010) destacam que o desemprego ocasionado pela entressafra pode influenciar no surgimento de sintomas de ansiedade e de depressão e causar prejuízos na qualidade de vida e alterações no padrão do sono dos trabalhadores rurais.

Por outro lado, a volta ao trabalho após o afastamento envolve expectativas e sensações de insegurança. O trabalhador sente o ambiente de trabalho estranho, pois o grupo se modifica ao longo dos meses e novos canavieiros vão chegando para o trabalho na lavoura:

É ruim, depois que eu voltei parece que a turma modifica tudo, parece que não são as mesmas pessoas. Não é que muda, parece que está tudo estranho com a gente, por causa que a gente estava afastada, aí até que vai acostumando de novo (Vitória, 39 anos).

A invisibilidade do sofrimento e da dor reflete no tratamento que ele ou ela recebem ao retornar ao trabalho. Seligmann-Silva (1994) afirma que trabalhadores que sofreram acidentes acabam sofrendo discriminação. Passam por dificuldades para o retorno ao trabalho e não apenas devido às limitações do corpo para a execução de sua atividade laboral, mas, sobretudo, aos obstáculos que enfrentam durante a trajetória percorrida para estabelecer o nexos entre o seu adoecimento e o seu trabalho:

Fiquei quatro meses de licença. Pelo INSS recebi só três meses. Aí trabalhei quase um mês, eu peguei e voltei, aí foi onde que ele me deu uma carta como serviço leve dentro da usina. Aí depois que eu levei essa carta, que eu entreguei na mão do turmeiro, eu ainda trabalhei umas duas semanas cortando cana, picando, tudo normal, aí depois que o encarregado foi lá e mandou ele colocar eu pra passar veneno no facão, só que tem muita gente que fala pra mim que eu sou muito boba, porque o serviço que eu estou fazendo lá, bem dizer é três, porque é tomar conta do ônibus, passar o veneno, e passar água como bombeira. Pega 15 litros de água todo dia, aí eles falam que isso aí não é serviço leve, porque passar água não é serviço leve, tem que se esforçar do mesmo jeito, aí eu falei, que tenho que fazer, porque é obrigação (Vitória, 39 anos).

Os trabalhadores e trabalhadoras também ficam com medo de sofrer, novamente, um acidente de trabalho. A volta ao ambiente de trabalho traz na memória momentos de dor e sofrimento vivenciados durante o exercício da atividade.

A pessoa fica um pouco assustada uns dias, depois. Aí agora, dá medo, né? É a gente fica assim, um pouco abatido, ninguém quer sofrer acidente, mas infelizmente acontece, né? Não é coisa boa não, não é bom. Isso ficou marcante, fica meio [chocado], né? (Pedro, 42 anos).

Seligmann-Silva (2011, p. 310) destaca que a reação aguda ao estresse é o distúrbio psíquico mais comum entre aqueles que podem aparecer após o acidente: “Num prazo maior, desenvolvem-se outros quadros de transtorno mental ao longo dos desdobramentos das perdas e constrangimentos resultantes do acidente. Pois devemos considerar que os acidentes – conforme sua gravidade – costumam trazer sequelas físicas, funcionais e sociais”.

O sofrimento também marca a trajetória que ele ou ela deverá percorrer para comprovar sua incapacidade para continuar desempenhando suas atividades, estabelecer o nexo entre o acidente e sua atividade laboral e, conseqüentemente, obter acompanhamento e tratamento adequados às suas condições de saúde. De acordo com Cohn et al. (1985, p. 52) “a brutalidade da qual o acidente é revestido não se resume apenas ao acidente em si e as circunstâncias em que ele ocorre, mas se estende ao longo processo de tratamento e a trajetória institucional que o acidentado é obrigado a percorrer”.

E fui ao INSS e os médicos me recusaram lá, porque eles falaram que essa mão aqui, se fosse essa outra mão aqui, tudo bem, mas como era essa aqui [a esquerda] dava para eu trabalhar. É que eu podia trabalhar, o moço lá no INSS, ele nem olha na cara da gente: “não posso fazer nada, pega uma carta lá com seu médico por causa do serviço, porque a gente não pode fazer nada”. Eu consegui os três meses que eu fiquei afastada, depois eu não consegui mais não, aí eu tive que trabalhar (Paula, 43 anos).

Essa longa trajetória percorrida pelo acidentado acarreta desgaste e insatisfação frente ao não reconhecimento por parte do empregador e dos órgãos públicos acerca do adoecimento e do acidente. A insatisfação tende a desencadear sentimentos como a vergonha de se sentir incapaz para realizar qualquer outra atividade, acentuada pelo julgamento social.

Sentimento de inutilidade, não só nesses oito meses, como nesse um ano agora. É duro assim, olha pra mim, o que eu tenho? Então, as pessoas veem você passando de carro ali, não sabe o que que aconteceu ali, e fala “o cara ali é vagabundo, ele não trabalha”. A mulher falou aqui pra mim na esquina: “vai trabalhar pra sustentar sua família”. Sabe, não sabe o que você tem. Na época da coluna, eu andava [curvado], já era uma época que eu não aguentava andar. Era chato, e você saía na rua, os amigos falavam: “oh vai trabalhar você é forte”, mas não sabe o que você estava passando (Fernando, 35 anos).

## Considerações finais

Os trabalhadores e trabalhadoras tendem a sentir prazer na atividade que desempenham quando favorecidos por uma relação social positiva no ambiente de trabalho. Essa possibilidade tende cada vez mais a se constituir como horizonte distante – para muitos, inatingível –, na medida em que avançam as diferentes e articuladas formas de precarização do trabalho. No caso da lida no canavial, essa realidade é velha conhecida, tal como indicam diversas pesquisas.

Vínculos contratuais instáveis e temporários; baixa remuneração; pouco acesso a direitos; condições de trabalho degradantes; dinâmica de trabalho ancorada em metas crescentes, sob intenso controle, voltadas à ampliação da intensificação do ritmo e da produtividade; trabalho exaustivo, que mói o corpo, desvalorizado socialmente dentro e fora do ambiente de trabalho; entre outros aspectos, são dimensões presentes na lida cotidiana desses homens e mulheres dos canaviais. O sentimento de desvalorização e não reconhecimento, destacado por uma das entrevistadas, está na base de uma das formas de sofrimento psíquico vivenciado pelos canavieiros.

Esse contexto torna-se ainda mais dramático pela ocorrência do acidente típico ou adoecimento com nexos laborais, seja este incapacitante temporariamente ou de forma permanente. O trabalho, duro e sofrido, guarda o sentido da sobrevivência. Quando ocorre, rouba desses homens e mulheres o pouco que lhes resta de reconhecimento social: a capacidade de prover seu sustento e de seus familiares, a capacidade de sentirem-se úteis frente à família e à sociedade.

Não me senti valorizada não. Porque é assim: eles precisaram da gente quando estava bem, trabalhando. A partir da hora da doença, te mandam pra rua, que nem um cachorro pra rua. A gente não serve mais. E não era pra ser assim (Sara, 41 anos).

Não é apenas a vida do indivíduo no trabalho que está afetada e prejudicada. Tal como afirma Antunes (2000, p. 175, grifo do autor): “uma vida desprovida de sentido no trabalho é *incompatível* com uma vida cheia de sentido fora do trabalho”.

Essa percepção, de um trabalho esvaziado de sentido, faz com que parte desses homens e mulheres alimentem a esperança de que seus filhos construam outras travessias, que enganem um destino que parece persegui-los, que busquem um trabalho e um futuro distantes da atividade na lavoura. Justo desejo é esse que move esses homens e mulheres do canavial.

Eu penso é nos meus filhos, o futuro. Está tudo ocorrendo bem, a gente estando empregado, com saúde. Para meus filhos eu falo: “procurar estudar” para eles terem um futuro diferente. É a minha vontade, mas a gente não sabe. Se for preciso amanhã ou depois sair desse emprego, e aí a gente encara qualquer coisa. Não, eu acho que cortar cana eu não aguento mais, mas se precisar a gente vai, com laranja (Vitor, 44 anos).

Entretanto, é em direção a estes espaços de trabalho que rumam, a cada safra, centenas de milhares de trabalhadores. Destituídos de outras possibilidades de sustento, o fluxo em direção aos canaviais renova-se a cada temporada de colheita.

Ao fim da caminhada deparam-se com uma lavoura que tem passado por profundas modificações organizacionais e tecnológicas nas últimas décadas. Mas essas transformações, entretanto, não retiraram do cotidiano do trabalho suas características precárias e favoráveis às ocorrências de acidentes e doenças com nexos laborais.

As antigas condições e situações de trabalho persistem. Renovam-se em meio à chamada modernização da atividade agroindustrial da cana. Os dados da pesquisa demonstraram que as transformações que ocorreram, nas últimas décadas, somadas à intensificação do trabalho e às

persistentes condições de precariedade que marcam a vida dentro e fora do ambiente laboral dialogam claramente com ocorrências de acidentes e adoecimentos relacionados ao trabalho. Os círculos viciosos se completam – persistem.

Os novos processos de reorganização do trabalho e seus efeitos deletérios na vida dos trabalhadores e trabalhadoras são resultados da atual fase de desenvolvimento do capitalismo e do avanço de medidas neoliberais. Esse avanço atinge, de formas mais singulares, os países que compõem a periferia do sistema, apresentando, de forma mais ampliada, a questão da exploração e precariedade no trabalho.

É na busca por criar mecanismos que interrompam estes processos que essa pesquisa se insere. Ao desvelar aspectos da dinâmica produtiva nos canaviais e a persistência do desgaste e adoecimento do trabalho, busca contribuir com o desenvolvimento de ações voltadas a estratégias preventivas, desencadeadas tanto pelos serviços de atenção à saúde do trabalhador, como pelas entidades representativas desses trabalhadores. Pretende ainda, de forma decorrente, subsidiar a elaboração de políticas sociais voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde desses homens e mulheres cujas vidas foram e continuam sendo marcadas pelo trabalho duro, desvalorizado, que faz sofrer e adoecer.

## Referências

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (2011). *Cartilha sobre agrotóxicos* (Série Trilhas do Campo). Brasília, DF: Anvisa.
- Alessi, N. P. & Navarro, V. L. (1997). Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na Região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 13(Supl.2), 111-121.
- Alves, F. (2007). Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: será esse fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In J. R. Novaes & F. Alves (Orgs.), *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)* (pp. 21-54). São Carlos, SP: EdUFSCar.
- Alves, F. (2008). Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana. *InterfacEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente*, 3(2), 1-26.
- Antunes, R. (2000). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Araújo, P. F. C., Schuh, G. E., Barros, A. L. M., Shirota, R. & Nicolella, A. C. (2003). *O crescimento da agricultura paulista e as instituições de ensino, pesquisa e extensão numa perspectiva de longo prazo: relatório final do projeto contribuição da Fapesp à agricultura do estado de São Paulo*. São Paulo: Fapesp.
- Bedor, C. N. G., Ramos, L. O., Ferreira, P. J., Rêgo, M. A. V., Pavão, A. C. & Augusto, L. G. S. (2009). Vulnerabilidades e situações de riscos relacionados ao uso de agrotóxicos na fruticultura irrigada. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 12(1), 39-49.
- Bezerra, L. & Tavares, M. A. (2016). Produtividade e miséria: o trabalho assalariado nos canaviais da Paraíba. *SER Social*, Brasília, 18(39), 562-583.
- Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria da Defesa Agropecuária. *Ato nº 31, de 4 de maio de 2020*. (2020). Brasília, DF: Diário Oficial da União.
- Cabral, L. A. A., Soler, Z. A. S. G. & Lopes, J. C. (2014). “Acidente de dupla espécie”: uma terceira espécie de acidente do trabalho e sua importância para a vigilância em saúde do trabalhador. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(12), 4699-4708.
- Castro, J. S. M. & Confalonieri, U. (2005). Uso de agrotóxicos no Município de Cachoeiras de Macacu (RJ). *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(2), 473-482.
- Ceccato, A. D. F., Carvalho Junior, L. C. S., Cuissi, R. C., Monteshi, M., Oliveira, N. G., Padovani, C. R., Ramos, E. M. C. & Ramos, D. (2014). Absenteísmo por doença ocupacional de trabalhadores rurais no setor canavieiro. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 30(10), 2169-2176.
- Cohn, A., Hirano, S., Karsch, U. S. & Sato, A. K. (1985). *Acidentes do trabalho: uma forma de violência*. São Paulo: Brasiliense.

- Dal Rosso, S., Barbosa, M. L. & Fernandes Filho, H. P. (2001). Intensidade do trabalho e acidentes. In J. F. da Silva, R. B. de Lima & S. Dal Rosso (Orgs.). *Trabalho e violência no Brasil* (pp. 87-104). Goiânia: Ed. UFG; Brasília: MNDH.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Oboré.
- Dejours, C. (2012). *Trabalho Vivo: trabalho e emancipação* (Tomo II). Brasília, DF: Paralelo 15.
- Fehlberg, M. F., Santos, I. S. & Tomasi, E. (2001). Acidentes de trabalho na zona rural de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil: um estudo transversal de base populacional. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 17(6), 1375-1381.
- Ferreira, M. L. P. C. (2015). A pulverização aérea de agrotóxicos no Brasil: cenário atual e desafios. *Revista Direito Sanitário*, São Paulo, 15(3), 18-45.
- Ferreira, L. L., Gonzaga, M. C., Donatelli, S. & Bussacos, M. A. (2008). *Análise coletiva do trabalho dos cortadores de cana da região de Araraquara – São Paulo* (2a ed.). São Paulo: Fundacentro.
- Franco-Benatti, D. M. (2011). *Acidentes e doenças relacionadas ao trabalho na indústria de calçados de Franca – SP*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Grigori, P. (2020). 118 agrotóxicos são aprovados durante a pandemia, liberação é “serviço essencial”. *Agência Pública/Repórter Brasil*. Recuperado de <https://reporterbrasil.org.br/2020/05/96-agrotoxicos-sao-aprovados-durante-a-pandemia-liberacao-e-servico-essencial/>
- Gonzaga, M. C. & Lima, C. Q. B. (2016). Dificuldades e limitações das luvas de proteção usadas no corte manual da cana. *Laboreal*, pesquisa empírica, 12(1), 77-87.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua. Divulgação Especial. Medidas de subutilização da força de trabalho no Brasil. 2º trimestre de 2018*. Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalle-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2103&id=2266>
- Instituto Nacional de Seguro Social. (2018). *MDS: Pente-fino do INSS inicia nova etapa e convoca 522 mil beneficiários*. Recuperado de <https://www.inss.gov.br/mds-pente-fino-do-inss-inicia-nova-etapa-e-convoca-522-mil-beneficiarios/>
- Lei nº 11.241, de 19 de setembro de 2002. (2002). Dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá providências correlatas. São Paulo: Diário Oficial do Estado.
- Levigard, Y. E. & Rozemberg, B. (2004). A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas de “nervos” no meio rural: uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxico. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(6), 1515-1524.
- Lima, J., Rossini, S. & Reimão, R. (2010). Sleep disorders and quality of life of harvesters rural labourers. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, 68(3), 372-376.
- Matos, P. F., Fratari, M. F. & Carvalho, R. G. (2018). Fim do corte manual da cana-de-açúcar na microrregião de Ituiutaba (MG) e os impactos para os trabalhadores. *Caminhos de Geografia*, 19(65), 194–203.
- Ministério da Agricultura. (2019). *Mercado de biodefensivo cresce mais de 70% no Brasil em um ano*. Recuperado de <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/feffmercado-de-biodefensivos-cresce-em-mais-de-50-no-brasil>
- Ministério da Agricultura. (2020). *Mapa registra 22 defensivos agrícolas genéricos, incluindo produtos biológicos*. Recuperado de <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-registra-22-defensivos-agricolas-genericos-com-produtos-biologicos>
- Ministério do Desenvolvimento Social. (2016). *INSS define regras para revisão dos benefícios por incapacidade*. Recuperado de <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/agosto/inss-define-regras-para-revisao-dos-beneficios-por-incapacidade>
- Ministério da Fazenda. (2016). *Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho*. Brasília, DF: MF.
- Ministério Público do Trabalho. (2018). *Brasil é quarto lugar no ranking mundial de acidentes de trabalho*. Recuperado de <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/brasil-e-quarto-lugar-no-ranking-mundial-de-acidentes-de-trabalho>
- Motta, C. (2017). *Revisão de benefícios ou caça aos doentes?* (Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região, Entrevistador). Recuperado de <http://spbancarios.com.br/08/2017/revisao-de-beneficios-ou-caca-aos-doentes>
- Navarro, V. L. (2017). *Reforma trabalhista: “É muito atraso, é muito retrocesso”*. *Entrevista com Vera Lucia Navarro* (EPSJV/Fiocruz, Entrevistador). Recuperado de <https://www.ihu.unisinos.br/573562-reforma-trabalhista-e-muito-atraso-e-muito-retrocesso>
- Novaes, J. R. P. (2007). Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. *Estudos Avançados*, 59(21), 167-177.
- Nunes, D. M. P., Silva, M. S. & Cordeiro, R. L. M. (2016). A experiência de trabalho e dos riscos entre os trabalhadores-migrantes nordestinos nos canaviais paulistas. *Saúde e Sociedade*, 25(4), 1122-1135.

- Penteado, A. C. A., Sanches, F. P. P., Castelane, R. G., Valderrama, T. V. B. P. & Magagnini, M. A. M. (2013). Ocorrência de acidentes de trabalho com trabalhadores no corte manual da cana-de-açúcar, *CuidArte Enfermagem*, 7(1), 51-58.
- Praun, L. (2016). *Reestruturação produtiva, saúde e degradação do trabalho*. Campinas, SP: Papel Social.
- Ribeiro, H. & Ficarelli, T. R. A. (2010). Queimadas nos canaviais e perspectivas dos cortadores de cana-de-açúcar em Macatuba, São Paulo. *Saúde e Sociedade*, 19(1), 48-63.
- Rodrigues, D. A. (2014). *Acidentes graves e fatais no trabalho de corte mecanizado de cana-de-açúcar: o olhar através do método mapa*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Botucatu, SP
- Rodrigues, V. L. G. S. & Silva, J. G. (1986). Acidentes de trabalho e modernização da agricultura brasileira. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 14(56), 28-39.
- Ronquim, C. C. (2010). *Queimada na colheita da cana-de-açúcar: impactos ambientais, sociais e econômicos*. Campinas, SP: Embrapa Monitoramento por Satélite.
- Rosa, L. A. & Navarro, V. L. (2014). Trabalho e trabalhadores dos canaviais: perfil dos cortadores de cana da região de Ribeirão Preto (SP). *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(1), 143-160.
- Scopinho, R. A., Eid, F., Vian, C. E. F. & Silva, P. R. C. (1999). Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. *Cadernos de Saúde Pública*, 15(1), 147-161.
- Seligmann-Silva, E. (1994). *Desgaste mental no trabalho dominado*. São Paulo: Cortez.
- Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez.
- Silva, M. A. M. (2008). Mortes e acidentes nas profundezas do “mar de cana” e dos laranjais paulistas. *Interfacehs – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, 3(2), 1-31.
- Silveira, C. A., Robazzi, M. L. C. C., Marziale, M. H. P. & Dalri, M. C. B. (2005). Acidentes de trabalho entre trabalhadores rurais e da agropecuária identificados através de registros hospitalares. *Ciência, Cuidado e Saúde*, 4(2), 120-128.
- Tooge, R. (2020). *Governo libera o registro de 22 agrotóxicos genéricos para uso dos agricultores*. Recuperado de <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/05/12/governo-libera-o-registro-de-44-agrotoxicos-genericos-e-2-biologicos-ineditos-para-uso-dos-agricultores.ghtml>
- União da Indústria de Cana-de-Açúcar. (2009). *Protocolo Agroambiental do Setor Sucroalcooleiro*. São Paulo: Unica.
- União da Indústria de Cana-de-Açúcar. (2019). *Observatório da cana*. Recuperado de <https://observatoriodacana.com.br/>
- Veiga, R. K., Gontijo, L. A., Masiero, F. C., Maas, L. & Odorizzi, W. (2017). Caracterização de acidentes com tratores de rabiças no cultivo da cebola em Santa Catarina. *Horticultura Brasileira*, 35(1), 124-128.
- Verçoza, L. V. (2018). *Os homens-cangurus dos canaviais alagoanos: um estudo sobre trabalho e saúde*. Maceió: Edufal.
- Vilela, R. A. G., Laat, E. F., Luz, V. G., Silva, A. J. N. & Takahashi, M. A. C. (2015). Pressão por produção e produção de risco: A “maratona” perigosa do corte manual da cana-de-açúcar. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 40(131), 30-48.

### Endereços para correspondência

dathiemello@yahoo.com.br

vnavarro@usp.br

lupraun@uol.com.br

Recebido em: 31/10/2019

Revisado em: 22/06/2020

Aprovado em: 05/08/2020

# Precarização, neoliberalismo e questão social: reverberações sobre os modos de trabalho no nordeste brasileiro

Cássio Adriano Braz de Aquino<sup>1</sup>

Universidade Federal do Ceará (Fortaleza, CE, Brasil)

O presente texto é o recorte de uma proposta ampla que tinha como foco uma análise do neoliberalismo, trabalho e precariedade na América Latina. O segmento aqui abordado retrata os aspectos da configuração do trabalho na região do Nordeste brasileiro, destacando as implicações do neoliberalismo e dos processos de precarização nesse contexto. Dada a complexidade da articulação de tais categorias, lançou-se mão de três pontos decisivos para guiar nossa investigação: a compreensão da precarização como fenômeno constitutivo do modelo neoliberal proposto para o trabalho; a análise da questão social como mecanismo de contextualização das diferenças que afetam o mercado de trabalho; e, por fim, a dimensão política mais recente, responsável pelas significativas transformações que reverberam na configuração do trabalho na região nordeste. A construção desse cenário lança as bases que permitem o entendimento sobre a articulação entre os “novos” modos de trabalhar e a produção subjetiva dos trabalhadores, reconhecendo evidências dessa vinculação para a constituição do campo da psicologia social do trabalho.

Palavras-Chave: Neoliberalismo, Precarização, Questão social, Trabalho.

Precariousness, neoliberalism and social question: reverberations about the ways of working in northeastern Brazil

This paper is the outline of a broad proposal that focused on an analysis of Neoliberalism, work and precariousness in Latin America. The covered segment portrays aspects of work configuration in Brazil's Northeast region, highlighting the implications of neoliberalism and precariousness processes in this context. Given the complexity of articulating such categories, three decisive points were chosen to guide our intent: precariousness as a constitutive phenomenon of the neo-liberal model proposed for work; an analysis of the social question as a mechanism for contextualizing the differences that affect the labor market; and, finally, the most recent political dimension, responsible for significant transformations that reverberate in the work configuration of the Northeast region. The construction of this scenario lays the foundations that allow to understand the articulation between the “new” ways of working and the subjective production of workers, acknowledging evidence of this connection for the constitution of the Social Psychology of Work field.

Keywords: Neoliberalism, Precariousness, Social question, Work.

## Introdução

O propósito deste escrito é trazer, a partir de reflexões sobre o neoliberalismo e a precarização, evidências das transformações nos processos organizativos do trabalho. O artigo traz um recorte que privilegia o olhar sobre tais reverberações no Nordeste brasileiro; no entanto, localizando-o numa dimensão mais globalizada, que considera aproximações e semelhanças com a ressonância em outros territórios geopolíticos.

O interesse pelo desenvolvimento desse propósito está ancorado naquilo que Fonseca (2000), ainda no início do século XXI, apontava como crucial na vinculação entre trabalho e subjetividade e que demandava um olhar atento da psicologia social. Segundo a autora, os novos modelos de trabalho estavam promovendo uma “devastação social”, individual e coletiva, que reverbera nos modos de subjetivar, atraindo o interesse da psicologia social e apontando para referências que permitam circunscrever o efeitos de complexas rupturas derivadas da flexibilização do trabalho.

<sup>1</sup> <https://orcid.org/0000-0001-8651-1634>

A partir das configurações contemporâneas apontadas por diferentes autores (Alves, 2000; Antunes, 2005; Boltanski & Chiapello, 2002; De Vito, 2012) que articulam neoliberalismo, trabalho e precarização, este artigo põe em destaque o recorte de análise dos modos de constituição do cenário laboral na região Nordeste brasileira até o momento em que nos encontramos. Não há o intuito de promover algo original nessa reflexão, mas fazer um recorte com a contribuição das novas espacialidades e temporalidades que derivam dos recentes modelos de trabalho e seus vínculos, organizações condições e contextos.

O desafio de discutir a partir de um lugar específico – a realidade do Nordeste – as questões acerca dos processos organizativos do trabalho demanda uma reflexão que leva em consideração um território com história, formação cultural e tradição sociolaboral singular. A contribuição de referentes históricos, culturais, dentre outros, deve ser considerada pela psicologia social do trabalho, principalmente por permitir a compreensão dos aspectos subjetivos que permitem reconhecer a construção de trajetórias laborais, que embora singulares e experimentadas individualmente, se constituem a partir de fenômenos coletivos.

No esforço de compreender como os modos de produção da subjetividade do trabalhador são elaborados, é preciso agregar um olhar mais apurado sobre a dimensão política e, tal como defendem Sato, Coutinho e Bernardo (2017), permitir o reconhecimento das singularidades históricas na constituição de uma ética não liberal e na aproximação com as disciplinas com as quais dialoga, próprias da psicologia social do trabalho. A dimensão política ganhou atenção especial em nosso país nos últimos cinco anos diante da radicalidade das rupturas na condução governamental, que tem sido decisiva para a compreensão das mudanças operadas na estrutura laboral brasileira. Como afirma Antunes (2005), todas essas transformações estão promovendo a progressiva reconfiguração morfológica do trabalho.

Diante dessas premissas, parece-nos prudente esboçar um quadro mais delimitado para procedermos a essa análise. Assim, não nos perderemos em um emaranhado de caminhos que mais nos dispersaria do que nos aproximaria da construção do cenário contemporâneo do trabalho, tendo o neoliberalismo, a precarização e as consequentes implicações políticas como mediadores desse intento. Para isso, partimos de três pontos fundamentais:

O primeiro deles é que a ideia de precarização não é um fenômeno estático. Já não se pode concebê-la a partir dos mesmos parâmetros que deram origem a sua definição nos países latinos do sul europeu (Itália, França e Espanha) e no estabelecimento das primeiras formas de implantação políticas neoliberais na América Latina, ainda nas décadas de 1970 e 1980, marcados pela evidência de um predomínio da exploração desregulada da classe trabalhadora. Poderíamos, inclusive, afirmar que estamos em trânsito de um regime de exploração para o regime de espoliação, como diria Braga (2017). Isso reconfigura o sentido da precarização, trazendo novos elementos para sua caracterização, os quais se alteram com a própria reconfiguração do mundo do trabalho.

O segundo ponto é a opção de tratar o tema fazendo uso da perspectiva da “questão social” como mediadora das diferenças regionais implementadas dentro do espectro do capitalismo contemporâneo e das formas que interferem na manifestação do neoliberalismo e das práticas laborais. A questão social opera conotações diferenciadas a partir dos contextos nacionais e locais onde é tratada, uma vez que estão atreladas às diferentes formas de organização econômica, política e social.

Por fim, o terceiro ponto é o da repercussão política como determinante do contexto laboral no qual vivemos hoje. As mudanças operadas a partir de decisões governamentais e as reações a essas são decisivas para traçarmos a perspectiva que iremos abordar neste artigo. Não estamos afirmando, ao adotar esses três pontos, que esta seja a única forma de lidarmos com o tema, mas entendemos que esse modo de reflexão permite a construção de um cenário – com base em fenômenos que têm no trabalho e na sua relação com o neoliberalismo e a precarização – que viabiliza a identificação dos

aspectos contextuais que contribuem para a consolidação da produção subjetiva dos trabalhadores, elemento caro ao campo da psicologia social do trabalho.

## Precariedade e precarizações

O fenômeno da precarização, como um processo em expansão no contexto laboral, é uma formulação derivada e difundida por diferentes saberes, tais como o das ciências humanas, sociais, jurídicas, dentre outras. Parece prudente recorrermos à compreensão da dinâmica que a constitui. Para isso, pontuamos a definição de Wresinski (1987) sobre o que seria a precariedade:

A precariedade é a ausência de uma ou de diversas garantias ou seguranças que permitem às pessoas e famílias assumir suas responsabilidades elementares e desfrutar dos seus direitos fundamentais. A insegurança pode ser mais ou menos grave e definitiva. Ela geralmente conduz à pobreza quando afeta diversos domínios da existência, quando tende a prolongar-se no tempo e tornar-se persistente a ponto de comprometer a reconquista dos direitos e de reassumir suas responsabilidades por si mesmo num futuro previsível (p. 28, tradução nossa).

Essa paulatina perda das garantias e seguranças, contida na definição de Wresinski é caracterizada por Concialdi (2007) como uma marca da década de 1990 no mundo do trabalho. Embora se reconheça a década de 1970 como aquela onde, a partir da reestruturação produtiva e da acumulação flexível, firmava-se o princípio da ruptura hegemônica com o modelo de sociedade salarial, foi nos anos 1990, com a expansão globalizada de tais perspectivas, que viu-se configurar as bases da precarização como um elemento fundamental do projeto neoliberal. Como diz Alves (2000), essa década criou o cenário propício para a consolidação da instabilidade laboral, debilitação das garantias e formas débeis de vinculação ao trabalho, elementos que identificavam o processo de precarização.

Historicamente, o Brasil atravessava a década sob a dominância de projetos governamentais que valorizavam claramente o capital em detrimento do trabalho, reforçando esse processo. Estávamos nos inserindo na expansão do neoliberalismo globalizado. Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) não só defendiam as ideias neoliberais, como também as disseminavam através das políticas empregadas nos mais diferentes setores da economia.

O modelo salarial, vigente em boa parte do século XX nos países desenvolvidos, tendo o keynesianismo como expoente, representava um papel de contraponto entre as teorias liberais e as teorias marxistas. Acreditava-se numa intervenção controlada do Estado na economia e na busca por certa garantia de emprego nesses países. Era justamente essa intervenção estatal e a consequente mediação entre capital e trabalho, com forte apelo social, que reforçava a noção de “cidadania laboral”. Tal termo é uma concepção que vinculava uma rede de garantias e direitos laborais e de bem-estar à compreensão do ser trabalhador assalariado (Alonso, 2007). É, justamente, a debilitação desse modelo de vínculo e a desvalorização da representação do trabalho que viabilizaram a emergência do fenômeno da precarização.

A cidadania laboral funcionava, assim, como um imaginário social, isto é, uma rede simbólica sancionada socialmente, onde se combinavam um referente funcional e um componente moral (de seleção e hierarquização de valores legítimos). . . . E como todo *imaginário social* em um entorno social concreto, a cidadania laboral keynesiana fordista aspirava a identidade total, o aprisionamento completo do social na produção nacional normalizada e na reprodução patriarcal da família (Alonso, 2007, p. 99, tradução nossa).

É preciso considerar – seguindo o pensamento de autores com obras representativas sobre o fenômeno da precarização, como Cingolani (2005), Concialdi (2007) e Héléardot (2005) – que, a partir da reestruturação produtiva, houve uma alteração profunda do lugar do trabalho na estrutura social. Seguindo a premissa neoliberal, requeria-se a fragilização da atividade laboral e da organização dos trabalhadores para submetê-los cada vez mais aos interesses do capital.

A consequência da reestruturação produtiva pode ser analisada a partir de diferentes mediações, tais como a desregulamentação do trabalho, o uso intensivo da tecnologia, a segmentação produtiva, a financeirização da economia etc. Tais consequências têm repercussão tanto na dimensão da temporalidade laboral – jornadas parciais, trabalhos por tempo determinado, descontinuidade de vínculo – como na dimensão da espacialidade laboral – realocações industriais, externalidade da produção, enxugamento do processo produtivo e aumento significativo do uso dos recursos científicos e tecnológicos.

As dimensões da temporalidade e da espacialidade são recursos utilizado por autores (Aquino, 2003; Gasparini, 1996; Grossin, 1986) para a compreensão das transformações no mundo do trabalho e sua repercussão na subjetividade dos trabalhadores. Tanto o tempo como o espaço articulam níveis micro e macrosociais que possibilitam o entendimento sobre a produção dos modos de vida dos trabalhadores, sendo elementos importantes para apreensão dos sentidos da subjetividade que compõem o interesse da psicologia social do trabalho.

A referência ao tempo e ao espaço se torna ainda mais relevante por sua estreita vinculação ao fenômeno simbólico que articula neoliberalismo e precarização, a saber, a flexibilização.

A observação atenta dos mecanismos de alterações nas duas dimensões – tempo e espaço – revela um elemento central que conduz ao novo cenário gestionado pelo princípio neoliberal, a flexibilização. O enfrentamento à crise do modelo salarial não poderia prescindir da flexibilização do trabalho, que, além da temporalidade e espacialidade, implicava também a perspectiva do direito, das condições de sua realização etc. (Garrido, 2006).

Dito de outra forma, novos modos de organização do tempo e do espaço atrelados ao trabalho passam a ser concebidos como modos privilegiados de enfrentamento à crise da sociedade salarial, embora neles estejam contidos os princípios da naturalização e até da normatização da precarização que conhecemos hoje, tomados eufemisticamente como formas de flexibilizar o trabalho. Percebe-se, assim, que a flexibilização se via profundamente atrelada ao processo de precarização e constituía peça chave para disseminação da razão neoliberal.

A ideia de flexibilidade pode ser considerada como um corolário da precarização. Dal-Ré (1999) afirma que é possível delinear três formas de associação da flexibilização com o mercado de trabalho. A primeira delas, concebida como uma forma de adaptação às crises, é pautada em correções normativas pontuais que funcionariam como ajustes e enfrentamentos mais conjunturais, sem alterações profundas nem aos fundamentos teóricos nem à estruturação normativa mais ampla. A segunda, tratada pelo autor como uma inspiração no “liberalismo coletivo”, estaria pautada pela compreensão de que as perdas das mínimas garantias legais seriam equilibradas com compensações associadas aos instrumentos de representação coletiva dos trabalhadores. Por fim, e a que parece nos afetar mais diretamente na atualidade, é a flexibilidade de caráter neoliberal, pautada numa desregulamentação radical e na configuração de condições de trabalho extremamente vulneráveis. É na vinculação com este último protótipo de flexibilização que ancoramos nossa reflexão e vemos emergir a precarização como um elemento constitutivo do mundo laboral contemporâneo.

A fragilização do estatuto do emprego, em um primeiro momento, fez ressurgir a instabilidade, típica do modelo da emergente sociedade industrial do século XVIII e princípio do século XIX. A fragilização também viabilizou a emergência do signo da precariedade, agora compreendida como reação a um período anterior demarcado por emprego estável e garantias e direitos fundamentais destituídos dos riscos da incerteza. Começava a se configurar no cenário laboral uma realidade

permeada por vinculações débeis e pela alternância entre presença e ausência de contratos de trabalho, com interrupções e reativações como forma de inserção no mercado do trabalho.

O retorno de um signo de precariedade após um período de cidadania laboral (próprio da sociedade salarial), tal como explicitado anteriormente, tem repercussões diversas nos diferentes cenários mundiais. A experimentação dessa precariedade – se plena, intermediária ou inexistente – se vincula à cultura laboral e à formalização de princípios da sociedade de bem-estar-social dos diferentes contextos onde ocorreu, trazendo consequências variantemente sérias.

É distinto pensar o que foi o (res)surgimento de vulnerabilidades no contexto europeu – que havia experimentado de uma forma aproximadamente homogênea a noção de bem-estar social – e pensá-la no contexto latino-americano, no qual a ideia de bem-estar era um horizonte desejado, mas distante de ser vivido e, muito menos, generalizado.

O contexto – no caso, o espaço geopolítico – gera um primeiro desafio na compreensão da manifestação da precarização, qual seja, ela tem uma representação distinta, dependendo da trajetória histórica onde ocorre, de forma especial, a presença (ou ausência) de bem-estar social. Dessa forma, antes de concebermos a precarização como um fenômeno homogêneo, mais correto seria compreendê-la como fenômeno diverso e plural. Assim, adotamos a ideia de precarizações, no plural, em vez de precarização, no singular, dada a sua diversidade de caracterização. Ademais, precariedade e precarização seriam categorias implicadas, mas distintas. A primeira remeteria a evidências contextualizadas de vulnerabilidades pré-existentes e próprias da constituição de algumas atividades, no caso aqui tratado, laborais. Já precarização implicaria a lógica processual, que remeteria a um resgate histórico e se caracterizaria, necessariamente, pela ruptura com condições laborais mais favoráveis. Portanto, precarização pressuporia o deterioro progressivo de tais condições, enquanto a precariedade estaria pautada em condições débeis de origem. (Alves, 2009; Aquino, 2007; Borsoi, 2005; Druck & Franco, 2011).

A processualidade contida na noção de precarização nos permite afirmar que há uma dinâmica na sua definição, tal como a concebemos neste texto. A crise do modelo taylorista-fordista deu início, a partir da década de 1970, ao desgaste de três elementos cruciais na configuração do estatuto do emprego – a ideia de emprego estável, a regularidade da renda e a rede de proteção social vinculada à condição salarial (e que fundamenta o conceito de cidadania laboral). Qualquer efeito sobre esses três elementos caracterizaria o processo de precarização da condição de emprego, ícone da sociedade salarial. Essa condição, entretanto, como ficou evidenciado na contextualização do fenômeno, não era hegemônica em todos os países, mas sim privilégio de alguns deles. Castel (1998) afirma, por exemplo, que os países da América Latina não estavam integrados sob esse estatuto, uma vez que parte considerável dos seus trabalhadores estava descoberta de tais direitos e garantias vinculados à condição salarial.

Sobre essa ideia, reside nossa primeira reflexão: a precarização inicialmente definida por autores europeus não poderia ser transposta sem relativizações para o contexto latino-americano – e de forma mais específica ao contexto nordestino – dadas as especificidades da realidade laboral no nosso continente e o lugar social ocupado pelo trabalho dentro das diferentes tradições históricas das sociedades. É bem verdade que, como pano de fundo nos diferentes contextos, sobressaía a premissa neoliberal, já indicada por Antunes (2005) – redução ou impossibilidade de acesso ao trabalho assalariado estável e com garantias, além da adoção da precarização laboral através das mudanças no contexto de trabalho e da fragilização da relação dos trabalhadores com suas atividades. O neoliberalismo se difundia com matizes diferenciados de acordo com os territórios onde se instalava. As noções de assalariamento estável e garantias para o trabalhador não eram dominantes no contexto nordestino, por exemplo. O acesso, ainda que mínimo, aos elementos que pautavam a condição salarial (contrato formal, regularidade de renda, para tomar como exemplos) representava

uma melhoria das situações laborais vividas por trabalhadores quase sempre acostumados com condições de grande penúria.

O neoliberalismo é caracterizado por Blackburn (1999) como uma filosofia econômica que visa à explosão global do desenvolvimento a partir do reestabelecimento dos níveis de lucratividade do capital. A opção clara em atender às demandas do capital em detrimento do trabalho tem marcado a política promovida por suas premissas, gerando implicações significativas sobre a constituição do ser trabalhador e com reverberações sobre a sua subjetividade.

Não podemos esquecer que falar sobre subjetividade e trabalho é reconhecer, antes de tudo, que os modos de produção repercutem sobre as construções de sentido singular que são produzidas pelas diferentes formas de relação entre o ser humano e o trabalho. Assim, como afirma Nardi (2006), a mudança do modo de produção taylorista-fordista para a acumulação flexível promoveu transformações nas formas de organização da vida social e reverberou na produção subjetiva.

Gasparotto, Grossi e Vieira (2014) afirmam que o neoliberalismo não só se expande no pensamento teórico das áreas econômicas e sociais como também contamina as crenças populares, levando a acreditar que não há alternativa viável à organização social que não o receituário neoliberal. Suas marcas, pois, seriam: a privatização da esfera pública, a desregulamentação financeira, a abertura externa, a flexibilização das relações e condições de trabalho, a retração ou diminuição do Estado e a reestruturação de políticas sociais. A socióloga argentina Verônica Gago (2018), no seu livro *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*, ressalta que o neoliberalismo não se vincula apenas à redução do papel do Estado e a prevalência do mercado, mas deriva, pelo menos na América Latina, de certo enraizamento nas subjetividades populares.

O conjunto desses fatores, ainda que não restrito ao âmbito do trabalho, está diretamente associado a ele. Isto remete ao segundo aspecto que utilizamos para embasar nossa reflexão, a saber, a questão social como mediadora das diferenças regionais.

## **Implicações acerca da questão social e a realidade nordestina**

A questão social é uma categoria cara às ciências sociais como um todo e elemento central nas obras de Rosanvallon (1995) e Castel (1998), que a colocam como fundamental em suas análises acerca das transformações sociais.

A questão social viabiliza a análise das mudanças na sociedade, seja pela crise do Estado de bem-estar, seja pela pelo processo de desafiliação derivado da crise no trabalho. Ela pode também ser tomada como recurso de investigação da reverberação desses fenômenos a partir das diferenças regionais, motivo pelo qual a privilegiamos como um ponto fundamental de nossa análise, tal como concebe Pastorini (2004, p. 113):

... “questão social” assume expressões particulares dependendo das peculiaridades específicas de cada formação social (nível de socialização da política, características históricas, formação econômica, estágios e estratégias do capitalismo) e da forma de inserção de cada país na ordem capitalista mundial.

É preciso, para além de uma compreensão da ideia global alcançada pela acumulação flexível – compreendida como modo de produção vigente –, refletir sobre a especificidade da forma de inserção do Brasil e de suas diferentes regiões no cenário neoliberal. Essa especificidade aponta claramente para as expressões particulares de integração do nosso país ao modelo capitalista e para as relações estabelecidas entre o Estado e os segmentos dominantes e dominados na economia como elementos definidores das formas de representação do trabalho. Reconhecer que há diferentes formas de

participação das regiões geopolíticas que constituem o país nessa inserção ajuda a compreender por que a ideia de questão social nos interessa.

Assim como é diferente conceber o fenômeno da precarização na Europa e na América Latina, por exemplo, é também distinto compreender a repercussão do neoliberalismo e das implicações da precarização dentro do território brasileiro, uma vez que esse é eivado de diferenças. Tais diferenças se tornam perceptíveis na formação social de cada região em nosso país. O mais importante é que, ao priorizar a questão social nessa análise, dá-se ênfase à relação entre capital e trabalho como seu núcleo substancial de identificação das particularidades, como afirma Pastorini (2004).

No Brasil, tal como asseveram Santos, Vasconcelos, Natale e Figueiredo (2012), os processos históricos de precarização e superexploração do trabalho constituem o modo de exploração privilegiado do capital. Ao determos nosso olhar sobre o Nordeste, mais especificamente, vemos essa exploração se exacerbar e se ampliar de forma significativa se comparado com outras regiões brasileiras.

As referidas autoras trazem uma importante contribuição de análise histórica, que situa as origens do processo de exploração do trabalho por parte do capital em nosso país ainda no período colonial, com o uso da mão de obra escrava visando à maximização dos lucros da dinâmica comercial. Articulando o pensamento de Fonseca (2000), apresentado no princípio do texto, ao de Pastorini (2004), é possível perceber a articulação entre os modos de subjetivar e a formação social, mediados pelo trabalho. Segundo as autoras, foi no Nordeste, com a sua localização estratégica e com as condições climáticas propícias na faixa litorânea, onde ocorreu a monocultura da cana-de-açúcar e de onde emergiu a forma característica da economia colonial brasileira. Ali também se deu a origem da perspectiva heteronômica que tem sustentado nossa economia.

Não é intenção deste texto fazer um resgate histórico desse modelo de desenvolvimento; nesse sentido, recomendamos aos interessados a leitura da obra já referenciada. Mas, parece prudente identificar, nessa origem, um modelo que tem se perpetuado, com algumas variações ou mesmo pequenos movimentos de reação, mesmo após a revogação da condição colonial. A modernização do capitalismo brasileiro sempre foi conservadora, aliando atraso e modernidade. Esse modelo parecia estratificar esse processo, mantendo o atraso em alguns setores ou territórios da economia e promovendo a modernidade em outros.

Essa aparente contradição permite compreender que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em nosso país acabou sendo nefasta para o escravo liberto, que se viu discriminado na concorrência com o trabalhador livre branco e com os imigrantes, que ocuparam, principalmente, os territórios do Sudeste e Sul brasileiro. As semelhanças climáticas entre essas duas regiões geográficas brasileiras e alguns países europeus, principalmente aqueles situados às margens mediterrâneas, muitas vezes é tomada como fator de fácil adaptação. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que a estrutura da monocultura açucareira e a tradição colonial brasileira serviram de referente ao fundamento da economia nacional nos primeiros anos pós-libertação dos escravos e seguiram pautando fortemente os modos de trabalhar dentro do contexto nordestino.

O modelo submisso derivado da cultura açucareira, que acabou se prolongando no setor agrícola e pecuário, fez com que houvesse pouca mudança no mercado de trabalho nordestino em relação ao período colonial. No Sudeste, por outro lado, dava-se início – atrelado às novas culturas agrícolas trazidas principalmente pelos imigrantes europeus – ao processo de industrialização.

No Brasil como um todo, os padrões de exploração da classe trabalhadora foram extremamente lucrativos. Entretanto, no Nordeste, de forma especial, a exploração parecia ser a regra. Se pouca coisa mudou em termos de panorama econômico no Nordeste, ao longo de parte considerável do século XX, na região Sudeste – especialmente no estado de São Paulo em razão da cultura cafeeira, da participação de imigrantes com vivências laborais distintas e da emergente industrialização iniciada nesse período –, viu-se configurar o que Celso Furtado (2007) chama de relação

“centro-periferia” interna da nação; com o Nordeste cumprindo a função periférica de fornecer mão de obra e matérias-primas que seriam transformadas e usufruídas em outros territórios.

No Nordeste, prevaleceu, basicamente até os anos 1970, uma economia voltada à dinâmica agrícola, baseada sobremaneira em relações de trabalho descobertas de direitos e garantias e em relações informais. Os trabalhadores, em sua maioria, estavam apartados da cidadania regulada que marcou a realidade brasileira em algumas regiões – de forma especial o Sul e o Sudeste – até o final da década de 1980. Caracterizar a precarização como a ausência ou perda gradativa de direitos e garantias atreladas ao trabalho era sem sentido, uma vez que, em sua base, a precariedade demarcava o cenário laboral, seja pelo tipo de atividade econômica prevalente, seja pela dominância de regras pouco formalizadas de vínculos laborais. O empresário ou patrão assumia a lógica paternalista antes que a salarial.

A partir da década de 1980, há uma pequena alteração desse cenário com o nascimento de um processo de industrialização, principalmente em duas grandes regiões metropolitanas – Salvador e Recife – e, um pouco mais tarde, em Fortaleza. É importante ressaltar, entretanto, que o fluxo das indústrias foi viabilizado sobretudo pelos incentivos fiscais e pelo valor da mão de obra, defasada com relação a um processo já estabilizado em outras regiões do Brasil. Os incentivos fiscais tornaram o estabelecimento de um estatuto de estabilidade algo contraditoriamente instável, já que, ao cessarem ou diminuírem em uma dada região, promoviam o fluxo das indústrias para outros espaços mais atrativos. Essa volatilidade era derivada dos processos promovidos pelos interesses do capital, não pela mediação do Estado dentro de uma perspectiva desenvolvimentista.

Diante desse quadro, de estabelecimento dos vínculos laborais pautados pelo desenvolvimento industrial no Nordeste, arriscamos dizer que o modelo de inserção no mundo do trabalho mais formalizado se deu sob a constante ameaça da instabilidade. Aqui surge uma perspectiva extremamente paradigmática. A promessa da formalização dos vínculos foi pautada na incerteza, uma característica própria da precariedade, como já definia Wresinski (1987). Isto já destaca de entrada a compreensão do processo de precarização de forma distinta daquela que vigorava nos centros industriais já estabelecidos. Ressalta-se, mais uma vez, a dificuldade de conceber os processos de precarização como homogêneos, uma vez que o estabelecimento de vínculos formais, que estariam na base da condição salarial, já estava em sua origem fragilizado.

Se a instabilidade é um dos elementos apresentados como definidor do processo de precarização – pelo menos aquela apontada no contexto de sua definição nos países com direitos e garantia laborais sólidas –, fica denotado que não poderia ser concebida como fenômeno característico da precarização no Nordeste brasileiro, pois é compreendida como acontecimento constitutivo das primeiras experiências de vínculo laboral na região. Confirma-se a ideia de que é preciso reconhecer a dinamicidade da categoria precarização e que sua aplicação está implicada ao contexto onde ocorre.

É importante destacar que essa instabilidade econômica não é, entretanto, fator suficiente para limitar o anseio pelo acesso às formas de vínculos formalizados. O estudo de Borsoi (2005) sobre o processo de industrialização em uma cidade integrante da região metropolitana de Fortaleza é exemplo disso. A autora destaca que o estabelecimento de uma fábrica de calçados, em um contexto típico da produção agrícola da castanha de caju, alterou profundamente o perfil do trabalho na região. Enfatiza, porém, como uma das características da migração do trabalho agrícola para o industrial, a formalização por meio da carteira de trabalho e sua representação na possibilidade de acesso ao crédito e, conseqüentemente, ao consumo. Esse não foi um exemplo isolado. Outros exemplos, em diferentes regiões do Nordeste, davam o tom sobre a mudança do cenário, mas havia uma sutil ameaça de ruptura do modelo, caso as premissas fiscais e interesses econômicos do capital não fossem atendidos.

Aqui parece prudente retomar a ideia defendida por Gago (2018, p. 35) quando afirma que a “razão neoliberal” se forja na “produção de direitos e inclusão social realizada através da mediação

financeira – e do consumo”. Isso dá passo a novos modelos de relação laboral e implica novos modos de subjetivar.

A estabilidade, mesmo débil, era uma situação de maior garantia que a convivência com a inconstância climática que sempre pautou a realidade de boa parte dos trabalhadores nordestinos. A condição precária já fazia parte do modo de vida dessa população, que estava acostumada a enfrentar as intempéries climáticas da região. Esse contexto, muitas vezes romantizado – principalmente na literatura, nas canções e outras referências artísticas ao Nordeste, como na poesia de Guibson Medeiros (n.d.)<sup>2</sup> –, sempre colocou a disponibilidade ao enfrentamento das adversidades como uma característica “natural” do nordestino, potencializando o uso dos trabalhadores ali residentes em condições de fragilidades de vínculos e situação de infortúnio.

Ao longo dos anos 1990 e a partir dos anos 2000, a região nordeste viu surgir alguns conglomerados específicos de desenvolvimento industrial que impactaram na constituição de um referente de trabalho mais bem qualificado, fazendo crescer em torno desses o viés do trabalho com um estatuto salarial – o crescimento do Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia; do Complexo Industrial Portuário de Suape e do Polo Automotivo de Goiana, em Pernambuco; e do Complexo Portuário do Pecém, no Ceará, para citar os exemplos mais destacados. Além disso, o final da primeira década do século XXI trouxe uma ampliação de trabalho decente em todo país, muito embora permeado por modelos de vínculos já debilitados, seguindo a ordem neoliberal que ocorreu em paralelo com o estabelecimento de algumas políticas sociais.

Mesmo sob a égide de um governo dito de esquerda, associado ao Partido dos Trabalhadores, a configuração do trabalho não escapou à tendência neoliberal. As transformações laborais seguiam, de certa, forma o ideário neoliberal, muito embora ocorressem em paralelo com o estabelecimento de políticas sociais inovadoras em nosso país, trazendo uma especificidade aparentemente contraditória, que associava mercado e intervenção estatal. Gago (2018) explica tal situação ao cunhar a expressão “razão neoliberal”, indicando que houve, de um modo ampliado na América Latina, uma associação entre os movimentos sociais e a financeirização da vida. É importante considerar ainda que tais mudanças foram antecedidas, principalmente, por governos que atuaram entre a redemocratização (a partir dos anos 1980) e a virada do século e que promoveram reformas estruturais orientadas pelo mercado, incluindo a liberalização econômica e as privatizações, e que pouco atuaram em benefício de avanços sociais.

A aparente revitalização do mercado de trabalho no país e, de forma especial, a configuração de uma nova organização laboral no Nordeste, porém, não tiveram vida longa. Ainda sob os auspícios do governo petista, deu-se início a uma derrocada desse modelo compensatório que atingiu, principalmente ou prioritariamente, os espaços onde não houve a consolidação desse estatuto do emprego.

O recrudescimento do neoliberalismo de forma mais agressiva (se assim podemos falar) priorizou, como de costume, o capital e a lógica do mercado, atingindo em cheio a condição do trabalho decente, que no caso do Nordeste ainda não havia se consubstanciado. Isso dá passo ao terceiro elemento que previmos inicialmente para contextualizar a vinculação de neoliberalismo, precarização e os novos modos de trabalho: a dimensão política.

---

2 “Sou do sertão terra quente/ que é bem difícil chover/ nasci de um povo valente/ acostumado a sofrer/ sou nordestino oxente/ e tenho orgulho de ser” (Medeiros, n.d.).

## **A dimensão política como elemento articulador da precarização e da questão social**

Os anos 2000 trouxeram uma perspectiva diferente da que o país estava acostumado. Mesmo com algumas diferenças e ainda sob a marca da desigualdade, experimentamos a diminuição do desemprego, uma maior cobertura da seguridade social e um aumento real (ainda que não suficiente) da renda, principalmente para uma parcela da população que se encontrava nas condições mais débeis (Cacciamali & Tatei, 2017). Era um pouco a marca do que Braga (2017) aponta como a convivência do neoliberalismo com algumas políticas sociais de compensação. Isso trouxe alento a uma parcela da população, que via nesses pequenos ganhos grandes logros para a sua condição trabalhadora. A partir de 2015, porém, houve uma interrupção dessa tendência, levando a uma radicalização do neoliberalismo, agora esvaziado das políticas sociais ou, melhor dizendo, se opondo a qualquer resquício das proteções sociais.

A responsabilização das políticas sociais como elemento privilegiado das dificuldades econômicas se assemelha ao que foi construído como oposição, nos anos 1970, ao Estado de bem-estar social. Curiosamente, o Nordeste não havia dado início a um processo de ampliação da condição salarial, uma vez que a geração de empregos e a sua formalização ainda foram pautadas pela condição precária de boa parte do mercado de trabalho. No entanto, se julgamos que a precarização implica a referência processual e a verificação de destrutibilidade da condição anterior dos direitos e garantias sociais atrelados ao trabalho, podemos afirmar que demos início, no Nordeste, a uma forma de precarização que implicou o retorno às condições precárias de origem.

O idílio dos nordestinos com a condição menos precária durou pouco. Nos últimos quatro anos, deu-se início a uma série de ataques aos logros que tanto custaram a surgir no horizonte laboral brasileiro. Retrocedemos de uma forma acelerada às condições que julgávamos superadas, trazendo à tona processos de desfiliação, principalmente em determinados contingentes sociais já debilitados. O filósofo e economista José Krein (2019) afirma que, no início de 2019, contávamos com um contingente de quase 28 milhões de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros subutilizados, tendo como símbolo desse fenômeno a mulher negra. Tal observação demonstra que a precarização torna ainda mais frágil a condição daqueles que não puderam estabilizar seus logros, mas os experimentaram de forma quase excepcional.

Estamos, atualmente, atravessados por diversas iniciativas ultraliberais – congelamento dos gastos públicos, contrarreforma trabalhista, contingenciamentos na educação, contrarreforma na seguridade social – que parecem ultrapassar a imaginária defesa dos interesses econômicos e adentram o plano da alevisia perversa da destruição da classe trabalhadora. Os modos de trabalhar viabilizados dentro dessa condição de debilitação são os elementos “privilegiados” de promoção da subjetividade.

No espaço laboral, as consequências advindas com as reformas trabalhistas – não só no Brasil, mas em países como Argentina, Chile e Colômbia – têm produzido a vulnerabilização da relação laboral predominante nos países desenvolvidos do Norte global, que inclusive os levaram à caracterização da condição salarial ao longo de boa parte do século XX. Iranzo e Leite (2006) destacam as principais evidências que ratificam esse processo de vulnerabilização da condição salarial, que parecia configurar-se como uma tendência de estabilização em algumas regiões brasileiras e, de forma específica, como situação nascente do mercado de trabalho nordestino. Segundo essas autoras, é possível destacar cinco fenômenos que ilustram essa propensão degenerativa da experiência de trabalho na América Latina como um todo e, de certa forma, com sérias repercussões nas regiões que não constituíram uma tradição de trabalho decente, como o caso do Nordeste brasileiro.

- O primeiro deles aponta para um processo de desestruturação do mercado de trabalho por meio da redução do emprego regular, típico das grandes organizações, e ampliação dos trabalhos sem registro característico de empresas pequenas que fazem uso de subcontratação;
- O segundo fenômeno reside na ampliação dos modelos de relação laboral, gerando diferenças entre grupos ocupacionais, segmentando os coletivos de trabalho e dificultando uma noção mais coletiva da classe trabalhadora;
- O individualismo e o enfraquecimento da representação sindical aumentam o poder do capital e representam uma terceira característica;
- Um quarto elemento destacado pelas autoras é o da trajetória cada vez mais fragmentada e intermitente, rompendo com a dimensão de uma carreira sociolaboral;
- Por fim, tendo em vista o processo de responsabilidade individual, cabe ao trabalhador buscar sua adaptação ao contexto laboral complexo e em constante mutação, através de uma busca de qualificação e atualização pessoal ou submeter-se a condições cada vez mais sofríveis oferecidas pelas empresas e o mercado como um todo.

Tais características parecem naturalizadas como um receituário próprio do modelo neoliberal que domina o contexto contemporâneo. Há um predomínio das formas débeis de vinculação dos trabalhadores ao espaço do trabalho, que se agravam quando não há referentes estáveis – seja pela via histórica, seja pelo equilíbrio de opções distintas a esse modelo – que viabilizem o contraponto ao processo de fragilização das condições experimentadas pelos trabalhadores.

Quando associamos a contrarreforma trabalhista à previdenciária, que estão sendo implementadas no Brasil, vemos a potencialização da condição de fragilização do trabalhador, visto que elas se retroalimentam. A reforma trabalhista, com sua desregulamentação, pode ser encarada como a primeira etapa da reforma da previdência, que ganha corpo cada dia mais no nosso país.

A precarização é a política “pública” do neoliberalismo mais nefasto. Os principais afetados são aqueles que experimentaram, ainda que de forma rápida e quase etérea, o prazer da condição salarial – mesmo com seus dissabores. Essa parece ser a realidade vivenciada pela maioria dos trabalhadores nordestinos.

Inspirados na obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha (1996, p. 51), há uma expressão responsável por uma construção identitária representativa do nordestino: “O sertanejo [nordestino] é, antes de tudo, um forte”. Essa fortaleza não pode ser alimentada pela perspectiva de uma resiliência ingênua diante das imposições de um mercado laboral excludente, mas deve ser difundida como uma resistência que impedirá a naturalização da construção social que atende a interesses muito bem situados dos setores tradicionalmente privilegiados.

A ausência de vivências fundamentadas na condição salarial entre os trabalhadores nordestinos torna os reféns de direitos e garantias laborais pouco nítidos. A proliferação de modos instáveis e débeis, da informalidade, da intermitência que se ampliaram desde 2016, parecem reforçar a difícil condição de legitimidade de uma produção subjetiva pautada em laços mais coletivos de proteção. Na realidade, tais modos voltam-se a invisibilizar e reforçar uma imanente violência contra o trabalhador (Fonseca, 2000). Considerando o caráter social da produção subjetiva, tendemos a reconhecer que, no caso de parte considerável dos trabalhadores nordestinos, essa subjetividade está demarcada pela fragilização e vulnerabilidade da participação nas decisões que ultrapassam os modos de trabalhar e adentram nas decisões sobre os modos de produzir vida.

Num cenário cada vez mais fragilizado para condição de trabalho, é possível ver a expansão do ideário neoliberal reforçar o mecanismo de precarização e afetar a produção subjetiva do trabalhador, reconfigurando a experiência laboral e debilitando de forma agressiva os vínculos de trabalhos. Qualquer mudança dessa realidade não pode prescindir de uma resistência política.

É na resistência organizada e coletiva onde reside a esperança de desconstrução do discurso de naturalização da vulnerabilidade como mecanismo prioritário do crescimento econômico. É na esperança da resistência, não como discurso romantizado da fortaleza do nordestino, mas como condição precípua de existir como sujeitos trabalhadores de direitos e com garantias, que será possível alterar a circunstância contemporânea da realidade laboral.

Retomando a reflexão empreendida por Fonseca (2000), citada ao princípio desse texto, ainda no início dos anos 2000, podemos afirmar que os modos de trabalhar têm colocado à prova os processos de subjetivação tradicionais, que nortearam a expectativa de inserção no universo laboral, mesmo sem constituírem como fator hegemônico nos países da América Latina e, de forma especial, no Nordeste brasileiro.

A consolidação do neoliberalismo, pautado na precarização, na reconfiguração da questão social ancorada no trabalho e no direcionamento político em favor do capital tem tornado inalcançável a expectativa de uma cidadania laboral experimentada nos países que conviveram com o paradigma do Estado de bem-estar social. A psicologia social do trabalho se vê provocada a compreender, embora sem aceitar, a informalidade, a instabilidade, a intermitência e a fragilização dos vínculos como elementos privilegiados da construção do “novo” cenário laboral, principalmente nos territórios que experimentaram de forma tão efêmera as condições de cidadania relativas ao trabalho, como no caso do Nordeste brasileiro. Cabe também a ela, como já apontado por Sato, Coutinho e Bernardo (2017), posicionar-se em favor de uma postura ética que garanta resistência a essa vulnerabilização como contrapartida da produção subjetiva do trabalhador.

## Referências

- Alonso, L. (2007). *La crisis de la ciudadanía laboral*. Barcelona, ES: Anthropos.
- Alves, G. (2000). *O novo (e precário) mundo do trabalho: restauração produtiva e crise*. São Paulo: Boitempo.
- Alves, G. (2009). Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – precarização do trabalho e redundância salarial. *Katálisis*, 12(2), 188-197.
- Antunes, R. (2005). *O Caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Aquino, C. A. B. (2003). A temporalidade como elemento chave no estudo das transformações laborais. *Athenea Digital*, 4, 151-159.
- Aquino, C. A. B. (2007). O processo de precarização laboral e a produção subjetiva: um olhar desde a psicologia. *O Público e o Privado*, 11, 169-178.
- Blackburn, R. (1999). Estado, democracia e alternativa socialista na era neoliberal. Diálogo coordenado por Pablo Gentili, Luis Fernandes e Emilio Taddei. In E. Sader & P. Gentili (Orgs.). *Pós-neoliberalismo II: que estado para que democracia?* (pp. 109-132). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Boltanski, L. & Chiapello, E. (2002). *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madrid: Akal.
- Borsoi, I. C. F. (2005). *O modo de vida dos novos operários: quando purgatório se torna paraíso*. Fortaleza: Editora UFC.
- Braga, R. (2017). *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global*. São Paulo: Boitempo.
- Cacciamali, M. C. & Tatei, F. (2017). O impacto do desemprego e da informalidade sobre a empregabilidade e a renda futura do jovem. *Boletim regional, urbano e ambiental*, 16, 57-69.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cingolani, P. (2005). *La precarité*. Paris : Presses Universitaires de France.
- Concialdi, P. (2007). *Non à la précarité*. Paris : Mango.
- Cunha, E. (1996). *Os sertões*. São Paulo: Nova Aguilar.
- Dal-Ré, F. V. (1999). La flexibilidad del mercado de trabajo. Teoría e ideología. In J. J. Castillo (Org.), *El futuro del trabajo* (pp. 76-92). Madrid: Editorial Complutense.

- De Vito, C. G. (2012). Introdução. In C. G. De Vito (Org.), *Global labour history: la storia del lavoro al tempo de la "globalizzazione"* (pp. xi-xiii). Verona, IT: Ombre Corte.
- Druck, G. & Franco, T. (2011). Trabalho e precarização social. *Caderno CRH*, 24(spe1), 09-13.
- Fonseca, T. M. G. (2000). Trabalho e subjetividade. *Revista de Ciências Humanas*, 28, 35-49.
- Furtado, C. (2007). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gago, V. (2018). *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Editora Elefante.
- Garrido, A. L. (2006). *Sociopsicología del trabajo*. Barcelona, ES: UOC.
- Gasparini, G. (1996). Tempo e trabalho no ocidente. In J-F. Chanlat (Org.), *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas* (pp. 111-126, vol. III). São Paulo: Atlas.
- Gasparotto, G. P., Grossi, P. K. & Vieira, M. S. (2014). O ideário neoliberal: a submissão das políticas sociais aos interesses econômicos. *Anais do XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas*. Santa Cruz do Sul, RS: Unisc.
- Grossin, W. (1986). Le temps industriel : une représentation du temps désormais contestée. *Sociétés*, 9, 35-37.
- Hélaridot, V. (2005). Précarisation du travail et de l'emploi : quelles résonances dans la construction des expériences sociales? *Empan*, 2(60), 30-37.
- Iranzo, C. & Leite, M. P. (2006). La subcontratación laboral en América Latina. In E. G. Toledo (Org.), *Teorías sociales y estudios del trabajo: nuevos enfoques* (pp. 112-134). Ciudad de México: Anthropos Editorial.
- Krein, J. D. (27 abr. 2019). As reformas são a falsa promessa de modernização e crescimento. Entrevistado por J. V. Santos & W. F. de Azevedo. *IHU On-line*. Recuperado de <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/588655-as-reformas-sao-a-falsa-promessa-de-modernizacao-e-crescimento-entrevista-especial-com-jose-dari-krein>
- Medeiros, G. (n.d.). Sou nordestino! Sou do sertão terra. *Pensador Frases e Pensamentos*. Recuperado de <http://www.pensador.com/frase/MjAwNzY1OQ/>
- Nardi, E. C. (2006). *Ética, Trabalho e Subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Pastorini, A. (2004). *A categoria "questão social em debate": questões da nossa época*. São Paulo: Cortez.
- Rosanvallon, P. (1995). *La nueva cuestión social: repensar el estado providencia*. Buenos Aires: Manantial.
- Santos, J. S., Vasconcelos, L. C. de, Natale, T. O. & Figueiredo, R. D. A. G. de. (2012). "Questão social" no Brasil: o Nordeste e a atualidade da questão regional. *Temporalis*, 19(24), 239-261.
- Sato, L., Coutinho, M. C. & Bernardo, M. H. (2017). A perspectiva da Psicologia Social do Trabalho. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo & L. Sato (Orgs.). *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 11-24). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Wresinski, J. (28 fev. 1987). Grande Pauvreté et précarité économique et sociale: rapport presente au Conseil économique et social française. *Journal Officiel de la Republic Française*, 6, 1-104.

**Endereços para correspondência**  
brazaquino@ufc.br

Recebido em: 31/10/2019  
Revisado em: 27/07/2020  
Aprovado em: 01/08/2020



# Os lugares do diferente no trabalho contemporâneo: trajetórias de pessoas LGBTs<sup>1</sup>

Rafael Paulino Juliani<sup>2</sup> e Rosemeire Aparecida Scopinho<sup>3</sup>

Universidade Federal de São Carlos (São Carlos, SP, Brasil)

O artigo analisa as vivências de um grupo de trabalhadores LGBTs que visivelmente destoam dos padrões heteronormativos, para compreender as suas percepções sobre o mercado de trabalho, as formas definidas para lidar com as adversidades e os significados que atribuem ao trabalho. A sociedade contemporânea, hegemonicamente heteronormativa, conservadora e neoliberal, marginaliza as pessoas LGBTs nos diversos âmbitos da vida social, especialmente no trabalho. As identidades sexuais e de gênero são construções históricas, culturais e performativas que as transformações políticas e econômicas procuram negar ao reafirmarem a existência de uma matriz heterossexual que regula as sexualidades e a constituição dos sujeitos considerados aptos para o mundo do trabalho. Porém, para o grupo entrevistado, trabalhar, além de garantir a reprodução social, é tanto viver constrangimentos, sofrimentos e preconceitos quanto, por meio da luta cotidiana, aprender a superar barreiras, autoafirmar identidades e expressões de gênero, experimentar o reconhecimento e o exercício da cidadania, o que significa um esforço adicional pela sobrevivência.

Palavras-chave: Trabalho e diversidade social, Neoliberalismo, Precariedade, Trabalhadores Lgbts, Exclusão-inclusão precária.

The places of the different in contemporary work: work trajectories of LGBT people

This paper analyzes the experiences of a group of LGBT workers who visibly do not comply with heteronormative standards, in order to understand their perceptions about the labor market, the ways they use to deal with adversities and the meanings they attribute to work. In contemporary society, which is hegemonically heteronormative, conservative and neoliberal, LGBT people are marginalized in different areas of social life, especially at work. Sexual and gender identities are understood as historical, cultural and performance constructs that political and economic transformations have tried to deny by reaffirming the existence of a heterosexual matrix that regulates sexualities and the constitution of subjects considered apt for the job. However, for the interviewed group, working, in addition to guaranteeing social reproduction, means both experiencing constraints, suffering and prejudices and, through daily struggle, learning to overcome barriers, self-affirming identities and expressions of gender, experiencing the recognition and the exercise of citizenship, which translates to an additional effort for survival.

Keywords: Work and social diversity, Neoliberalism, Precariousness, Lgbt workers, Precarious exclusion-inclusion, Life and work trajectory.

## Introdução

O objetivo deste artigo é de analisar as vivências no mundo do trabalho de um grupo de pessoas que, visivelmente, destoam dos padrões heteronormativos por orientação sexual, identidade ou expressão de gênero em um contexto de transformações políticas e econômicas que o afetam.

Desde meados da década de 1980, o mundo do trabalho brasileiro tem enfrentado transformações estruturais importantes que alteraram a dinâmica do mercado de trabalho e trouxeram inúmeros impactos negativos para os trabalhadores. A crescente introdução de novas tecnologias de produção e de gestão – desde a automação microeletrônica até o advento da economia das plataformas –, a desregulamentação e internacionalização de certos ramos e setores da economia, a aprovação de dispositivos legais que permitiram flexibilizar as relações de trabalho e, mais recentemente, as reformas trabalhista e previdenciária têm agravado (os crônicos) problemas

<sup>2</sup> <https://orcid.org/0000-0002-5911-1026>

<sup>3</sup> <https://orcid.org/0000-0002-2771-4770>

relacionados ao crescimento do desemprego estrutural e do trabalho informal. O acirramento da luta pela sobrevivência submete os desempregados e subempregados, nos setores privado e público, às mais diversas propostas da gestão econômica neoliberal, principalmente nos moldes do que tem sido chamado de *uberização do trabalho* ou *economia do compartilhamento* (Abílio, 2017; Fontes, 2017; Venco, 2019): crescente precarização das condições, intensificação do ritmo de trabalho e abandono das formas típicas de contratação que asseguram minimamente os direitos dos trabalhadores.

O impacto das reformas políticas e econômicas de cunho neoliberais tem comprometido seriamente a reprodução social de certos grupos. Neste contexto, encontram-se em situações ainda mais excludentes os que, para além das qualificações técnicas, não possuem as “qualidades sociais” exigidas pelo mercado de trabalho formal e/ou informal, como é o caso das pessoas LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros), que têm o trabalho, ainda que precário, como elemento fundamental, senão o único, do sistema de reprodução social. O *trabalho precário* é produto das assimetrias de poderes presentes no campo das relações e condições de trabalho, determinadas pela introdução de novas tecnologias de produção e de modelos de organização e de gestão do trabalho que favorecem a sobrevivência das empresas no mercado em detrimento da seguridade social dos trabalhadores, os quais assumem todos os riscos das atividades laborais. Para Kalleberg (2009), o conceito de *trabalho precário* aplica-se tanto aos contratos formais que reduzem a estabilidade econômica e a segurança social dos trabalhadores, quanto àquele trabalho informal, sem contrato e, portanto, sem direitos trabalhistas e sociais garantidos e também ao trabalho autônomo realizado com meios de produção precários que põe em risco a saúde e a segurança de quem trabalha.

Bourdieu (1998a) e Castel & Haroche (2001), para além da questão econômica, sustentam que a *precariedade* está relacionada a um modo de vida (do qual o trabalho é parte constitutiva fundamental) caracterizado por uma situação geral de escassez de recursos materiais e simbólicos, que são as condições que permitem ao sujeito viver com segurança e ser ativo no mundo. Quer dizer, o trabalho precário, pelas suas características, inviabiliza a existência e a manutenção de projetos de vida de longo prazo e cria um modo de viver que se caracteriza um constante ir e vir na busca pela sobrevivência, com consequências psicossociais danosas para os sujeitos. Para Bourdieu (1998a), a precariedade, que está em toda parte, é típica de um modo de dominação neoliberal que deixa os sujeitos em estado geral e permanente de submissão e aceitação da ordem social excludente. Este autor ainda esclarece que a insegurança objetiva relaciona-se estreitamente com a insegurança subjetiva porque a primeira não permite elaborar projetos de vida de longo prazo, o que priva os sujeitos das estruturas temporais que organizam a vida social, degradam as relações que eles estabelecem com os outros e com o mundo e afetam, direta ou indiretamente, os que com ele convivem.

Mas, como sobrevive o trabalhador LGBT no Brasil? Eles vivenciam tanto a precariedade do trabalho quanto a precariedade da própria condição de ser LGBT. Envergonhados, falamos do país que mais mata pessoas travestis e transexuais (TTs) no mundo (Transgender Europe, 2015). Principalmente a partir da segunda metade da década de 2010, as forças políticas neoliberais, hegemônicas e declaradamente ultraconservadoras e meritocráticas, têm reproduzido a dinâmica social excludente do capitalismo no interior do Estado e não têm medido esforços para desarticular os movimentos sociais e desrespeitar os direitos humanos. Ou seja, um país em que a articulação das atuais formas de expressão do neoliberalismo na economia com as da necropolítica praticadas pela ascensão das forças sociais neoconservadoras em diferentes esferas da vida política e social tem se solidificado e deixado um rastro de destruição física, social, subjetiva e simbólica. Resulta que 90% desta população encontra-se em situação de prostituição compulsória (Benevides & Nogueira, 2020).

Porém, paradoxalmente, na contramão de um modelo econômico que exclui as pessoas LGBTs e de uma ordem social LGBTfóbica que não reconhece os direitos humanos e sociais, observa-se um crescente movimento social contra-hegemônico que procura problematizar e legitimar as formas de enfrentamento da opressão sexual e de gênero e definir políticas públicas e privadas de inclusão.

O resultado deste movimento expressa-se na conquista de alguns dispositivos legais de proteção das pessoas LGBTs, tais como o reconhecimento da união conjugal entre homossexuais e a criminalização da homofobia e da transfobia. Também no mundo do trabalho, em alguns setores e organizações empresariais, a introdução de políticas de diversidade da força de trabalho vem ganhando espaço desde os anos 1980, ainda que com o intuito de criar imagens de responsabilidade social para garantir a competitividade empresarial (Heloani & Silva, 2015; Saraiva & Irigaray, 2009). No bojo da discussão sobre a inclusão de trabalhadores jovens, idosos, daqueles que possuem diferentes tipos de deficiências físico-intelectuais, de trabalhadores negros e mulheres cisgênero (Costa & Ferreira, 2006), mais recentemente, também entraram na pauta as políticas de inclusão de trabalhadores/as<sup>4</sup> com diferentes orientações sexuais, identidades e expressões de gênero.

Ainda que a discussão aconteça, de fato, verifica-se uma grande distância entre os discursos e as práticas empresariais. As políticas de diversidade LGBT têm menor aceitação na sociedade (Irigaray, 2008; Siqueira & Zauli-Fellows, 2006) e, além disto, mesmo as empresas que declaram possuir uma ampla política de diversidade e respeito às diferenças, na prática, rejeitam a entrada de pessoas TTs no mercado de trabalho (Irigaray, 2010). O apoio à causa LGBT é visto pelos gestores como motivo de descrédito da empresa junto a mercado, clientes, fornecedores e parceiros, o que pode “manchar” a sua imagem (Juliani, 2013).

Percebe-se, assim, um processo de exclusão-inclusão precária destes sujeitos que, à medida que são impedidos de participar das relações formais de trabalho são compulsoriamente levados à informalidade ou mesmo à prostituição. Nas raras vezes em que estes trabalhadores transpõem as barreiras do mercado de trabalho, eles passam por situações de constrangimento, são alvos de piadas e de divulgação vexatória diante dos coletivos de trabalho, são alocados em funções tidas como próprias do gênero com o qual se identificam e em posições subalternas dentro de ramos específicos da economia (salões de beleza, por exemplo) ou ainda em postos de trabalho invisíveis em meio às linhas de produção, tais como atendentes de *telemarketing* ou camareiras – posto em que, em atividades desta natureza, não há contato presencial algum com os clientes (Garcia, 2007). Irigaray e Freitas (2013) mostraram que ser estigmatizado como homo ou bissexual no contexto de trabalho acarreta custos psicossociais para os trabalhadores e Irigaray (2008) mostrou que isto pode, ainda, prejudicar a ascensão profissional ou mesmo a permanência na organização. Situação que se apresenta ainda mais complexa para trabalhadores gays efeminados, lésbicas masculinizadas, travestis, mulheres e homens transexuais, já que estes são os que mais incomodam os “normais” ao denunciar e questionar, com seus corpos e vivências, a frágil certeza da normal social.

Em síntese, os estudos têm avançado na compreensão das diferentes problemáticas sociais que envolvem as pessoas LGBTs, porém, ainda há lacunas nos campos da Psicologia Social do Trabalho e da Administração, não somente quanto às formas de inserção e de gestão dos “LGBTTrabalhadores”<sup>5</sup>, mas, sobretudo, quanto às consequências subjetivas das formas de “inclusão-excludentes”. Isso nos levou a questionar quais são os impactos da vivência da discriminação e da exclusão-inclusão precária no trabalho sobre o modo como estes sujeitos organizam as suas vidas em sociedade e que processos de subjetivação derivam deles. Como afirma Irigaray (2010), aprofundar os estudos sobre a realidade desses trabalhadores pode contribuir para ampliar o reconhecimento e a garantia dos direitos deste grupo no trabalho e na vida social, assim como favorecer a consolidação de contextos de trabalho promotores do respeito à diversidade sexual e de gênero que, de fato, contribuam para romper com os processos discriminatórios.

4 Doravante utilizaremos o substantivo trabalhador no gênero masculino para facilitar a redação e a leitura do texto, o que não significa desconsiderar as diferenças.

5 Os marcadores de sexualidade e identidade de gênero não são ignorados nos contextos de trabalho. Essas pessoas não são socialmente vistas apenas como trabalhadores, mas como “LGBTTrabalhadores”, conforme denominou (Juliani, 2017).

Partindo da exposição do percurso teórico-metodológico, na sequência, analisamos as trajetórias de trabalhadores LGBTs, procurando destacar as suas percepções sobre o mercado de trabalho, as formas definidas para enfrentar a discriminação, assim como os significados do trabalho.

## **Diversidade sexual e de gênero e trabalho**

Partimos do pressuposto de que a sexualidade e o gênero não se limitam apenas ao âmbito do biológico e do individual. Ao contrário, o debate e o conseqüente controle político-social que se coloca sobre estes temas, embasados na crença de uma ordem “natural”, tornam-se meio para ordenar e tornar inteligíveis as relações entre os sujeitos sociais no âmbito público. Diferentemente do que apregoa o pensamento médico-biologicista, as identidades sexuais e de gênero são aqui compreendidas, com base em Butler (2003), não como naturais e fixas, mas como processos históricos, culturais e performativos. Como alerta Arán (2006), os discursos da Sexologia, Psiquiatria e de parte da Psicanálise, que conferem um status patológico às sexualidades não heterossexuais e principalmente à transexualidade, baseiam-se no entendimento que existe uma matriz heterossexual binária reguladora das sexualidades e da constituição dos sujeitos.

O processo de naturalização das identidades de gênero e a patologização daqueles que fogem da norma estabelecida produzem as margens, local habitado pelos seres abjetos, a quem se destinam as sentenças pelo descumprimento da norma. Como argumenta Rubin (2003), a organização da sexualidade em sistemas de poder serve para recompensar e estimular certos sujeitos sociais e para punir e reprimir outros. Assim, todos aqueles que rompem com os padrões heteronormativos na expressão de sexualidade e com a binaridade de gênero (masculino/feminino) na relação com o corpo são socialmente penalizados por causarem estranhamento aos demais. Os seus “defeitos”, seus marcadores sociais de diferenças, ganham peso considerável nas suas trajetórias e no modo de ganhar a vida. Por não gozarem do status de sujeito e habitarem o inabitável (Butler, 2003), a eles restam os trabalhos socialmente menos reconhecidos.

Porém, Dubar (2012) afirma que todos os tipos de trabalhos possibilitam um espaço de socialização que, para além da acumulação de conhecimentos profissionais, permite a incorporação de uma autodefinição e projeção para o futuro. Também para este autor, a pertença a um coletivo de trabalho, um dos direitos modernos mais fundamentais, conduz ao aprendizado e engajamento subjetivo, o que permite ao trabalhador pensar o seu futuro. “Situá-lo assim o trabalho no centro da vida social e das existências individuais constitui uma característica essencial da modernidade que nenhuma profecia sobre ‘o fim do trabalho’ conseguiu destruir” (Dubar, 2012, p. 14). Neste sentido, o mundo do trabalho, indissociável à construção subjetiva em nossa cultura, ainda é um ponto de referência fundamental para os processos de subjetivação contemporâneos, bem como um importante fator que orienta a dinâmica das sociedades capitalistas devido às complexas relações que se forjam no encontro (ou desencontro) do sujeito com a atividade laboral. Para além do econômico e do material, o trabalho continua estruturante das relações sociais (e estruturado por elas), tanto no que se refere à pertença, institucional e comunitária, quanto na construção dos valores culturais e morais, além de possibilitar a convivência com “os outros”, outras vidas repletas de significados sociais (Sennett, 2009).

Nardi (2003) alerta que o valor moral atribuído ao trabalho só existe devido à sua incorporação como valor simbólico que o transformou em elemento central na constituição do tecido social. Se, como argumenta este autor, o trabalho inscreve o trabalhador na lógica protetora do Estado e lhe assegura o exercício dos direitos sociais, ocorre que, atualmente, este mesmo Estado que, em alguma medida, discursava sobre a proteção dos trabalhadores frente aos abusos do capital privado, incorporou declaradamente a lógica capitalista mediante um duplo movimento.

Segundo Fontes (2017), por um lado, o movimento consiste em reduzir a intervenção na reprodução da força de trabalho empregada (alargando a massa de desempregados) e prepará-la para subordinar-se diretamente ao capital. Por outro lado, impõe como necessárias e inevitáveis as exigências do capital aos trabalhadores, por exemplo, por meio da superposição de formações profissionais adequadas às demandas do mercado, bem como pelo forte incentivo a desenvolver o espírito empreendedor, para que eles se disponham ao trabalho independentemente de haver relações contratuais e demais direitos. Neste sentido, Pierre Dardot e Christian Laval (2015), afirmam que o Estado neoliberal tem papel fundamental na extensão da lógica do mercado para outras esferas da vida social:

O Estado neoliberal é “governamentalizado”, no sentido de que os novos dispositivos institucionais que o distinguem visam criar situações de concorrência, introduzir lógicas de escolha, desenvolver medidas de desempenho, cujo efeito é modificar a conduta dos indivíduos, mudar sua relação com as instituições e, mais precisamente, transformá-los em consumidores e empreendedores. As políticas educacionais e acadêmicas são exemplos perfeitos dessa dinâmica (Dardot & Laval, 2015, p. 288).

Dardot e Laval (2016, p. 16) argumentam que a racionalidade neoliberal vai além da “destruição programada das regulações e das instituições”. Além da retirada de direitos, o que está em questão é a produção de certo tipo de relação social, de maneiras de viver e de certas subjetividades regidas pela competição generalizada, em que a lógica do mercado é internalizada e o sujeito passa a ser e a se comportar como empresa, o “homem empresarial”, subjetivamente oposto àquele que respeita o “princípio do bem comum”. Assim, a presente configuração social e do mundo do trabalho, suas formas de produção e de consumo, permeados pelos processos de precarização, de flexibilizações de contratos e direitos, de exigências técnicas e sociais, geram inúmeras incertezas e barreiras quase intransponíveis para a maioria dos trabalhadores “normais”, especialmente, para os LGBTs, cujo lugar, desde sempre, tem sido a margem.

## Trajetórias de trabalho e o mercado de trabalho formal

Este artigo deriva de uma pesquisa cujo objetivo foi conhecer as vivências dos trabalhadores LGBTs no mundo do trabalho (Juliani, 2017). Nesta pesquisa, utilizando a noção de *trajetória de vida* de Bourdieu (1998b) – conjunto de acontecimentos sucessivos na vida de um sujeito que possui relação sequencial e inteligível, à medida que transcorre cronológica e logicamente, e informa sobre os seus caminhos, as suas escolhas e, sobretudo, a sua posição na estrutura social – todos os momentos da vida dos entrevistados foram revisitados, desde as relações com a família e a escola até as diferentes experiências de trabalho, o que contribuiu para entender a posição que eles ocupavam no mundo laboral no momento da pesquisa. Com base na técnica de referências em cadeia *Snowball* (Goodman, 1961), contatamos pessoas LGBTs, principalmente travestis e transexuais que faziam parte da rede de contatos de organizações não governamentais (ONGS) pró-direitos LGBT, do interior do Estado de São Paulo, via rede social *Facebook*. A mensagem enviada aos possíveis participantes apresentava a pesquisa (seus objetivos e expectativas quanto à aplicação dos resultados), bem como verificava se eles possuíam experiências de trabalho. Assim, selecionamos intencionalmente sete trabalhadores em função das suas orientações, identidades e expressões de gênero destoantes dos padrões heteronormativos e das suas experiências de trabalho. Desenvolvemos e utilizamos um roteiro semiestruturado para o levantamento de informações junto aos entrevistados, que tinha como eixos norteadores: a) seus dados pessoais; b) trajetória escolar; c) formação profissional; d) vivência de discriminações na trajetória de trabalho; e e) expectativas e planos futuros.

Visando reconstruir as suas trajetórias, foram realizadas tantas entrevistas<sup>6</sup> quanto foram necessárias com cada um dos entrevistados. Os encontros ocorreram individualmente em um *shopping center*, em uma ONG, na casa de uma das entrevistadas e nos locais de trabalho de quatro delas. Os espaços para a realização das entrevistas foram indicados pelos próprios sujeitos, que assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido antes da realização e gravação das conversas em áudio com o pesquisador. As entrevistas desenrolaram-se informalmente, como longos bate-papos, algumas vezes acompanhados de bolos ou biscoitos que o entrevistador levava para os encontros. A produção discursiva obtida foi processada com base na análise temática de conteúdos proposta por Minayo (1999).

Neste artigo, trataremos especificamente da análise das trajetórias de trabalho, onde desaguavam as principais consequências das vivências de discriminações dos entrevistados que, além da condição de ser LGBT, ressentiam a falta de preparação emocional, escolar e profissional para enfrentar os desafios do trabalho e da vida adulta, como se, ao invés de vítimas, fossem culpados pela exclusão vivenciada. Serão aqui apresentados os trechos mais emblemáticos das suas falas, referentes aos temas da formação profissional, vivência de discriminações na trajetória de trabalho, expectativas e planos futuros, extraídas das entrevistas realizadas por Juliani (2017). O Quadro 1 identifica os entrevistados com nomes fictícios e sintetiza algumas de suas características.

**Quadro 1: Autoidentificação dos entrevistados por idade, trabalho atual, orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero**

Entrevistado	Idade (anos)	Trabalho Atual	Orientação Sexual	Identidade de Gênero	Expressão de Gênero
Raquel	30	Professora de Dança	Homossexual	Transex	Feminina
Anderson	43	Segurança	Heterossexual	Homem trans	Masculina
Bárbara	37	Esteticista	Homossexual	Transgênero	Feminina
Valentina	42	Enfermeira	Homossexual	Travesti	Feminina
Letícia	40	Tapeceira	Homossexual	Mulher cisgênero	Masculina
Yara	31	Prostituta	Homossexual	Travesti	Feminina
Aurora	45	Cabelereira	Heterossexual	Mulher trans	Feminina

Fonte: Trabalho de campo realizado entre 2015 e 2016.

Os entrevistados possuíam variadas autoidentificações quanto às suas identidades e expressões de gênero<sup>7</sup>, o que evidenciava uma ruptura com a lógica biologicista e heteronormativa socialmente posta. Ressalta-se que as narrativas obtidas não representam todos os tipos de pessoas LGBTs. Mesmo dentro de cada um dos subgrupos que formam o grupo entrevistado, foram percebidas inúmeras histórias e posicionamentos que dependiam das circunstâncias de vida de cada um.

Eles iniciaram-se no mundo do trabalho entre os dez e dezesseis anos, motivados pela necessidade de auxiliar nas despesas domésticas, de manterem-se longe das famílias porque foram expulsos de casa na época da revelação, e/ou pelo desejo de consumo (comprar “brinquedos de meninas”, como relatou Aurora). Embora constem no Quadro 1 apenas as atividades exercidas no momento das entrevistas, os trabalhadores relataram experiências de trabalho muito diversas umas das outras, desde a prostituição e diferentes tipos de trabalhos informais, como a realização de “bico”, até o trabalho formal em empresas privadas e no setor público em cargo concursado, entre outros. Informaram ter renda mensal suficiente para a manutenção básica de si mesmos e de suas famílias, sem grandes extravagâncias e com muito planejamento financeiro, ou seja, dependiam,

6 Mediante aprovação do Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos, de acordo com Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

7 A identidade de gênero diz respeito à forma como a pessoa compreende o seu gênero, que pode ou não concordar com o seu sexo biológico (aparelho reprodutivo); a expressão de gênero é a maneira como a pessoa apresenta-se e informa, socialmente, o gênero de pertencimento.

estritamente, do trabalho para sobreviver e, na ausência dele, contavam com a solidariedade familiar e dos amigos.

No momento das entrevistas, seis deles exerciam atividades laborais remuneradas (apenas Anderson encontrava-se afastado por motivos de saúde), o que evidencia que, em alguma medida, eles conseguiram ter acesso ao mercado de trabalho, formal ou informal. Entretanto, não alcançaram isto sem experimentarem barreiras, constrangimentos, preconceitos (explícitos e velados), boicotes e outras formas de violências simbólicas. Entre os fatores que podem facilitar ou dificultar a entrada e permanência das pessoas LGBTs no mercado formal de trabalho, o mais citado foi a “passabilidade”, noção que se refere à adequação comportamental, física e/ou jurídica que o sujeito deve fazer para que a sua orientação sexual e, principalmente, a sua identidade transgênero não sejam questionadas ou constituam barreiras para “passar”, ou seja, acessar e pertencer aos espaços sociais. Conforme destacado por Duque (2013), “para passar por”, o corpo dissidente reveste-se, de modo a não se destacar e não ser percebido como diferente. Principalmente a aparência física é uma barreira, não apenas para a entrada, mas também para a permanência no trabalho formal. Isto vai ao encontro das ideias de Butler (2003), Pereira (2012) e Veras e Guasch (2015) ao demonstrarem que romper com o binarismo de gênero por meio da vivência dos corpos TTs causa estranhamento e incômodo à sociedade, mais evidentes em contextos marcados por uma suposta moral e pelo conservadorismo, como os do trabalho formal.

A forma discreta e polida com que a pessoa LGBT porta-se pode ser garantia para a aceitação e permanência no trabalho. Bárbara, por exemplo, utilizou-se dos benefícios desta invisibilidade nos lugares onde trabalhou: “Mas, eu sempre fui mais contida, sempre tive uma postura mais delicada, mais discreta e por isso eu acho que você acaba sendo mais confundida, passa batido melhor como mulher, não chama atenção”. Para Aurora, a camuflagem mais relevante referia-se à imagem corporal. Aquelas pessoas trans que possuem uma imagem mais próxima ao padrão ideal dos corpos femininos e masculinos adquirem certa invisibilidade que mascara os seus “defeitos sociais”. Anderson referiu que, a partir do momento em que começou a fazer uso de hormônios para desenvolver características mais masculinas, como a barba, algumas relações tornaram-se mais fáceis.

Estas falas foram consonantes com o que dizem Pereira (2012) e Bento (2011) sobre o estranhamento que os corpos causam e a conseqüente exclusão destes que transitam entre os extremos (masculino e feminino) do gênero. Deste modo, tornar-se invisível, também no trabalho, é a palavra de ordem para travestis, mulheres e homens trans que não devem ter corpos indecisos, “em cima do muro”. O ideal é que se posicionem como homem ou como mulher, porém de modo muito sutil, subserviente e respeitoso, conforme recomenda a boa moral e os bons costumes, porque é a divisão técnica e social do trabalho baseada no referido binarismo que tem sustentado a ordem produtiva vigente. Situação que, nos modos precários de trabalho, intensifica as desigualdades de gênero (Kalleberg, 2009), mesmo para pessoas cisgêneras, quanto mais para as pessoas transgênero.

Entretanto, Aurora disse que de nada adiantava possuir uma imagem condizente com os padrões sociais se houvesse incongruência entre os aspectos físico e jurídico. Segundo a entrevistada:

Antes, mesmo as pessoas me vendo de *tailleur*, de joias, maravilhosa, eu era chamada de senhor. Agora [após ter feito as alterações cirúrgicas e jurídicas de gênero] eu posso colocar um terno, apresentar um RG de mulher, eu sou chamada de senhora! (Aurora – mulher transexual, cabeleireira)

De fato, apesar dos avanços jurídicos quanto ao direito de uso do nome social, algumas instituições permanecem conservadoras, ignoram e desrespeitam as identidades trans.

De forma geral, assim como aponta Irigaray (2008), para os entrevistados o cada vez mais seletivo mercado de trabalho formal incorpora pessoas LGBTs, desde que elas possuam corpos e comportamentos padronizados: homens gays discretos, que “deem pouca pinta”; mulheres lésbicas

femininas e mulheres e homens transexuais que de fato se pareçam com homens e mulheres “reais”. As travestis não configurariam este grupo, pois todos os entrevistados afirmavam que elas sempre são associadas ao “mercado do sexo” e, por esta razão, são discriminadas. Segundo Bárbara: “Ainda tem essa imagem [de que] o lugar dela [da travesti] ainda é na esquina, ainda é na prostituição, ainda é aquele estereótipo de violenta, de coisas assim, bem ruins”. Para Letícia: “O gay e a lésbica estão mais maquiados. Quando você é trans e vai trabalhar você é um homem vestido como mulher. A imagem é mais forte, desagrada mais os olhos”.

As falas condizem com Veras e Guasch (2015) ao mostrarem que mesmo a imprensa brasileira tem auxiliado na construção enviesada da imagem da travesti como prostituta, marginal, viciosa. Ao que parece, a afirmação de Green (2000) de que, nos anos 1960, o termo travesti era sinônimo de pessoa que se prostituía, persiste até os dias de hoje, inclusive no mundo do trabalho, como verificou Irigaray (2010). A associação acontece porque, no pensamento comum, as prostitutas e as travestis são vistas como desviantes ou pervertidas, estão fora dos padrões típicos da sociedade.

Rubin (2003), com a alusão àquilo que chama de Pirâmide Erótica, demonstra os negativos impactos nas mobilidades sociais e econômicas para aqueles que se afastam do ideal do comportamento social. Desta maneira, a sociedade legitima e reforça a compreensão de que aos “sujeitos das margens” cabem os trabalhos também marginais. Trabalhos informais, invisíveis e precários se traduzem em instabilidade e incerteza econômica e social para os sujeitos, com reflexos em outros âmbitos da vida: físico, psicológico, da vida em comunidade. “Já que o trabalho está intimamente ligado a outros eventos sociais, econômicos e políticos, o crescimento do trabalho precário e da insegurança também teve efeitos extensos em fenômenos relacionados ou não ao trabalho” (Kalleberg, 2009, p. 24).

## **As vivências de discriminações e as formas de enfrentamento**

As experiências de discriminação vivenciadas nos contextos de trabalho formal e informal levavam os entrevistados, constantemente, a valerem-se de distintos modos de enfrentamento para ali permanecerem. Valentina relatou que, no setor público, as relações também não eram tão mais estáveis e cordiais como se poderia imaginar quando se tratava de trabalhadoras travestis. Ela contou que um assessor de saúde mandou que cortasse os seus longos cabelos. Ela negou-se: “Eu entrei através de um concurso, eu não entrei pela porta dos fundos da prefeitura”. A fala mostra que o fato de a entrevistada ter conseguido o emprego por meio de um concurso público, processo formal com garantias legais, era utilizado como forma de enfrentar as situações de violação dos seus direitos como trabalhadora.

Principalmente quando desenvolvem trabalhos precários, os trabalhadores LGBTs vivenciam situações em que são postos à prova os seus conhecimentos, as suas habilidades relacionais e técnicas e os seus desejos concretos de estarem naquele local. Anderson mencionou que foi boicotado pelos seus superiores e colegas de trabalho. Na loja de artigos esportivos em que trabalhou como vendedor comissionado era escalado para fazer serviços de limpeza para evitar que atendesse os clientes. Diante disso, desdobrava-se para “mostrar serviço” e garantir tanto o salário quanto o emprego em si: “tentava me destacar de alguma forma para ficar, para que ninguém visse como se [ser trans] fosse um defeito, não é?”.

Soma-se às características da precarização do trabalho no regime neoliberal a ausência de políticas e práticas organizacionais de proteção e respeito aos trabalhadores LGBTs, razão pela qual ocorrem situações abusivas, como as relatadas pelos entrevistados. O que deveria ser um direito do trabalhador torna-se benevolência e favorece a prática de chantagens e outras formas de relações perversas no trabalho. A ausência dessas políticas e práticas leva os trabalhadores

LGBTs a realizar esforços extras que em nada se relacionam com as atividades laborais na tentativa de manterem os seus empregos, o que pode acarretar custos emocionais e físicos adicionais para além dos que são inerentes ao trabalho no qual foi possível encaixarem-se ao longo de suas trajetórias. Anderson relatou situações de desentendimentos ocorridas, nas quais o seu “defeito” foi utilizado como argumento principal para questionar o seu profissionalismo, o que culminou em tentativas de suicídio:

Isso dá vontade de você tomar veneno! Eu tomei três vezes. Porque eu ia trabalhar, tinha sempre alguém que falava: “Ô, sapatão! Pega pão lá para mim”. Isso na frente de todo mundo. . . . Quer dizer, eu nunca fui funcionário, eu nunca fui a pessoa, o vendedor, nada. Eu fui: Sapatão! . . . Então isso me levou a tomar, a [tentar] acabar com minha vida três vezes. Dei sorte de não morrer (Anderson – homem transexual, segurança).

Como apontam Irigaray e Freitas (2013), são inúmeros os custos psicossociais para aqueles trabalhadores LGBTs que sofrem violações e discriminações no trabalho. Tais situações, não raramente, acarretam falta de motivação, estados depressivos e, em casos mais severos, tentativas recorrentes de suicídio, evidência clara das consequências psicossociais danosas referidas por Bourdieu (1998a), as quais deixam o sujeito privado da convivência social que organizam as relações e fundamentam projetos de vida.

## **Experiências e opiniões sobre a prostituição**

Kalleberg (2009) aponta que a precariedade no trabalho formal se evidencia, entre outros fatores, pela perda de contratos e direitos básicos do trabalhador. Na economia informal, fora da regulação do Estado, a precariedade expressa-se na atuação de pessoas relativamente inexperientes, que realizam vendas como ambulantes ou combinam várias atividades simultaneamente e oferecem todo o tipo de serviço pessoal.

A prostituição talvez seja o tipo de “serviço” pessoal mais perigoso e insalubre dentre as atividades precárias. Diante da dificuldade de acessar o mercado de trabalho formal e informal, inclusive pela carência de preparo educacional e técnico (Junqueira, 2012), as pessoas transgênero, principalmente travestis e mulheres trans, recorrem majoritariamente à prática da prostituição para sobreviver. No ano de 2019, 90% das pessoas TTs desempenhavam esta atividade (Benevides & Nogueira, 2020), o que evidencia uma prostituição compulsória desta população e não uma simples escolha de meio para ganhar a vida. Vale lembrar o alto número de assassinatos de pessoas TTs (Transgender Europe, 2015), bem como a baixa expectativa de vida destas pessoas no Brasil – aproximadamente, 35 anos (Benevides & Nogueira, 2020).

Aurora relatou diversos eventos em que teve de se valer de seringas falsas, cheias de molho de tomate, para fugir de clientes agressivos, dizendo que se tratava de sangue com o vírus HIV. Yara, entretanto, ignorando os riscos inerentes à prostituição nas ruas, disse não ter sofrido quaisquer violências ou discriminações em sua trajetória como prostituta. No entanto, à medida que contava as suas histórias, ficou evidente a negação dos acontecimentos. Ela contou sobre uma colega de ponto que foi perseguida e atacada por dois garotos com um taco de baseball. Porém, Yara não reconhecia que tais violências também fossem direcionadas a ela. Aparentemente, não reconhecer ou não querer lidar, diretamente, com as externalizações do preconceito é uma forma utilizada pelas travestis que se prostituem para sobreviverem e permanecerem nas esquinas.

Para além dos riscos à saúde e à vida, a prostituição pode trazer impactos significativos sobre a imagem da pessoa TT, os seus relacionamentos sociais e a execução das demais atividades do cotidiano.

Bárbara informou que, por ficar a noite toda “para o crime” nas praças de sua cidade, não conseguia desenvolver nenhuma outra atividade durante o dia; outro trabalho, por exemplo. Não apenas pelo cansaço físico decorrente do trabalho “na noite”, mas também por vergonha de ser o que é: “Sabe quando você vai ficando um zumbi? Parece que você não tem contato, não quer ter contato, tem vergonha de ter contato com as pessoas do dia”.

A fala de Bárbara vai ao encontro do que diz Bento (2011) sobre os sujeitos que fogem da norma e que, por esta razão, são empurrados às margens, tornando-se “mortos vivos sociais”. Para Saraiva (2012), os que estão em desacordo com as normas sociais são colocados na invisibilidade por um processo de diferenças que produz uma redução ou nulificação das possibilidades de interlocução com a sociedade.

Entretanto, apesar destes relatos e diante das experiências frustradas de busca por trabalho formal e da vivência de discriminações em trabalhos anteriores, a prostituição foi tida como algo vantajoso pelas entrevistadas Yara e Aurora, visto que tinham flexibilidade para definir quando e como trabalhar, ou seja, livres das ordens de patrão.

As entrevistadas demonstravam aquilo que Dardot e Laval (2016) chamam de naturalização das regras do jogo neoliberal, pois, diante das dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal e da falta de garantias mínimas de seguridade e de direitos, elas incorporavam o “espírito do empreendedorismo”, enxergando a si próprias como “sujeitos empreendedores de si” ao verem vantagens e meritocracias até mesmo na forma mais precária da informalidade.

## **As dores e as delícias de ser LGBTTrabalhador: para que serve o trabalho?**

O trabalho foi compreendido de modos diversos, contraditórios ou mesmo compensatórios pelos entrevistados. Para eles, o trabalho era responsável por tornar as pessoas “mais dignas”. Isto por ser o trabalho um marcador social que distingue e classifica os sujeitos, normalmente, sob signos que expressam grande desprezo por aqueles que são vistos como socialmente inativos/“vagabundos”. Como aponta Jodelet (2005) ao tratar do conceito de *alteridade*, “os outros” somente podem ter garantia de inserção e participação social quando os “cidadãos normais” lhes atribuem características e valores socialmente reconhecidos como positivos.

Não somente as atividades formais foram acrescidas de valor simbólico pelos entrevistados. Qualquer tipo de trabalho “enobrece o homem em amplos sentidos”, segundo Letícia, para quem o trabalho, de forma geral, atravessa e é atravessado por relações sociais de interdependências e possui uma dimensão simbólica relacionada ao reconhecimento social e à realização de si. Isto condiz com a hipótese defendida por Dubar (2012) para quem, diferentemente do que versa a sociologia funcionalista, todas as atividades de trabalho (não apenas as ditas “profissionais”) são reconhecidas como meios para a socialização, construção de si e reconhecimento social. O processo de socialização profissional, como afirma este autor, é algo bastante geral que se constrói permanentemente e conecta situações e percursos, tarefas a realizar e perspectivas a seguir, relações com outros e consigo mesmo. Processo pelo qual se estruturam os mundos do trabalho e se definem os sujeitos pelo trabalho que realizam. Como apontou Valentina: “. . . hoje eu entro e saio de qualquer lugar, mas têm amigas minhas que não conhecem um shopping, entendeu?”.

Embora, ideologicamente, os sujeitos naturalizassem e aceitassem as regras do jogo neoliberal (Dardot & Laval, 2016) considerando o trabalho como forma de “enobrecer”, porque não visualizavam saídas possíveis para a exploração e a exclusão. Ao mesmo tempo, também o concebiam como um espaço intersubjetivo fundamental para a construção de representações de si, meio de pertença social como coloca Dubar (2012), conforme exemplificado pelo trecho da fala de Bárbara:

Você se sente útil para alguma coisa. Parece que você serve para alguma coisa, sabe? Que até então, você sempre se sente a escória da sociedade, não é? . . . Então você vê que, realmente, tem o seu jeito de ser, tem as suas qualidades, os defeitos, mas você pode acrescentar também à sociedade (Bárbara – transgênero, esteticista).

Assim, revelavam-se as contradições intrínsecas das relações de trabalho contemporâneo, as suas dores e delícias. Anderson, apontando para a mesma questão, também entendia o trabalho como uma necessidade/obrigação, como local de constrangimentos, humilhação, desespero, luta, provação de valores socialmente reconhecidos, mas também como local para superar obstáculos, obter realização profissional e validar direitos conquistados. O trabalho contribuiu para ressignificar e construir novas possibilidades para a sua vida porque também lhe serviu para reforçar a sua masculinidade, à medida que alguns superiores e colegas o chamavam pelo pronome masculino “de uma forma mais firme, como um homem mesmo”, e também quando conseguiu assumir cargos tipicamente masculinos, que o auxiliaram a performar e a construir o gênero com o qual se identificava. Como mostra Salvagni (2011), os modos de trabalhar podem impactar, significativamente, não apenas nas identidades profissionais, mas também nas próprias identidades de gênero, à medida que, inserido em um contexto fortemente marcado pela divisão sexual do trabalho, aquele que trabalha se reconhece mais ou menos homem ou mulher, dependendo das funções que desempenha.

De forma geral, os entrevistados não visualizavam a possibilidade de construir carreira profissional. No decorrer de suas vidas, aceitaram as poucas oportunidades e tiveram que mudar de trabalho quando se viram diante de situações insustentáveis de desrespeito e violação de direitos. No entanto, avaliaram positivamente as suas trajetórias de trabalho. Valentina, inclusive, associou o bom desenvolvimento da sua trajetória profissional com o fato de ainda estar viva: “Eu tinha uma perspectiva de vida, dentro do contexto de travesti, de 30 anos, não é? Eu vou fazer 43. Quer dizer: eu já vivi quase 15 a mais do que a minha perspectiva”. Por meio do trabalho, ainda que precário, eles não apenas garantiram a reprodução material de suas vidas, mas certa inserção social, acrescida de valor simbólico pelos outros, os “normais”, que lhes permitiram participar de certas dinâmicas sociais. Porém, isto nem sempre ocorre com os que permanecem nas mais longínquas partes das margens sociais. Estes sujeitos não querem, e com razão, serem apenas tolerados e passados de forma despercebida na sociedade. Anderson deixa isto claro quando solicitou algo mais:

Eu gostaria de ter ido além. Não fui muitas das vezes porque as forças falham, falta força também para você brigar sempre, entendeu? Me acovardei em algumas coisas que podia ter lutado mais. Mas por solidão . . . Você não tinha apoio, você não tinha exigência, você não tinha nada. Então, você podia ser melhor, sim! Inclusive escola, outras coisas. Eu tive vontade de fazer vários cursos e só não fui porque, realmente, o preconceito de chegar lá e ouvir: “Não! Mas, você vai fazer curso de eletricista? Isso é para homem!”. Então, se eu tivesse tido essa oportunidade, esse direito, com certeza, eu acho que eu tinha a oportunidade de buscar muito mais coisas. Não tive, realmente, por falta de apoio, mas, não é apoio de pai e mãe, de amigos, não! Apoio legal. Apoio de você ter o direito de ir ao banheiro, de pôr a roupa que você quer pôr. Eu deixei de trabalhar em lojas porque o uniforme era saia, lencinho. Eu briguei de uma forma, eu me impus de uma forma que eu usava a calça dos meninos e acabou. E foi assim em todos os meus serviços. Então, onde eu pude fazer assim eu fiz e trabalhei. Mas, a partir do momento que eu não tive esse apoio eu não consegui (Anderson – homem transexual, segurança).

A fala do entrevistado justifica e reforça a necessidade de criar efetivas práticas de gestão, baseadas em políticas organizacionais voltadas para garantir a presença e, principalmente,

a permanência de pessoas LGBTs no trabalho. Tais práticas podem configurar o apoio que Anderson solicitou para se somarem aos esforços individuais que estes sujeitos empenham em suas trajetórias de trabalho, não raramente em situação precária, para lidar com uma sociedade que ainda hoje se choca com as diversas outras configurações do gênero e da sexualidade.

Em síntese, para os entrevistados, o mundo do trabalho é ambíguo e contraditório. Significa tanto a dor do enfrentamento das barreiras para realizarem as suas identidades sexuais e de gênero e a exigência de um esforço cotidiano adicional para reafirmarem seus potenciais de trabalho, quanto a delícia de ser uma espécie de chave que abre as portas para o reconhecimento e a autoafirmação como sujeito social “diferente”. Tais representações, além de reafirmarem as desigualdades sociais que envolvem as identidades sociais relacionadas ao gênero e ao sexo, ancoram-se na típica cultura do trabalho brasileira que, apesar das mudanças, ainda está centrada no emprego formal e não no trabalho, como fonte de inserção e de segurança social (Borsoi, 2005).

Por fim, os entrevistados tinham planos para o futuro que carregavam uma grande carga política e demonstravam ser meio de autoafirmação social. Infeliz ou felizmente, estar fora da norma por ter orientação homossexual, identidade ou expressão de gênero transgênero, implica não somente existir, mas também lutar – especialmente no contexto político contemporâneo em que os poucos direitos conquistados por esta minoria social são ameaçados pela ordem social ultraconservadora que reproduz a dinâmica neoliberal e que deixa os cidadãos à mercê do capital. Eles sabiam que não poderiam simplesmente viver as suas vidas como as demais pessoas. Também precisariam incessantemente lutar pela garantia dos seus direitos, ainda lentamente reconhecidos, e resistir a uma sociedade e projeto de país que investe grandes esforços para destruí-los. Ser LGBT é (e, provavelmente, sempre será) jamais abandonar a luta pelos direitos humanos mais básicos, entre eles, o do trabalho.

## Considerações finais

Foi possível perceber que os entrevistados colecionavam um conjunto de vivências de preconceitos e de exclusão em diferentes âmbitos da vida social (escolar, familiar e de trabalho) que os colocava em situação de insegurança generalizada. Especificamente o campo do trabalho tornava-se local de enquadramento dos corpos e desejos, naquilo que pode ser considerado legítimo e adequado ao mundo produtivo. Este pode ser considerado um dos impactos mais perversos da gestão neoliberal na vida desses trabalhadores porque supõe que eles tenham uma determinada identidade social para serem aceitos no mundo do trabalho – a de “homem empresarial” ou “*homo agens*” como dizem Dardot e Laval (2016) –, que “os corpos indecisos” jamais poderiam almejar para si.

Por outro lado, era também no trabalho, ainda que com oportunidades escassas e experiências difíceis, que eles conseguiam transpor algumas barreiras para se autoafirmarem, como gente, como sujeitos sociais, não apenas como “homem empresarial”. Mesmo entre sentidos diversos, contraditórios ou mesmo compensatórios e ainda que os mantivesse nas franjas da sociedade, o trabalho possibilitava: 1) manter as suas vidas e dos que deles dependiam; 2) realizar sonhos/objetivos pessoais e familiares; 3) planejar o futuro, resignificar a vida e desenvolver-se; 4) ser incluído, aceito, ter utilidade e distinção social; 5) ter o direito sobre o próprio corpo; 6) lidar com as frustrações pessoais e construir representações positivas de si mesmo e de performance de gênero.

Está posto o desafio de pensar em conjunto, na academia e no mundo do trabalho, políticas e práticas de gestão em duas direções: primeiramente, quanto à real inclusão de pessoas LGBTs, principalmente travestis e transexuais, visto que, majoritariamente, elas exercem atividades de prostituição no “mercado do sexo”, o que evidencia as grandes barreiras postas à sua participação

no trabalho, formal e/ou informal; em segundo lugar, é necessário dar atenção especial para as ações direcionadas à permanência dos que conseguem se inserir nos contextos de trabalho. É importante confrontar os discursos e as práticas empresariais, ditos socialmente inclusivos, para verificar em que medida eles são correspondentes, o que tem sido um desdobramento da pesquisa relatada neste artigo.

Porém, somente por meio de um projeto político-social mais amplo é que podemos enfrentar as violências e violações vivenciadas, diariamente, pelos sujeitos que estão fora das normas sociais. Caso contrário, as pessoas LGBTs, principalmente as travestis, com seus corpos perturbadores das normas da sexualidade e do gênero, permanecerão, indeterminadamente, como excessos sociais a serem violentamente combatidos e friamente eliminados para que os demais, os “normais”, possam se construir como grupo coeso, como sociedade.

## Referências

- Abílio, L. C. (2017). Uberização do trabalho: subsunção real da viração. *Passa Palavra*. Recuperado de <https://passapalavra.info/2017/02/110685/>
- Arán, M. (2006). A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 9(1), 49-63.
- Benevides, B. G. & Nogueira, S. N. B. (2020). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE. Recuperado de <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/01/dossi3aa-dos-assassinatos-e-da-viol3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>
- Bento, B. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, 19(2), 548-559.
- Borsoi, I. C. F. (2005). *O modo de vida dos novos operários: quando purgatório se torna paraíso*. Fortaleza: Editora UFC.
- Bourdieu, P. (1998a). A precariedade está hoje por toda a parte. In P. Bourdieu, *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal* (pp. 119-127). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bourdieu, P. (1998b). A ilusão biográfica. In M. de M. Ferreira & J. Amado (Orgs.), *Usos e abusos da história oral* (pp. 183-191). Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Castel, R. & Haroche, C. (2001). *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi*. Paris : Fayard.
- Costa, S. G. & Ferreira, C. da S. (2006). *Diversidade e minorias nos estudos organizacionais brasileiros: presenças e lacunas na última década*. Artigo apresentado no Encontro de Estudos Organizacionais, Porto Alegre, RS. Recuperado de <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo2006-006.pdf>
- Dardot, P. & Laval, C. (2015). Uma alternativa ao neoliberalismo (D. P. Andrade e N. K. Ota, Entrevistadores). *Tempo Social*, 27(1), 275-316.
- Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Dubar, C. (2012). A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional (F. Machado trad.). *Cadernos de Pesquisa*, 42(146), 351-367.
- Duque, T. (2013). *Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- Fontes, V. (2017). Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Marx e o Marxismo*, 5(8), 45-67.
- Garcia, M. R. V. (2007). *“Dragões”: gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, SP.
- Goodman, L. A. (1961). Snowball Sampling. *Annals of Mathematical Statistics*, 32, 148-170.
- Green, J. N. (2000). *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Heloani, J. R. & Silva, E. P. (2015). Diversidade no trabalho. In P. F. Bendalossi & J. Borges-Andrade (Orgs.), *Dicionário de psicologia do trabalho e das organizações* (vol. 1, pp. 303-310). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Irigaray, H. A. R. (2008). *A diversidade nas organizações brasileiras: estudo sobre orientação sexual e ambiente de trabalho*. Tese de Doutorado, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.
- Irigaray, H. A. R. (2010). *Identidades sexuais não-hegemônicas: a inserção dos travestis e transexuais no mundo do trabalho sob a ótica queer*. Trabalho apresentado no VI Encontro da Divisão de Estudos Organizacionais da ANPAD, Florianópolis, SC. Recuperado de <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo425.pdf>
- Irigaray, H. A. R. & Freitas, M. E. (2013). Estratégia de sobrevivência dos gays no ambiente de Trabalho. *Revista Psicologia Política*, 13, 57-74.
- Jodelet, D. (2005). *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Juliani, R. P. (2013). *Processos de gestão e minorias: um estudo sobre políticas organizacionais de promoção do respeito à diversidade sexual*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Jaboticabal.
- Juliani, R. P. (2017). *LGBTTrabalhadores: trajetórias de vida e representações sociais sobre trabalho*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.
- Junqueira, R. D. (2012). Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In R. Miskolci & L. Pelúcio (Orgs.), *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume.
- Kalleberg, A. L. (2009). O crescimento do trabalho precário. Um desafio global. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(69), 21-31.
- Minayo, M. C. S. (1999). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (14ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Nardi, H. C. (2003). A propriedade social como suporte da existência: a crise do individualismo moderno e os modos de subjetivação contemporâneos. *Psicologia & Sociedade*, 15(1), 37-56.
- Pereira, P. P. G. (2012). Queer nos Trópicos. Apontamentos à margem sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, 2(2), 371-394.
- Rubin, G. (2003). Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *Cadernos Pagu*, (21), 1-88.
- Salvagni, J. (2011). Risco no trabalho: a formação da identidade dos eletricitistas. *Século XXI – Revista de Ciências Sociais*, 1(2), 32-41.
- Saraiva, L. A. S. & Irigaray, H. A. R. (2009). Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? *Revista de administração de empresas*, 49(3), 337-348.
- Saraiva, L. A. S. (2012). Além dos estigmas profissionais. In M. E. Freitas & M. Dantas (Orgs.), *Diversidade sexual e trabalho* (pp. 149-168). São Paulo: Cengage Learning.
- Sennett, R. (2009). *El Artesano*. Barcelona, ES: Anagrama.
- Siqueira, M. V. S. & Zauli-Fellows, A. (2006). Diversidade e identidade gay nas organizações. Trabalho apresentado no Encontro de Estudos Organizacionais, Porto Alegre, RS. Recuperado de [http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013\\_EnANPAD\\_EOR2438.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EOR2438.pdf).
- Transgender Europe. (2015). *Trans Murder Monitoring (TMM) project*. Recuperado de <http://tgeu.org/tmm-idahot-update-2015/>
- Venco, S. (2019). Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil? *Cadernos de Saúde Pública*, 35(Suppl. 1), e00207317. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00207317>
- Veras, E. F. & Guasch, O. (2015). A invenção do estigma travesti no Brasil (1970-1980). *História, Histórias*, 1(5), 39-51.

#### Endereços para correspondência

rpjuliani@gmail.com  
scopinho@ufscar.br

Recebido em: 04/11/2019  
Revisado em: 10/07/2020  
Aprovado em: 31/07/2020

# Neoliberalismo e horizontes da precarização do trabalho

José Newton Garcia de Araújo<sup>1</sup>

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Belo Horizonte, MG, Brasil)

Este texto discute, inicialmente, a precarização do trabalho no atual cenário do neoliberalismo. Baseado em pesquisa bibliográfica e documental, apresenta as bases teóricas e metodológicas da clássica psicossociologia francesa e seu desdobramento como psicossociologia do trabalho. Em seguida, buscamos ressituar esta disciplina nos campos do trabalho e da política, em uma articulação com os conceitos de precariado e de necropolítica. Evoca-se aqui a perda dos direitos trabalhistas e de cidadania, que desemboca na crescente desigualdade social e no “direito de morte” do Estado sobre as camadas mais pauperizadas da população. O texto interroga também as possibilidades da assistência pública à saúde dos trabalhadores, especialmente aqueles submetidos ao trabalho por aplicativos. A respeito dessa atividade, abordam-se os avanços políticos e as contradições inerentes ao cooperativismo de plataforma, em sua oposição ao capitalismo de plataforma.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Psicossociologia do trabalho, Precariado, Necropolítica, Cooperativismo de plataforma.

Neoliberalism and horizons of work precariousness

This text discusses, initially, the precariousness of work in the current scenario of neoliberalism. Based on bibliographic and documentary research, it initially presents some theoretical and methodological bases of classical French psychosociology and its development as work psychosociology. Then, we seek to reposition this discipline in the fields of work and politics, through a possible articulation with the concepts of precariat and necropolitics. Here, we evoke the loss of labor and citizenship rights, which leads to growing social inequality and the “right of death”, from the State, on the poorest segments of the population. The text also questions the possibilities of public health care for workers, especially those submitted to working with applications. Regarding this activity, political advances and contradictions inherent to platform cooperatives are addressed, in their opposition to platform capitalism.

Keywords: Neoliberalism, Psychosociology of work, Precariat, Necropolitics, Platform cooperativism.

## Introdução

Este texto se propõe a debater algumas questões relativas ao trabalho precário no atual contexto das políticas neoliberais. Inicialmente, lembro que as pesquisas relativas ao mundo do trabalho, no campo que aproxima as psicologias social, política e clínica, remetem a uma pluralidade de abordagens teóricas e metodológicas, incluídas as modalidades de pesquisa e intervenção nos ambientes de trabalho. É justamente pensando nas convergências entre essas abordagens que proponho algumas considerações pontuais sobre uma disciplina que abarca conexões diversas com a psicologia social do trabalho e com a psicologia política. Trata-se da psicossociologia do trabalho, tomando-a como parte das correntes francesas denominadas clínicas do trabalho, que incluem a psicodinâmica do trabalho (Dejours, 2012), a clínica da atividade (Clot, 2010) e a ergologia (Schwartz, 2012), todas elas com uma herança comum da ergonomia da atividade (Wisner, 1994).

Para discorrer sobre a psicossociologia do trabalho, é preciso situá-la como um desdobramento da clássica psicossociologia francesa, representada por nomes como Barus-Michel, Enriquez e Lévy (2002), Pagès (1987), Giust-Desprairies (2001), Amado e Enriquez (2011), além de outros autores conhecidos pelos estudiosos brasileiros da área. Por sua vez, a psicossociologia do trabalho, que tem em Lhuillier (2014) um nome de referência – e é a seus textos que recorro neste momento –

<sup>1</sup> <https://orcid.org/0000-0001-9648-9741>

estaria realinhada com o campo que Daniellou (2015) denominou “ergodisciplinas”, aquelas que, na esteira da ergonomia da atividade, sustentam a premissa de que o trabalhar supõe gerir a distância entre o trabalho prescrito e o real – refiro-me às clínicas do trabalho.

Vale observar que a psicossociologia originalmente tem como premissa investigar não propriamente a “atividade de trabalho”, mas as instâncias mais amplas que a envelopam, como as organizações, as instituições, grupos e comunidades. Nessas unidades sociológicas, ela se ocupa de questões como conflitos de poder, ou seja, as dimensões políticas e pulsionais das condutas individuais e coletivas, em que as estratégias supostamente racionais se cruzam com a irracionalidade dos sistemas de crenças, com as dimensões conscientes e inconscientes de nossas condutas e decisões, com a dialética entre forças instituintes e instituídas. Quero dizer, é a partir desse enquadre mais amplo que a psicossociologia do trabalho vai localizar a análise da atividade, ou seja, é na moldura organizacional e institucional que ela chega à atividade do trabalho.

Quanto às suas metodologias de intervenção, ela tem na pesquisa-ação de Lewin (1997) uma de suas inspirações de base, o que implica, *grosso modo*, a valorização do saber de todo sujeito, individual ou coletivo, de sua capacidade de analisar e transformar a realidade, nos espaços de vida e de trabalho. Tal abordagem tem ressonâncias – assimiláveis a uma pedagogia política da escuta – nos trabalhos de Ivar Oddone (1977/2015), que privilegia a experiência ou o saber dos trabalhadores, além de sua inovadora proposta da Comunidade Científica Ampliada. Foi ele também que criou a técnica da “instrução ao sócio”, retomada por Yves Clot (2015), tendo ainda proximidades com o “Dispositivo dinâmico de três polos” da ergologia (Trinquet, 2010), ou ainda, com o espaço coletivo de discussão da psicodinâmica do trabalho (Martins & Mendes, 2012).

Para Giust-Desprairies (2001), o caráter clínico da psicossociologia clássica se desvela quando atendemos a uma demanda concreta, em um contexto de sofrimento, interrogando a questão do sentido do trabalho, considerando o indivíduo e o grupo como interlocutores aptos a compreender as próprias dificuldades, ou seja, capazes de elaborar significações. Aqui, deve-se levar em conta que o problema do sentido é investigado na articulação entre as esferas psíquica e social, analisadas no contexto da atividade de trabalho.

Outro aspecto a salientar é que a dinâmica dos fenômenos coletivos, no interior das organizações e instituições, é permeada por experiências afetivas, conscientes e inconscientes, que impactam condutas e representações individuais e grupais, sempre articuladas a determinantes econômico-sociais e políticos. Daí a interação entre as dimensões subjetiva e objetiva, psíquica e social, interna e externa, que nos permitem evitar as dicotomias entre as esferas psicológica e sociológica na análise de um dado fenômeno (Gaulejac, 2001).

Ao mesmo tempo, a psicossociologia reserva um lugar especial para a análise da implicação do pesquisador ou do profissional, nos processos de intervenção. Para ela, a análise da implicação deve ser permanente, de modo que o pesquisador possa tomar distância de sua própria atuação, analisando o alcance e os riscos de suas contratransferências (Amado, 2002; Ben-Slama, 1999; Devereux, 1980). Com efeito, sem a análise dessa implicação, uma intervenção pode se desviar de seus objetivos. Em outras palavras, mergulhado na complexidade de uma situação coletiva ou institucional na qual intervém, o pesquisador se depara com o duplo risco: de um lado, pode misturar-se afetivamente ou politicamente às “causas” em jogo e nelas se perder; de outro, ao pretender manter-se ilusoriamente neutro, distante da situação ou das pessoas nela envolvidas, corre o risco de não captar a sua dramaticidade, as dimensões de angústia ou sofrimento desses sujeitos.

Os espaços de atuação da psicossociologia são múltiplos, como as organizações ligadas à educação, à saúde, às esferas jurídicas, à produção de bens e serviços, ONGs, prisões, sindicatos, comunidades etc., espaços que se movem não só em torno de jogos de poder, mas também em

torno de processos coletivos de emancipação e mudança. Ora, toda organização tem de lidar, no dia a dia, com a questão da mudança e de sua gestão, ligada à discussão de seus objetivos e valores, às exigências de adaptação ou resistência a fenômenos políticos e sociais emergentes, com o próprio sentido de sua inserção na sociedade. Isso implica conflitos internos, em um embate permanente entre as forças instituídas, detentoras formais do poder, e as forças instituintes. O tema da mudança remete, quase que imediatamente, ao seu correlato, que é a resistência, um conceito que merece ser discutido pelo fato de ser polissêmico e ambíguo, pois comporta tanto forças conservadoras e reativas quanto as ativas e transformadoras. No campo da política, falamos tanto da resistência negativa, que tende a reprimir fluxos emergentes, quanto das forças transformadoras que resistem à dominação, à sujeição, à exploração (Lhuillier & Roche, 2009). A notar ainda que, em alguns desses movimentos, podem ocorrer contradições ou divisões internas. Não é sem razão que Lévy (2001) afirma que a mudança é um obscuro objeto do desejo. Para Foucault (1988), o tema da resistência se liga essencialmente à questão do poder. Ele também afirma que o conceito não é unívoco: onde há poder, há resistências, no plural, pois seus pontos são múltiplos, dinâmicos. De todo modo, só pode haver resistência no campo estratégico das relações de poder.

Outra observação essencial a respeito desta disciplina: ao ocupar-se, primordialmente, de fenômenos microsociais, sabendo que estes são atravessados pelas estruturas sociais globais, suas investidas teóricas também alcançam temas políticos e sociológicos na esfera macrossocial. A título de exemplo, cito a obra organizada por Pagès (2003), *La violence politique*, em que o autor aborda, no plano societário, o “inexplicável” da violência das guerras, dos massacres, dos genocídios, do terror revolucionário e contrarrevolucionário de outrora e de hoje. O livro também interroga os elementos que fazem um conflito escapar das racionalidades que o justificavam na origem, transformando-as em paranoia coletiva, em uma lógica persecutória que inventa os inimigos a destruir. Daí a circularidade entre racionalidade, afetividade, fanatismo político e religioso (Enriquez, 2001), violência revolucionária, desencadeamento em atrocidades e extermínios coletivos. Em outro texto, ao discutir o tema do poder, Barus-Michel e Enriquez (2002) evocam situações que revelam sua figura mortífera: “campos de concentração, genocídio e etnocídio, povos submetidos à escravatura, indivíduos tratados como animais . . . aos quais é retirada a possibilidade de se encarregarem do seu destino . . .” (Barus-Michel & Enriquez, 2002, p. 220).

No que se refere às relações de trabalho, afirmam que as “sociedades doentes” estão marcadas pelas técnicas de controle da divisão do trabalho e das tarefas. Nesse contexto, o signo da perversão é a transformação das relações humanas em relações de objeto, nas quais os sujeitos devem, definitivamente, desaparecer. A abolição da escravatura não se baseou apenas nas ideias reformistas ou desinteressadas, mas, sobretudo, na suposta liberdade de empreender, concomitantemente ao desenvolvimento do capitalismo predador de vidas humanas e do planeta.

Além dos autores acima, citemos também Gaulejac (2007), que apresenta uma crítica radical ao poder gerencialista atrelado à ideologia neoliberal que, ao fomentar o culto, ou melhor, “o custo da excelência” (Aubert & Gaulejac, 1991) e do alto desempenho, em uma obsessão pela rentabilidade financeira ou pela quantofrenia, semeia uma competição brutal no mercado em um ambiente de guerra econômica. Esta atinge os trabalhadores sob pressão e assédio, vítimas de doenças profissionais e acidentes de trabalho, além das novas patologias laborais, como depressão, *burnout*, uso de drogas, toda sorte de desgaste e sofrimentos físicos e psíquicos.

Essas questões da violência nas relações de trabalho e no plano macrossocial serão retomadas mais adiante neste texto, quando discutiremos os temas do precariado e da necropolítica.

Passemos agora à derivação recente da psicossociologia, ou seja, a “psicossociologia do trabalho”. Esta, segundo Lhuillier (2014, p. 5):

... não pode ser uma psicossociologia aplicada à cena do trabalho, entendido somente como um segmento da vida social. Ela implica uma reavaliação do quadro teórico e metodológico da psicossociologia sob o prisma dos conceitos de atividade, de ação e de práxis. Para isso, no entanto, ela não se propõe a romper com os antecedentes da psicossociologia, mas sim a revisitá-los, a fim de desenvolvê-los.

Entendemos que a psicossociologia do trabalho, não rompendo com as bases da disciplina-mãe, abre novos horizontes, construídos especialmente a partir do conceito da atividade, em uma conotação ampliada deste conceito em relação à proposta inicial da ergonomia.

Com efeito, para Lhuilier (2017), a atividade funda a construção do sujeito e das unidades sociais, ela é, simultaneamente, produção de si e do mundo, quando está em análise a unidade dialética das atividades humanas. Nesse caso, a autora questiona “a dicotomia entre o fazer e o agir, a poiesis e a práxis; de outro lado, a clivagem entre trabalho e não trabalho, vida profissional e extra-profissional” (Lhuilier, 2017, p. 300). Isso significa que todo indivíduo está imerso na situação de trabalho com toda a sua biografia, é o mesmo sujeito que transita dentro ou fora do ambiente de trabalho, na vida privada ou em outros espaços de sociabilidade.

Nessa mesma linha, vale assinalar que a atividade de trabalho é tomada também como sinônimo de ação. Aqui, a autora critica as análises que consideram o trabalho (no sentido de trabalho estranhado ou alienado) como a parte maldita da atividade humana, em oposição à sua parte nobre, o campo do político. Essa desvalorização do trabalho e das atividades produtivas é acompanhada de uma valorização da práxis e da ação. Ela se inscreve na reta linhagem das conceitualizações de Arendt (1958) e da distinção que ela propõe entre trabalho, obra e ação (Lhuilier, 2017).

A poiesis não designa apenas as atividades úteis, nelas se desvelam as habilidades, o saber-fazer, a expertise do ofício. Mais do que isso, grande parte de nosso “fazer” contém nosso “agir”. Afinal (e aqui deve-se assinalar a distinção seminal entre atividade e tarefa), não há atividades sem perspectiva de ação, sem debate de valores. “Sustentamos que a atividade tem sempre uma dimensão política, que as duas dimensões, poiesis e praxis, atravessam todas as atividades humanas” (Lhuilier, 2016, p. 135).

Assim, as atividades têm sempre uma face instrumental e outra política, elas são permeadas pelas questões dos fins e dos meios. Pesquisas ligadas à saúde no trabalho (Canguilhem, 1947; Dejours, 2012; Hamraoui, 2014; Le Guillant et al., 1956; Lhuilier, 2002; Oddone, Re & Briante, 1977) mostram justamente que, quando a atividade é desvinculada da praxis, reduzida a gestos e condutas mecânicas, o sujeito se enfraquece e sua vida psíquica se deteriora.

Lhuilier (2014) assinala que o “fazer sociedade” ou trabalhar no sentido de construção do laço social é um processo que implica a transformação da realidade em um jogo dialético de conflito e cooperação entre os atores sociais. No entanto, a conflitualidade não se reduz às relações interpessoais, ao puro embate de poder entre sujeitos. Ela comporta um terceiro termo que é a realidade a ser transformada e se torna o mediador das relações entre sujeitos. A autora evoca as contribuições de Gérard Mendel (1998) e seus conceitos de ato-poder e apropriação do ato. O ato-poder comporta dois significados: “o poder do ato como capacidade de transformação da realidade; e o poder sobre o ato” (Mendel, 1998, p. 10), disponível ao sujeito. O movimento de apropriação remete ao desenvolvimento da atividade, que a torna mais consciente e voluntária. Isso se contrapõe ao fazer mecânico, à mera tarefa imposta ao trabalhador. A apropriação compreende, pois, uma atividade que o sujeito assume de acordo com seus valores. Além disso, o poder do sujeito sobre o ato não significa apenas uma escolha pessoal, mas um conjunto de “ações coletivas capazes de modificar as normas de trabalho. Ela resulta, portanto, de um trabalho individual e coletivo de renormalização” (Mendel, 1998, p. 10).

Outra questão destacada por Lhuilier (2016): a atividade solicita a economia psicossomática. O “parar de trabalhar”, no desemprego ou no “ser jogado no armário” (na empresa, na prisão,

em um leito por doença incapacitante, em uma aposentadoria sem atividade), pode paralisar a solicitação do corpo e do pensamento. A energia contrariada ou inibida gera uma tensão interior, uma repressão interna, podendo ter dois efeitos: “a passagem ao ato (no sentido de *acting-out*, de condutas impulsivas), e as afecções psicossomáticas, sob a forma de irrupção de novas patologias ou do agravamento de patologias crônicas até então estabilizadas” (Lhuilier, 2016, p. 139).

Outra observação já evocada acima: mesmo que a atividade seja tomada como singular, ela é sempre associada à atividade do outro, no quadro de uma história coletiva que se torna fonte de novos recursos e resiste a cair na repetição de assujeitamentos. Não trabalhamos jamais sozinhos. O trabalho se efetua com o outro ou sob o olhar do outro, presente ou imaginado. Nós nos movemos sempre no horizonte inelutável da alteridade, mesmo que esta apareça como dupla fonte de conflito e de reconhecimento.

Lhuilier (2016, 2017) ainda aborda o trabalho como instituição, resultado da construção da sociedade e da cultura. Ele não se reduz às atividades remuneradas no âmbito dos processos produtivos. Como instituição, situado no tempo e na história, o trabalho sustenta e legitima atividades sociais, como cuidar, educar, governar, amar, vigiar, produzir etc. Abordar o trabalho como instituição é também discutir suas finalidades, ou seja, ele não responde apenas à pergunta “como fazer”, mas também ao “por que fazer”. Essa distinção é crucial, pois aqui se coloca a questão da racionalidade instrumental, na qual os meios tendem a prevalecer sobre os fins.

## O fenômeno da precarização

As considerações acima se referem ao trabalho, de um lado, como uma categoria antropológica que funda a construção do sujeito e o “fazer sociedade”; de outro, elas apontam para a racionalidade perversa que desemboca na destruição física e psíquica dos indivíduos, reificados e instrumentalizados para a produção, sufocados como classe social. Neste sentido, o cenário contemporâneo do trabalho nos escancara, sob novas configurações, a questão da precarização, bastante próxima da condição escrava do trabalhador.

Para abordar este tema, já largamente explorado entre pesquisadores da área, recorro ao conceito de *precariado* (Alves, 2013; Braga, 2012, 2017, 2018; Braga & Marques, 2017; Standing, 2011). O termo é um amálgama de “proletário” e “precário”, utilizado por Castel (1998) em sua discussão sobre a precarização salarial e, mais tarde, por Standing (2011), que vê o precariado como uma nova classe social composta por trabalhadores, em geral bem qualificados, mas vivendo em permanente insegurança laboral, com sofríveis condições de trabalho e sem uma identidade fundada nele. Em 2000, um movimento deflagrado por trabalhadores em Milão, com manifestações de rua, depois conhecido como MayDay ou parada dos precários, se espalhou por toda a Europa.

Referindo-se ao termo, Braga (2018) aponta uma parcela crescente de trabalhadores atrelados a relações de trabalho precarizadas, como os empregos de alta rotatividade e instabilidade. O autor não se refere apenas ao trabalhador de salário mínimo, às famílias de baixa renda que moram nas periferias das grandes cidades, mas a uma camada de universitários, pessoas diplomadas e qualificadas, ora desempregadas, ora trabalhando como pessoa jurídica (PJ), sem direitos trabalhistas, sem perspectiva de aposentadoria, com renda instável e insegura, além de jornadas de trabalho muito mais longas. Para esse sociólogo, o precariado evidencia a estagnação dos empregos formais e o aumento dos subempregos. Tal fenômeno, no Brasil, reflete, entre outros fatores, uma crescente concentração de renda, gerando o enorme aumento da desigualdade em diversos planos da existência individual e coletiva. Uma matéria da Folha de S.Paulo (Braga, 2018) sobre uma pesquisa do IBGE mostra que o rendimento médio mensal da faixa do 1% mais rico da população brasileira atingiu, em 2018, o equivalente a 33,8% do ganho obtido pelos 50% mais pobres. De 2017 para 2018,

o ganho dos 10% mais pobres caiu em 3,2%, enquanto o do 1% mais rico aumentou 8,4%. O aumento da concentração da renda é também, evidentemente, gerador de violência social. Nesse cenário, mesmo com eventual aumento de empregos, a maioria informais, os trabalhadores não têm acesso aos direitos trabalhistas e sociais. As oportunidades de trabalho que aparecem são ultraflexíveis, no sentido de prejuízo ao trabalhador, dado o alinhamento ideológico e político dos nossos legisladores à política ultraliberal. Com o desmonte do Estado de bem-estar social, soltam-se as rédeas para o mercado e a economia se autogovernarem, degradando as relações de trabalho anteriores, gerando o crescimento da informalidade. O precariado se alastra no Brasil em uma escala sem precedentes.

Lembremos, de passagem, que, em 2017, o país teve a reforma trabalhista do governo Temer, costurada à luz da desregulamentação dos direitos trabalhistas, atendendo a interesses econômicos e acordos políticos entre legisladores e representantes do grande capital. E, ao contrário do que proclamou aquele governo à época, a reforma não resultou em redução consistente do desemprego nem da informalidade do trabalho.

Para Braga e Marques (2017), o precariado não se localiza nem nos estratos sociais que Marx chamou de lumpemproletariado (grupos socialmente inferiores ao proletariado, parcelas miseráveis da população, sem recursos econômicos e sem consciência política ou de classe), nem nos setores profissionais mais qualificados, mais bem remunerados e estáveis da classe trabalhadora. O precariado não é um subproduto da crise do fordismo, mas uma dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho. Nele se configura “a dimensão histórica e relacional desse grupo como parte integrante da classe trabalhadora, e não como um amálgama intergeracional e policlassista que assumiria de maneira progressiva a aparência de uma nova classe” (Braga & Marques, 2017, p. 59).

O conceito de precariado é também discutido por Alves (2013) com algumas nuances. Para esse autor, ele se aplica à camada média do proletariado urbano formada por jovens-adultos, em geral altamente escolarizados, mas tendo inserção precária tanto nas relações de trabalho quanto na vida social. Ele critica Standing (2012), que define o precariado como uma nova classe social ou com uma “classe perigosa”. Para Alves (2013), a parcela estável de trabalhadores dos países capitalistas centrais sempre continuou como parte do proletariado, embora como uma camada social distinta. Ele afirma que, mesmo à época da idade de ouro do fordismo-keynesianismo, o proletariado incluía categorias sociais precarizadas, em uma “economia subterrânea”. Existe uma unidade política do proletariado, sendo o precariado uma camada social dessa classe.

Alves (2013) também questiona Ruy Braga, que assimila o precariado apenas ao proletariado precarizado, pois se perderia “a particularidade heurística do conceito capaz de dar visibilidade categorial às novas contradições do capitalismo global”. O precariado não seria uma classe social específica, mas um contingente constituído pelo proletariado urbano precarizado no novo mundo do trabalho: operários altamente escolarizados, nos setores de serviço e comércio, jovens-adultos recém-graduados, estudantes de nível superior estudando e trabalhando com baixos salários. Aí haveria a junção da precarização salarial com a precarização existencial – um proletariado jovem, escolarizado, cultivando o *ethos* de classe média em seus anseios de ascensão e consumo, sujeito a “um misto de frustração de expectativas e insatisfação social e, por outro lado, carecimentos radicais que o tornam susceptível de atitudes de rebeldia”. Trata-se de uma juventude proletária escolarizada sujeita ao desalento, frente à impossibilidade da sociedade das mercadorias em lhe oferecer uma vida plena de sentido.

Vale lembrar, em curto retrospecto histórico relativo às perdas dos direitos trabalhistas e ao declínio da inserção social da classe trabalhadora, o cenário que Castel (1998) denominou *sociedade salarial*, consolidada em meados do século XX, sob o Estado de bem-estar social, que garantia aos trabalhadores os suportes sociais ou a *propriedade social* (Castel & Haroche, 2001), como aposentadoria, seguro-desemprego, férias, assistência à saúde, todo o aparato que conhecemos como seguridade social.

Isso ocorreu à época dos “trinta anos gloriosos” nas sociedades capitalistas avançadas, entre o pós-Segunda Guerra e meados da década de 1970. Nessas sociedades, mesmo a despeito de suas camadas sociais marginalizadas, a atividade assalariada torna-se a forma hegemônica de inserção ou pertencimento social. Mas tal cenário começa a degradar-se, em seguida, dando lugar a uma nova ordem econômica mundial, a partir do primeiro “choque do petróleo”, em 1973.

A crise da sociedade salarial surge com o declínio da hegemonia taylor-fordista, com a reestruturação produtiva, fundada na flexibilização das relações de trabalho, no contexto de globalização da economia, levando à desestruturação dos arranjos sociais anteriores. As reformas que surgem visam diminuir os custos do trabalho, fragilizando a condição salarial, alastrando a precariedade do emprego, como contrato por tempo determinado, tempo parcial, trabalho temporário, subcontratos etc. É aí que Castel situa a nova questão social, com a fragilização das relações salariais, a desestabilização e o aumento da insegurança que geram as zonas de invalidação ou desfiliação social do trabalhador. O trabalho perde seu poder de integrar socialmente e garantir as proteções sociais. Observe-se que, se essa “propriedade social” não chegou a se consolidar satisfatoriamente no Brasil, pelo menos os trabalhadores já tiveram seus direitos mais protegidos que no momento atual, em que a reforma trabalhista vem coroar o desmonte progressivo da legislação trabalhista, guiado pelo ideário ultraliberal.

A questão da precarização do trabalho tem sido notavelmente atualizada por Antunes (2014, 2018), por meio de suas análises da reestruturação do capitalismo global, que desemboca em uma nova morfologia do trabalho e da qual emerge, entre outros fenômenos, o proletariado submetido à hegemonia das tecnologias digitais, principalmente na área de serviços, onde a figura do “trabalhador uberizado” toma a frente da cena. Seus efeitos são a degradação das relações de trabalho, já precedida pela série de precarizações, como a terceirização, a desregulamentação das relações de trabalho, ancoradas no discurso enganoso do empreendedorismo, no assédio crescente, no adoecimento, na ausência de proteção sindical ou de formas de organização solidária entre eles.

Nesse contexto de desregulamentação, a reforma levada a termo no governo Temer, por meio da Lei nº 13.467, de 2017, trouxe o maior conjunto de modificações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com expressiva perda dos direitos dos trabalhadores. Ajuntemos a ela a Emenda Constitucional 95, também apelidada de “PEC da morte”, que instituiu um novo regime fiscal, limitando o crescimento das despesas públicas durante 20 anos, com impacto altamente deletério nas políticas de proteção a todos os cidadãos.

Esse desmonte dos direitos sociais e do trabalho tem sido aprofundado no governo Bolsonaro, tanto com a reforma da Previdência, em 2019, nociva não apenas aos trabalhadores que vão ingressar no mercado de trabalho, mas também àqueles já inseridos nele. Essa reforma vem acompanhada de diversas medidas (não importa se algumas são revogadas ou modificadas por serem inconstitucionais) que lhes retiram proteções, como a “carteira verde amarela”, além das MPs que incluem acordos individuais para redução da jornada e do salário, sempre em benefício do empregador – ou do capital.

## **A necropolítica**

Entre os temas caros à psicossociologia, citamos acima a questão da violência política (Pagès, 2003), encarnada em guerras, massacres, genocídios, racismo, terrorismo, entrelaçados a fenômenos como a paranoia coletiva, cuja lógica persecutória engendra os inimigos a destruir. No livro *La face obscure des démocraties modernes*, Enriquez e Haroche (2002) também discutem questões macrossociais, ao repensar as raízes da violência e da destrutividade nas sociedades ditas civilizadas, em um diálogo entre a sociologia, a política e a psicanálise. Nessa encruzilhada teórica, eles apontam uma “tendência espontânea” dos grupos humanos em adotar condutas destrutivas.

Julgamos que essas discussões permitem uma articulação pertinente com o conceito de necropolítica, consagrado pelo cientista social moçambicano Achilles Mbembe (2016). Este autor critica o pensamento que privilegiou as teorias normativas da democracia que tomam a razão como um de seus pilares, ao afirmar que a modernidade fez nascerem diferentes conceitos de soberania. Em seu ensaio “Necropolítica”, Mbembe (2016) comenta que a noção clássica de soberania se baseia no estabelecimento de normas gerais para homens e mulheres livres e iguais. A política comportaria um projeto de autonomia regida por acordos em uma coletividade, nos registros da comunicação e do reconhecimento. E aí estaria um paradigma político que se diferencia da guerra. Nele, “a razão é a verdade do sujeito, e a política é o exercício da razão na esfera pública” (Mbembe, 2016, p. 124). Razão e liberdade definiriam a autonomia individual. Tal soberania sustenta a crença de “um sujeito autor e controlador de seu próprio significado” e supõe um processo de autoinstituição e autolimitação, assim como a capacidade da sociedade de se autocriar, por meio das instituições, movida por “significações específicas sociais e imaginárias” (Mbembe, 2016, p. 124).

Essa leitura normativa, segundo o autor, não resiste a questionamentos. Ela se detém nas formas de soberania centradas não na luta pela autonomia, mas na “instrumentalização generalizada da existência humana e na destruição material de corpos humanos e populações” (Mbembe, 2016, p. 125). Acrescente-se que tal exercício de soberania, longe de ser mera insanidade, constituiria o *nomos* do espaço político em que vivemos. Em vez da razão, como verdade do sujeito, teríamos outras categorias fundadoras mais patentes, como a vida e a morte.

A partir de colocações de Hannah Arendt e Giorgio Agamben sobre os campos de concentração nazistas e do conceito de Estado de exceção, Mbembe (2016) identifica uma estrutura político-jurídica e subjetiva que reduz o indivíduo ao seu corpo biológico, retirando-lhe o estatuto político, o que abre espaços para o “trabalho de morte”. O Estado de exceção que, nesse caso, se torna regra, seria “a base normativa do direito de matar” (Mbembe, 2016, p. 128) e o poder soberano seria esse direito de matar e deixar viver.

É dessa racionalidade de certas políticas contemporâneas que emerge a noção ficcional de sujeitos “inimigos” da ordem e da razão. A lógica desse modelo define quem importa ou não, quem é descartável ou não, quem deve viver e quem deve morrer. Nesse caso, a soberania se define como o direito de matar<sup>2</sup>. Mbembe (2016) relata que sua abordagem se baseia na crítica de Michel Foucault (1988, 1997) ao conceito de soberania e à sua relação com a guerra e o biopoder. Aqui, se encontram as noções de necropoder e biopoder. Elas operam em relação a um campo biológico, distribuindo a espécie humana em grupos e subgrupos, praticando uma cesura biológica entre eles. É isso que Foucault chama de racismo. Para ele, a raça sempre teria sido a sombra presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente.

Mbembe (2016) ainda observa que Hannah Arendt localiza as raízes do racismo na experiência demolidora da alteridade, daí a política da raça estar ligada à política da morte. Em termos foucaultianos, o racismo é uma tecnologia a serviço do biopoder e sua função é regular a distribuição da morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. O Estado nazista, para Foucault, seria “o mais completo exemplo de um Estado exercendo o direito de matar” (Mbembe, 2016, p. 128), que culminou no projeto da “solução final”. Lembremos que, para Mbembe, as formas de conduzir pessoas à morte ou a eliminação dos “inimigos do Estado” remontam aos tempos do imperialismo colonial, ao período da escravidão.

Ao discutir os temas do biopoder e da necropolítica, Hilário (2016) afirma que Foucault considerou o biopoder como elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo,

2 Lembremos, de passagem e como contraponto a esse direito de matar, a forte reação americana e mundial ao racismo, com o lema *black lives matter*, após o bárbaro assassinato do negro George Floyd por um policial branco.

no sentido da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção. O poder produz subjetividades adequadas às formas sociais, segundo a dinâmica do capitalismo em ascensão que, para se manter, necessita das vidas, dos corpos, como máquinas produtivas, força de trabalho para a produção de mercadorias. O corpo é a realidade política por excelência, por meio da qual o poder se atualiza e se legitima.

No entanto, o que ocorreria se a vida não fosse mais um elemento indispensável? Ou quando o modo de produção capitalista passar a precisar cada vez menos de força de trabalho? A estratégia do capital será “jogar pessoas no desemprego estrutural, empurrá-las para as periferias da cidade, para as prisões ou simplesmente aniquilá-las por meio das forças policiais, oficiais ou não” (Hilário, 2016, p. 202). Este autor lembra que, em algumas cidades do México, ocorreram processos violentos de assassinatos, desapareções, execuções sumárias extrajudiciais, exemplos de um “trabalho de morte” perpetrado por máquinas de guerra privadas, como milícias, mercenários, segurança privada etc. Ao mesmo tempo, ele se pergunta sobre o que se passa no Brasil, onde o “trabalho de morte” vem acontecendo desde muito tempo. E cita o caso da polícia militar do Rio de Janeiro, que cometeu mais de 10 mil homicídios entre 2001 e 2011, grande parte das vítimas menores de 18 anos.

Ainda para caracterizar o conceito de necropoder ou necropolítica, Zaccone (2015, citado por Hilário, 2016, p. 207) afirma que “a polícia mata, mas não mata sozinha”, ou seja, “existe uma política pública, na forma de razões de Estado, a ensejar os altos índices de letalidade do sistema penal brasileiro, com destaque para aqueles praticados rotineiramente nas favelas cariocas”. A este respeito, o jornal El País (Betim, 2019) lembra que o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, desde sua campanha eleitoral, já liberava aos policiais a licença para matar. De fato, as polícias civil e militar, sob o seu comando, desde janeiro de 2019, já eram responsáveis por 41,5% das mortes violentas na região metropolitana do Rio de Janeiro, 178 mortes cometidas por agentes, segundo informação do Instituto de Segurança Pública (ISP), autarquia ligada ao governo. Só no mês de julho de 2020, a polícia matou entre seis e sete pessoas por dia<sup>3</sup>.

Vemos que, em tempos de sujeitos não necessários para a produção, o homem que sobra é uma vida sem valor, o *homo sacer*, matável (Agamben, 2010). A necropolítica visa à destruição material dos corpos, das massas humanas consideradas descartáveis, supérfluas. Vale notar que, no Brasil, a necropolítica não é privilégio do estado do Rio de Janeiro. Além disso, assistimos a tentativas quase contínuas de implantação de necropolíticas pelo próprio Estado brasileiro. Entre os muitos exemplos, citemos o projeto de lei ou “pacote anticrime” elaborado pelo ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, com a sua cláusula do “excludente de ilicitude”, que concederia legalmente aos policiais a licença para matar. É o que dizer da omissão planejada do presidente Bolsonaro, ao responder “E daí? Quer que eu faça o quê?” à jornalista que, em 28 de abril de 2020, o questionou sobre o fato de o Brasil ter ultrapassado a China, em número de mortes pela Covid-19.

Ainda em relação à necropolítica e à Covid-19, citemos a situação de dois extratos da população brasileira que, se já secularmente discriminados, estão agora mais desamparados pelas condutas do atual governo: os povos indígenas e os quilombolas. Cardoso (2020), pesquisador da Fiocruz e estudioso das populações indígenas, já previa, no começo da pandemia no Brasil, que, se o Coronavírus atingisse essas comunidades, sua incidência seria explosiva, já que elas são extremamente vulneráveis à pandemia, em razão de suas condições sociais e econômicas precárias, da falta de saneamento básico, do modelo de habitação coletiva em grandes moradias, entre outras razões. Para o pesquisador, a saúde dos índios é, em geral, mais frágil que a dos não índios, e suas infecções respiratórias se propagam rapidamente. Quanto maior for sua proximidade com centros urbanos, maior o risco de transmissão comunitária da doença. Ora, os territórios indígenas são cada vez

3 O site UOL, em 7 de maio de 2019, publicou que a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e a deputada federal Talíria Petrone (PSOL-RJ) denunciaram à ONU a “agenda genocida” de Witzel. (Saboia, 2019). Eles afirmam ainda que as mortes por policiais no estado do Rio atingiram um nível recorde no primeiro trimestre de 2019.

mais invadidos, no atual governo, por grileiros, madeireiros ilegais e garimpeiros. Haveria, por exemplo, cerca de 20 mil garimpeiros na terra indígena Yanomami (AM-RR), contra uma população aproximada de 26,7 mil indígenas. Ajuntemos a isso a onda de assassinatos de líderes desses povos, no território brasileiro, sob o silêncio de atual presidente. Em janeiro de 2020, 45 etnias se reuniram na terra indígena Capoto Jarina, no Mato Grosso, convocadas pelo cacique Kayapó Raoni Metuktire. Nessa reunião, foi lançado um manifesto afirmando que “está em curso um projeto político do governo brasileiro de genocídio, etnocídio e ecocídio” (Fellet, 2020). A situação se agravou a tal ponto que, em 3 de julho de 2020, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) acatou o pedido do Ministério Público Federal (MPF), propondo um plano emergencial do governo para conter o avanço da Covid-19 nas terras indígenas de Roraima. Esse plano incluía a retirada dos garimpeiros ilegais das terras dos Yanomami.

Outro núcleo populacional ameaçado, no Brasil, pela necropolítica vigente no atual governo são as comunidades quilombolas. Cito, a esse respeito, uma matéria publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) (“Governo quer expulsar”, 2020), que denuncia o projeto do governo de expulsar 800 famílias de 30 comunidades quilombolas das terras em que habitam, há mais de três séculos, no município de Alcântara, MA. Esse projeto está oficializado na Resolução nº 11/2020, de 26 de março de 2020, que prevê a utilização da área ocupada por essas comunidades na expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) (Brasil, 2020). Essa resolução foi editada já na eclosão da atual pandemia. Segundo o texto da Andes (“Governo quer expulsar”, 2020), o projeto de desocupação do território pelos quilombolas desconsidera a “Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais”, de 7 de junho de 1989, que prevê uma consulta prévia, livre e informada aos seus principais interessados. Em síntese, em meio a uma pandemia de proporções até agora incontroladas, essas comunidades ficam à mercê de um governo que lhes retira as terras, o sustento e os direitos fundamentais.

## **E a saúde do trabalhador?**

No atual cenário de perdas de direitos humanos e dos direitos trabalhistas, permito-me abordar o drama específico dos milhares de homens e mulheres adoecidos no e pelo trabalho, em um contexto de insegurança, desamparo, assédio e outros constrangimentos, que resultam em crescente incidência do adoecimento mental. Observe-se que, em princípio, todos os trabalhadores brasileiros, formais ou informais, ativos ou inativos, estão protegidos pelo texto Constitucional de 1988, que atribui ao Sistema Único de Saúde (SUS) a garantia da atenção integral à saúde dos cidadãos. Nele, está incluído o universo multifacetado de trabalhadores, conforme define o artigo terceiro da Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012:

Todos os homens e mulheres, independentemente de sua localização, urbana ou rural, de sua forma de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, de seu vínculo empregatício, público ou privado, assalariado, autônomo, avulso, temporário, cooperativados, aprendiz, estagiário, doméstico, aposentado ou desempregado (Ministério da Saúde, 2012).

Vemos aqui o arcabouço legal para a segurança, a proteção e a promoção da saúde de todos os trabalhadores. Cabe ao SUS a implementação das ações de assistência e vigilância em saúde, controlando e prevenindo as doenças relacionadas ao trabalho. Ressalte-se ainda que, em termos de política pública, os avanços nos governos anteriores fortaleceram a rede de atenção à saúde do trabalhador, como a criação, em 2002, da Rede Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador (Renast) (Ministério da Saúde, 2006), organizada a partir dos Centros de

Referência em Saúde do Trabalhador (Cerests). Esses avanços foram ainda mais revigorados com a criação, em 2012, da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) (Ministério da Saúde, 2012). No entanto, no atual cenário de precarização e desmonte das relações de trabalho, perguntamo-nos se o próprio SUS tem condições institucionais e logísticas (lembramos a PEC 95) para assegurar a atenção integral aos trabalhadores. Note-se que o atual governo tem buscado, gradativamente, o desmantelamento do SUS, como, por exemplo, a proposta do fim da gratuidade universal, prevista no Programa Previne Brasil (Ministério da Saúde, 2019), que altera a distribuição das verbas de financiamento da atenção básica, visando manter como usuários do sistema apenas as pessoas cadastradas nos municípios. Isso equivale ao fim do “SUS para todos” e aponta mais um retrocesso nas políticas de atenção integral à saúde dos cidadãos.

No caso do trabalhador – e este é o ponto que pretendo realçar – um dos aspectos fundamentais da atenção integral é a vigilância e a prevenção dos agravos da saúde na dimensão da saúde coletiva. Note-se que cuidar apenas do sujeito já acidentado ou adoecido é excluir a vigilância, é amputar a própria política do SUS. No atual cenário de precarizações, se levarmos em conta, por exemplo, somente os trabalhadores por aplicativos, temos de perguntar: como fazer a vigilância e a prevenção desse coletivo, fora dos tradicionais espaços fixos de trabalho (fábricas, lojas de departamento, restaurantes industriais...)? Onde e como os agentes da saúde vão localizar esses espaços, atualmente dispersos, móveis ou mesmo imateriais, como os ambientes virtuais? Onde e como encontrar o motoboy, o motorista de Uber, o bikeboy, o ambulante, o gerente em “home-office” (que pode estar em qualquer lugar, se o seu “escritório” é o laptop)? Certamente essa tarefa pode ser realizada com facilidade, do ponto de vista puramente técnico, por recursos digitais de buscas. Mas, antes disso, temos de perguntar se a asfixia dos projetos de saúde (em um governo que fica sem ministro da saúde por meses em plena pandemia) permite a seus gestores e profissionais traçar estratégias para levar aos trabalhadores as informações necessárias à prevenção e ao cuidado de si e da sua categoria, além de discutir com eles os problemas sanitários, ergonômicos, jurídicos, ecológicos e outros, relativos à sua inserção no mercado de trabalho.

## **Resistência e limites das organizações alternativas**

As discussões acima mostram que é cada vez mais desafiador pensar estratégias de resistência e enfrentamento da vulnerabilidade dos trabalhadores, após as recentes reformas trabalhista e previdenciária, no Brasil. Entre as ações que poderiam contrapor-se a esse trágico quadro social, podemos citar a produção e a divulgação do conhecimento relativo à miserabilidade da desfiliação social de milhões de brasileiros, seja no espaço acadêmico, no campo das artes e das tecnologias de informação e comunicação. Isso envolveria pesquisadores, artistas, jornalistas, sindicatos, movimentos sociais e trabalhadores não organizados formalmente. Uma segunda forma de resistência estaria nas experiências de trabalho que se contrapõem ao sistema capitalista, a exemplo da economia solidária e tantos outros projetos de cunho comunitário ou cooperativo. Gaulejac (2007) considera que o gerencialismo neoliberal, em uma sociedade “doente da gestão”, isola o sujeito, em vez de o agrupar, pois só entende a existência de equipes feitas para produzir cada vez mais, em um ritmo mais acelerado e a baixo custo. Para tal ideologia, diz o autor, a solidariedade no trabalho é antiprodutiva. Contrariamente a essa tese, ele afirma que “a economia solidária é um projeto equivalente à não-violência na política . . . trata-se de romper com a ideia segundo a qual apenas a economia de mercado é produtora de riquezas” (Gaulejac, 2007, p. 305).

São inúmeras as experiências de trabalho cooperativo no Brasil e no mundo (Singer, 2008). Pelo fato de nos referirmos, neste artigo, aos trabalhadores precarizados de aplicativos, citemos algumas iniciativas de resistência especificamente nesse campo. Lembremos, primeiro, o que

ocorreu, no dia 1º de julho de 2020: uma greve dos entregadores de aplicativos (iFood, Rappi, Uber Eats etc.) que teve a adesão de milhares de trabalhadores em várias capitais do país. A greve foi o início de uma luta direta no Brasil contra o chamado ubercapitalismo, visando a mudanças nas relações excessivamente abusivas de trabalho. Note-se que a greve é uma forma clássica de luta operária. Já as experiências solidárias buscam enfrentar o capitalismo por meio de alternativas, como é o caso do “cooperativismo de plataforma” (Sholz, 2016), que se contrapõe aos arranjos do “capitalismo de plataforma”, que não visa ao bem comum, e seu caráter inovador só veio a aumentar a vulnerabilidade do trabalhador já precarizado.

No entanto, mesmo esse “cooperativismo de plataforma” é objeto de questionamentos. Grohmann (2018), por exemplo, interroga o alcance de sua potência para contestar o capitalismo. Ele se refere aos riscos de a cooperativa ser idealizada em seu poder emancipatório e de transformação social ou de ter seu projeto despolitizado, quando adere ao modelo-empresa. Este autor observa, no entanto, que a ambiguidade dos discursos relativos ao trabalho cooperativo, nas áreas da cultura e da comunicação, pode tanto estar próxima de um projeto cooperativo-empresarial, nos moldes de uma *startup*, quanto lembrar, efetivamente, um projeto político de transformação social. Ao questionar as diferenças entre “cooperativismo de plataforma” e “capitalismo de plataforma”, ele aponta, a um só tempo, “o potencial emancipatório e a natureza contraditória das cooperativas” (Grohmann, 2018, p. 23).

Voltemos ao tema da resistência, lembrando que o momento de pandemia da Covid-19 fez ressurgir inúmeras formas de solidariedade e de trabalho em diversos níveis de interação entre pessoas e grupos sociais. Note-se que o conceito de trabalho não se restringe às atividades produtoras de mercadorias no sistema capitalista de trocas. Em outras palavras, todos os participantes das ações de solidariedade, nos campos da cultura, da arte, dos movimentos sociais e políticos, são trabalhadores. Trabalhadores criativos e solidários, em diversas frentes de resistência a ações de necropolítica, no atual governo brasileiro. Hoje, inúmeros debates acadêmicos, assim como eventos artísticos, divulgados nas redes sociais (*lives*), configuram fenômenos de resistência, denunciando a violência estrutural, disseminada em todo o planeta, não só no Brasil. A arte mobiliza o pensamento e os afetos, fazendo do sonho, da utopia e da consciência do presente um instrumento coletivo de ação política.

## Considerações finais

Ao iniciarmos este texto, apresentando alguns fundamentos da psicossociologia, quisemos nos servir deles para abrir caminho a discussões ligadas à precarização no trabalho, associando-as à questão mais ampla da violência no campo macrossocial. Para tanto, julgamos que a análise desses temas poderia se enriquecer, em um diálogo com autores cujas elaborações teóricas tivessem afinidades com a postura crítica da psicossociologia, no terreno do debate político contemporâneo. Quanto ao tema do trabalho, levantamos questões em torno da vulnerabilidade crescente das classes trabalhadoras, no contexto da ideologia neoliberal marcada por um poder gerencialista que faz da gestão uma “doença social”, sob o signo de uma racionalidade perversa, que destrói física e psiquicamente os indivíduos sufocados como sujeitos, instrumentalizados para a produção, tendo seus direitos trabalhistas corroídos, levados ao adocimento e à morte (Enriquez & Haroche, 2002; Gaulejac, 2007; Lhuillier, 2016). Visamos discutir essas questões, aproximando-as do conceito de precariado, com base nas teorizações de Braga (2012) e Alves (2013), cujas contribuições ampliaram e enriqueceram a inteligibilidade da matéria, especialmente ao incluir novos atores sociais – universitários, jovens adultos diplomados e altamente qualificados – no perfil dos “precariados”.

Da mesma forma, julgamos pertinente estender a discussão sobre a violência, partindo do aviltamento das classes trabalhadoras, à dimensão macrosocial, que também é objeto das incursões teóricas da psicossociologia. A opção por aprofundar e atualizar o debate sobre “a face obscura das democracias modernas” e dos regimes autoritários, do fanatismo político e religioso, do terrorismo, da paranoia coletiva, assim como das várias faces da barbárie (Barus-Michel & Enriquez, 2002; Enriquez & Haroche, 2002; Pagès, 2003), foi recorrer às contundentes contribuições de Mbembe (2016) em torno do conceito de necropolítica. Este teórico político desnuda a racionalidade das soberanias que dizem tomar a razão como a verdade do sujeito e fundamento do exercício da política. Em vez disso, os Estados de exceção, afirma ele, assumem como base normativa o direito de matar e deixar viver, fazendo da política da raça a estratégia demolidora da alteridade, uma política da morte.

Ao recorrer aos autores acima, valendo-nos dos conceitos de precariado e de necropolítica, julgamos ter podido enriquecer as contribuições da psicossociologia em suas análises das condições de vulnerabilidade do trabalhador, bem como da instabilidade e da violência dos sistemas políticos contemporâneos. Pudemos, assim, assinalar alguns efeitos desses cenários no atual momento da realidade brasileira ao discutir, entre outras, a fragilidade da assistência pública à saúde dos trabalhadores ou a desproteção específica dos trabalhadores por aplicativos.

Concluindo, retorno à hipótese acima, relativa ao poder da arte como instrumento coletivo de mobilização política. Para ilustrá-la, evoco um dos mais importantes “escritores-militantes”, artista da palavra e prêmio Nobel de literatura: José Saramago, que nos deixou em 2010. No fragmento de uma reflexão, ele alude ao que estamos chamando de “poder de morte”, sob o império do neoliberalismo:

La alternativa al neoliberalismo se llama consciencia. Lo que se está preparando en el planeta es un mundo para los ricos. Habrá pobres, pero el mundo será para el disfrute de los ricos. Entre 1.000 millones y 1.500 millones de seres humanos son para desechar . . . Que más da que se maten unos cuantos miles, o muchísimos miles. Mientras se maten unos a los otros, no tendré yo que matarlos a ellos . . . ¿Qué es lo que tenemos entonces para oponernos? Nada más que la conciencia . . . La conciencia de que lo que está en el mundo me pertenece, no en el sentido de propiedad, me pertenece como responsabilidad, me pertenece como derecho a saber, como derecho a intervenir, como derecho a cambiar (Saramago, 1999).

## Referências

- Agamben, G. (2010). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* (2ª ed.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Alves, G. (2013, 22 de julho). O que é o precariado? *Blog da Boitempo*. Recuperado de <https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>
- Amado, G. (2002). Implication. In J. Barus-Michel, E. Enriquez & A. Lévy (Orgs.), *Vocabulaire de psychosociologie : références et positions* (pp. 367-374). Toulouse : Érès.
- Amado, G. & Enriquez, E. (2011). Psicodinâmica do trabalho e psicossociologia. In P.F. Bendassolli & L. A. P. Soboll (Orgs.), *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade* (pp. 99-109). São Paulo: Atlas.
- Antunes, R. (2014). Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. *Estudos Avançados*, 28(81), 39-53.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- Arendt, H. (1958). *Condition de l'homme moderne*. Paris : Calmann-Lévy.
- Aubert, N. & Gaulejac, V. (1991). *Le coût de l'excellence*. Paris : Seuil.
- Barus-Michel, J. & Enriquez, E. (2002). Pouvoir. In J. Barus-Michel, E. Enriquez & A. Lévy (Orgs.), *Vocabulaire de psychosociologie : références et positions* (pp. 213-221). Toulouse : Érès.
- Barus-Michel, J., Enriquez, E. & Lévy, A. (Orgs.). (2002). *Vocabulaire de psychosociologie : références et positions*. Toulouse : Érès.

- Ben Slama, F. (1999). La question du contre-transfert dans la recherche. In C. R. d'Allonnes (Org.), *La démarche clinique en sciences humaines* (pp. 139-153). Malakoff: Dunod.
- Betim, F. (2019, 21 de agosto). Sob Witzel, policiais já respondem por quase metade de mortes violentas na região metropolitana do Rio. *El País*. Recuperado de [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/21/politica/1566423448\\_948955.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/21/politica/1566423448_948955.html)
- Braga, R. (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.
- Braga, R. (2017). *Rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo.
- Braga, R. (2018). "Precariado" tende a se alastrar no Brasil como nunca antes (F. Ferreira, Entrevistadora). Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1951942-precariado-tende-a-se-alastrar-no-brasil-como-nunca-antes-diz-sociologo.shtml>
- Braga, R. & Marques, J. (2017). Trabalho, globalização e contramovimentos: dinâmicas da ação coletiva do precariado artístico no Brasil e em Portugal. *Sociologias*, 19(45), 52-80.
- Brasil. (2020). Resolução nº 11, de 26 de março de 2020. Publica as deliberações do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro na Sétima Reunião Plenária. Presidência da República. Recuperado de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-11-de-26-de-marco-de-2020-249996300>
- Canguilhem, G. (1947). Milieu et normes de l'homme au travail. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 3, 120-136.
- Cardoso, A. M. (2020). *Se o coronavírus entrar nas aldeias, é possível que o aumento de casos seja explosivo* (O. B. Souza, Entrevistador). Recuperado de <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/se-coronavirus-entrar-nas-aldeias-e-possivel-que-aumento-de-casos-seja-explosivo-alerta-especialista>
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Castel, R. & Haroche, C. (2001). *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi*. Paris : Fayard.
- Clot, Y. (2010). *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum.
- Clot, Y. (2015). De Mayo à Oddone, l'instruction au sosie. In I. Oddone, A. Re & G. Briante (Orgs.), *Redécouvrir l'expérience du travail* (pp. 7-34). Paris : Les Éditions Sociales.
- Daniellou, F. (2015). Ergologie, en dialogue parmi les ergo-disciplines. In L. Durrive (Org.), *L'expérience des normes, comprendre l'activité humaine avec la démarche ergologique* (pp. 1-14). Toulouse : Octarès.
- Dejours, C. (2012). *Trabalho vivo*. Brasília: Paralelo 15.
- Deveureux, G. (1980). *De l'angoisse à la méthode dans les sciences du comportement*. Paris : Flammarion.
- Enriquez, E. (2001). Fanatismo religioso e político. In M. M. Machado, E. M. Castro, J. N. G. Araújo & S. Roedel (Orgs.), *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Enriquez, E. & Haroche, C. (2002). *La face obscure des démocraties modernes*. Toulouse : Érès.
- Fellet, J. (2020, 29 de janeiro). Os 5 principais pontos de conflito entre governo Bolsonaro e indígenas. *BBC News Brasil*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51229884/>
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber* (13ª ed). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1997). *Il faut défendre la société : cours au Collège de France (1975-1976)*. Paris : Seuil.
- Gaulejac, V. (2001). Psicossociologia e sociologia clínica. In J. N. G. Araújo & T. C. Carreteiro (Orgs.), *Cenários sociais e abordagem clínica* (pp. 35-47). São Paulo: Escuta.
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida, SP: Ideias e Letras.
- Giust-Desprairies, F. (2001). O acesso à subjetividade: uma necessidade social. In J. N. G. Araújo & T. C. Carreteiro (Orgs.), *Cenários sociais e abordagem clínica* (pp. 231-244). São Paulo: Escuta.
- Governo quer expulsar quilombolas de suas terras em meio à pandemia de Covid-19. (2020, 2 de abril). *Andes*. Recuperado de <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/governo-quer-expulsar-quilombolas-de-suas-terras-em-meio-a-pandemia-de-covid-191>
- Grohmann, R. (2018). Cooperativismo de plataforma e suas contradições: análise de iniciativas da área de comunicação no Platform.Coop. *Liinc em Revista*, 14(2), 19-32.
- Hamraoui, E. (2014). Trabalho vivo, subjetividade e cooperação: aspectos filosóficos e institucionais. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, 17(spe1), 43-54.
- Hilário, L. C. (2016). Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. *Sapere Aude*, 7(13), 194-210.

- Le Guillant, L., Roelens, R., Bégoïn, J., Béquart, P., Hamsen, M. & Lebreton, F. (1956). La névrose des téléphonistes. *La Presse Médicale*, 64(13), 274-277.
- Lévy, A. (2001). A mudança: esse obscuro objeto do desejo. In J. N. G. Araújo & T. C. Carreteiro (Orgs.), *Cenários sociais e abordagem clínica* (pp. 121-131). São Paulo: Escuta.
- Lewin, K. (1997). *Resolving social conflicts and field theory in social science*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Lhuilier, D. & Roche, P. (2009). Introduction. *Nouvelle Revue de Psychosociologie*, 7(1), 7-18.
- Lhuilier, D. (2014). Introdução à psicossociologia do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17 (spe.), 5-19.
- Lhuilier, D. (2016). L'activité dans et au-delà du monde du travail. In M. A. Dujarier, C. Gaudart, A. Gillet & P. Lénéel (Orgs.), *L'activité en theories : regards croisés sur le travail* (pp. 131-158). Toulouse : Octarès.
- Lhuilier, D. (2017). O agir em psicossociologia do trabalho. *Psicologia em Revista*, 23(1), 295-311.
- Lhuilier, D. (2002). *Placardisés : des exclus dans l'entreprise*. Paris : Seuil.
- Martins, S. R. & Mendes, A. M. (2012). Espaço coletivo de discussão: a clínica psicodinâmica do trabalho como ação de resistência. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 12(2), 171-184.
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, 32, 123-151.
- Mendel, G. (1998). *Lacte est une aventure : du sujet métaphysique au sujet de l'actepouvoir*. Paris : La Découverte.
- Ministério da saúde (2006). *Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador: manual de Gestão e Gerenciamento*. São Paulo: Hemeroteca Sindical Brasileira.
- Ministério da Saúde. (2012). *Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012*. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Recuperado de [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823\\_23\\_08\\_2012.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html)
- Ministério da saúde. (2019). *Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019*. Institui o Programa Previne Brasil que estabelece novo modelo de custeio da atenção primária à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS de 25 de setembro de 2017. Recuperado de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.979-de-12-de-novembro-de-2019-227652180>
- Oddone, I., Re, A. & Briante, G. (1977). *Esperienza operaia, coscienza di classe e psicologia del lavoro*. Turim: Einaudi.
- Oddone, I. (2015). *Redécouvrir l'expérience du travail*. Paris : Les Éditions Sociales. (Original publicado em 1977).
- Pagès, M., Bonetti, M., Gaulejac, V. & Descendre, D. (1987). *O poder das organizações*. São Paulo: Atlas.
- Pagès, M. (Org.). (2003). *La violence politique*. Toulouse : Érès.
- Sabóia, G. (2019, 7 de maio). Witzel é denunciado à ONU por recorde de mortes em ações policiais no Rio. UOL. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/05/07/witzel-e-denunciado-a-onu-por-acoes-policiais-com-mortes-no-rio-de-janeiro.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola>
- Saramago, J. (1999). La alternativa al neoliberalismo se llama conciencia. Recuperado de <https://medium.com/cuaderno-ideol%C3%B3gico/la-alternativa-al-neoliberalismo-se-llama-conciencia-c86f44ddadfl>
- Schwartz, Y. (2012). *Expérience et connaissance du travail*. Paris : Les Éditions Sociales.
- Sholz, T. (2016). *Cooperativismo de plataforma*. São Paulo: Editora Elefante.
- Singer, P. (2008). *Economia solidária* (P. S. Oliveira, Entrevistador). *Estudos Avançados*, 22(62), 288-314.
- Standing, G. (2011). *The precariat: the dangerous new class*. New York: Bloomsbury Academic.
- Trinquet, P. (2010). Trabalho e educação: o método ergológico. *Revista HISTEDBR On-line*, 10(38), 93-113.
- Wisner, A. (1994). *A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia*. São Paulo: Fundacentro.

#### Endereço para correspondência

jinga@uol.com.br

Recebido em: 5/11/2019

Revisado em: 21/7/2020

Aprovado em: 5/8/2020



# Trabalho e esperança em 2020

Suzana Guerra Albornoz<sup>1</sup>

Universidade Federal do Rio Grande (Rio Grande, RS, Brasil)

Este ensaio parte do conceito elaborado por Ernst Bloch (1885-1977) de que a esperança se enraíza nas possibilidades inseridas na realidade. Quando se insere a esperança de reconhecimento do direito dos trabalhadores a maior dignidade nas transformações técnicas e lutas sociais da era industrial, mostra-se a união de esperança e trabalho, presente nas contradições dos tempos modernos pelo mundo e no Brasil. Em nossa atual situação crítica, na enfermidade mundial; quando as sociedades evoluem para tecnológicas, diminui a demanda de operários na indústria e desaparece a garantia de emprego estável; a humanidade é desafiada a refletir sobre sua atividade que transcende o trabalho produtivo material e a inventar soluções da ordem da esperança, utopias concretas, não impossíveis de realizar.

Palavras-chave: Trabalho, Esperança, Realidade e possibilidades.

Work and hope in 2020

This essay begins by remembering the concept wrought by Ernst Bloch (1885-1977) that hope's root is in the possibilities within reality. The technical changes and social struggles in the industrial era showed the hope of recognition of worker's rights of better conditions of life and more dignity, so that it's to say that hope and work have been straight together in the contradictions of modern times, in the world as in Brazil. At this critical moment of a pandemia; when societies go into technological and the demand of workers at industry decrease, and when almost disappear the confidence on stable employments, humanity has the challenge to reflect about its activity – what transcend the material productive work, and have to invent solutions, even if it seem to belong to the order of hope as concrete utopias, but are not impossible to make real.

Keywords: Work, Hope, Reality and possibilities.

## Introdução

**A**lguém disse que a cor da esperança é o negro, e essa afirmação me fez pensar. Ignoro quem o afirmou pela primeira vez, mas quem o repetiu parecia indicar que a esperança acompanha o movimento dos negros por sua afirmação, contra o racismo, essa terrível chaga que, em nosso país e em todo o continente americano – de Norte a Sul –, infelizmente em grande parte do planeta, demonstra forte atualidade. Por isso, aquela afirmação me pareceu correta já por esse significado, mas talvez o autor da afirmação de que a cor da esperança é o negro tivesse também a intenção de sugerir que ela se esconde ou disfarça na escuridão do momento obscuro para, ao captar luz, brilhar. Pode-se também ver ali uma alusão à estrela, que brilha mais quando a noite é escura, sem luar. É por certo difícil falar de algo que se esconde na sombra e aparece como por contraste. Talvez seja por isso que poetas e, às vezes, também filósofos, abusam das metáforas a seu respeito e, para dizer esperança, nomeiam o amanhecer, a aurora, o nascer do dia, ou referem-se à luz que aparece no fim do túnel. Por tudo isso, está claro que não podemos dizer nada como uma palavra completa, última sobre a esperança, pois tateamos no território impreciso da luz do amanhecer, do lusco-fusco, no obscuro do momento presente.

No século XX, o filósofo Ernst Bloch, sobre quem falei muitas vezes e escrevi alguns textos de apresentação para o público leitor brasileiro<sup>2</sup>, defendeu a importância e a força de realidade da

<sup>1</sup> <https://orcid.org/0000-0002-2431-8617>

<sup>2</sup> Ver, especialmente, “Ética e utopia” (Albornoz, 1985) e “O enigma da esperança: Ernst Bloch e as margens da história do espírito” (Albornoz, 1999); mas é também em torno de Bloch “Violência ou não violência” (Albornoz, 2000).

esperança como da utopia. Bloch meditou persistentemente sobre a história das utopias, construindo um sistema filosófico em torno da esperança, um sistema aberto, de erudição imensa, que se expõe em um oceano de páginas de grande inspiração literária. E, ao longo de sua extensa obra, trabalhou um novo conceito de utopia que presta reconhecimento aos sonhos humanos coletivos e atribui relevância prática ao que chamou de utopia concreta, ou seja, às antecipações e lutas históricas em prol do novo, daquilo que ainda não é, contudo, pode vir a ser. Tais sonhos coletivos não são devaneios estéreis, são elaboração das possibilidades do real; as utopias indicam o ainda não ser, o possível contido no existente atual; e, ao ainda não ser, da possibilidade real, se deve a esperança.

Sobretudo na enciclopédia das utopias intitulada “Princípio esperança”<sup>3</sup>, mas também em todos os outros livros de sua longa e fecunda produção, Ernst Bloch desenvolveu, fundamentou e exemplificou, exaustivamente, o conceito de utopia concreta, que não é algo impossível como está suposto no conceito vulgar de utopia, ao contrário, trata-se de uma elaboração das possibilidades do mundo real concreto como promessas para o futuro. Na concepção de utopia concreta inserida na possibilidade real, o conceito de esperança se torna peculiar, entendido, a esperança, como um dado antropológico, uma dimensão, uma capacidade própria do ser humano. A esperança que perpassa a história da humanidade não tem apenas o sentido de uma disposição afetiva ou estado de ânimo; não é somente um sentimento ou virtude, mas um fenômeno cognitivo. É da ordem do que entendemos por profecia ou premonição, ou melhor, como previsão ou prognóstico, pois antecipa e aponta para aquilo que hoje ainda não é, mas está dado como possibilidade, pode vir a ser, dependendo apenas da intervenção da liberdade humana para efetivar-se em seus movimentos coletivos. Portanto, a esperança tem um caráter cognitivo e é um indicador do possível no futuro. Por isso, é uma questão prática muito relevante ouvir e entender esperanças.

## Trabalho e esperança nos tempos modernos

Ao considerar, em particular no Ocidente, a história econômica, social e política dos últimos séculos, percebe-se que esperança e trabalho têm andado juntos nesse período que chamamos de tempos modernos e coincide com a história do Brasil depois da chegada dos europeus<sup>4</sup>. Na época moderna chamada de era industrial, entendida como civilização do trabalho, a esperança dos povos – e, em grande parte, a dos indivíduos – foi muitas vezes associada ao exercício de uma arte ou um trabalho expressivo, proveitoso e digno. As utopias concretas da era do trabalho estiveram estreitamente ligadas à luta dos trabalhadores em busca da sobrevivência, por reconhecimento e pelo direito a condições dignas de trabalho e vida. Aposto que essa ainda é a esperança mais concreta da maioria dos nossos contemporâneos pelo planeta, assim como no Brasil destes dias, com todas as suas confusões.

Do século XVIII ao XXI e, intensamente, nos séculos XIX e XX, em diversas proporções, o trabalho sofreu fortes transformações graças ao desenvolvimento da ciência e da técnica e das ideias que as acompanharam<sup>5</sup>. A revolução que, no século XVIII, fora a máquina a vapor, de certa forma, foi continuada e superada pela invenção da eletricidade no século XIX; e, no século XX, impuseram-se muitas outras inovações que influenciaram o mundo produtivo, especialmente a extraordinária invenção que se pode chamar de revolução cibernética, com a entrada em cena

3 O *princípio esperança* não é a única obra de Ernst Bloch que esclarece o seu original conceito de utopia concreta e o de esperança, mas é a sua obra prima, traduzida para o Brasil em 2005 e 2006. Nas referências indico algumas coletâneas sobre o autor publicadas recentemente entre nós: Bloch (2005, 2006a, 2006b).

4 Em “Trabalho e utopia na modernidade” (Albornoz, 2011), tanto na Introdução como nos textos que, de 2003 a 2008, foram publicados nos CPST, abordei alguns autores do pensamento utópico sobre o trabalho.

5 A leitura de “O que é trabalho” (Albornoz, 1986) pode ser útil.

dos computadores e da inteligência artificial. A cada vez, as máquinas substituem trabalho braçal e atingem empregos nessas passagens das invenções técnicas, quando se criam novas situações e necessidades, e por elas caminham as questões sociais, surgindo conflitos árduos, mas também novas esperanças, de melhoria das condições de vida e de mudança nas relações sociais. O calvário tantas vezes criminoso que tem sido, ao longo da história humana, a exploração do trabalho dos prisioneiros, dos escravizados, dos mais frágeis tem alimentado a esperança ante a transformação da técnica e dos meios de produção. E, junto a esses movimentos de transformação técnica, continuaram as lutas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, novos direitos, maior respeito e dignidade de vida. Nem sempre com êxito, com muitas dificuldades, muita luta, com sacrifícios imensos, avanços e retrocessos, mas também com conquistas evidentes.

Na civilização, cultura e ideologia, quase se poderia dizer na religião do trabalho da era industrial – de Lutero a Marx –, em oposição aos interesses burgueses individualistas e capitalistas, a esperança contrapôs a classe operária aos poderes que têm determinado a sua exploração, ao ponto de que algumas revoluções políticas experimentaram a instauração de novas estruturas e novas dinâmicas de relação entre as classes sociais e, em determinado período do século XX, a transformação do lugar dos trabalhadores manteve-se no horizonte da esperança, realizando-se experiências econômicas, sociais e políticas importantes nessa direção, ainda que não tenha havido sempre avanço, tampouco uma alternativa simples entre socialismo e capitalismo.

O desenvolvimento do trabalho na era industrial, portanto, foi acompanhado da esperança de emancipação da classe trabalhadora, com evidentes imbricações das lutas operárias com outros movimentos de emancipação, como o das mulheres, o dos grupos raciais oprimidos e o dos povos colonizados. No último século, confrontaram-se e conviveram, com maior ou menor grau de conflito ou tolerância, democracias liberais, social-democracias, democracias populares, ditaduras capitalistas, fascistas, coletivistas e experiências mais difíceis de classificar. A criatividade utópica deixou sua marca em um universo geopolítico, econômico e social marcado pela luta de classes, a violência, o excesso e a falta.

Durante o período da Guerra Fria, após a II Guerra Mundial, a alternativa existente – pelo menos de 1945 a 1989, do final da guerra contra o nazismo até a queda do muro de Berlim – apresentava-se, de um lado, um bloco de países socialistas, com Estados fortes e prioridade na organização da vida produtiva e das massas trabalhadoras, embora nem sempre respeitadores dos ditames do estado de direito e das liberdades burguesas. Do outro lado, por competição e pressão, efetivou-se também certa evolução dentro do mundo capitalista, favorecendo a organização de Estados de bem-estar social, como os da Europa ocidental, com conquistas de uma série de direitos à educação, à saúde, à organização sindical, à proteção social e à participação política pelos trabalhadores.

A utopia concreta predominante na era industrial, em diferentes proporções de um lado e do outro da “cortina de ferro”, parece ter sido a do socialismo com humanização do trabalho e melhoria da vida dos trabalhadores, ainda que tenham sido também intensas as lutas anticolonialistas frente à Europa, as dos direitos civis dos negros na América do Norte e as da liberação sexual e emancipação das mulheres. A nova vaga de neoliberalismo econômico que se impôs fortemente no mundo capitalista a partir da década de 1970, que perderia o seu contraponto geopolítico em 1989, atingiu, de modo ainda não bem dimensionado, utopias e ideologias que animavam o movimento operário e suas formas de participação política no período anterior.

## **Trabalho e esperança no Brasil**

O Brasil andou devagar na questão social do trabalho e nas lutas dos trabalhadores. Três séculos de colonização portuguesa nos haviam transformado em imenso produtor de riquezas para

o estrangeiro, que também se mostrou sob outras bandeiras; e a produção se efetivou de modo desumano e vexatório, pela exploração do trabalho escravo – primeiro, do escravo indígena, depois, em grande escala, do escravo africano, e assim continuou por muito tempo após a Independência. Este texto breve não permite revisarmos mais atentamente essa terrível e triste história, infelizmente ainda não bem contada nem superada, mas que não se fique inteiramente em silêncio para que, ao lembrá-la, indique-se a necessidade de pesquisa e reflexão. Vindos desse longo tempo de experiências muito contrárias à democracia e à humanização do trabalho, depois de longo período de colonização e ainda mais tempo de escravidão, a República no Brasil dava os primeiros passos na entrada do século XX.

A partir de 1930 parecem ocorrer no Brasil alguns avanços no sentido da modernização da vida social e política, quando nossos conflitos tentam acertar passo com os do mundo moderno, mas, ainda assim, embora algumas conquistas se tenham efetivado na década de 1930 – como o voto feminino e a criação das primeiras universidades –, continuamos a ter os cárceres carregados de acusados por pecados de ideologia<sup>6</sup>. Da primeira metade do século passado até hoje, vivenciamos poucas décadas inteiras de experiência democrática, com exercício de poder civil sem golpe ou tutela militar. O autoritarismo correspondente à tradição oligárquica e à deficiência democrática tem sido contrário às reivindicações das classes trabalhadoras. No entanto, a questão social dos trabalhadores acompanha a industrialização, embora tenha chegado tarde e fez-se presente no século XX também no Brasil, estando no centro das experiências políticas democráticas, assim como no da motivação dos golpes reacionários.

Tomando como marco a conquista de direitos trabalhistas pela CLT em 1941, as relações dos trabalhadores com a vida política brasileira não foi poupada de conflitos, sucedendo-se uma história de contradições, com enfrentamentos entre as massas trabalhadoras, as classes desfavorecidas, as classes médias, e os grupos dominantes e elites de privilégios, com seus órgãos de repressão e presença no poder central da república. Falamos de modo muito expressivo certas passagens da vida política brasileira na segunda parte do século XX, desde o fim do Estado Novo em 1945, com o afastamento do governo Vargas e sua substituição por um general ao gosto das potências estrangeiras; também a passagem de 1954, quando a pressão da imprensa conservadora levaria ao suicídio de Getúlio Vargas, embora tivessem ocorrido eleições democráticas que levaram à eleição de Juscelino Kubitschek em 1955. Vale também lembrar a passagem de 1961 quando, após a renúncia de Jânio Quadros, as forças conservadoras tentaram impedir que o vice-presidente Jango Goulart assumisse a presidência, mas a resistência popular, sobretudo de estudantes, operários e camponeses, com apoio de parte do exército e a liderança do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, conseguiu provisoriamente impedir, na verdade, transferiu por três anos o golpe conservador que se fez em defesa dos interesses do capital, contra a expressão da esperança dos trabalhadores nas reformas de base que prometia o governo trabalhista<sup>7</sup>.

Com o golpe militar de 31 de março de 1964, o país foi subjugado e teve de suportar mais de duas décadas de censura e repressão policial, até conseguir recuperar, embora imperfeitamente, os direitos políticos na luta pela redemocratização que se fortificou, em 1979, a partir da anistia. Não saberíamos abordar aqui, de modo suficiente e respeitoso, o capítulo dos subterrâneos da repressão política do tempo do regime militar, vinculado aos interesses da economia dependente que há séculos acarreta perdas e frustrações ao nosso país e a toda a América Latina pela submissão aos interesses do mercado capitalista mundial e ao poder imperial. Todavia, a urbanização, o desenvolvimento da indústria, a escolarização e a modernização do trabalho que ocorreram

6 Basta ler *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos (1956).

7 Remeto a meu e-book *Política e vocação brasileira: leituras transdisciplinares* (Albornoz, 2015), em que tive oportunidade de abordar alguns aspectos da política brasileira nas páginas sobre o Brasil.

no período de autoritarismo militar, com apoio da maioria silenciosa e da minoria crítica, das comunidades de base e entidades da sociedade civil, de setores da ciência, das alas mais progressistas das igrejas, da educação e da cultura possibilitaram avanços da consciência social e se mantiveram esperanças no meio dos grupos oprimidos.

A esperança se manteve acesa, embora sufocada e controlada, na classe trabalhadora da indústria, entre sindicalistas de diversas categorias profissionais, como a dos professores, trabalhadores da educação, e entre outros sujeitos sociais, em grupos de reflexão e ação do movimento feminista, do movimento negro, dos trabalhadores sem terra, de todos cuja situação estava condicionada pela exclusão ou inserção problemática no mercado de trabalho. A redemocratização que se iniciou após a anistia, com a volta de muitos brasileiros exilados, testemunhou um processo de florescimento de movimentos sociais os mais diversos que se fizeram ouvir na Assembleia Constituinte.

A restauração do poder civil e a volta ao funcionamento de três poderes republicanos, embora imperfeitos, contudo mais autônomos em relação à casta militar, parece ter-se tornado possível depois da promulgação da Constituição em 1988. A partir de então, nas últimas três décadas, deu-se a mais longa experiência democrática da nação brasileira que, esperamos, há de superar a crise atual e permanecer. De 1985 a 2016, vivemos nosso maior período de construção ou reconstrução política. E, para a história da esperança brasileira, com limites e desenganos, mas também com muitas realizações e aprendizagens, foi essencial a fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980, sua paulatina afirmação até 1989 e o acesso a postos centrais da administração de algumas cidades, estados e do país em 2002.

Ainda não é o momento de avaliar com clareza o que foi construído nesse período, o que permanecerá e o que pode ser destruído, mas o tempo da vivência democrática desde 1985 e, especialmente, o da década dos governos do PT, de 2003 a 2015/2016, foi, sem dúvida, uma experiência inédita, extraordinária, para os brasileiros. É crucial manter a memória das conquistas do país neste período, das políticas sociais realizadas em favor da população mais pobre, sobretudo, dos trabalhadores; da superação da fome e da retirada de milhões de brasileiros da pobreza e da miséria; além disso, cabe reconhecer o trabalho desenvolvido no plano da saúde, da educação e da cultura, pelos direitos dos grupos tradicionalmente discriminados, conquistas no plano do combate a problemas tradicionalmente silenciados, como o do racismo, a homofobia, a repressão policial, pela afirmação dos direitos humanos; problemas que se juntam e permanecem a serem enfrentados. Embora não possamos comprovar o que dos direitos conquistados nas últimas décadas pelo povo brasileiro resistirá ao atual ataque reacionário à soberania do país, espero que tenha se construído uma nova confiança na cultura da população pela expansão da educação e da comunicação, em nossas próprias possibilidades que, segundo a minha esperança, florescerá e dará frutos numa próxima estação. Haveremos de aprender com essa queda e voltar a levantar a bandeira da utopia concreta de uma sociedade melhor no Brasil.

## **Trabalho e esperança em 2020**

Neste início de século e milênio, tão claramente um tempo de transição e de incertezas, percebe-se o imenso desafio que está posto para a humanidade. Antes mesmo da crise da pandemia, subjacente à crise sanitária que, em âmbito mundial, se associa à crise econômica da forma de produção e promete mudanças de lugar dos principais protagonistas da cena planetária. Em nosso país, à vicissitude da pandemia, imbricada com a evolução econômica a rigor imprevisível, acresce uma crise política que evoca um espetáculo de circo à beira do abismo. Pois, neste momento, o desgoverno com ideário fascista ameaça a sobrevivência da população ao não coordenar em nível de país uma reação adequada para o combate da epidemia e, por outro lado, faz ameaças ao

funcionamento das instituições republicanas e democráticas. Paradoxalmente eleito, representa um risco real para o convívio pacífico, pois estimula setores armados e lidera um retrocesso nas conquistas de desenvolvimento humano, enquanto promove um evidente processo de destruição de direitos, servindo sem pejo a interesses estrangeiros, ultraminoritários, do capitalismo financeiro, associado ao conservadorismo negador da ciência e defensor da ignorância e da desinformação.

Ante a nação brasileira em 2020, está posto um grande nó a ser desatado com urgência, que precisa ser entendido também em seus elos menos imediatos com as grandes transformações do trabalho, que ocorrem em nível planetário, devido às novas tecnologias e à automação. O evento imediato acentua e agrava o fenômeno de mais “longa duração”. A revisão que possamos fazer aqui, de todo modo, terá muitas lacunas e não vai esgotar o assunto; deixará muitas questões de lado e outras em aberto. Este texto apenas procura ajudar a compreender tais elos mais amplos, complexos, do plano da esperança e da possibilidade futura, mais que da realidade atual.

Neste momento, o mundo todo está em crise e, nele, especialmente, o Brasil se encontra em uma conjuntura de muitas incertezas. Vivemos uma situação inegável de ameaça a muitas conquistas do último quarto de século, em termos de soberania nacional e de direitos de cidadania, de todos os cidadãos e das minorias, e também das conquistas de direitos dos trabalhadores, com riscos de retrocesso quanto a liberdades, reconhecimento e igualdade racial, de gênero, de cultura e de liberdade de religião. Não se tem uma perspectiva clara sobre como vai evoluir esta conjuntura tão delicada nos próximos anos, quando se encontra instalado um grupo despreparado para o exercício da autoridade democrática no governo da República, de ideologia de extrema direita que age como inimigo da democracia. Não se sabe como será possível retomar o caminho na direção da vida democrática, para procurar a melhoria da vida dos mais fracos – dos pobres, índios, negros, crianças, velhos e enfermos – que, evidentemente, não são a preocupação do atual grupo no poder.

A crise sanitária é negligenciada em plano nacional, deixada para responsabilidade dos governos estaduais e municipais, entregue à capacidade de reação espontânea, de resiliência e improvisação do povo brasileiro, em suas comunidades e famílias. A crise econômica, que avança sob a sanitária, gera receios para o futuro e transfere problemas do momento para situação posterior. Já a crise política, barulhenta e midiática, causa insegurança e desorientação que poderiam ser evitadas se houvesse uma ação governamental inteligente, com sensibilidade em relação à vida da maioria da população. Os eventos confirmam a incapacidade de administração da crise por parte do desgoverno obcecado com a manutenção do poder e o controle policial. O insólito das interferências de tal grupo na cena principal toma atenção da imprensa corporativa e de grande parte da atividade de debate, informação e reflexão na imprensa alternativa. As dificuldades imediatas se instalam dentro da mudança mais permanente que tem a ver com a transformação das formas de vida, em relação com as novas formas de tecnologia e trabalho, devido à automação e às novas tecnologias de produção e comunicação.

Impõe-se um imenso esforço para recuperar a condição mínima de convívio livre, em nome da soberania nacional, do respeito à Constituição, às instituições legais, para poder continuar a construir a nação, ainda tão carente do ponto de vista da educação e do desenvolvimento técnico e científico; para continuar a trabalhar pela construção de um país com menos desigualdade e sofrimento, com menos injustiças, menos violência, com melhores índices de desenvolvimento humano, no plano da economia e da convivência social ou política.

No Brasil e no mundo, a percepção de crise se enraíza em algo que a antecede devido às transformações tecnológicas do final do século XX. E rapidamente, conforme as áreas e os produtos, é preciso reconhecer, desenvolve-se um processo de desindustrialização, pelo menos, de diminuição da relevância da indústria como meio de trabalho e sobrevivência de grandes massas trabalhadoras. O salto tecnológico é fato global. No Ocidente capitalista, o capital predominante é o financeiro, não mais o produtivo, e o descaso dos governos neoliberais pelo bem-estar da população vulnerável

gera novas tensões e conflitos. Com maior automação e novas tecnologias, mesmo a produção de alimentos e a fabricação de utilidades básicas ocupam menor número de trabalhadores. Portanto, a tendência é crescer o desemprego e o subemprego, mesmo dos jovens em plena fase etária produtiva. Desemprego, subemprego, emprego informal, trabalho desprotegido, flexível, vulnerável, emprego parcial como desemprego parcial não são apenas um fenômeno econômico que afeta a forma de sobrevivência e convívio material da população. Tais formas de fragilização do trabalho e do emprego têm dimensões psicossociais e transformam as relações entre as categorias profissionais e as classes sociais com consequências relevantes nas dinâmicas políticas.

Nessa encruzilhada da infecção planetária, a virtualização do trabalho, que se estabelece como expediente para enfrentar a passagem da pandemia, acaba por estimular e acelerar uma tendência que a transcende e, com isso, criam-se novas formas de comércio e prestação de serviços mediante a mediação da internet. Em alguns setores, a virtualização é menos difícil, em outros é extremamente problemática, se não impossível, e, assim, estamos todos diante de um desafio imenso que nos leva a indagações ainda sem respostas.

Com a produção automatizada e, portanto, os empregos na indústria reduzidos numericamente, como se poderá providenciar a plena atividade para as novas gerações? Como se dará a atividade que provê o sustento e, ao mesmo tempo, satisfaz a necessidade de convívio, colaboração e reconhecimento? Nessas novas condições, o trabalho continuará a ser o centro da vida humana? Qual a esperança realista? Como podemos trabalhar na direção do que sonhamos para o Brasil? São muitas as incertezas e há perguntas que ainda não podem ser respondidas plenamente, mas podemos tentar colocar as perguntas devidas e refletir a respeito.

## **O que nos é permitido esperar?**

Quando a produção dos bens materiais pela automação reduz a necessidade de trabalho vivo, substitui o trabalho presencial e provoca aumento do desemprego, essa não é uma situação sem saída que não possa ser enfrentada pelas sociedades, com criatividade, senso de responsabilidade social e sensibilidade humanitária. Mas, em uma situação de transformações tecnológicas e automação do trabalho, com consequências imediatas e mediatas no mercado de emprego, redobram-se as necessidades de planejamento, incentivo, organização e coordenação dos setores produtivos e serviços, o que exige a capacidade de atuação de uma rede de serviços públicos, um Estado atento, ativo e criativo, com disposições que fogem ao horizonte dos projetos neoliberais presentes.

É preciso manter a consciência de que o trabalho industrial – esse que diminui a exigência de força de trabalho pela alta automação –, não é o único âmbito da vida econômica, sequer o único âmbito da produção. Ainda no plano da produção material requerem-se sempre muitas obras, como no plano da construção habitacional ou para a infraestrutura, de caráter mais amplo; surgem novas atividades para o aperfeiçoamento dos recursos naturais; obras de saneamento e para a racionalização da energia, mesmo se o evento de 2020 não permite prever o quanto será transformado o setor de transporte, intercâmbio e turismo.

Certamente, haverá de manter-se, e poderá desenvolver-se de modo mais matizado e menos concentrador, o setor primário, agrícola e pastoril que, no Brasil, tende a manter sua relevância mesmo no comércio global, e cuja reforma pode responder e desafogar o desemprego urbano. Assim como também se mantém o setor tradicional, multifacetado, do comércio, junto ao artesanato, que sempre desabrocha e encontra novas formas, inclusive novas tarefas que abrem novas linhas de trabalho e emprego.

Por outro lado, deverá manter-se a atividade de administração das coisas comunitárias, dos bens públicos, das políticas públicas para o bem-estar da população, o que, neste momento de

crise sanitária, demonstra a sua total necessidade de fortalecimento e expansão e ainda pode evoluir de forma criativa em prol do desenvolvimento humano. Os trabalhadores da saúde têm a oportunidade de mostrar o caráter essencial de sua atividade, e os trabalhadores da educação e da cultura também sabem que a sua atividade é essencial. Além da agricultura, do artesanato, do comércio e outros serviços e da administração e serviços de sentido social e público, requer-se pensar a questão em todas as suas dimensões ante a redução do emprego na produção industrial automatizada para poder enxergar as possibilidades e manter a esperança no futuro, especialmente a dos jovens.

## Uma tomada de consciência é necessária

Diante do problema do desemprego, além das questões mais concretas e imediatas do plano da administração econômica, algumas tomadas de consciência parecem necessárias. Não desprezemos a força das infraestruturas e das condições econômicas, tão sujeitas aos jogos de egoísmo das classes dominantes e do poder geopolítico, da economia global. No nosso hemisfério, especialmente na América Latina<sup>8</sup>, sequer são apenas interesses de classe que nos condicionam, pois é muito estrangeiro o olho do chamado mercado, esse ente vago de que fala a mídia estabelecida e que, em última análise, representa o poder imperial global.

Tentemos ampliar nossa percepção do problema pela reflexão. Uma primeira tomada de consciência, diante da inevitável redução da predominância da indústria como oportunidade de emprego e renda, parece-me ser a de que, além da produção de bens materiais, a sociedade necessita de sujeitos ativos preparados e dedicados à produção de bens imateriais para a sua realização e para contribuir com o desenvolvimento nacional nos âmbitos da ciência, da pesquisa, da educação, do ensino, da cultura, das artes, da saúde, do desenvolvimento humano, do esporte, do lazer, da comunicação, sem que a ordem desses âmbitos indique uma escala de valor. A sociedade necessita de sujeitos capacitados para a produção qualitativa no plano do conhecimento e da cultura. Já faz alguns anos que os sociólogos e historiadores buscam e ensaiam o uso de denominações adequadas para as sociedades contemporâneas às vezes ditas, simplesmente, como pós-industriais, mas os entendidos hesitam entre chamá-las de sociedades tecnológicas, sociedades do espetáculo, sociedades do conhecimento, sociedades da comunicação ou, ainda, de outras maneiras que não pretendo esgotar.

Uma segunda tomada de consciência me parece necessária para superar-se a atual crise mundial com o desemprego na indústria – a de que a vida, tão ligada à aspiração de dignidade, não depende exclusivamente da produção de bens, sejam materiais ou imateriais, pois muito trabalho se realiza e há muito trabalho a fazer, humanamente muito necessário, em forma de cuidado. Não se trata propriamente de trabalho como *poiesis*, mas de trabalho como “cura”<sup>9</sup>. Muitas dessas ocupações de “cuidadores” estiveram tradicionalmente mais ligadas à atuação das mulheres e têm sido, ao longo de séculos ou milênios, realizadas no âmbito doméstico e, por isso, frequentemente não foram remuneradas, mas, em nosso tempo, perderam essa marca de exclusividade de gênero. A mudança de consciência das mulheres, seus avanços na educação e sua aspiração à autonomia forçaram o reconhecimento de muitos desses cuidados como trabalho profissional e socialmente necessário. O cuidado saiu do âmbito doméstico e familiar para o serviço profissional, interindividual e pessoal, comunitário ou público, abrindo-se um imenso caminho para a atividade humana cuja essência é cuidar. Cuidar das crianças, dos idosos, dos imaturos, dos enfermos, dos problemáticos, dos fracos,

8 Sobre a realidade e a história da América Latina, contento-me em indicar a leitura do já clássico e essencial *As veias abertas da América Latina*, do escritor uruguaio Eduardo Galeano (Galeano, 2010).

9 Recomendo o capítulo sobre o *cuidado* em *A mulher: seus modos de ser, de aparecer, de existir*, de Buytendijk (1946), traduzido pela Editora Ufpel em 2010.

dos concidadãos vulneráveis que precisam de cuidado especial. O esforço do *cuidado* deve expandir-se, cada vez mais conscientemente, ao cuidado da natureza e do meio ambiente, que tanto carecem de cuidados, e ao patrimônio histórico e cultural que também tanto o necessita.

Uma terceira tomada de consciência favorece a resposta à crise do desemprego pela automação da indústria. Volto a recomendar a leitura da fenomenologia da ação tão bem desenhada por Hannah Arendt (1958/1981) em *A condição humana*<sup>10</sup>, quando a filósofa refere, além do *labor*, do esforço com o suor do corpo pela sobrevivência, como próprio da atividade do agricultor e, além do trabalho propriamente dito, produção ou *poiesis*, pelo qual se produzem objetos que nos transcendem e perduram para além de nossas vidas, como no fazer do escultor; e tão ou mais definidor da condição humana do que *labor* e *poiesis*, temos o apelo à *práxis*, à participação na comunidade, em toda a sua significação, com dignidade, para a ação política.

A crise do desemprego ou do subemprego é tornada ainda mais grave pela manutenção de preconceitos com relação à produção imaterial, aquela no plano da ciência e da cultura, bem como em relação às atividades de cuidado ou em relação à ação comunitária e política. Parece manter-se uma saudade da organização do trabalho e dos trabalhadores como existia no auge da era industrial. Essa saudade, esse senso de perda e desalento, é compreensível, quando se considera a influência social e política que podia existir na atuação dos operários, por exemplo, dos milhares de operários sindicalizados empregados em uma grande indústria, o que é difícil ocorrer na população dedicada a serviços e cuidados, muitas vezes individualizados, separados, como que atomizados. Mas suponho que a maior inquietude, a maior incerteza que atinge a esperança no futuro, reside na questão da garantia de renda para sobreviver com dignidade, quando não existem mais as grandes corporações empregadoras de multidões para a produção como havia há um século.

O que impede resolver o problema do desemprego e da garantia de meio de sobrevivência digna é a lógica do sistema capitalista que, ao manter as imensas, injustas, terríveis diferenças no plano do jogo financeiro o poder, um universo de números em um jogo inimaginável de valores elude a questão que deveria estar sempre no centro da preocupação pública, o da sobrevivência digna da multidão, de todos e de cada um. Por isso, o grande problema que traz a utopia – que espero seja concreta e possa tornar-se real – é o da renda básica para a sobrevivência digna, seja do desempregado como do trabalhador informal, do trabalhador imaterial sem remuneração ou do trabalhador cuidador do mais fraco que não lhe pode remunerar o serviço, ou seja, a garantia da renda básica universal.

Não sou dona dessa sugestão que, em nossos dias, nem soa original, pois já está bastante divulgada entre os analistas e comentaristas na mídia corporativa e na internet. Neste momento da pandemia, quando, dada a excepcionalidade da situação, autorizam-se soluções extraordinárias; quando se exercitam tais soluções, embora como passageiras, talvez se possam operar experimentos e abrir caminho – esta é a minha esperança –, para soluções mais permanentes na direção da garantia da renda universal básica. Não somente para escapar do risco da epidemia, mas para escapar do retorno à fome, à mortalidade infantil e à miséria causada pelo sistema nesta transição sem perspectivas claras, em um mundo com imensas transformações na produção e ameaça de menos oferta de empregos. Dá oportunidade para acrescentar-se à reflexão também a consideração do tempo de descanso necessário, de *ócio criativo*, com necessidade de revisão da centralidade do trabalho para o conjunto da vida humana com dignidade. No Brasil, os partidos progressistas têm tido esse tipo de preocupação<sup>11</sup>.

Neste momento da pandemia, em continentes e países diferentes como o Reino Unido ou a Índia, mesmo forças políticas conservadoras, adeptas do ideário neoliberal que defende o Estado

10 Quem deseje pensar o trabalho inserido em uma compreensão mais ampla da ação humana vai ganhar muito com a leitura dessa obra muito especial.

11 Em particular, o senador Eduardo Suplicy (PT/SP) tem trabalhado na direção dessa conquista tão necessária.

mínimo, de modo diverso e, ao mesmo tempo, similar porque determinado pela mesma crise sanitária, fazem a aprendizagem trágica da necessidade da assistência, ou melhor, da responsabilidade social, e lançam mão de recursos excepcionais, tomando medidas de sentido imediato – como o auxílio emergencial que, se pode ser explorado por oportunistas demagógicos para manter-se no poder, também leva à consciência da crucial necessidade dos serviços do Estado e permitem a esperança de que medidas de emergência se transformem em conquistas sociais mais permanentes.

## **Esperança e imaginação na passagem de milênio**

O espírito da utopia não se limita a sugestões de políticas públicas nem se prende a medidas administrativas, legais ou burocráticas, pois a esperança é aliada da imaginação. Porém, para que a esperança possa dar forma à realidade e, ainda que parcialmente, o sonho possa efetivar-se, deve ter raiz na realidade. É preciso que, na realidade, se encontrem possibilidades reais, condições objetivas e subjetivas, para a realização do sonho. E, para haver condições subjetivas de efetivação da esperança, não basta o sonho individual, o sonho precisa inserir-se na realidade maior, no sonho coletivo, seja o sonho sonhado por um grande grupo social específico de excluídos, explorados, oprimidos, seja o sonho sonhado por uma nova classe social em busca de novos direitos, seja o sonho sonhado por uma geração, como no caso da juventude insatisfeita após uma guerra ou catástrofe.

O grande sonho coletivo pode ser o mito de uma nação, de um povo ou, pelo menos, requer que um numeroso grupo social se identifique com ele; por motivos autênticos, por algo próprio, como sua situação econômica, sua cultura de origem ou gênero, sua cor da pele, suas crenças, traços incontornáveis, embora delicados de abordar, e que, muitas vezes, são usados, justamente, como falsas razões da desigualdade e da opressão. Portanto, é problemático identificar onde transita o sonho coletivo capaz de realização, mas, mesmo assim, cabe-nos detectar a esperança da utopia concreta em que se esconde a possibilidade real de superação do momento obscuro do presente.

Ao revisar a história dos últimos cem anos, identifica-se uma evolução do sonho, daquele que carrega o espírito da utopia. Desde o século XIX e ainda no início do século XX, o grande coração do movimento utópico, seu núcleo central, o “sujeito da história” era a classe operária industrial, o proletariado transnacional, ao mesmo tempo sofredor e resistente, frágil e forte, porque numeroso e indispensável, diante do gigante da sociedade industrial capitalista. Para o filósofo da esperança a quem referimos no início deste ensaio, a utopia concreta do presente era o socialismo, o sonho da sociedade de igualdade e liberdade que garantiria os direitos dos trabalhadores e estabeleceria uma nova forma de vida, produtiva, moderna e justa. A utopia concreta predominante no século passado, sem dúvida, foi a sociedade socialista, a ser construída em países governados por representantes do proletariado, onde se realizaria a esperança de uma sociedade com seu centro na classe trabalhadora.

Concomitantemente, além e ao lado dos operários, outros grupos também lutaram por seus sonhos e necessidades, no imenso universo dos povos colonizados em que tremendas violências e sofrimentos continuaram as lutas de independência mal acabadas dos séculos XIX/XX e restaram – na Ásia de Mahatma Gandhi, na América Latina de Che Guevara, na África de Nelson Mandela –, em todas as lutas anticolonialistas em que a humanidade tem se debatido até hoje, nas franjas de exclusão e inserção dos povos do chamado “terceiro mundo” e no “quarto mundo” escondido dentro do primeiro, o dos negros, indígenas, excluídos e explorados, do Norte e do Sul. Mesmo no centro do Velho Mundo que se quer iluminista, depois de mais de um século da proclamação dos direitos do homem, nazismo e fascismo foram capazes de estabelecer um cenário infernal, realizando com perversa capacidade técnica o holocausto de milhões de seres humanos,

tragédia que se concluiria com o terror indizível da bomba sobre Hiroshima – pelo que o historiador está cheio de razão ao chamar o século XX de “era dos extremos”<sup>12</sup>.

O sonho ideal de transformação da sociedade, com o surgimento de um homem novo e um novo nexos de convívio entre as classes, ou supressão das classes sociais, foi-se encaminhando para uma espécie de acomodação ao real da democracia realmente existente, que em nenhum lugar existiu perfeita ou por completo e que, em diversos graus e modos, aqui ou ali, tem tempos mais favoráveis, outros mais críticos, avança e regride, conquista e fracassa. Nessa imaginação e esperança, nessa utopia da democracia, ao mesmo tempo ideal e real, combinou-se, de várias formas, o sonho liberal com o social, instalando-se a contradição, mesmo o combate, nem sempre o equilíbrio entre este e aquele. Mas a esperança de conquista de direitos e melhorias de condição de trabalho continuou a animar as lutas sociais, seja nas fábricas ou nas estruturas de serviços que tomaram espaço às fábricas, nos países sob a exploração capitalista; e a esperança na melhoria de qualidade de vida dos trabalhadores provocou também tensões sociais nos países que experimentavam formas de economia socializada.

Nessas novas lutas da história das utopias sonhadas em grande grupo, além da classe operária, tomaram projeção outros sujeitos sociais que marcaram a época. Com bandeiras várias, com forte marca do pensamento crítico à sociedade burguesa – na busca de libertação sexual, por exemplo, os jovens da época, com grande impulso de vida, conjugaram muitas cores e sonhos na ebulição utópica. Na América Latina, no início da década de 1960, com a inspiração da revolução cubana vitoriosa em 1959, os estudantes se uniram aos operários e aos movimentos camponeses, conforme o país e a situação, em movimentos diversos, de libertação e de reformas ou promessas de reformas, que logo adiante foram reprimidos fortemente e submergidos pelos golpes da reação militar autoritária concertada entre as classes dominantes nacionais e o Norte. Nos Estados Unidos da América do Norte, a população negra, que obtivera vitórias históricas na sua luta pelos direitos civis, mas também derrotas como a que significou o assassinato de Martin Luther King, continuou a enfrentar corajosamente o racismo estrutural americano, assumindo a face forte dos *Black Panthers*. Naquele mesmo país, foram memoráveis os protestos contra a guerra do Vietnã em 1967-1968, quando também eram os jovens os principais envolvidos e atingidos, e quando os sonhadores que se chamaram *hippies* pediam “faça amor, não faça a guerra”. Os jovens da época teriam também outra marcante expressão na revolta estudantil na Europa, sobretudo na França, quando os rebeldes de maio 1968 pediam “a imaginação no poder”. Os jovens franceses se rebelavam contra o autoritarismo das instituições, da escola, da sociedade burguesa, da polícia abusiva e, com o seu movimento, chegaram a obter a adesão da classe trabalhadora, fazendo por um momento balançar o Estado estabelecido.

Inseridas nos movimentos progressistas e libertários, de um lado e outro do Atlântico, no século XX, destacou-se a inquietação e a esperança de emancipação das mulheres em luta por autonomia e reconhecimento social, sobretudo por meio do trabalho. A polêmica sobre o feminismo é farta e ainda não resolveu a inserção das mulheres na vida política, mas parece indubitável que a nova onda de feminismo tem sido um dos fenômenos sociais de caráter mundial mais importantes do século e que teve uma imensa influência sobre a participação feminina no universo do trabalho. O filósofo da esperança Ernst Bloch interpretou o movimento das mulheres dos séculos XIX/XX como uma “utopia burguesa de grupo” e, de modo muito instigante, o compreendeu como, em sua essência, uma “utopia da não violência”<sup>13</sup>. O feminismo teria a ver com o sonho, talvez não

12 Refiro-me a *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)* de Eric Hobsbawm (1997), que li na tradução de Marcos Santarrita em 1997.

13 Expus Bloch sobre o feminismo em *Ética e utopia* (Albornoz, 2006) e em *As mulheres e a mudança nos costumes: ensaios da igualdade e da diferença* (Albornoz, 2008). Também nesse livro abordei outros filósofos sobre a personagem a que aludi também em outros textos, como “O exemplo de Antígona” (Albornoz, 1999).

realizável, de superação da violência. No cerne da ideologia feminista, estaria um resquício da *lei das mães*, talvez uma sobra do matriarcado mítico do qual não se tem evidências científicas. O feminismo seria antigonal no sentido de inspirar-se nas “leis não escritas” evocadas por Antígona, a figura emblemática do mito grego e da tragédia de Sófocles que tem sido objeto de reflexão e análise por tantos filósofos em todas as épocas da história da filosofia ocidental, e cuja interpretação já clássica considera Antígona como encarnação da ética da família<sup>14</sup>.

Entendido como afirmação da “lei das mães”, das leis “não escritas”, de uma ética da não violência, do sangue e do coração, parece justo afirmar o caráter antigonal do sonho feminista, traço que mantém em comum com o pacifismo e a ecologia. Para essa interpretação, me parece corroborar a expressiva participação de mulheres nos movimentos dedicados à ecologia, pela conservação do meio ambiente e pela afirmação dos direitos humanos, em busca da superação da violência, das polícias repressivas e das guerras. Em Angela Davis, militante socialista, filósofa feminista e negra que, nos anos de 1968-1971, foi muito famosa e admirada, depois processada pelo Estado norte-americano, que a levou à prisão, experiência que marcou seus trabalhos posteriores sobre o problema do encarceramento e do trabalho forçado dos negros no seu país – que convida a refletir sobre as prisões no Brasil, percebe-se a junção das diversas lutas do século, das diversas bandeiras utópicas que tremularam nos ares dos movimentos sociais da segunda parte do século XX<sup>15</sup>.

## Trabalho, educação e esperança

Nas últimas décadas do século passado e neste início de milênio, novos sonhos coletivos emergiram no Brasil e na América do Sul. É admirável que se tenha podido fundar um Partido dos Trabalhadores, que não permaneceu apenas um partido ideológico restrito e se transformou em um partido de massas, com um líder carismático da classe operária – Luiz Inácio Lula da Silva, com grande intensidade de organização e debate interno e quadros competentes distribuídos por todo o país. A esperança do PT soube fazer aliados nos demais meios progressistas, por afinidade ideológica ou pela solidariedade e proximidade nos movimentos sociais dos quais nasceu: dos sindicatos da indústria, em seus diversos setores e federações; do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, cuja realização associa, de forma exemplar, trabalho, esperança e educação; dos artistas e pessoas animadoras da cultura; dos trabalhadores da educação, da saúde e de outros serviços urbanos; de técnicos e profissionais de áreas universitárias, como a arquitetura, as ciências humanas, o serviço social; das comunidades eclesiais de base; dos trabalhadores sem teto; de tantos focos de sonhadores com alma e impulso utópico, de modo que possui um lastro social consistente na sua origem<sup>16</sup>.

A experiência dos governos de partidos progressistas na América Latina no início deste milênio, como os do PT no Brasil, em certo momento, tornou-se um exemplo e motivo de esperança também para quem olhava o país desde fora<sup>17</sup>. Essa experiência deve manter forte nossa autoconfiança, para que possamos achar ânimo e determinação para superar a atual conjuntura política negativa. O Brasil enfrenta um ataque aos sonhos igualitários desenvolvidos nas décadas de redemocratização e dos governos de orientação popular: na área da ecologia, da proteção do meio ambiente, especialmente da Amazônia pelo controle do desmatamento; quanto ao respeito,

14 Sobre *Antígona* já expus em várias ocasiões. No capítulo VIII de *As mulheres e a mudança dos costumes* (Albornoz, 2008), referi interpretações de diversos filósofos sobre a personagem, a que aludi também em “O exemplo de Antígona” (Albornoz, 1999). Em 2020, tomo-a como tema em capítulo de livro organizado por Eunice Piazza Gai (Unisc).

15 A junção das lutas já é insinuada no título da sua obra *Mulher, raça e classe* (Davis, 2016).

16 Os trabalhos do sociólogo André Singer me parecem imprescindíveis para avaliar o significado do PT na história recente do Brasil.

17 Em fevereiro de 2005, encontrei uma vitrine de livraria em Paris com exposição exclusiva de títulos sobre experiências políticas inovadoras no Brasil, entre as quais a do orçamento participativo em Porto Alegre.

reconhecimento e apoio ao MST; em relação ao respeito e reconhecimento do movimento negro, dos quilombolas e da liberdade de culto das religiões de matriz africana; quanto ao reconhecimento, à proteção e garantias aos descendentes dos povos originários, de modo a apoiar a conservação dos seus modos de vida e culturas.

A esperança aliada à confiança em nossas próprias capacidades de recuperação e organização política é a chama que temos de manter acesa apesar do vendaval, para continuar a tarefa que nunca termina de construção de uma sociedade com mais justiça – mais saudável e mais feliz, que hoje sofre sob o ataque do vírus planetário e também dos representantes do neoliberalismo colonialista estrangeiro, submisso ao capital financeiro e apoiado na inconsciência da elite nacional. Não sei como se dará a saída da armadilha em que o país resvalou, mas sei que há algo a ser mantido ativo, com vento a favor ou contra, que é o trabalho persistente de educação de nosso povo, de crianças e adultos sem distinção<sup>18</sup>.

O setor da educação, do cuidado das pessoas e da ajuda para seu crescimento, como o da cultura e o da ciência, estão sendo muito visados pelas forças retrógradas; nossas carências educacionais são grandes, mas precisamos resistir e não permitir a desmontagem do que conseguimos. Em 2019, foram muito expressivas as manifestações contra os ataques às estruturas educacionais, em defesa das escolas e das universidades, e as pautas do setor também têm obtido algumas vitórias favoráveis no âmbito do parlamento, o que me parece indicar que parte significativa do povo brasileiro mantém a consciência de que a educação condiciona sua melhoria de vida e nela deposita a sua esperança. Antes de terminar esta reflexão, gostaria de voltar à ideia tão célebre de Sérgio Buarque de Holanda de que o brasileiro pode ser entendido como um homem cordial<sup>19</sup>. Apesar de seus críticos<sup>20</sup>, a meu ver, esta é uma interpretação inspirada, e peço licença para dela fazer um uso enviesado, para afirmar que o homem cordial pode ser uma utopia concreta dos brasileiros. Gosto da sugestão de Buarque de Holanda mesmo entendendo cordialidade no seu sentido mais comum, sem a ambiguidade que o autor adota, porque ela me sugere a hipótese de que a cordialidade possa ser uma aspiração, um sonho de nós mesmos, espécie de utopia dos brasileiros – mas isso é outro assunto para outro texto<sup>21</sup>.

## Referências

- Albornoz, S. (1976). *Por uma educação libertadora*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Albornoz, S. (1982). *O jogo duplo do ensino*. Porto Alegre: Movimento.
- Albornoz, S. (1985). *Ética e utopia: ensaio sobre Ernst Bloch*. Porto Alegre: Movimento.
- Albornoz, S. (1986). *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense.
- Albornoz, S. (1999). *O enigma da esperança: Ernst Bloch e as margens da história do espírito*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Albornoz, S. (1999). *O exemplo de Antígona*. Porto Alegre: Movimento.
- Albornoz, S. (2002). *Violência ou não-violência: um estudo em torno de Ernst Bloch*. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc.

18 Para compensar a falta de maiores referências sobre educação, remeto a meus livros das décadas de 1970 e 1980, como “Por uma educação libertadora” (Albornoz, 1976) e “O jogo duplo do ensino” (Albornoz, 1982), como também “O exemplo de Antígona” (Albornoz, 1999).

19 Ver “Raízes do Brasil” (Holanda, 1936/2010), sobretudo o capítulo V.

20 Respeito posição do sociólogo Jessé Souza que, se entendi bem, vê na intuição de Buarque de Holanda um engano hermenêutico do qual participam intelectuais brasileiros de todas as colorações ideológicas. Jessé tem razão, os brasileiros não somos somente simpáticos e educados, e ele sabe bem que não foi isso que escreveu o autor de “Raízes do Brasil”. Jessé também tem razão que, ao considerarmos cordial o modo médio de ser do brasileiro, isso pode ter efeitos na consciência crítica e na responsabilidade política, pois pode levar-nos a esquecer a escravidão, o racismo, a repressão política, a violência policial etc. Ainda assim, o brasileiro como homem cordial me parece uma ótima inspiração utópica. A bibliografia sobre o tema é abundante, mesmo assim, ousou lembrar meu pequeno artigo “A utopia brasileira do homem cordial”, previsto para publicação na revista *Dialectus* em 2020.

21 Tendo sido tema de conferência na UFPB, em João Pessoa, em 3 de dezembro de 2018, escrevi um pequeno artigo sobre essa ideia aceito para publicação na revista *Dialectus – Revista de Filosofia*, nº 17 (2020.2) – Dossiê: Ernst Bloch.

- Albornoz, S. (2008). *As mulheres e a mudança nos costumes: ensaios da igualdade e da diferença*. Porto Alegre: Movimento.
- Albornoz, S. (2011). *Trabalho e utopia na modernidade: de Thomas More a Paul Lafargue*. Porto Alegre: Movimento.
- Albornoz, S. (2015). *Política e vocação brasileira: leituras transdisciplinares*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos.
- Arendt, H. (1981). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Originalmente publicado em 1958).
- Bloch, E. (2005). *O princípio esperança* (Vol. 1, N. Schneider, trad.). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Bloch, E. (2006a). *O princípio esperança* (Vol. 2, W. Fuchs, trad.). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Bloch, E. (2006b). *O princípio esperança* (Vol. 3, N. Schneider, trad.). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Holanda, S. B. (2010). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Schwarcz. (Originalmente publicado em 1936).
- Buytendijk, F. J. J. (2010). *A mulher: seus modos de ser, de aparecer, de existir*. Pelotas, RS: Editora UFPEL. (Coleção Fepráxis).
- Davis, A. (2016). *Mulher, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Galeano, E. (2010). *Las venas abiertas de América Latina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno.
- Hobsbawn, E. (1997). *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)* (M. Santarrita, trad.). São Paulo: Schwarcz.
- Ramos, G. (1965). *Memórias do cárcere* (Vols. 1-2). São Paulo: Livraria Martins Editora.

**Endereço para correspondência**

albornoz.suzanaguerra@gmail.com

Recebido em: 30/6/2020

Aprovado em: 12/8/2020

# “Psicologia Social do Trabalho”: una intervención para el mundo laboral en América Latina

Hernán Camilo Pulido-Martínez<sup>1</sup>

Pontificia Universidad Javeriana (Bogotá, Colômbia)

Reseña: Coutinho, M. C., Bernardo, M. H., & Sato, L. (Orgs.) (2017). *Psicologia Social do Trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes. ISBN: 978-85-326-5549-3.

Contrario a ese tipo de textos de psicología organizacional que inundan las librerías, la propuesta que se presenta en el libro de *Psicologia Social do Trabalho* resulta refrescante, interesante y muy retadora para aquellos psicólogos que buscan entender el mundo laboral en América Latina más allá de fórmulas preconcebidas. Sin lugar a duda, esta obra puede ser considerada como una intervención, tanto dentro de la disciplina psicológica, como en los ámbitos de trabajo. Numerosas son las razones por las cuales este texto que nos presentan académicos brasileros puede ser tomado como una intervención. Si se considera una definición amplia de intervención se puede afirmar que esta básicamente significa venir entre (Schvarstein, 1992). Con base en esta definición, la cuestión, entonces, que hay que poner sobre el tapete hace referencia a qué instancias, en cuáles temas y con quiénes el libro se ubica “entre”.

## Introduce la categoría trabajo

La estructura del libro por la que los autores optan señala su preocupación por partir en su reflexión de los problemas laborales propios de Brasil. Como muestra de esto, los investigadores se ocupan de examinar puntos centrales de la historia del trabajo, la cual le imprime características particulares al mundo laboral en ese país. Estas reflexiones no solamente se utilizan como contexto en donde ocurren los fenómenos psicológicos. Adicionalmente, ellas sirven para localizar la problemática y los argumentos que se van a desarrollar. Como muestras de las posibilidades que abre la introducción de la categoría trabajo para configurar una psicología social, los distintos capítulos la apropian de diversas maneras para mostrar cómo las especificidades locales llevan a consolidar propuestas alternativas y pertinentes a los problemas que aquejan a los trabajadores.

La introducción de la categoría trabajo resulta un “venir entre” pensar los problemas del trabajo y la trivialización de estos que se hace en la psicología hegemónica representada en las versiones industrial-organizacional que apartan al trabajo como tal de sus análisis. En las versiones hegemónicas de la psicología, el trabajo paradójicamente constituye solamente un telón de fondo contra el cual ocurren fenómenos psicológicos. Por el contrario, en la psicología social que se nos enseña, el trabajo es una parte constitutiva de los seres humanos y uno de los ámbitos centrales en donde se lleva a cabo la socialización. En este sentido, al introducir la categoría trabajo como eje articulador de los argumentos que se presentan en los diferentes capítulos, se abren una serie de perspectivas acerca de cómo se constituyen los seres humanos en los ámbitos laborales de

<sup>1</sup> <https://orcid.org/0000-0003-1071-2784>

acuerdo con la historia que antecede y con las formas que a lo largo del tiempo han consolidado una particular organización del trabajo.

Esto no quiere decir que el libro se convierta en una muestra exótica de la producción de conocimiento que solamente resulta pertinente para Brasil. Por el contrario, el hecho de presentar una manera de considerar cómo los fenómenos psicológicos tienen lugar gracias a las formas que asume el trabajo, proporciona las herramientas para que en otros países de la región, con situaciones y características similares, se utilice esta obra como una herramienta básica para pensar el mundo laboral local desde perspectivas inter y transdisciplinares.

## **Delimita un campo**

También el libro hace una intervención en términos de demarcar un área del conocimiento en relación con los estudios que se interesan por el mundo laboral. La introducción del trabajo como fuente de los análisis trae consigo una articulación de conceptos que acuden para dar respuesta a las preguntas fuertes que la inclusión de esta categoría genera. El texto de *Psicología Social del Trabajo* representa entonces una intervención, ubicándose como campo alternativo caracterizado en otras por considerar las muy diversas formas que el trabajo toma en Brasil, y por qué no, en Latinoamérica.

El libro resulta ser una herramienta para psicólogos en formación y para profesionales, no solamente de esta disciplina, que estén interesados en lidiar con los problemas del trabajo de manera compleja. La delimitación del campo que se formula conlleva a que los autores reflexionen sobre las posibilidades y requerimientos que este tiene. Si la psicología convencional industrial organizacional se ubica al nivel de las relaciones entre la gerencia y los trabajadores, la psicología social del trabajo establece relaciones con los trabajadores directamente. Para establecer esta relación, y he aquí un requerimiento crucial de esta psicología, se requiere considerar como eje del campo las preguntas que formulen los trabajadores mismos, las organizaciones que los agrupan como los sindicatos, las entidades oficiales que promueven las políticas públicas y/o las ONGs interesadas en democratizar las relaciones que se establecen en la sociedad.

Ahora bien, en términos de la demarcación, esta obra hace un aporte al mostrar tanto, las condiciones de posibilidad que permitieron la emergencia de una psicología social del trabajo, como la cotidianidad misma del trabajo que contribuyó a constituirlo. Así, los autores señalan los momentos por los que atravesó Brasil en su historia en términos de las afectaciones que se produjeron en el mundo del trabajo, los antecedentes conceptuales y metodológicos que se dieron en las ciencias sociales y en la psicología misma, las muy variadas formas en como el trabajo se manifiesta en el diario vivir, así como también los movimientos sociales que labraron un terreno para se pudieran establecer las alianzas con los actores, no solamente pertenecientes a la academia, de modo tal que se lograron establecer una manera de concebir y de llevar a cabo la producción de conocimiento.

## **Reconoce un grupo académico**

Los autores, a través del libro, se muestran como grupo de investigadores que tienen intereses en común, posiciones éticas y políticas compartidas y muy distintos temas de investigación. Se describe a lo largo de la obra las experiencias y vicisitudes que el trabajo alternativo y crítico puede enfrentar, así como las coyunturas que han hecho posible que se configuren como grupo de investigadores. En este sentido, el libro se convierte en una especie de faro que puede permitir a otros grupos de investigadores, localizados en otros espacios geográficos, pensar las condiciones particulares que son necesarias para que la empresa crítica tenga posibilidades de desarrollo. El hecho de que la historia

tenga un lugar importante para pensar los problemas del trabajo lleva a que los autores reflexionen sobre su propia experiencia como productores de conocimiento y, por tanto, a que plasmen como ejemplo del camino que tomaron para llegar a formular la propuesta del campo.

## **Considera otras formas de trabajo**

El complejo mundo del trabajo de América Latina con su amplio rango de manifestaciones que cubre, por mencionar solamente algunas, el trabajo informal, los pequeños negocios, la supervivencia comunitaria, las fábricas recuperadas, las cooperativas de trabajo asociado, entre otras; no habían sido de interés para la psicología concentrada, fundamentalmente, en la forma empleo. Por el contrario, la psicología social del trabajo trae a la luz, esas formas invisibilizadas. Aún más, son estas formas las que conllevan el mayor interés de los autores. Esta es una operación con muchísima significancia debido a que la mayor parte de la fuerza laboral en América Latina se encuentra ubicada en este tipo de trabajos.

Por supuesto, no se trata de una cruzada contra el empleo, o la reivindicación romántica de esas formas de trabajo dejadas aparte. Más bien se trata de examinar las complejidades que se establecen en el mercado laboral y los modos en los cuales las diferentes formas de trabajar se complementan para sostener la economía, precarizar el trabajo y establecer relaciones entre lo rural y lo urbano, entre lo formal y lo informal, entre el trabajo regulado y el que no lo está. En estas condiciones, al poner de presente formas de laborar desconocidas, invisibilizadas o no suficientemente exploradas por instancias, tales como la psicología industrial-organizacional, la relación entre el empleo y los otros medios de trabajo, permite pensar no solo las condiciones del primero, sino de todas otras aquellas múltiples formas que están paralelamente teniendo lugar en el variado espectro de las modalidades de trabajo presentes en la contemporaneidad.

## **Promueve un método**

La psicología social del trabajo propuesta en el libro hace una apuesta en donde teoría y práctica, investigación e intervención, no se consideran como momentos independientes o separados dentro del proceso de conocer. La teoría ilumina la práctica y la práctica a la teoría. Enmarcados en la destitución de esta separación, se examinan los problemas concretos que tienen los trabajadores en su día a día. Con el privilegio del punto de vista de los trabajadores se contribuye a constituir explicaciones sobre los fenómenos laborales, y sobre la constitución de los trabajadores mismos, que no tienen como característica central el cuño individualista, responsabilizante y culpabilizante de aquellos que trabajan.

Es decir, los resultados de los ejercicios de investigación-intervención se alejan de las visiones hegemónicas que se concentran en investigar para lograr la eficiencia y la productividad, tal como ocurre en la psicología industrial-organizacional; en su lugar, con una visión holista se investiga e interviene no para los trabajadores, sino con ellos. En este modo asumido de construir el conocimiento que se presenta en esta contra-psicología, se busca naturalmente construir unas relaciones más equitativas entre investigadores e investigados en donde no se observe a unos y se prescriban recetas con el conocimiento que se obtuvo de ellos. La construcción del conocimiento se lleva a cabo como una cuestión negociada y colaborativa entre académicos y trabajadores, así como de otros actores que puedan estar participando, regulando o interviniendo el mundo laboral. Si bien, la democratización de las relaciones entre los participantes en una investigación no es novedosa para las ciencias sociales, ni para otras ramas de la psicología, si resulta relativamente nueva para las ramas que se ocupan del trabajo colonizadas por visiones positivistas y leves del conocimiento psicológico.

También, en términos de método es importante señalar que los autores consideran que todas las situaciones de trabajo son complejas. ¿A qué hacen referencia cuando afirman que las situaciones de trabajo son complejas? Primero, que no se revelan las aristas de un problema laboral en toda su dimensión con observaciones indirectas y ocasionales como suele ocurrir en las versiones en donde, por ejemplo, la medición del clima organizacional o de la cultura laboral son fundamentales. En su lugar, la exploración de la experiencia de los trabajadores aporta una perspectiva amplia de cuáles son y han sido los problemas del trabajo en ámbitos específicos. Esta perspectiva hace que los autores del libro hayan escogido la experiencia particular del trabajo como foco que puede ser estudiado a partir de metodologías participativas de corte cualitativo y de larga permanencia en el campo. La etnografía, la historia oral, la recuperación de las trayectorias laborales, nada más por citar algunas formas de proceder, pueden resultar coherentes con este tipo de propuesta de investigación-intervención en donde se establecen los problemas cotidianos de los trabajadores para enfrentar sus causas generadoras, con el objetivo de que los resultados sean útiles para los mismos trabajadores.

Falta anotar que los autores señalan que, adicionalmente, cuando investigación e intervención no se separan, y aquí otra característica que ubica a la psicología social del trabajo en el campo de las contra-psicologías, se desdibuja o se borra otro de los límites que la psicología tradicional ha establecido para sí, es decir, se rompe la división entre psicología pura o teórica y psicológica aplicada.

## **Requiere de la inter y la transdisciplinariedad**

Asimismo, el libro se le puede considerar como una intervención en relación con la manera en que propone sus vínculos con otros campos afines para entender los problemas del trabajo. La propuesta de una psicología social, que se encargue de lo laboral en situación, emerge en medio de las preguntas por la interdisciplinariedad que contemporáneamente ronda en las facultades de psicología. En la psicología social del trabajo que los autores configuran, la interdisciplinariedad no es un deseo por alcanzar, es un hecho que se requiere para poder resolver las preguntas que se le formulan. La experiencia particular de cada investigador y del grupo al que pertenece, así como las vivencias de los trabajadores con los cuales se comparte la indagación, acarrea que los problemas del trabajo se definan en un contexto amplio, en un panorama extenso, en el cual se encuentra el juego entre lo particular de un caso que ocurre en el mundo del trabajo y el contexto histórico, político, social económico y cultural en el que este tiene lugar.

Como se recomienda para aquellos interesados en hacer unos trabajos similares a los que se presentan, un equipo constituido por profesionales de diferentes áreas del conocimiento resulta ideal. A este respecto, vale anotar que en las raíces mismas de la psicología social del trabajo se encontraban campos que provenían de vertientes múltiples, que al mezclarse resultaron ser más que una adición de perspectivas procedentes de disciplinas independientes. La medicina social y el operaiismo italiano estuvieron llamados a la hora de sentar unas bases conceptuales para la intervención de los problemas del trabajo que esta contra-psicología quiere confrontar.

Las categorías elegidas por esta contra-psicología hacen gala de la necesidad de considerar perspectivas inter y transdisciplinares. Prácticas cotidianas, sentidos construidos, conflicto entre capital y el trabajo, así como la construcción de la identidad considerados como focos de estudio requieren de relaciones entre campos instituidos del saber, así como la creación de miradas transdisciplinares. Cada uno de por sí, y la relación entre los temas señalados, abre la necesidad de una serie de diálogos entre perspectivas que permitan dar cuenta de ellos. Y es que la tarea no es fácil, pues se trata de conjugar de modo inter o transdisciplinar a las ciencias sociales, a la filosofía, a la ergonomía, a la medicina y a la psicología en un dialogo intenso acerca de las situaciones cotidianas de trabajo concretas, a las cuales se les considera como el punto en donde se encuentran,

los contextos macrosociales, con la formación de la subjetividad a través de la vivencia que se experimenta en el trabajo.

Aquí, sin embargo, como señalan los autores, hay una cierta debilidad del conocimiento que se presenta, puesto que aún falta más elaboración y posiblemente articulación entre los campos que pueden ser utilizados para repercutir en la transformación del trabajo. Por ejemplo, una psicología de corte aún más histórico podría estar en mora de formularse, con esta se podría, como se indica, hacer inferencias sobre la relación entre la constitución del sujeto y los cambios en el capitalismo en las condiciones particulares y múltiples que tiene el mundo del trabajo.

## **Una posición política comprometida**

En este punto la intervención que se presenta en el libro, por una parte, está relacionada con venir entre aquellas perspectivas de la psicología convencional que asumen que se puede hacer una serie de mejoramientos constantes que no cuestionan el orden del trabajo que genera problemas de inequidad, exclusión, precarización y desempleo, y por otra parte, entre aquellas que asumen perspectivas cualitativas que producen conocimiento desde los trabajadores para conocerlos en mayor profundidad y después realizar acciones que mejoren el desempeño administrativo. Irrumpe, entonces, la psicología social del trabajo para formular una perspectiva que supone que el conocimiento se debe producir no desde y para el otro, sino en este caso con los trabajadores.

En esta línea, es imposible pensar en una neutralidad, pues la reflexión parte de considerar que los sitios de trabajos son ante todo espacios políticos. Por esta razón, como los autores manifiestan, es crucial partir de la vivencia de la cotidianidad laboral para examinar las contradicciones del sistema que se hacen patentes en el quehacer diario del trabajo. En este sentido, se produce conocimiento no para instruir al trabajador pues él es experto en las contradicciones que enfrenta; mejor se investiga e interviene, para la molestia de otras ramas de la psicología, para la promoción de acciones afirmativas en donde los trabajadores y los investigadores son actores políticos capaces de influir y cambiar los ámbitos laborales.

El proceso de investigación e intervención abre un espacio para que el trabajador interactúe con lo que será su resultado. Entonces, hay que resaltar que quizá ahí radique la posible efectividad de este, ya que la transformación de las condiciones de trabajo estará directamente vinculada con aquellos a quienes afecta. Habría que agregar que esta posición para conducir la investigación-intervención también debería demandar una reflexión del investigador como trabajador que, de cierta forma en la misma condición del investigado, comprende su cotidianidad en el contacto con otras cotidianidades de trabajo en algún grado distintas. En su condición de investigador/trabajador, quizá uno de los principales aportes está representado en su competencia para establecer condiciones físicas del trabajo en la que tiene lugar la organización del trabajo, su capacidad para hacer análisis críticos de las relaciones sindicales patronales, sus posibilidades para hacer recuentos de la historia del trabajo en el contexto bajo estudio, así como para recolectar información acerca de las condiciones y relaciones del trabajo.

Las actividades de la producción de conocimiento que se llevan a cabo, además, son una actividad política al menos en los siguientes aspectos. En la medida en que se describen y analizan las condiciones laborales, los diferentes entes académicos, gremiales y gubernamentales pueden hacer públicas dichas condiciones, así se ponen en la agenda social condiciones, por ejemplo, precarias, dañinas, inequitativas, para su posible transformación a través de diferentes estrategias. Igualmente, los resultados de las investigaciones construidas con los trabajadores deben ser viables para que estos las puedan utilizar como “municiones” para cambiar el trabajo. Adicionalmente, el investigador tiene un papel político explícito como “activista” en la medida en que su rol y sus

prácticas están reconocidamente comprometidas con los trabajadores. Por tanto, debe apuntar a llevar a cabo acciones afirmativas conjuntas que replanteen las tensiones presentes entre capital, trabajo y estado, para de este modo construir una reflexión sobre las posibilidades mismas de transformación social necesaria para la construcción de nuevas relaciones de poder en el trabajo.

Falta considerar que en muchas perspectivas críticas propuestas en relación con la psicología y el trabajo se asume un papel diagnóstico que deja un sabor de pesimismo e inmovilidad. Ha sido muy valiosa la perspectiva crítica para develar las implicaciones que tiene la psicología cuando se aplica al mundo del trabajo. Empero, contrario a lo que ocurre en algunas áreas de la disciplina, la crítica no ha conseguido cuestionar fuertemente ni el conocimiento, ni las prácticas que se llevan a cabo en los ámbitos laborales; la muestra de ello es que no se ha logrado hacer algún tipo de desgaste de la psicología hegemónica presente en los ámbitos laborales. La psicología social del trabajo que está contenida en esta obra es una intervención, de por sí ya significa una movilización que no vuelve sobre, o mejor, no se detiene en la cuestión puntual de proponer una psicología mejorada. El libro hace parte de un programa en donde intervención e investigación no se separan, sino que son constitutivos el uno del otro. No se puede entonces separar este texto del programa que desde hace décadas llevan a cabo los académicos que hacen parte de esta obra.

A manera de cierre, solamente cabe señalar una pregunta adicional, si a lo largo del libro se está desarrollando un tipo de conocimiento distinto, complejo, político y transformador, ¿deberá querérsele mantener dentro de los límites de la disciplina psicológica?, quizá sea el tiempo de apartarse de una vez y por todas de las restricciones que impone mantenerse dentro del complejo psi.

## Referencias

- Parker, I. (2007). *Revolution in Psychology: alienation to emancipation*. Londres: Pluto Press.  
Schvarstein, L. (1992). *Psicología Social de las Organizaciones: nuevos enfoques*. Buenos Aires: Paidós.

**Endereço para correspondência**  
cpulido@javeriana.edu.co

Recebido em: 21/04/2020  
Aprovado em: 05/05/2020